

Mais uma vez o Brasil despontou como um “país de todos” e “condenado ao desenvolvimento”. E pouco se alardeou que, durante os governos petistas, fortaleceu-se a hegemonia das frações burguesas mais vinculadas ao rentismo, alastrou-se a financeirização da vida e o aparato de repressão ao povo pobre se expandiu e se modernizou. Pior: a conversão de quadros partidários e sindicais em agentes financeiros produziu uma mudança qualitativa no exercício da dominação.

Porém, com incrível regularidade, ocorreu o “improvável”: esboços de lutas populares, crise, golpe. Por um certo tempo a contraofensiva da burguesia rentista pareceu restaurar sua hegemonia. Mas logo a crise se desdobrou e promete se prolongar. Ótimo para as lutas operárias e populares?

Esta questão candente é contemplada pela análise de inspiração gramsciana do caráter diferenciado das crises, inclusive das crises orgânicas.

Eis um livro que, quando se começa a ler, é muito difícil parar.

LÚCIO FLÁVIO RODRIGUES DE ALMEIDA  
Área de Política da PUC-SP

Você tem em mãos um livro que entende o papel das ideias em relação à prática e se posiciona na luta de classes do Brasil contemporâneo. Uma arma na luta contra o(s) desenvolvimentismo(s), investigando-o(s) e criticando-o(s) como ideologia enquanto escrutina também a realidade que condiciona sua disseminação. Eis aqui a visão de Rodrigo Castelo sobre a crítica da economia política (neo)desenvolvimentista, a crise orgânica do bloco histórico neoliberal e a manutenção da supremacia rentista burguesa ao longo dos últimos 30 anos. Eis aqui sua visão sobre a atual conjuntura. Uma visão rica em Gramsci, Florestan Fernandes e Teoria Marxista da Dependência. O autor é um dos principais difusores da produção marxista no Brasil recente e nos brinda agora com este balanço maduro de sua obra. Leitura recomendadíssima. E, de quebra, com poesia.

MARINA MACHADO GOUVÊA | ESS-UFRJ



TRAGÉDIA, FARSA E CRISE ensaios sobre ideologia, desenvolvimento e capitalismo dependente no Brasil

# TRAGÉDIA, FARSA E CRISE

ENSAIOS SOBRE IDEOLOGIA, DESENVOLVIMENTO  
E CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL

  
LUTAS ANTICAPITAL

RODRIGO CASTELO

Este livro sério e fascinante sobre a teoria da dependência é uma ótima alternativa às comemorações ufanistas do bicentenário da primeira “transição transada” (expressão de Florestan Fernandes) da história deste país. O leitor é incentivado a caminhar pelas trilhas da teoria da dependência, trajetória que só adquire inteligibilidade quando vista em suas distintas inserções nas lutas anti-imperialistas. Nesta odisseia teórico-política, destacam-se Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.

Rodrigo Castelo faz análises brilhantes dos aparelhos de hegemonia, inclusive em universidades de ponta, que foram, no Brasil e em outros países, fundamentais para os diversos momentos do desenvolvimentismo e também para os avanços e recuos da teoria da dependência. É o caso do percurso quase solitário de Florestan Fernandes em busca dos frágeis fios da revolução brasileira, esforço que desembocou na combativa atividade político-partidária; e, em sentido contrário, do rumo trilhado por um de seus mais promissores discípulos, Fernando Henrique Cardoso. Neste livro que surpreende a cada momento, Rodrigo Castelo mostra como os trabalhos do Grupo de estudos de O capital, o Cebrap (Centro de Estudos de Análise e Planejamento), o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e a “Escola de Campinas” (no atual Instituto de Economia da Unicamp) abriram caminhos rumo ao novo ou neodesenvolvimentismo.

Rodrigo Castelo aborda essa nova ilusão que se constituiu a partir do segundo mandato de Lula da Silva.

# **Tragédia, farsa e crise:**

**ensaios sobre ideologia, desenvolvimento e  
capitalismo dependente no Brasil**

Rodrigo Castelo



Rodrigo Castelo

**Tragédia, farsa e crise:**  
**ensaios sobre ideologia, desenvolvimento e**  
**capitalismo dependente no Brasil**

1ª edição  
**LUTAS ANTICAPITAL**  
Marília/SP – 2022

**Editora LUTAS ANTICAPITAL**

**Editor:** Julio Hideyshi Okumura

**Conselho Editorial:** Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Claudia Sabia (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University - Estados Unidos), Êdi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Julio Cesar Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM), Tania Brabo (UNESP).

**Projeto Gráfico e Diagramação:** Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

**Capa:** Caio Martins

**Ilustrações:** Mauro Iasi

**Conselho da Coleção:** Caio Martins, Isabel Figueiredo, Mauro Iasi, Victor Neves

**Impressão:** Renovagraf

---

C349t Castelo, Rodrigo.  
Tragédia, farsa e crise: ensaios sobre ideologia,  
desenvolvimento e capitalismo dependente no Brasil / Rodrigo  
Castelo. – Marília : Lutas Anticapital, 2022.  
355 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86620-98-6

1. Desenvolvimento econômico - Brasil. 2. Neoliberalismo. 3.  
Capitalismo. I. Título.

CDD 330.18

---

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno  
CBR 8/8211 FFC – UNESP – Marília

1ª edição: julho de 2022

**Editora Lutas Anticapital**

Marília –SP

editora@lutasanticapital.com.br

www.lutasanticapital.com.br

“Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.”  
(Karl Marx, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*)

“Tentei resgatar, mas resgatei somente uma pequena parte desse nosso pensamento. Fica, pelo menos, a motivação para que os nossos pesquisadores descubram, elaborem e avancem na compreensão de nossa realidade, que é específica e complexa. Que não foi e nem será compreendida pelos cientistas sociais europeus ou americanos, os modernos colonizadores científicos, mas que será por nós latino-americanos.”  
(Vania Bambirra, *O capitalismo dependente latino-americano e sua teoria crítica: uma tentativa preliminar de balanço*)

“O leitor não extrairá daqui todos os ensinamentos, ou pelo menos não todos os de maior relevância, do enfrentamento de classes mais radical – e, por isso mesmo, o mais pedagógico – observado na América Latina. Terá, porém, elementos para refletir com mais segurança e entender melhor como e por que razão o reformismo, pelo próprio fato de abalar a sociedade burguesa até seus alicerces sem se atrever a destruí-la, acaba se transformando na antessala da contrarrevolução.”  
(Ruy Mauro Marini, *O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile*)



## Sumário

Apresentação da coleção.....	9
Prefácio   <i>Danilo Enrico Martuscelli</i> .....	11
Apresentação.....	17

### **Parte I**

#### ***Da tragédia desenvolvimentista à farsa neodesenvolvimentista***

1. Críticas, superações e sínteses: uma história das ideologias latino-americanas na perspectiva da teoria marxista da dependência.....	35
2. Presença de Florestan: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro.....	101
3. O mesão, a escola e o partido: em busca das origens da estratégia democrático-popular.....	139
4. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano.....	169
5. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.....	195
6. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo.....	223

**Parte II**  
**Supremacia rentista e crise orgânica no**  
**Brasil neoliberal**

7. O canto da sereia: social-liberalismo, novo-desenvolvimento e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro.....	251
8. Crise conjuntural e (re)militarização da "questão social" brasileira.....	277
9. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica.....	285
10. Brasil em chamas: crise orgânica, supremacia rentista e abalos no bloco histórico neoliberal.....	309
Epílogo.....	347
Sobre o autor.....	355

## **Apresentação da Coleção**

*Conselho da Coleção “Revolução Brasileira em Debate”*

A coleção *Revolução Brasileira em Debate* chega ao público apresentando obras que abordam as controvérsias teóricas, estratégicas e táticas das lutas de classes no Brasil na sua atualidade. Em seus volumes, serão apresentadas criticamente as histórias de diversos movimentos sociais particulares, das lutas de classes em geral e das teorias que buscam explicá-las a partir de sua historicidade, em conexão com a totalidade social. A diversidade de temas e questões abordadas encontrarão, por outro lado, seu eixo central e comum na busca de uma estratégia para a transformação socialista em nosso país, a partir da apropriação crítica de nosso passado recente.

Os trabalhos que nossa coleção agora disponibiliza iniciaram há mais de uma década com as reflexões junto ao Núcleo de Educação Popular – 13 de Maio (NEP). Os diferentes temas em exame foram posteriormente aprofundados em diversos programas de pós-graduação e núcleos de pesquisa em todo o país.

Nenhum momento seria mais propício para este tipo de abordagem em que se entrelaçam teoria e política. Vivemos o fim de um ciclo histórico e o esgotamento da estratégia que predominou no período mais recente, com todas as graves consequências que presenciamos. Isso tem contribuído para que a classe dominante estabeleça sua hegemonia, retirando e destruindo direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora brasileira, agravando sua condição de vida.

Para reverter esse quadro, superar as experiências do passado e empreender um novo ciclo de lutas, torna-se imprescindível o conhecimento profundo de nossa história recente. É necessário um inventário. Somos legatários de uma experiência e de um conjunto de verdades consagradas que precisam ser inventariados, revisitados, problema-tizados e criticados na teoria e na prática. É por isso que a história de cada luta, de cada teoria, de cada intelectual, de cada tese convictamente defendida no passado serão tratadas no presente com o mais profundo rigor teórico e crítico.

Assim, ao reunir trabalhos de jovens e promissores intelectuais àqueles de pensadores já conhecidos do grande público, o objetivo desta coleção é um só: subsidiar o debate sobre a revolução brasileira, inventariar o passado para reinventar o futuro.

## Prefácio

---

### **Em busca do socialismo**

*Danilo Enrico Martuscelli\**

O livro intitula-se *Tragédia, farsa e crise: ensaios sobre ideologia, desenvolvimento e capitalismo dependente no Brasil*, mas poderia também se chamar *Em busca do socialismo*. Este foi o título dado pela extinta editora Xamã a uma coletânea de textos de Florestan Fernandes publicada no mesmo ano de sua partida. Como constava na apresentação editorial: “Este livro nasceu da vontade de Florestan Fernandes reafirmar sua trajetória de militante político a serviço da classe trabalhadora, verdade incontestável ao longo de sua vida, mas vista com muita reserva por muitos de seus contemporâneos ilustres”.

Quem ler as páginas que virão, notará que o meu atrevimento de iniciar o prefácio “questionando” o título do livro não é descabido. Rodrigo Castelo declara abertamente adesão a muitas das teses desenvolvidas por Florestan sobre o capitalismo dependente, como também demonstra ter muita afinidade com a militância socialista deste importante intelectual marxista. É claro que Florestan não aparece sozinho nessa trama. Ele vem muito bem acompanhado de outros importantes combatentes: Octávio Ianni, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos.

Uma pergunta guia, permeia e “perturba” o conjunto de reflexões produzidas por Rodrigo Castelo. A pergunta decisiva é a seguinte: pode haver ruptura com o capitalismo dependente sem transição socialista? O autor não vacila e reitera a resposta ao longo dos dez capítulos: Não! Vai além... Não se limita a dar soluções breves e simples para um problema complexo. Rodrigo

---

\* Professor de ciência política da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e editor do blog marxismo21.

Castelo elabora uma análise rigorosa e acurada das produções ideológicas e de seus formuladores que foram responsáveis por silenciar, deturpar, rechaçar e desarmar as batalhas teóricas e políticas travadas por intelectuais, militantes e ativistas socialistas ao longo das últimas décadas no Brasil e na América Latina. Em suma, é possível dizer que, por vias diretas e indiretas, o livro trata do difícil encontro da teoria marxista com o movimento operário e popular, relação tantas vezes inviabilizada pelas ideologias da justificação da ordem capitalista quanto pelos órgãos de repressão do Estado burguês que, respectivamente, interpelam e reprimem as lutas dos subalternos.

A coletânea contém artigos produzidos pelo autor entre 2009 e 2021 e está estruturada em duas partes principais. Na primeira parte: “Da tragédia desenvolvimentista à farsa neodesenvolvimentista”, Castelo empreende uma crítica às produções ideológicas e a seus aparatos que foram decisivas para ocultar, desfigurar ou defenestrar o pensamento marxista e revolucionário da história do pensamento econômico e social latino-americano. O autor realiza um trabalho meticuloso de reconstrução dessa história das ideologias e demonstra os limites - ou o que prefere chamar de “decadência ideológica” - do estruturalismo cepalino, do nacional-desenvolvimentismo e do neodesenvolvimentismo, que com suas diferenças aqui e ali foram ideologias materializadas e organizadas por uma série de aparelhos e partidos, entre os quais ganham destaque na análise: a Cepal, o Cebrap, os economistas da Escola de Campinas, os partidos comunistas, o MDB nos anos 1970 e o PT.

Castelo não se contenta em fazer a crítica pela negativa dessas “fábricas de ideologias”, para utilizarmos a expressão empregada por Caio Navarro de Toledo para se referir à produção do Iseb. Ele aponta para a construção de alternativas analíticas aos discursos de ode ao capital ou que buscam humanizá-lo, vindo a explorar em sua análise tanto as potencialidades quanto algumas das lacunas presentes nas elaborações da intelectualidade marxista engajada na discussão sobre o capitalismo dependente e a construção do socialismo.

O resgate das análises de Bamberger, Marini e Santos, presente no primeiro capítulo, assim como os debates sobre a obra de Florestan Fernandes no segundo capítulo, são evidências no estudo de Castelo de sua preocupação em indicar caminhos para pensar a problemática do capitalismo dependente a partir de uma perspectiva crítica e revolucionária. No sexto capítulo, o autor nos brinda com uma história do recente processo de retomada e atualização da Teoria Marxista da Dependência, o que tem resultado na organização de debates em vários fóruns e na publicação de uma série de artigos, livros, coletâneas e trabalhos acadêmicos.

Na segunda parte do livro intitulada “Supremacia rentista e crise orgânica no Brasil neoliberal”, Castelo procura se ater à análise concreta da situação concreta, tomando como referência a conjuntura inaugurada pelos governos petistas, momento em que se constitui o que ele denomina como uma variante do neoliberalismo: o social-liberalismo – tema que já havia sido objeto de pesquisa de seu doutorado publicado pela editora Expressão Popular com o título *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal* (2013).

Neste livro, o autor havia tratado das bases ideológicas do social-liberalismo. Na obra que o leitor e a leitora têm agora em mãos, ele examina a manifestação concreta desta ideologia na política brasileira do início do século 21. Em texto publicado em 2014 e republicado na presente coletânea, Castelo realiza um debate que ganharia muito mais centralidade nos anos seguintes com a intervenção militar no Rio de Janeiro em 2018 e a presença dos militares nos altos postos do governo Bolsonaro. Refiro-me aqui ao que ele chama de “(re)militarização da questão social” e designa o uso do aparato repressivo para conter e criminalizar os subalternos e as lutas dos movimentos populares no Brasil.

De modo bastante criativo, o autor também conecta nesta seção do livro o debate sobre a “supremacia rentista” com a noção de “violência como potência econômica”, extraída dos textos de Marx, entendendo assim que com vistas a dar sustentação aos interesses dos banqueiros e rentistas, o Estado neoliberal necessitou ampliar seus “aparatos coercitivos policiais, legislativos e econômicos”. Castelo procura ainda

caracterizar o golpe de 2016 como fenômeno que inaugura uma nova fase do neoliberalismo, marcada por sua variante ultraliberal. Para ele, não faz sentido falar em “restauração” do neoliberalismo. De fato, se não houve ruptura com o capitalismo neoliberal, por que falar da volta dos que não foram?

No espaço de um prefácio, seria impossível dar conta de toda a fortuna crítica deste livro. O leitor ou a leitora poderá notar certas lacunas, considerar insuficientes algumas conclusões ou mesmo discordar das teses expostas no livro, mas nada disso invalida os aspectos predominantes presentes nesta obra: o rigor teórico e metodológico e a natureza crítica e engajada da exposição são marcas salientes do trabalho realizado por Rodrigo Castelo.

Não poderia terminar essa introdução sem levantar dois pontos para reflexão. No convite que fez a mim para prefaciar o livro, Castelo reconhecia que, a despeito de nossas divergências, éramos interlocutores. É com esse espírito que finalizo essas breves notas.

A primeira problematização que faço é a seguinte: qual é a extensão do conceito de crise orgânica? Se reconheço que Gramsci formulou de forma a clara distinção entre crise orgânica e crise conjuntural, parece-me que falta um conceito intermediário para dar conta das mudanças da forma de Estado. Falo disso por entender que seria importante restringir o conceito de crise orgânica aos processos de crise revolucionária e que envolvem mudanças do tipo de Estado (ou do “Estado em seu conjunto”) e conceber um outro conceito para pensar as crises que engendram transformações nas formas de Estado sem com isso comprometer o poder político das classes dominantes. A pretensão aqui é pensar na possibilidade de realizar um processo de assimilação crítica da análise de Gramsci, fazendo coincidir o conceito de crise orgânica com o conceito leninista de crise ou situação revolucionária para designar a existência de uma força social com capacidade de desalojar a antiga classe dominante do poder. O conceito de crise da forma de Estado poderia ser útil para pensar as mudanças nos limites da ordem capitalista, que geralmente implicam alterações na hierarquia interna do bloco no poder, na relação das classes dominantes com as classes dominadas e na

rearticulação da capacidade decisória dos ramos do aparelho de Estado.

Quando Castelo faz uso do conceito de crise orgânica para caracterizar a conjuntura mais recente parece reconhecer que não estamos diante de uma crise revolucionária. Pergunto: será que essa elasticidade do conceito de crise orgânica, aplicada para tratar tanto de crises revolucionárias como de crises nos limites da ordem, não cria dificuldades para observar a distinção entre as lutas de classe inscritas nos processos de reprodução social (p. ex.: 18 Brumário) e de transição social (p. ex. Manifesto) e o lugar que a questão estratégica do Estado ocupa em cada uma dessas situações?

Outro ponto que gostaria de problematizar é a conexão que o autor faz entre estratégia democrático e popular e (neo)desenvolvimentismo. Não haveria uma demarcação entre um e outro? Quando o PT adotou a estratégia democrática e popular no final dos anos 1980, pensava-a a partir de três pilares fundamentais: luta antilatifundiária, luta antimonopolista e luta antiimperialista. Esse programa fundava-se numa política de aliança que abarcaria operários, camponeses, setores de classe média e pequena e média burguesias. Após a derrota de Lula nas eleições de 1989, esse programa foi abandonado e o PT passou a aderir passiva e gradualmente ao neoliberalismo, vindo a sustentar um programa que não tinha mais como horizonte a ruptura com o neoliberalismo, mas limitava-se a realizar reformas no capitalismo neoliberal. Será que faz sentido caracterizar os governos petistas como sendo governos democrático-populares quando sabemos que nenhum dos três pilares acima mencionados que davam base ao programa democrático e popular, foram implementados em 13 anos de governo?

Estou de acordo quanto ao uso do conceito de social-liberalismo para tratar das reformas sem superação do neoliberalismo que os governos petistas realizaram. Outros analistas da conjuntura utilizaram as mais distintas noções para se referir ao mesmo fenômeno: “reformismo quase sem reformas”, “reformismo fraco”, “neodesenvolvimentismo nos limites do neoliberalismo” etc. Talvez as diferenças de fundo estivessem mais no modo como acentuaram as mudanças ou as

continuidades em relação aos governos tucanos e as consequências daí decorrentes para elaborar uma linha política de apoio crítico, crítica com independência política ou confronto intransigente com o governo. No entanto, fica ainda a questão a resolver: não haveria diferenças significativas entre o programa democrático-popular e o programa neodesenvolvi-mentista?

Termino as minhas observações retomando a provocação inicial sobre o título do livro e pergunto: Será que a ruptura com o capitalismo dependente não passa pela articulação entre o programa mínimo democrático-popular (antilatifundiário, anti-monopolista e antiimperialista) e o programa máximo socialista (destruição do Estado burguês dependente)?

Meu camarada Rodrigo Castelo, deixo esses pontos para a reflexão coletiva sem a pretensão de dar respostas rápidas ou esgotá-los, mas com a certeza de que aprendi muito com a leitura do seu livro.

Aos leitores e leitoras, desejo uma boa e combativa leitura!

Chapecó, 20 de outubro de 2021.

## Apresentação

---

Desde os manuscritos de Marx e Engels de crítica à ideologia alemã, que remontam à década de 1840, o materialismo histórico analisa a história das teorias não como um desenrolar do debate de ideias em si mesmo, mas como uma das expressões das lutas de classes. O mundo das ideias tem suas raízes no terreno da prática humana. Intelectuais e suas respectivas ideologias estão condicionadas pelos modos de produção em toda a sua complexidade, herdando fantasmas do passado e dramas do presente. São, assim, frutos do fluxo contínuo da história.

Mulheres e homens que atuam como intelectuais numa determinada sociedade são igualmente atrizes ativas e atores ativos, e não meros produtos passivos e contemplativos da história das lutas de classes. Não há um sentido unívoco da base econômica que determina mecanicamente a superestrutura. As ideias, condicionadas em linhas gerais pelo tempo histórico de um modo de produção, impactam, direta e indiretamente, a base produtiva e transformam a realidade a partir da práxis das classes sociais e seus intelectuais. Há, portanto, nos dizeres de Engels, uma ação recíproca entre base e superestrutura, com a subsequente valorização dos elementos subjetivos presentes na realidade. Em carta escrita em julho de 1893, Engels ([1893] 1977, p.44) explicita a categoria de ação recíproca elaborada tardiamente pelo materialismo histórico:

A isso está relacionada esta estúpida ideia dos ideólogos: a de que, como negamos um desenvolvimento histórico independente às diferentes esferas ideológicas que desempenham um papel na história, também lhes negamos todo *efeito histórico*. A base desta ideia é uma concepção vulgar, não dialética, da causa e do efeito como polos opostos de forma rígida; é a ignorância absoluta da ação recíproca. Esses senhores esquecem com frequência e quase

deliberadamente que um fator histórico, por ter sido engendrado por outros fatos, em última instância econômicos, reage também por sua vez e pode reagir sobre aquilo que o cerca, inclusive sobre suas próprias causas.

Estes princípios metodológicos elaborados em obras marxianas e engelsianas, como *A ideologia alemã*, *Manifesto do partido comunista*, os quatro volumes de *O capital* e *Anti-Dühring*, são fontes de inspiração para o presente livro. O debate ideológico latino-americano travado entre reacionários, conservadores, progressistas, reformistas e revolucionários e suas respectivas escolas de pensamento e aparelhos de hegemonia é contextualizado a partir das suas abordagens sobre o capitalismo dependente e os projetos políticos da burguesia, proletariado, campesinato, classes médias e demais grupos sociais e frações de classe que compõem as lutas de classes da região. Só é possível entendermos as diversas facetas do desenvolvimentismo – conservador, nacionalista, nacional-popular, ditatorial – e do marxismo latino-americano – leninista, trotskista, maoísta, guevarista, sandinista, etc. – se os relacionarmos com a nova divisão internacional do trabalho do pós-Segunda Guerra Mundial, a transição entre padrões de reprodução do capital, as novas formas do Estado burguês (populista, fascista, de contrainsurgência, etc.), o novo caráter da dependência e o subimperialismo, os golpes autocráticos e os interesses históricos das classes sociais.

O segundo fundamento teórico-metodológico do materialismo histórico recolhido para o estudo da história do pensamento latino-americano é a relação nem sempre evidente das teorias com a visão social de mundo dos seus produtores e sistematizadores. Ao contrário da neutralidade intelectual advogada por correntes do pensamento hegemônico, com forte influxo positivista, o marxismo defende que toda produção ideológica está condicionada, em maior ou menor grau, à visão social de mundo dos intelectuais. Recordar-se que as ideologias são produzidas pelas ações das classes sociais e sistematizadas, em diferentes níveis de elaboração, pelas e pelos intelectuais, seja individualmente, seja coletivamente nos seus aparelhos privados de hegemonia.

Desta proposição geral do materialismo histórico, não se deve estabelecer uma correlação mecânica entre classes sociais, ideologia e intelectuais, atentando para importantes mediações da produção teórica. A primeira mediação a ser destacada é que a origem de classe de uma pensadora ou pensador não determina de forma unilateral a sua produção ideológica. Um intelectual, individualmente considerado, não está fatalmente preso ao horizonte intelectual da sua classe. Na história das ideias, temos inúmeros exemplos de rebeliões e traições operadas por intelectuais que se bandeiam para classes distintas das suas origens sociais, e isto vale para intelectuais proletários cooptados pelo sistema dominante, como também para intelectuais pequeno-burgueses atraídos pelo projeto socialista. No seu texto sobre a decadência ideológica do pensamento burguês, afirma György Lukács ([1938] 2010, p.70):

A relação complexa, desigual e não fatalista do ideólogo singular com os destinos de sua classe manifesta-se precisamente no fato de que a sociedade apresenta apenas na superfície aquela obediência a um rígido conjunto de leis, cujo reflexo – deformado depois pela ideologia da decadência – constitui a essência da decadência. Na realidade, o desenvolvimento social é uma unidade de contradições, viva e dinâmica; é a ininterrupta produção e reprodução destas contradições. Acrescente-se a isto que todo ideólogo, não importa de que classe provenha, está de modo hermético e solipsista aprisionado no ser e na consciência de sua classe apenas para a sociologia vulgar; na realidade, porém, está sempre em face da sociedade como um todo.

No caso dos estudos empreendidos na coletânea que leitoras e leitores têm em mãos (ou nas telas), o desenvolvimentismo é retratado como uma produção ideológica que sistematiza os interesses históricos da burguesia industrial latino-americana na conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial até a hegemonia neoliberal consolidada nos anos 1980. Mas o desvelamento do horizonte de classe das ideologias reformistas do capitalismo autônomo, que quase sempre aparece mistificado pelos seus formuladores, passa pela busca

das mediações presentes nas obras desenvolvimentistas. Não se trata de um denunciamento ideológico. Grande parte dos intelectuais desenvolvimentistas não é herdeira de fortunas de grandes empresários ou da alta classe média e não tinha militância ativa em aparelhos privados de hegemonia da burguesia industrial; ao contrário, alguns nutriam ligações genuínas com os movimentos populares e partidos progressistas, embora tampouco tivessem vinculação com as organizações proletárias/comunistas. Seus trabalhos têm a marca dos aparelhos estatais de produção do conhecimento, como agências multilaterais, universidades e centros de pesquisa e incorporam, em larga medida, as melhores tradições críticas estadunidenses, europeias e, acima de tudo, latino-americanas, incluindo aí generosas doses do marxismo (diluídas no meio de tantas outras). E vale destacar que muitos deles tiveram posicionamentos frontalmente contrários às ditaduras empresarial-militares e, por isso, foram perseguidos e exilados logo nos instantes primeiros dos golpes, sendo que vários foram presos e torturados. Nunca é demais lembrar desses últimos fatos se lutamos por memória, verdade e justiça.

São dessas contradições advindas dos processos reais que a análise crítica das ideologias desenvolvimentistas deve partir, e não do simples fato de apontar seu caráter de classe. No auge da crítica desenvolvimentista ao padrão de reprodução do capital implementado pelas sanguinárias ditaduras latino-americanas, ocorrido nos anos 1970, seus intelectuais ensaiaram uma rebelião com o projeto burguês, muitas vezes tangenciando a ruptura com os horizontes intelectuais da classe a qual se ligavam. Era preciso ir além da crítica à economia vulgar marginalista e modelos econométricos importados da Europa e/ou dos Estados Unidos. A aproximação com o marxismo foi crescente, suas produções se radicalizaram na forma e no conteúdo e temáticas mais polêmicas, antes ignoradas, foram incorporadas aos seus textos. É neste período, por exemplo, que Celso Furtado chega a falar no mito do desenvolvimento econômico.

Depois do auge, veio a decadência. A transformação das bases produtivas a partir da concentração e centralização do capital monopolista, o crescimento da hegemonia das

multinacionais e o caráter ditatorial dos Estados latino-americanos – que cerraram as portas para demandas de setores pequenos e médios das frações do capital industrial –, solaparam as bases do projeto desenvolvimentista e a sua militância radicalizada ficou restrita ao campo das ideias. Ao fim e ao cabo, esta rebelião desenvolvimentista desmobilizou suas barricadas, pois teve como ponto de apoio o alargamento do horizonte pequeno-burguês, e não a adoção do projeto revolucionário proletário. Subjetivamente, não souberam transpor suas próprias barreiras.

Era chegada a hora do apaziguamento da *crítica crítica*. Nos anos 1980, vislumbramos movimentações de luta e resistência dos intelectuais desenvolvimentistas no debate público brasileiro, como a redemocratização, as Diretas Já e a promulgação da Constituição Federal. Todavia, a resultante final foi o apassivamento e o acomodamento ao padrão de supremacia burguesa gestado na “década perdida”. Não à toa, diversas lideranças desenvolvimentistas embarcaram no governo Sarney; outros insuflaram o neoliberalismo tucano. Luiz Carlos Bresser Pereira é um caso à parte: conseguiu a proeza de transitar com desenvoltura pelos altos escalões dos três governos (PMDB, PSDB e PT) mais significativos da Nova República. Como disse Florestan Fernandes a respeito do papel dos economistas ortodoxos e, principalmente, heterodoxos no restabelecimento da democracia formal no Brasil:

[...] alguns com a cabeça colonizada, já moldada pelas combinações entre doxos e heteros que entraram na moda entre os *scholars*, outros saídos de quadros democrático-nacionalistas da “esquerda”, constituíram os quadros intelectuais da “recuperação econômica”. De sacerdotes da burguesia deram um salto notável, que os revelou como coveiros das aspirações socialistas e comunistas dos grupos mais organizados do proletariado e do radicalismo larvar das massas populares destituídas. (FERNANDES, [1986] 2007, p.45)

Desarmado do seu potencial crítico que chegou no auge nos anos 1970, o estruturalismo cepalino vivencia, desde então, um largo período de decadência ideológica. Derrotado nos anos

1980 pelo monetarismo neoclássico e o projeto burguês do neoliberalismo, nunca mais recuperou o seu vigor de outrora no Brasil e, ainda assim, é uma das ideologias hegemônicas na centro-esquerda do país. O seu último suspiro foi o neodesenvolvimentismo, nascido na primeira década do século 21 e que teve seu ápice no segundo governo Lula e no primeiro de Dilma. Naquele período, já não dispunha de força para disputar a hegemonia no bloco de poder dominante e se limitou a ser uma linha auxiliar do social-liberalismo.

O terceiro ponto para a crítica da economia política latino-americana é o método de inventariar os sistemas ideológicos por meio das suas controvérsias. Desde 2007, o então coletivo de jovens pesquisadoras e pesquisadores do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (Lema/UFRJ) iniciou um estudo sistemático do pensamento econômico brasileiro. De um exitoso curso de extensão, que percorreu as obras de Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré, Octavio Ianni e Ruy Mauro Marini, às pesquisas e redação do livro *Ecos do desenvolvimento* (MALTA, 2011), nos empenhamos na criação de uma proposta de análise da história do pensamento econômico brasileiro baseada no materialismo histórico, diferentemente do que haviam feito Ricardo Bielschowsky (1988) e Guido Mantega (1984) nos seus trabalhos de referência.

Tradicionalmente, a história do pensamento econômico segue um modelo de agrupar intelectuais em escolas de pensamento, dispostas em ordem cronológica. Primeiro, o mercantilismo, depois os fisiocratas, a economia política clássica, a crítica da economia política, os marginalistas e assim por diante. Ou, então, elegem-se figuras de destaque que passam a ser teoricamente escrutinadas nos seus pormenores. No Brasil, os livros de Bielschowsky e Mantega seguem, em linhas gerais, este modelo consagrado nos grandes manuais da área, alternando escolas e figuras de proa do pensamento econômico.

O livro *Ecos do desenvolvimento* propõe um método alternativo de investigação e exposição das ideias, a saber, o de organizar a história do pensamento econômico por meio das

suas controvérsias ideológicas inseridas nos seus respectivos contextos econômicos, políticos e culturais. Nossas referências foram os livros de *O capital* de Karl Marx e *História do pensamento econômico*, de Isaac Rubin. De acordo com a redatora e os redatores do capítulo inicial do livro,

[...] consideramos que a noção que dá origem a uma boa base para a análise das controvérsias que constituíram a história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989 é a noção de desenvolvimento. Nossa observação inicial é que a questão do desenvolvimento povoou o pensamento da imensa maioria dos economistas do Brasil e que a maior parte dos debates do período em estudo tem como referência fundamental um projeto de desenvolvimento para o país. De fato, os projetos em disputa são bastante diversos, seus referenciais analíticos são variados e, em alguns casos, importantes, bastante ecléticos. A variedade de abordagens e de projetos políticos influencia também os caminhos e os temas dos debates. (MALTA; CASTELO; ROCHA; BORJA; BIELSCHOWSKY, P., 2011, p.35)

De posse desse instrumental, mapeamos algumas das principais controvérsias do pensamento econômico brasileiro: estagnação, debate distributivo, padrões de acumulação e revolução brasileira, enquanto outras ficaram de fora, como a da dependência. A partir daí estudamos a presença e a posição teórico-política das escolas de pensamento e seus principais intelectuais em cada uma das controvérsias. Assim, a história das ideias é contada pelos embates ideológicos que expressam choques entre múltiplos interesses de classe e frações de classe. Parafrazeando uma velha e batida frase marxiana-engelsiana: o motor da história do pensamento é a história das controvérsias entre correntes ideológicas, intelectuais e seus aparelhos privados de hegemonia.

Essa proposta do Lema significou um substantivo avanço metodológico em relação aos trabalhos de Bielschowsky e Mantega e, por isso, é aqui incorporada. Apesar do acordo no tocante ao método, cabe uma ressalva em forma de autocrítica: a questão de fundo que organiza as controvérsias do período estudado não é a do desenvolvimento, mas sim a da Revolução

Brasileira, que, aliás, é anterior ao denominado ciclo desenvolvimentista (1930-80). Em termos teóricos, o debate sobre o desenvolvimento foi um dos aspectos da controvérsia mais ampla dos projetos políticos de transformação social em disputa nas lutas de classes latino-americanas. O fundamento desta tese, que ainda merece ser burilada, não está definido no plano teórico, mas sim no campo histórico. Nascida na primeira década do século 20 com as agitações das revoltas da Chibata (1910) e do Contestado (1912-1916), da greve geral de 1917 e do levante anarquista de 1918 na capital federal, e fortalecida na seguinte com a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (março de 1922), a revolta do Forte de Copacabana (1922) e a Coluna Prestes (1924-27), a controvérsia da Revolução Brasileira pode ser considerada como precursora e, no limite, como impulsionadora do desenvolvimentismo. Com a crise orgânica mundial aberta com a Primeira Guerra Mundial (1914-18) e aprofundada com a Revolução bolchevique (1917) e a crise econômica dos anos 1930, as classes dominantes trataram de confeccionar alternativas reacionárias às rebeliões socialistas, como o fascismo, e impulsionar outras pela centro-esquerda, como o desenvolvimentismo. A gênese do desenvolvimentismo deve ser procurada, portanto, no terreno da luta de classes que estava condicionada, naquele momento, pelos debates teóricos e saídas políticas apontadas pela Revolução Brasileira, o que permaneceria até os anos 1980 com inúmeras variações.

Por último, o quarto ponto teórico-metodológico a ser aqui ressaltado é a crítica imanente, baseada no estudo meticuloso do método, das categorias e conceitos e das referências bibliográficas dos textos a serem refutados. O exemplo que mais chama atenção na história do marxismo é o volume IV de *O capital*, intitulado no Brasil de *Teorias da mais-valia*, no qual Marx faz um levantamento sem igual da história do pensamento econômico, seguido de uma pesquisa rigorosa a respeito da fisiocracia, economia política clássica e economia vulgar. O prefácio da primeira edição alemã do livro I de *O capital* e o posfácio da segunda edição também são dignos de nota. O objetivo de Marx não é inventariar as ideias que o precederam para aperfeiçoar de forma diletante a sua erudição, mas sim aprofundar o seu próprio instrumental teórico-

analítico. Só é possível conhecer a crítica da economia política na sua inteireza tendo livre trânsito pelas obras de François Quesnay, James Steuart, William Petty, Adam Smith, David Ricardo e companhia. Como escreve Isaac Rubin no prefácio à segunda edição da sua *História do pensamento econômico*,

Hoje sabemos que a abundância das breves observações sobre Smith, Ricardo e outros economistas que Marx espalhou pelas notas de rodapé de *O capital* são os resumos abreviados, para não dizer parcimoniosos, das pesquisas altamente detalhadas – e, por vezes, extenuantes – contidas nas *Teorias da mais-valia*. É apenas à luz das *Teorias* que podemos apreciar plenamente o quanto essas notas – redigidas quase como se fossem incidentais – são uma parte orgânica do texto de *O capital* e o quão insuperáveis eram, para Marx, as tarefas de estudar seus predecessores e de construir seu próprio sistema. (RUBIN, [1929] 2014, p.32)

De acordo com o levantamento sobre a produção textual do marxismo no Brasil, não temos conhecimento de redação de um material equivalente à *Teorias da mais-valia* na crítica ao desenvolvimentismo ou ao neodesenvolvimentismo. Essa observação, de modo algum, invalida o esforço da crítica imanente dos marxistas ao estruturalismo cepalino e suas ramificações contemporâneas. O ponto de partida deve ser o estudo das fontes originais e o reconhecimento dos aportes críticos que o desenvolvimentismo legou ao pensamento social latino-americano. E não foram poucos, segundo Vânia Bambirra, redatora de uma obra seminal de história do pensamento econômico:

No caso dos [nacionalistas] de esquerda, em que pese várias limitações que podem ser encontradas nas suas obras, tratavam de fazer suas análises as mais objetivas possíveis a fim de compreender para transformar. No caso do desenvolvimentismo, que foi a expressão mais bem elaborada no continente da ciência social burguesa, aliás, desde a visão de mundo burguês, tinha que tratar de ser a mais objetiva possível pois a burguesia, especialmente enquanto é revolucionária, necessita, para o funcio-

namento e afirmação do seu sistema, do conhecimento objetivo. Por isso, para prestar serviços eficientes a sua classe, a Cepal buscava sempre objetividade, obviamente dentro de seus limites, que estão dados pelo fato de que sendo uma instituição do sistema, enquanto tal não pode questioná-lo e, por isto, suas análises tendem a perder objetividade e adquirir um corte nitidamente ideológico. [...] Mas muitas das análises sobre aspectos parciais da realidade que esta instituição realizou, muita da documentação empírica que organizou e processou, incluindo muitas de suas categorias de análise, correspondiam a uma descrição mais ou menos objetiva dos seus objetos de investigação. O que precisava ser questionado a fundo eram o seu método de análise, os seus pressupostos teóricos e políticos, o enfoque dos problemas e, claro, as soluções que defendia. (BAMBIRRA, [1978] 1983, p.30-1, tradução livre)

Tal qual Marx fez na sua crítica da economia política – negando e, ao mesmo tempo, incorporando elementos teóricos dos fisiocratas e economistas clássicos em um processo de superação dialética na criação da sua própria teoria –, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos foram a fundo nos estudos de diversas escolas do pensamento latino-americana e, no processo de crítica, incorporaram algumas das suas teses enquanto negavam outras. Ao final, erigiram novas sínteses. Esse procedimento metodológico foi consciente e levado às últimas consequências pela teoria marxista da dependência, como atesta Vânia Bambirra ([1978] 1983, p.32, tradução livre):

Desde o ponto de vista estritamente marxista não há nada de deplorável nisto: foi o próprio Marx quem melhor soube “roubar” várias das categorias analíticas burguesas e precisá-las de acordo com a sua concepção. Todos sabemos que o marxismo é em boa medida um produto da assimilação crítica e da superação da economia clássica burguesa.

O livro *Tragédia, farsa e crise* não é uma crítica global ao pensamento social e econômico brasileiro, nem muito menos

uma síntese, tal qual fizeram Caio Prado, Florestan, Ianni, Marini, Theotônio e Vânia no seu tempo. Longe disso. O objetivo, ao compilar artigos produzidos ao longo de mais de uma década, é tão somente se somar ao esforço coletivo de retomada dos debates sobre a Revolução Brasileira e a ruptura com o capitalismo dependente a partir da transição socialista. Daí o aceite ao convite dos organizadores da coleção *Revolução brasileira em debate* da editora *Lutas anticapital* para revisar e republicar alguns dos meus textos, contribuindo com esta empreitada editorial do mais alto valor. Se não fosse por este convite, e pelos incentivos de Tatiana Brettas, Fernando Correa Prado e Bruno Borja, os artigos aqui reunidos continuariam dispersos por revistas, livros e páginas cibernéticas. O meu muito obrigado a todas e todos pelos incentivos e interlocuções e pelo trabalho de edição da obra! Agradeço também, em especial, Danilo Martuscelli, Lúcio Flávio de Almeida e Marina Machado Gouvêa a escrita dos textos do prefácio, da orelha e da quarta capa do livro, e também a Mauro Iasi pelas charges presentes nas aberturas das duas partes do livro.

Apesar de ter sido um convite encantador, inicialmente hesitei em participar do projeto, pois logo me veio uma pergunta à cabeça: por que retornar ao tema da crítica ao (neo)desenvolvimentismo numa conjuntura de aprofundamento de crise orgânica do capitalismo e fortalecimento da extrema-direita e grupos fascistóides? O revolver das críticas dentro da esquerda brasileira não jogaria água no moinho da direita? Apesar de tudo o que aconteceu ao longo de 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), das Jornadas de Junho, do golpe de 2016 e da vitória de Jair Bolsonaro, as forças hegemônicas nos setores democrático-progressistas se recusaram a esboçar uma autocrítica consequente e se dedicaram a analisar o fim dos governos Lula e Dilma como uma era de restauração neoliberal, como se o neoliberalismo tivesse sido momentaneamente suspenso na era petista e voltado no período pós-golpe. Na minha visão, como busco mostrar na parte II do livro, o chamado ultraneoliberalismo não é um período de restauração neoliberal, dado que o neoliberalismo nunca deixou de ser a força hegemônica no país (e no mundo, com raríssimas exceções), nem mesmo nos governos do PT e seus aliados. O que

estamos vivendo é uma nova fase do neoliberalismo, provavelmente a última e certamente a mais virulenta.

Vencida esta barreira da hesitação inicial, reli antigos escritos de minha autoria: alguns me causaram boa impressão, outros nem tanto (estes ficaram de fora da coletânea) e fui revisitar e conhecer passagens das obras de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra para avançar metodologicamente nas críticas ao mito do desenvolvimentismo, que teima em não morrer. (BORON, 2010) O resultado final é uma coletânea sobre a crítica da economia política (neo)desenvolvimentista, a crise orgânica do bloco histórico neoliberal e a manutenção da supremacia rentista burguesa ao longo dos últimos 30 anos no Brasil (e no mundo).

A primeira parte do livro, intitulada *Da tragédia desenvolvimentista à farsa neodesenvolvimentista*, recolhe seis textos sobre a história do pensamento econômico e social latino-americano, com ênfase na controvérsia da Revolução Brasileira dos anos 1950 a 1980. São textos escritos entre 2009 e 2021, ano no qual finalizei o único capítulo inédito do livro, justamente o primeiro. O capítulo inicial é dedicado ao estudo das obras de Bambirra, Dos Santos e Marini a respeito da história do pensamento social na América Latina e suas críticas à teoria da modernização, do desenvolvimento e, principalmente, ao reformismo da estratégia nacional-democrática hegemônica pelos partidos comunistas nas décadas de 1950 a 70. O segundo texto busca desvendar os caminhos da crítica marxista de Florestan Fernandes ao desenvolvimentismo entre 1960 e 1970, afastando-se e superando a escola cepalina nos temas do subdesenvolvimento, capitalismo dependente e da Revolução Brasileira. O propósito deste texto ainda segue pertinente pois, em 2020, homenagens prestadas aos centenários de nascimento de Furtado e Florestan trataram os autores como pertencentes ao mesmo campo político e teórico, quando há, no fundo, uma significativa ruptura entre as suas obras que os coloca em campos diversos dentro da esquerda (em que pese a mútua admiração entre os dois e a crítica às mazelas sociais no Brasil). Em seguida, temos um capítulo de livro originalmente publicado no primeiro volume da coleção *Revolução Brasileira em debate*, apresentando elementos críticos a respeito das ciências sociais

emanadas do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e da economia política da Escola de Campinas (hoje localizada no Instituto de Economia da Unicamp). A tese central é que o Cebrap e a Escola de Campinas conformaram as bases teóricas, junto a outras correntes, do que viria mais tarde ser chamado de Estratégia democrático-popular. O quarto e o quinto capítulos foram escritos praticamente como complementares, com avanços teóricos no texto de 2012, e trazem análises sobre a decadência ideológica do estruturalismo cepalino a partir das correntes neodesenvolvimentistas. O sexto e último capítulo da primeira parte foi escrito em parceria com Fernando Correa Prado e traz um balanço da retomada da teoria marxista da dependência (TMD) no Brasil no século 21. É irônico constatar que o país berço da TMD, e que mais a rechaçou, tornou-se hoje o epicentro dessa retomada. Nesta primeira parte, em suma, recolhemos contribuições de obras clássicas de Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos que nos serviram de base para a crítica ao (neo)desenvolvimentismo e para levantarmos novas reflexões metodológicas sobre a história do pensamento econômico e social.

A história das ideologias, como chamamos atenção no início desta breve apresentação, por mais importante que seja, não garante a completude da crítica às ideologias. É também necessário um estudo das condições materiais e subjetivas de uma determinada formação econômica-social, numa conjuntura histórica, para avançarmos em efetivas superações teóricas. E mais: estas superações só acontecem em momentos nos quais a força de uma teoria emana da sua materialização nos interesses históricos das classes sociais em disputa pela direção intelectual-moral de uma sociedade. Em outras palavras, a resolução de uma controvérsia ideológica não se dá exclusivamente no plano das ideias, mas também – e principalmente – na correlação de forças das classes sociais travando a batalha pela supremacia num determinado país.

Neste sentido de entender a história das ideologias e sua crítica como parte da tarefa de subsidiar as lutas sociais populares, na segunda parte do livro, chamada de *Supremacia rentista e crise orgânica no Brasil neoliberal*, me dediquei a

compilar artigos de análise de conjuntura escritos a partir de 2013, ano que inaugura a crise orgânica capitalista no Brasil e no qual a temperatura das lutas de classes sobe a nível estratosférico. A influência de Antonio Gramsci fica evidente nesta parte do livro.

Desde 2012 me vejo envolvido numa militância orgânica sindical e partidária e o gabinete de estudos ficou em segundo plano, mas constantemente revisitado, sem guardar poeira. De 2013 em diante, o chamamento das ruas e das lutas de classe dá o tom dos textos. O sétimo capítulo foi uma tentativa de diferenciar duas ideologias – o social-liberalismo e o neodesenvolvimentismo – que ajudaram a soldar o bloco social dominante durante os governos democrático-populares do Partido dos Trabalhadores (PT) e seus aliados de centro-esquerda, centro-direita e direita. Tais ideologias, muitas vezes tomadas como iguais, tiveram papéis diferentes ao longo dos 13 anos de governos petistas e, por isso, busquei mostrar como o neodesenvolvimentismo foi um apêndice no bloco social dominante sem ameaçar a hegemonia social-liberal. O oitavo capítulo é o texto mais curto de todos, escrito para um dossiê da revista *Margem esquerda* em 2013 logo após as Jornadas de junho. Na época, a preocupação maior era com os indícios de gestão militarizada da “questão social” no Brasil e o endurecimento das lutas de classe. Naquele então, as forças militares brasileiras – que haviam liderado a infame intervenção no Haiti – passaram a atuar como gendarmes na ordem interna do nosso país em ocupações de territórios populares no estado do Rio. Não à toa, líderes militares oriundos da expedição subimperialista na ilha caribenha se tornaram ministros e assessores do governo protofascista de Jair Bolsonaro. O penúltimo capítulo é de 2017 e trata do poder econômico, político e cultural exercido pelas frações rentistas das classes dominantes a partir da era neoliberal. É um estudo que apresenta a categoria marxiana de *violência como potência econômica* para a análise concreta da supremacia do capital financeiro financeirizado no Brasil, desde os governos Fernando Henrique Cardoso até o golpe de 2016, que inaugura um novo patamar da supremacia rentista com a Emenda Constitucional n.95/16. Por fim, o décimo capítulo apresenta uma síntese

inédita de três antigos textos, um de base mais teórica (sobre a categoria de crise orgânica na obra de Gramsci) e outros dois mais analíticos sobre a conjuntura contemporânea no governo Bolsonaro que exploram as contradições internas do bloco social dominante.

As referências completas dos locais originais de publicação dos artigos aqui compilados se encontram na primeira nota de rodapé de cada um dos capítulos. Além de facilitar a leitura com a localização e data exatas das publicações, esta foi a forma que encontrei para dar o merecido destaque às obras originais.

Na verdade, o livro não se encerra no último capítulo. Em tempos de crise orgânica e pandemia, todas e todos nós sairemos afetadas e afetados. Pitadas de insanidade podem ser providenciais. E, para dar vazão a esta necessidade de sobrevivência, arrisco trazer a público seis pequenas amostras de mecanismos psíquicos de autodefesa. São poesias escritas sob intensa aflição e angústia, que saíram compulsoriamente sem pedir licença. Estes textos finalizam o livro para trazer a fervura das lutas de classes no Brasil nos últimos quatro anos e nos armar para o bom combate. Pois, como diria Paulo Leminski,

*En la lucha de clases  
todas las armas son buenas  
pedras  
noches  
poemas*

### **Referências Bibliográficas**

BAMBIRRA, Vânia. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. 2 ed. México D.F.: Era, [1978] 1983.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BORON, Atilio. Duro de matar. O mito do desenvolvimento capitalista nacional na nova conjuntura política da América Latina. In:\_\_\_\_. *O socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?* São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.17-38.

ENGELS, Friedrich. Carta a Franz Mehring, 14 de julho de 1893. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Cartas filosóficas e outros escritos*. São Paulo: Grijalbo, 1977. p.42-44.

FERNANDES, Florestan. *Que tipo de república?* 2 ed. São Paulo: Globo, [1986] 2007.

LUKÁCS, György. “Marx e o problema da decadência ideológica”. In:\_\_\_\_. *Marxismo e teoria da literatura*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, [1938] (2010). p.51-103.

MALTA, Maria (org.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea; Centro Internacional Celso Furtado de políticas para o desenvolvimento, 2011.

MALTA, Maria; CASTELO, Rodrigo; ROCHA, Marco Antonio da; BORJA, Bruno; BIELSCHOWSKY, Pablo. A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão. In: MALTA, Maria (org.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea; Centro Internacional Celso Furtado de políticas para o desenvolvimento, 2011. p.23-52.

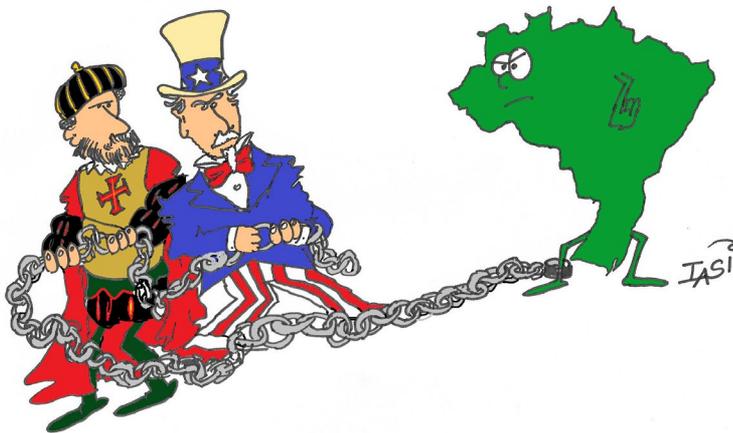
MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 4 ed. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1987.

RUBIN, Isaac Ilich. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, [1929] 2014.

## Parte I

---

### Da tragédia desenvolvimentista à farsa neodesenvolvimentista





# 1.

## **Críticas, superações e sínteses: uma história das ideologias latino-americanas na perspectiva da teoria marxista da dependência\***

A controvérsia da dependência e a sua corrente marxista tem um espaço muito restrito na história do pensamento econômico brasileiro (HPEB), embora tenha sido central nos debates ideológicos latino-americanos nos anos 1960 e 1970. Na década de 1980, chamada pelos economistas de “década perdida”, foram lançados dois títulos editoriais que marcaram época na HPEB, frutos de teses de doutorado. O primeiro foi *A economia política brasileira*, de Guido Mantega, em 1984 pelas editoras Polis e Vozes, e que rapidamente alcançou algumas edições. Quatro anos depois, Ricardo Bielschowsky lançou, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, versão editorial da sua tese premiada pela Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (Anpec). A primeira edição logo se esgotou e não encontrou reedições a seguir, tornando-se inacessível por um tempo razoável ao público interessado. A segunda saiu em 1995 pela Contraponto e, desde então, o livro ganhou novas reimpressões e teve boa distribuição

---

\* Este capítulo é um texto inédito e foi produzido a partir de notas de estudo para a palestra proferida na mesa 12 do II Seminário nacional e I Seminário internacional Economia, política e dependência, organizado pelo grupo de pesquisa Estado, direito e capitalismo dependente da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). A mesa 12, intitulada A ideologia do desenvolvimentismo e do neodesenvolvimentismo, contou com a participação de Fernando Correa Prado (Unila) e Mariano Félix (UNLP) e ocorreu no dia 29 de outubro de 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JEWuMvxq75g>.

no mercado, consolidando-se como a principal obra de referência da história do pensamento econômico brasileiro.

O livro de Bielschowsky não tem uma seção específica sobre a controvérsia da dependência, embora o tema apareça em alguns trechos. Na publicação de Mantega, o tema é tratado em um capítulo à parte com uma análise de textos de André Gunder Frank, Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, em que pese a inconsistência das críticas enviesadas e os seus erros teóricos evidentes, muitos deles inventariados por Fernando Correa Prado no artigo *História de um não-debate*. (PRADO, 2011) Na mais recente e inovadora obra sobre a história do pensamento econômico brasileiro, *Ecos do desenvolvimento* (2011), organizada por Maria Mello de Malta no âmbito do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (Lema/UFRJ), a controvérsia da dependência não tem um capítulo específico, tal qual acontece na obra de Bielschowsky, mas certamente o tema ganha maior peso no livro produzido pelo Lema. E os dois volumes da história oral do pensamento econômico brasileiro, publicados pela Editora 34 com os títulos de *Conversas com economistas brasileiros*, trazem 25 entrevistas com intelectuais que contemplam a pluralidade das teorias econômicas, inclusive as neoclássicas, e nenhuma com representantes da teoria marxista da dependência.

Na história do pensamento social brasileiro, constatamos, em geral, a mesma lacuna. Em 1986, Reginaldo Moraes, Ricardo Antunes e Vera Ferrante organizaram o livro *Inteligência brasileira*, que traz uma série de artigos sobre pensadores sociais brasileiros e nenhum apresenta a teoria marxista da dependência. No último texto, escrito por Carlos Guilherme Mota, há honrosas menções às produções de André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. (MOTA, 1986, p.289 e 295) A partir de 1991, começa a publicação da *História do marxismo no Brasil*, empreendimento de largo fôlego que demorou 16 anos para ser completado. Nos seis volumes da coleção, também não encontramos um capítulo especial sobre a TMD, apenas citações esparsas nos textos de Guido Mantega (1995) sobre o marxismo na economia brasileira e nos de Carlos Alberto Dória (1998) e Marcos del Roio (2007) acerca da Revolução Brasileira. A contribuição mais significativa sobre a

TMD está no volume 5, no qual Marcelo Badaró Mattos (2007) dedica-se a escrever um capítulo específico sobre a trajetória da Política Operária (Polop), organização onde Bambirra, Dos Santos e Marini tiveram posições destacadas na práxis militante nos anos 1960. Tempos depois, em 2011, a Editora 34 lançou *Conversas com sociólogos brasileiros* com 21 entrevistas, reunindo um seleto time de pesquisadores da área. Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, ainda em plena atividade intelectual, não foram convidados e, com isto, uma das mais importantes correntes da sociologia latino-americana ficou novamente de fora da coleção de história oral do pensamento social brasileiro.

Constatamos, contudo, a partir da segunda década do século 21, um ponto de inflexão no exílio intelectual da teoria marxista da dependência no Brasil<sup>1</sup>. Houve um gradativo e ainda limitado reconhecimento da importância e grandeza dessa escola de pensamento e ação política, rompendo com o hegemonismo cebrapiano e da Escola de Campinas de economia na controvérsia da dependência. Em 2012, Paulo Emílio Matos Martins e Oswaldo Munteal dedicam à teoria da dependência uma seção inteira do livro *O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento*. Dois anos depois, Guillermo Almeyra presta homenagem a Ruy Mauro Marini na coletânea *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*, organizada por Luiz Pericás e Lincoln Secco. E, sem esgotar a lista, o mesmo Pericás organiza em 2019 *Caminhos da Revolução Brasileira*, no qual constam textos de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Êrico Sachs, um dos principais quadros da Polop. Antes desse ponto de virada na retomada dos debates sobre a teoria marxista da dependência no Brasil, uma honrosa exceção que vale destaque é *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*, no qual Michael Löwy recolhe contribuições de Gunder Frank, Marini e dos Santos numa seção própria. Isto para citarmos apenas exemplos de lançamentos editoriais.

No caso do presente livro – que tecnicamente não se trata de uma obra de história das ideologias, embora a primeira parte

seja dedicada a esta área do conhecimento –, considera-se que as produções de Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini são cruciais para a retomada do estudo crítico do pensamento social latino-americano. No período de redação dos artigos mais antigos que compõem *Tragédia, farsa e crise*, há citações marginais às produções de Bambirra, Dos Santos e Marini sobre a história das ideologias, sem incorporá-las diretamente como um referencial teórico-metodológico. Esse primeiro capítulo não pretende preencher a lacuna deixada pelos livros especializados na história do pensamento econômico e social brasileiro sobre a controvérsia da dependência<sup>2</sup> – o que ainda é uma tarefa incontornável nos dias de hoje se quisermos avançar teórica e politicamente frente ao ascenso reacionário de tendências neofascistas –, mas sim extrair as implicações teórico-metodológicas da TMD sobre o pensamento econômico e social.

O objetivo é destacar o papel de Bambirra, Dos Santos e Marini como historiadores das ideologias latino-americanas, e não somente como polemistas ativos nas controvérsias do seu tempo. Para esta tarefa, as fontes elencadas foram produções bibliográficas dos três representantes da TMD na área da história das ideologias, algumas delas ainda não traduzidas ao português, bem como seus memoriais escritos para o reingresso na carreira docente universitária no Brasil após a anistia de 1979.

### **Vânia Bambirra e a crítica positiva de uma anticrítica**

O exílio político de Vânia Bambirra no México nos anos 1970, apesar das agruras pessoais passadas desde o golpe de 1964 no Brasil, foi um período fértil da sua produção teórica.

---

1 Sobre a retomada da teoria marxista da dependência no Brasil no século 21, conferir mais detalhes no capítulo 6, *O início do fim?*

2 Essa tarefa foi realizada parcialmente com a publicação do livro *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil*, de Fernando Correa Prado (2020). Para uma nota de leitura crítica a este livro, ver *Desenvolvimentismo: a religião da esquerda latino-americana*, de Jones Manoel (2021). Vale também conferir a coletânea *Dependência e marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano*, organizado por Raphael

Nessa época ela se consolidou como pesquisadora acadêmica, conforme o seu depoimento no memorial de reintegração na Universidade de Brasília (UnB). (BAMBIRRA, 1991, p.60) Primeiro, trabalhou no Instituto de Investigaciones Sociales (IIS) da Universidad Nacional Autónoma de México (Unam) exclusivamente como pesquisadora, sem atividades de docência, tendo se dedicado à releitura das obras clássicas de Marx, Engels e Lenin e dos processos revolucionários mexicano e cubano. Junto a estas leituras, estudou a teoria marxista da transição socialista e o contexto histórico da Revolução Russa de 1917. Dessas pesquisas, resultaram a sua tese de doutorado *La teoría del socialismo en los clásicos – Karl Marx, Federico Engels e Vladimir Ilich Lenin*, e dois livros: *La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin*, escrito em co-autoria com Theotônio dos Santos e publicado em dois tomos pela Editora Era em 1980, (BAMBIRRA; Dos Santos, 1980) e *A teoría marxista da transição e a prática socialista*, lançado pela editora da UnB. (BAMBIRRA, 1993)

Em meados da década de 1970, Bambirra decidiu se afastar do IIS e assumir o posto de professora na Faculdade de Economia da Unam. Para isso, prestou concurso para o cargo de professora titular com a banca formada por Samuel Lichtensztein, Pedro Paz e Agustín Cueva. Vânia teve somente 15 dias para redigir a tese e participar do concurso e, ainda por cima, com restrições de páginas; ademais, foi submetida ao exame de currículo e prova de aula. A pequena tese rebatia críticas feitas à teoria da dependência e, dado o prazo exíguo, Bambirra se concentrou em três autores: Agustín Cueva, um dos membros da banca arguidora, Octávio Rodríguez, intelectual tradicional da Cepal, e Enrique Semo, coordenador da pós-graduação em Economia da Unam e intelectual ligado às teses dos partidos comunistas. Não cabe aqui sumariar as críticas: o que farei é recolher os princípios teórico-metodológicos de como Vânia Bambirra perseguiu a construção da história do pensamento social latino-americano e, em especial, a categoria que nos parece chave nessa sua empreitada: a *crítica positiva*.

---

Seabra (2016) e o livro *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*, de Claudia Wasserman (2017).

Sem fugir do bom combate, Vânia Bambirra tratou de estabelecer um diálogo crítico e fraterno com setores da intelectualidade latino-americana na defesa dos postulados da corrente marxista na controvérsia da dependência. Aprovada no concurso, lançou uma versão editorial da tese, publicada com o título *Teoria de la dependencia: una anticrítica*, (BAMBIRRA, [1978] 1983) doravante chamado de *Una anticrítica*, ainda hoje não publicada em português.

Nesse livreto em formato de bolso, encontramos um dos melhores capítulos das e dos intelectuais da teoria marxista da dependência sobre a história do pensamento econômico e social latino-americano. O pequeno tamanho da publicação não abafa a sua grandeza. Na nossa avaliação, essa obra é a sistematização mais bem acabada do ponto de vista teórico-metodológico das críticas ideológicas da TMD às outras escolas, consagrando a autora como uma exímia historiadora do pensamento. E defendemos esta avaliação comparando o livro de Vânia com produções de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini na área da história do pensamento econômico e social latino-americano.

Nas páginas iniciais de *Una anticrítica*, Vânia Bambirra anuncia que a teoria marxista da dependência “não surge do nada” e recolhe um “amplo marco” de antecedentes teórico-políticos, que vão desde os estudos de Marx e Engels sobre a situação colonial até a teoria do subdesenvolvimento de Paul Baran nos anos 1950, passando pela teoria do imperialismo, as obras de Lenin e Mao Tsé Tung, dentre outras. Estes antecedentes teóricos da TMD foram inventariados por Theotônio dos Santos no capítulo 18 do livro *Imperialismo e dependência*.

O objetivo primário do livro-tese de Bambirra é a crítica e superação de duas interpretações acerca do desenvolvimento latino-americano que disputavam a hegemonia dentro das camadas médias e populares: a dos partidos comunistas (PC's), formuladas sob a influência do kruschevismo, e a da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Contrariamente ao que muitos analistas ainda fazem até hoje, tratando-as como ideologias virtualmente idênticas, Bambirra é cuidadosa na análise das diferenças teórico-políticas entre os

PC's e a Cepal: enquanto os primeiros correspondiam à visão hegemônica de vanguardas do movimento operário, a segunda cultivava vínculos orgânicos com a burguesia industrial. A sua análise destacava tanto as diferenças como os imbricamentos entre as ideologias de distintas classes sociais, enfatizando a hegemonia burguesa sobre a classe trabalhadora.

O declínio das duas interpretações foi resultado da crise generalizada pela qual a América Latina passou no início dos anos 1960. A crise capitalista golpeou-as igualmente de morte. De um lado, a estratégia da revolução democrático-burguesa defendida pelos PC's – pela qual seria costurada uma aliança entre o proletariado e a burguesia nacional progressista, com hegemonia das classes subalternas; de outro, a estratégia desenvolvimentista da Cepal de industrialização de substituição de importações, pela qual recursos mobilizados racionalmente pelo Estado seriam utilizados em investimentos nas forças produtivas e na modernização dos setores tradicionais (arcaicos) da economia latino-americana. Resumidamente,

A crise desnudava uma realidade que era outra e contradizia os esquemas aparentemente muito lógicos. A crise revelava o novo caráter da dependência na América Latina. Esta, ao gerar novas e mais agudas e insolúveis contradições, liquidava definitivamente a possibilidade de um desenvolvimento capitalista nacional autônomo no continente. (BAMBIRRA, [1978] 1983, p.16-17, tradução livre)

Com a crise capitalista, abriu-se uma etapa histórica no capitalismo dependente latino-americano – *o novo caráter da dependência* –, baseada na entrada maciça de investimentos externos diretos nos setores manufatureiros, até então direcionados aos setores agromineiros exportadores. Essas mudanças quantitativas e qualitativas dos aportes dos capitais estrangeiros impactaram diretamente as operações econômicas das burguesias locais, agora restritas a setores de lucratividade menor do que aqueles ocupados pelas grandes multinacionais. Em outros termos, a nova fronteira da acumulação capitalista, presente na indústria de bens de consumo duráveis, passou a

ser dominada quase que exclusivamente pelas multinacionais imperialistas.

A consequência dessas mudanças operadas no reino da produção do capitalismo dependente latino-americano foi o aprofundamento da subordinação econômica e política dos capitais nacionais aos estrangeiros, sepultando as bases objetivas de um projeto de desenvolvimento nacionalista e autônomo na periferia. Para fechar a tampa do caixão, houve um segundo ataque ao projeto desenvolvimentista, desta vez desferido pela esquerda radical: a Revolução Cubana, de 1959, demonstrou na prática aquilo que a teoria marxista já vinha advogando: o socialismo não era uma utopia, mas sim uma alternativa histórico-concreta para a superação do capitalismo dependente.

A partir da crise econômica generalizada e da crise de hegemonia advinda da Revolução Cubana e da agitação da classe trabalhadora em vários países da região, as burguesias locais abandonaram o “nacionalismo populista” e aderiram ao novo modelo de acumulação implementado pelo coturno dos militares com o apoio do grande capital imperialista. (BAMBIRRA, [1978] 1983, p.19-20) Saiu de cena a democracia formal para dar lugar aos regimes neofascistas, em larga medida apoiados pelos segmentos liberais da burguesia e das classes médias.

É nessa conjuntura histórica que surgiram as primeiras elaborações da teoria marxista da dependência. A gestação começou no Brasil no período pré-golpe e ganhou corpo no Chile em meados dos anos 1960 até o golpe de 11 de setembro de 1973. O país andino funcionou como um refúgio para revolucionários e intelectuais progressistas de toda a América Latina. O clima era de liberdade política e de pensamento, o que propiciou um vigoroso intercâmbio de ideias entre distintos grupos políticos marcado por vivas polêmicas.

Em linhas gerais, eram dois grupos na contenda: havia um conjunto de pensadores, como Aníbal Quijano, Antonio Barros de Castro, Carlos Lessa, Edelberto Torres, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Maria da Conceição Tavares e outros – abrigados em instituições multilaterais da Organização das Nações Unidas (ONU), a Cepal e o Instituto

Latino-americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (Ilpes), nas quais se produziram significativas contribuições à teoria da dependência sob uma revisão crítica do estruturalismo cepalino. (BAMBIRRA, [1978] 1983, p.22-3) O outro coletivo tinha como base operacional o Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso), da Faculdade de Economia da Universidade do Chile, sob direção de Theotônio dos Santos, e para o qual acorreram intelectuais marxistas, como a própria Vânia, Ruy Mauro Marini e jovens pesquisadores como Jaime Osorio, Orlando Caputo, Roberto Pizarro e Sergio Ramos.

A controvérsia da dependência era formada, segundo Bambirra, por essas duas grandes correntes. A primeira era tributária da Cepal e nunca rompeu com seus pressupostos básicos; a segunda, incorporando “[...] criticamente os avanços do desenvolvimentismo refletidos, por exemplo, em algumas categorias de análise que, sem dúvida, ajudavam a compreender determinados fenômenos [...]”, (BAMBIRRA, [1978] 1983, p.31) transcendeu tais limites na direção marxista da construção de uma teoria revolucionária. E havia também casos de intelectuais como André Gunder Frank, que questionou o desenvolvimentismo de forma profunda, ao mesmo tempo em que incorporou secundariamente elementos do marxismo. (BAMBIRRA, [1978] 1983, p.33)

Todo o clima de efervescência ideológica da controvérsia da dependência foi fermentado pelo caldeirão das lutas de classe chilenas. A vitória eleitoral da Unidade Popular (UP) em 1971 impulsionou ainda mais os debates internos e levou aquela intelectualidade a participar, em maior ou menor grau, da formulação do projeto de governo. Muitos quadros foram absorvidos pelo aparato estatal e se engajaram na via chilena ao socialismo. Como se pode imaginar, a teoria da dependência foi peça-chave em todo esse processo e foi alçada a um patamar mais elevado de formulação e sistematização, chegando a alcançar o “status de teoria”.

Obviamente não no sentido de uma teoria geral do modo de produção capitalista, pois isso foi realizado por Marx; nem tampouco do “modo de produção capitalista dependente”, pois este não existe; mas sim do estudo das formações econômico-sociais capitalistas dependentes,

vale dizer, a análise em um nível de abstração mais baixo, capaz de captar a combinação específica dos modos de produção que coexistiram na América Latina sob a hegemonia do capitalismo.

Ao meu juízo a teoria da dependência deve ser entendida como a aplicação criativa do marxismo-leninismo à compreensão das especificidades que assumem as leis de movimento do modo de produção capitalista em países como os latino-americanos [...]. (BAMBIRRA, [1978] 1983, p.26, tradução livre)

A teoria da dependência foi, desse modo, forjada no turbilhão das lutas de classes, transbordando os gabinetes institucionais e universitários, e se tornou arma da crítica na tentativa de transição socialista dos países dependentes latino-americanos, com destaque para o Chile, e mais tarde, a Revolução Sandinista na Nicarágua.

Logo no início do livro, no qual Bambirra descreve e analisa a história do pensamento social latino-americano no período de 1950-1970, subjaz um conjunto de princípios fundamentais do materialismo histórico para o estudo das ideologias, a saber: (1) a contextualização histórica das ideias, (2) o posicionamento ideológico de uma teoria a partir da visão social de mundo da autora ou do autor, (3) a relação entre as teorias e as práticas das classes sociais nas lutas político-culturais, (4) a prática histórica como o critério de análise da veracidade de uma teoria, e não argumentos retóricos ou de sofisticação lógica e (5) as polêmicas e as controvérsias como motor da história das ideologias, princípio que aparece de forma mais patente no capítulo 2 e na conclusão<sup>3</sup>.

Esta maneira didática de apresentação dos princípios do materialismo histórico para os estudos das ideologias não deve gerar um mal-entendido. As leitoras e os leitores não

---

3 “De toda forma, é indubitável que a vitalidade de um pensamento se afirma também nas suas discussões e enfrentamentos. Ninguém se preocupa em polemizar com uma teoria que não tenha vocação prática, que não esteja destinada a converter-se em força material, vale dizer, a indicar alternativas concretas de intervenção na realidade, de ser mobilizadora da ação das massas. [...] Sabemos que a discussão, a polêmica, as críticas, são instrumentos indispensáveis no processo de aprofundamento de um pensamento vivo.” (BAMBIRRA, [1978] 1983, p.102-3, tradução livre)

encontrarão em *Una anticrítica* uma coleção diletante de citações canônicas dos textos de Marx, Engels, Lenin, ou de qualquer outro clássico do marxismo, falando esquematicamente sobre totalidade, dialética, processualidade, contradição etc., mas a encarnação do método materialista-histórico na controvérsia da dependência. O método marxista não é codificado por Vânia como um conjunto de normas técnicas do fazer acadêmico-científico no estilo positivista, mas sim como um processo de reprodução teórica da realidade na qual as categorias expressam ontologicamente determinações do ser social.

É a partir desses princípios teórico-metodológicos que Vânia Bambirra erige aquilo que chama de *crítica positiva*, sintetizada da seguinte forma<sup>4</sup>: “A crítica positiva só é alcançada se e quando ela destrói para construir, ou seja, quando uma alternativa superior de pensamento está disponível.” (BAMBIRRA, [1978] 1983, p.45, tradução livre) É o típico processo da superação dialética hegeliana (*Aufhebung*), no qual determinadas partes das antigas teorias são negadas, outras conservadas e, ao final, temos a conformação de uma síntese renovadora. Em suma, não basta fazer a crítica, adverte Vânia Bambirra: é necessário erigir um novo sistema de pensamento capaz de se colocar em um patamar superior ao antigo, incorporando interesses históricos em cena nas lutas de classes contemporâneas. Segundo as suas elucubrações,

Aqui queremos tecer uma consideração essencial para fixar uma limitação definitiva dos críticos e que para mim é uma atitude teórica e política básica: somente se pode alcançar uma crítica sistemática de um pensamento, de uma interpretação, se esta é capaz de situar-se numa perspectiva de conhecimento, de análise e de interpretação superior, vale dizer, quando ela pode situar-se numa concepção analítico-explicativa coerente quando supera em muito o pensamento criticado. (BAMBIRRA, [1978] 1983, p.38, tradução livre)

---

4 Vânia também faz uso das palavras de Fernando Henrique Cardoso para definir a *crítica positiva* de forma sintética: “destrói os enganos, incorpora os avanços e supera a posição anterior.” (CARDOSO *apud* BAMBIRRA, [1978] 1983, p.30, tradução livre) Não há, entretanto, indicação da fonte utilizada por Bambirra para citar Cardoso.

Na sequência do anúncio da conceituação da *crítica positiva*, Vânia, uma vez mais, recorda que um pensamento qualquer não nasce no vácuo, e isto vale para todas as escolas, inclusive as da teoria da dependência. Além de incorporar estudos clássicos do marxismo, as correntes mais radicais da teoria da dependência também assimilaram (criticamente) teses, formulações e investigações empíricas do nacionalismo de esquerda e do desenvolvimentismo. Conforme frisa a revolucionária mineira, as correntes reformistas da dependência deram, “obviamente”, notáveis contribuições à teoria marxista. (BAMBIRRA, [1978] 1983, p.30) E, no mesmo fluxo contínuo da crítica, há também os momentos de sucessivos distanciamentos que levam à ruptura ideopolítica, sublinhando as fronteiras demarcadas nos planos da teoria e, primordialmente, no das lutas de classes.

Mas muitas das análises sobre aspectos parciais da realidade que esta instituição [Cepal] realizou, muita da documentação empírica que organizou e aferiu e inclusive muitas das suas categorias de análise, correspondiam a uma descrição mais ou menos objetiva dos seus objetos de pesquisa. O que havia de ser questionado a fundo era seu método de análise, seus pressupostos teóricos e políticos, o enfoque dos problemas e certamente as soluções que preconizavam. Em relação a estas últimas a própria prática econômica e política foi a melhor juíza. (BAMBIRRA, [1978] 1983, p.31, tradução livre)

No processo de avaliar os apontamentos divergentes de Agustín Cueva, Octavio Rodríguez e Enrique Semo em relação à teoria marxista da dependência, Vânia Bambirra vai elucidando o que seria a *crítica positiva*. No seu entendimento, uma crítica deve transcender o nível da superficialidade e esmiuçar a teoria em tela, não transformando-a em uma caricatura ao ponto de não ser reconhecida pelos seus próprios formuladores, como muitas vezes fizeram Cueva, Rodríguez e Semo (e tantos outros) com a TMD. Nesse sentido, o questionamento de Bambirra é que eles trataram a teoria da dependência e suas correntes como uma escola homogênea e, na maior parte das vezes, tomaram o todo pela parte; no caso específico, as suas críticas se dirigiram

fundamentalmente a André Gunder Frank, unguido à representação máxima do dependentismo. Por certo, destaca Bambirra, há pontos de convergência entre as teorias da dependência – o mais relevante seria a suspeição das teses do desenvolvimento nacional autônomo na periferia do mercado mundial –, mas há, sobretudo, profundas divergências.

Ora, reconhecendo tais divergências na controvérsia da dependência, há que se levar em conta as múltiplas posições políticas, categorizações teóricas, métodos e pressupostos no momento da crítica, o que não é feito por Cueva, Rodríguez e Semo. Além disso, Bambirra também indaga o procedimento metodológico dos três de não fazerem um amplo levantamento bibliográfico dos autores criticados, muitas vezes se limitando a poucas, ou mesmo uma das obras, “sobretudo se esta não é a obra de síntese do seu pensamento.” (BAMBIRRA, [1978] 1983, p.39, tradução livre) “Para mim,” diz Vânia,

o modelo de crítica é o que questiona, de uma maneira sólida, o núcleo central dos argumentos criticados. Esse modelo de crítica o encontramos em Marx, em Engels, em Lenin, como as melhores expressões de polêmica. São sólidos, por exemplo, os argumentos de Marx contra Proudhon, como os de Engels contra Dühring, e os de Lenin contra os populistas ou Kautsky. Quando os marxistas tratavam de demolir pensamentos complexos não se dedicavam a arranhar a superfície do raciocínio dos seus adversários. Entranhavam-se no núcleo do seu arcabouço teórico para poder desmontá-lo pedra por pedra. É por isto que as grandes obras críticas resultaram em livros ou em uma série de publicações. E muito mais do que isso, as obras críticas dos clássicos se tornaram obras fundamentais para a compreensão do seu próprio pensamento [...]. (BAMBIRRA, [1978] 1983, p.38, tradução livre)

A radicalidade da sua *crítica positiva*, muitas vezes dura e direta, não descambou para o dogmatismo e o sectarismo, mantendo o rigor e a honestidade científica na controvérsia da dependência. Nem sempre o mesmo pode ser dito dos críticos de ontem e hoje da teoria marxista da dependência.

Anos depois, mais especificamente em junho de 1986, Vânia Bambirra retomaria suas reflexões sobre a história da teoria da dependência e faria um balanço desta história numa conferência proferida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesta exposição oral (ao que tudo indica baseada em um roteiro escrito dada a organização sistemática das suas ideias), o refinamento teórico-metodológico desenvolvido no livro-tese se encontra presente, embora não de forma direta e explícita. Lá estão os princípios do materialismo histórico para o estudo da história do pensamento. Vânia se preocupa em contextualizar historicamente o momento do balanço (os anos 1980), apresentar os distintos posicionamentos teóricos e políticos e as polêmicas daí derivadas no pensamento progressista latino-americano e reafirma a práxis como critério da verdade.

Logo no início da exposição, Bambirra ([1986] 2020, p.73) declara que a teoria marxista da dependência “foi a corrente de pensamento mais vigorosa que se desenvolveu no continente. Tal conclusão, como trataremos de mostrar, se baseia no fato de que os resultados do desenvolvimento do capitalismo dependente continuam confirmando as suas análises mais rigorosas.” Diante desta afirmação, explicita-se que o critério da verdade não se encontra nos meandros teóricos das epistemologias ou dos conceitos, mas sim na práxis de homens e mulheres produzindo historicamente suas condições objetivas e subjetivas de vida.

Vânia faz questão de reafirmar a construção coletiva da teoria marxista da dependência, indo além de uma história tradicional do pensamento na qual uma teoria é criada por mentes brilhantes de gênios prodígios. Aqui a sua crítica é direcionada ao então senador do PMDB Fernando Henrique Cardoso, que se autointitulou criador da teoria da dependência. Segundo Vânia, a TMD é fruto de uma conjunção de trabalhos teóricos e lutas políticas latino-americanas que vai além da consagrada trinca – Marini, Dos Santos e ela mesma –, recolhendo contribuições de teólogos da libertação, de acadêmicos soviéticos e cientistas sociais de *Nuestra América* e da Europa, como é o caso de Gunder Frank. (BAMBIRRA, [1986] 2020, p.74, nota 15) Foi um notável esforço de intelectuais

orgânicos da classe trabalhadora em reproduzir a realidade latino-americana a partir de leituras teóricas criativas, formulando novas categorias teóricas – “classes dominantes-dominadas, superexploração, subimperialismo” etc. – para desvendar as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente em prol da emancipação humana via a revolução socialista. (BAMBIRRA, [1986] 2020, p.74) Conforme ela resume,

[...] uma teoria não se inventa. Muito menos o próprio Marx “inventou” a teoria do valor ou a ditadura do proletariado. O desenvolvimento de um corpo teórico que busque explicar cientificamente a realidade é sempre o produto de um acervo de conhecimento acumulado anteriormente. O marxismo foi a superação de várias correntes de pensamento que o antecederam, como o socialismo utópico, a economia clássica inglesa e a filosofia alemã. Além disso, os conceitos científicos não são meros produtos da imaginação fértil, só podem surgir e serem verificados em função da observação, da pesquisa da prática social histórica e concreta. (BAMBIRRA, [1986] 2020, p.77)

Desta construção coletiva, o pensamento social latino-americano saiu enriquecido e a TMD merece créditos nesta herança teórica. A problemática da dependência ganhou um novo patamar na forja da TMD e foi além da teoria cepalina em, pelo menos, quatro pontos: 1) a articulação entre as dimensões internas e externas da dominação imperialista; 2) os estudos sobre as relações internacionais ultrapassaram a esfera das trocas comerciais e se embrenharam no reino oculto da produção e dos investimentos externos diretos das multinacionais nos países dependentes; 3) a crítica ao suposto caráter progressista das burguesias locais, no fundo integradas de forma subordinada aos interesses imperialistas, o que impedia a concretização de um projeto nacionalista de capitalismo autônomo; 4) o desvelamento do aprofundamento da dependência com a nova etapa da industrialização de países latino-americanos que conseguiram alcançar a internalização do departamento industrial de bens de capital, tida pelos

desenvolvimentistas como uma saída ao subdesenvolvimento da região.

Além de criar um patamar teórico superior em relação à escola cepalina, as formulações da teoria marxista da dependência sobre o capitalismo dependente, gestadas a partir das agruras populares na América Latina, tinham validade em outras particularidades macrorregionais do então chamado Terceiro Mundo, segundo avaliações de estudiosos euroasiáticos. E, por fim, Vânia destaca o caráter militante e crítico da teoria marxista da dependência – uma das suas dimensões constitutivas –, mas por vezes esquecida em análises academicistas que buscam resgatar a TMD sem os seus componentes explosivos. Suas teses centrais alimentaram táticas, estratégias e programas de partidos políticos e movimentos de massa, da Unidade Popular no Chile à Frente Sandinista na Nicarágua.

Mas, a vitalidade e a pujança apresentadas pela teoria marxista da dependência nos anos 1960 e 70, ainda se encontravam vivas na década de 80? Esta foi a “pergunta crucial” que Vânia lançou para o público durante a conferência, explorando as contradições emanadas da historicidade da TMD. Segundo a militante marxista, em países com debates democráticos mais avançados nos anos 1980 (México e Cuba são citados), a TMD ganhou relativo impulso, abriu novas frentes de estudo, como a revolução científico-tecnológica, e foi alvo de monografias, dissertações, teses e toda sorte de estudos e pesquisas acadêmicas. Entretanto, restavam lacunas substantivas no seu arsenal teórico e temas pulsantes à época, como cultura, ecologia, questão agrária, energia nuclear e outros, não tinham sido explorados a contento pelas antigas e novas gerações da TMD. E, especialmente, um tema central como o do Estado ainda permanecia envolto em muitas dúvidas, como ela mesmo admite: “temos de reconhecer que os estudos sobre a dependência não esgotaram todos os seus temas e ainda existem várias lacunas importantes que necessitam ser preenchidas. A mais notória, que já mencionamos, é a ausência de pesquisa mais empírica sobre o Estado na América Latina.” (BAMBIRRA, [1986] 2020, p.81)

No Brasil, no período da mal chamada redemocratização, intelectuais da teoria marxista da dependência viram a academia brasileira cerrar seus departamentos. Os ataques vindos tanto dos setores reacionários, alinhados à ditadura, como dos progressistas então desencantados com o marxismo e o socialismo real, impediram a retomada dos estudos da TMD na sua terra natal, gestados originalmente na UnB e na Polop. Nas organizações políticas, somente o Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi permeável às ideias revolucionárias da TMD, e mesmo assim com enormes limites. O balanço era, portanto, altamente negativo. E Vânia não aliviou nas suas críticas à academia brasileira:

Isso foi, sem dúvida, consequência dos vinte anos de autoritarismo, de censura e autocensura que inibia a imaginação teórica e a divulgação dos textos publicados noutras partes, do isolamento dos outros países latino-americanos, enfim do fechamento do ambiente acadêmico nacional que tendeu a transformar-se em um feudo sectário-hermético e, no fundo, reacionário à inovação analítica. A burguesia brasileira soube cooptar um importante setor da intelectualidade de esquerda, o que explica talvez a razão pela qual os intelectuais que regressaram, após a anistia, encontraram as portas das universidades muito bem fechadas. (BAMBIRRA, [1986] 2020, p.76)

As décadas de chumbo, a perda de vigor crítico da academia e a capitulação de setores intelectuais progressistas à hegemonia burguesia tornaram o debate político-ideológico impermeável às ideias da teoria marxista da dependência. Havia, entretanto, uma outra esfera do debate público que Vânia não poupou de ácidas palavras. Em 1986, parte da população brasileira e contingentes expressivos de economistas progressistas embarcaram no otimismo desenfreado da Nova República e dos programas econômicos ditos heterodoxos, como o Plano Cruzado. Quadros da tradição cepalina compuseram a

alta tecnocracia ministerial do governo Sarney<sup>5</sup>, ocupando postos e pastas desde a Fazenda até a Cultura e fizeram coro com o ufanismo gerado pelo combate à inflação e a vitória eleitoral retumbante que o PMDB teve em 1986. No fundo, a sua crítica era dirigida à decadência ideológica do estruturalismo cepalino e como esta teoria levou a profundos erros de análise e, conseqüentemente, a um adesismo ao projeto de transição da ditadura empresarial-militar para um novo padrão de dominação burguesa. As fragilidades teóricas das escolas heterodoxas se desdobraram em cooptação político-ideológica temporária ou permanente, enterrando de vez as ilusões reformistas e abrindo alas para a ofensiva neoliberal. Como diz a própria Vânia Bambirra ([1986] 2020, p.81),

É por isso, por esse realismo, que não existem melhores “fundomonetaristas” [referente ao FMI] que nossos pseudoesquerdistas quando chegam a desfrutar o gostinho do poder, passam a defender o sistema com maior convicção que a de seus donos e que o digam os nossos lamentáveis “tecnoburocratas” da velha esquerda que têm demonstrado mais encanto com a política da velhíssima república que os seus próprios patrões.

Era o fim de uma era do nacional-desenvolvimentismo, sem que a teoria marxista da dependência conseguisse se reerguer. Com isto, o pensamento progressista e crítico latino-americano viveria um longo ocaso e a ideologia neoliberal reinaria, de forma quase incontestada, por longas décadas, inclusive cooptando lideranças intelectuais e políticos formados pelo reformismo desenvolvimentista que se tornariam gestores da hegemonia burguesia neoliberal.

---

5 Vale resgatar que nesta época o titular da pasta da Fazenda era Dilson Funaro, representante direto do empresariado brasileiro, e sua equipe econômica contou com a participação direta e entusiasta de diversos intelectuais da Escola de Campinas e da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, tradicionais bastiões do estruturalismo cepalino.

## **Theotônio dos Santos e os balanços da teoria da dependência a quente e a frio**

Durante o seu exílio político no México, Theotônio dos Santos teve uma trajetória acadêmica muito similar a de Vânia Bambirra. Em 1974, tornou-se pesquisador no Instituto de Investigaciones Económicas da Unam e professor na Faculdade de Economia e Filosofia e na pós-graduação em ciência política. Posteriormente, assumiu tarefas de coordenação na pós-graduação da Unam. (MARTINS, 2011, p.36-7) Foi um período de amadurecimento intelectual e consolidação das linhas de pesquisa desenvolvidas ao longo do exílio no Chile.

A obra símbolo dessa fase intelectual de Theotônio é *Imperialismo y dependencia*, lançada em 1978 pela editora Era. O livro recolhe trabalhos anteriores – *La crisis norteamericana y América Latina* (1972), *Dependencia y cambio social* (1972) e *Imperialismo y corporaciones multinacionales* (1973) – e apresenta uma síntese dos seus estudos sobre crises capitalistas, conjuntura internacional e capitalismo dependente latino-americano, além de capítulos de base mais teórica para responder a críticas emitidas contra a teoria da dependência. (Dos SANTOS, [1978] 2011, p.5)

Na parte 3, *Dependencia y revolución*, encontra-se em larga medida a polêmica ideológica de Theotônio com as teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, bem como as críticas dirigidas à teoria da dependência. Aqui estão registrados os embates no calor da hora, com as lutas de classes em ebulição na América Latina. É a culminação de um tempo histórico e a abertura de uma nova fase das ideologias latino-americanas, daí a riqueza da história do pensamento social inventariada em *Imperialismo y dependencia*, que capta elementos essenciais da sua conjuntura.

A história do pensamento contida na parte 3 é iniciada com a crise profunda vivenciada pela América Latina a partir dos anos 1960, que também serviu de ponto de partida em *Una anticrítica*. É uma crise que engloba fatores econômicos, políticos, sociais, institucionais e ideológicos. Após um grande otimismo nas ciências sociais latino-americanas nos anos 1950 a respeito do crescimento econômico e da afluência social,

seguindo de perto o que ocorria nos países centrais do imperialismo, há uma reversão de expectativas na década seguinte, abrindo-se uma temporada de críticas ao pensamento estrangeiro de extração neocolonizadora.

De acordo com Theotônio dos Santos, a teoria do desenvolvimento tem como um dos seus pressupostos básicos a ideia de que as causas do subdesenvolvimento residem na manutenção das estruturas arcaicas do nosso passado colonial. As reminiscências das sociedades tradicionais, muitas delas estudadas a partir da chave de leitura do feudalismo (ou semi-feudalismo), deveriam ser removidas por meio de uma ação do Estado em busca da modernização industrial para, então, vivenciarmos o desenvolvimento econômico. Sob uma fórmula abstrata, estimulavam, direta e/ou indiretamente, mais ou menos criticamente, o ingresso da América Latina na nova etapa do desenvolvimento capitalista. Assim, desde os anos 1970, Theotônio identifica uma relação estreita entre as teorias da modernização, muitas delas baseadas em preconceitos antropológicos e sociológicos das ciências sociais anglo-saxões e franceses, e as do desenvolvimento.

O marxista mineiro aponta alguns erros básicos nessas formulações. A primeira é que não é possível reproduzir as experiências históricas de desenvolvimento capitalista dos países centrais nas regiões dependentes. A segunda, e talvez mais importante, é que as causas do subdesenvolvimento não se encontram nas resistências e sobrevivências das chamadas sociedades tradicionais, mas na forma de integração das formações econômico-sociais dependentes nos marcos do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, o subdesenvolvimento é fruto do desenvolvimento capitalista, e não da sua ausência, ou da persistência de um suposto atraso socioeconômico e cultural.

Estes pontos mais gerais de crítica à teoria do desenvolvimento ganham camadas e mediações com o passar dos capítulos da parte 3. Um ponto chave da inflexão no refinamento da crítica ocorre quando Theotônio relaciona explicitamente a produção das ideias aos interesses sociais das classes e passa a diferenciar múltiplas formas de interpretação acerca do desenvolvimento econômico. Apesar da pluralidade de

teorias, nos anos 1950 até início dos 1960, a ideologia nacional-desenvolvimentista tornou-se hegemônica na América Latina, encarnando a consciência possível, nos termos lukacsianos, da burguesia industrial latino-americana, e arrastando consigo diversas outras classes sociais (proleta-riado, campesinato, classes médias) para o seu horizonte ideológico. (Dos SANTOS, [1978] 2011, p.344)

O curso avançado da industrialização, contrariamente ao que havia vaticinado as teses cepalinas, aprofundou a dependência latino-americana, com o aumento dos *déficits* do balanço de pagamentos e das dívidas externas, da perda de autonomia das decisões internas, recessão econômica, etc. O Estado populista estava longe de ser a idealização desenvolvimentista, tido como uma instituição que pairaria acima dos interesses de classe e que deveria ser disputada e conquistada para o projeto industrializante. O Estado burguês dependente seguiu sendo o que é – um Estado classista –, agora hegemônico pelas grandes multinacionais. E a burguesia industrial, sob pressão do capital externo e temendo a agitação popular, recuou das suas táticas nacionalistas e acabou por compor subalternamente o bloco social dominante, conciliando com as oligarquias e as forças imperialistas.

A eclosão da crise não tardou e a crise do desenvolvimento erigiu a sepultura do desenvolvimentismo, ao mesmo tempo em que pariu a solução fascista<sup>6</sup> dos golpes militares. Contudo, o desenvolvimentismo não ficou órfão com o abandono da burguesia industrial: setores radicalizados da pequena burguesia, burocratas estatais, militares nacionalistas e líderes da esquerda o abraçaram como ideologia nas suas respectivas práxis políticas. (Dos SANTOS, [1978] 2011, p.353) Esse deslocamento da base social do desenvolvimentismo operou uma radicalização da teoria nos anos 1970, ao mesmo tempo em que aprofundou o seu caráter romântico pequeno-

---

6 Sobre o uso da categoria fascista para caracterizar os golpes empresarial-militares na América Latina na obra de Theotônio dos Santos, ver *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*. (Dos Santos, [1969] 2018) Vale também conferir a crítica de Marini ([1978b] 2018) a respeito do uso dessa categoria na conjuntura latino-americana nos anos 1970.

burguês, incapaz de fazer frente aos desafios postos pelo novo tempo histórico.

Da crise do desenvolvimento capitalista e do desenvolvimentismo nacional-burguês, nasceu a teoria da dependência com uma proposta de “*superação dos erros anteriores*”. (Dos SANTOS, [1978] 2011, p.355, grifos nossos) Com diversos trabalhos escritos na década de 1960, sob forte influência da Revolução Cubana, a teoria da dependência ganhou *status* científico no seu período de residência no Chile<sup>7</sup>.

Antes de falarmos de algumas das teses centrais e polêmicas da teoria da dependência, façamos uma incursão pela história do pensamento contida no livro. Nos capítulos 18 e 19, respectivamente, *Antecedentes teóricos do conceito de dependência* e *A questão da teoria da dependência*, Theotônio realiza pormenorizadamente a tarefa de escrutinar as referências básicas das escolas da dependência. No capítulo 18, como o título aponta, ele apresenta os antecedentes da teoria da dependência, começando com os escritos de Marx sobre a acumulação primitiva, a teoria da colonização, o domínio do capital comercial, o capital financeiro e o imperialismo na Índia. Nesse ponto, um indispensável reparo a ser feito é o anacronismo do uso das categorias de capital financeiro e imperialismo na etapa concorrencial do capitalismo, período no qual Marx escreveu as suas obras. Essas categorias só ganharam vida na fase posterior do capitalismo com os textos de Hilferding, Lenin, Bukhárin, Rosa e Trotsky, todos autores citados na segunda seção do capítulo.

---

7 Nos seus livros de 1978 e 2000, assim como no seu Memorial de 1994, Theotônio não articula as experiências acadêmicas e políticas vivenciadas na Universidade de Brasília (UnB) e na formação e direção da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) com a criação da teoria da dependência ou, ao menos, com as suas protoformas. Posteriormente, em depoimento autobiográfico, Theotônio corrige este ocultamento e cita a importância da temporada brasileira de gestação da teoria da dependência. Em evento promovido pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) em 2013, o sociólogo mineiro recorda uma conferência proferida em 2003, justamente na UnB, na qual Gunder Frank defende a tese do início da teoria da dependência em território brasileiro, e não no Chile. Theotônio reconhece, enfim, que o intelectual alemão “[...] tinha, pois, razão ao resgatar este momento e agregá-lo na história da teoria da dependência, como o seu verdadeiro ponto de partida.” (Dos SANTOS, 2013, p.21)

Nessa seção, os textos de Lenin sobre *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1899), *Duas táticas da social-democracia russa* (1905) e *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1917) ganham destaque. Sobre o primeiro grande livro escrito e publicado por Lenin, Theotônio dos Santos ([1978] 2011, p.408) declara se tratar de “[...] um excelente guia metodológico para o estudo da especificidade dos processos sociais concretos nos países atrasados.” O debate sobre a debilidade das burguesias em países dependentes e a necessidade do proletariado liderar os processos revolucionários democráticos, em aliança com o campesinato, é inspirado nas páginas de *Duas táticas*. E o *Imperialismo* é visto como uma fonte indispensável para o entendimento da dominação imperialista nos países dependentes, livres ou colonizados, bem como do entendimento das leis gerais do modo de produção capitalista na era monopolista. Junto aos textos de Lenin, figuram Mao Tsé-tung, Paul Baran e André Gunder Frank, além de uma brevíssima citação a Joseph Stálin, e sua influência sobre Mao, a respeito do caráter das revoluções burguesas no pós-Revolução bolchevique de outubro de 1917. No capítulo seguinte, Stálin é novamente citado como uma referência nos temas do nacionalismo e do colonialismo, ao lado de Lenin, Varga, Mao, Roy e Trotsky, combinação de autores que causará espanto e até perplexidade permanente em algumas das suas leitoras e leitores.

No capítulo 19, é apresentada uma lista infindável de livros e artigos de autores filiados à teoria da dependência que ocupa três notas de rodapé e quatro páginas, superando as marcas de Marx em algumas passagens de *O capital*. Esta lista fornece um vistoso panorama do que foi produzido no Ceso, Cepal, Unam e Cebrap. Logo após o surgimento da teoria da dependência na segunda metade dos anos 1960, as críticas não tardaram a aparecer. A primeira bateria de críticas surgiu em periódicos acadêmicos estadunidenses, como o *Journal of Interamerican Studies* (1973) e *Latin American Perspectives* (1974). Em 1974, o XI Congresso Latinoamericano de Sociologia, sediado na Costa Rica, também foi palco de sessões de debates nas quais se apresentaram objeções à teoria da dependência, muitas delas de ex-adeptos da teoria, como Fernando Henrique

Cardoso e Enzo Faletto. O balanço de Theotônio a respeito dessas críticas é resolutamente negativo:

Desgraçadamente, estas críticas não contribuíram muito para o estudo do problema, pois não somente revelaram um grande desconhecimento da literatura recente, como também das obras clássicas e também dos dados sobre a situação dos países dependentes. [...] Não temos nenhuma motivação para responder a essas críticas, pois, como dissemos, não ajudam a ilustrar corretamente o problema [...]. (Dos SANTOS, [1978] 2011, p.428, tradução livre)

Muitas vezes influenciado pelas teorias formalistas e anti-dialéticas, não surpreende que o marxismo tenha reproduzido determinadas ideias das classes dominantes na América Latina, como o nacionalismo e o desenvolvimentismo nos anos 1950 e 60 no desenrolar da controvérsia da revolução latino-americana. Diante da necessidade do proletariado e das organizações socialistas de combater a hegemonia desenvolvimentista e construir um campo político com autonomia classista, sem com isto tomar o rumo sectário do isolamento político, Theotônio abraça a ideia de uma crítica radical aos fundamentos das teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, no *sentido positivo da crítica*, tal qual Vânia Bambirra apresentou na sua *Anticrítica*. “[...] (Crítica que tem que ser feita no sentido dialético: superar uma realidade é tomar seus polos negativos e afirmá-los em uma nova unidade de contrários) e o aparato conceitual do marxismo como ciência geral da história. Somente assim poderá afirmar-se um pensamento revolucionário com o uso dialético das categorias do marxismo”. (Dos SANTOS, [1978] 2011, p.440, tradução livre)

Em termos mais concretos de uma agenda de pesquisa, Theotônio argumenta que o marxismo latino-americano deve reconhecer e recolher parte das teorias progressistas formuladas pela visão de mundo burguesa e pequeno-burguesa que o antecederam e fizeram parte do patrimônio popular nas lutas de classes; mas deve, acima de tudo, transcendê-las a partir do estudo das relações entre o interno e o externo, a dependência e o imperialismo, as questões nacional, democrática e agrária com o socialismo, as relações internacionais e as lutas de

classes numa formação econômico-social, a conjuntura e a estrutura. Não se trata apenas de rebater as objeções feitas às correntes marxistas da teoria da dependência, mas coletar as teses parcialmente válidas das teorias burguesas de corte nacionalista e desenvolvimentista, apresentar as principais teses da teoria da dependência e elucidá-las a partir das controvérsias internas e externas ao marxismo. Conforme resume Theotônio dos Santos ([1978] 2011, p.435, tradução livre),

O ponto de vista operário sobre o fenômeno da dependência recolhe parte da crítica burguesa e pequeno-burguesa sobre a dominação econômica, mas busca aprofundar esta crítica ao mostrar o papel determinante da exportação de capital sobre a economia internacional; ao assinalar que as perdas comerciais não são a causa fundamental da dependência, mas sim a estrutura econômica e social dos países dominados; ao demonstrar a cumplicidade dos setores fundamentais da burguesia e da pequena burguesia com o imperialismo; mostrando, em resumo, que a dependência, o atraso e o subdesenvolvimento não podem ser superados dentro do modo de produção capitalista.

Do ponto de vista político, Theotônio sustenta a incorporação das pautas nacionalistas aos programas socialistas, não como fins em si mesmo, mas como meios táticos para a libertação anti-imperialista e anticapitalista, tal como ocorreu nos processos revolucionários russo, chinês, cubano e vietnamita. Nesse ponto, as figuras de Che Guevara, Fidel Castro, Ho Chi Minh e Mao Tsé-tung são evocadas como fontes de inspiração de um marxismo dialético e conectado com o “sentir das massas” e para sinalizar o seu distanciamento de uma perspectiva formalista e mecanicista que vê o marxismo como uma fórmula geral a ser aplicada indistintamente aos países dependentes. Eles são, acima de tudo, retratados como

[...] brilhantes exemplos do reconhecimento da especificidade do problema colonial e dependente, da estrutura de classes própria desses países, da relação específica entre revolução democrática e socialista no seu tempo e nos seus países, das diversidades e novidades das

formas de luta nas condições históricas e socioeconômicas locais. (Dos SANTOS, [1978] 2011, p.435, tradução livre)

As citações aos clássicos do marxismo não se restringem a argumentos de autoridades, subindo no ombro dos gigantes para atacar seus detratores desenvolvimentistas. Pelo contrário: as obras clássicas são evocadas como método de análise concreta de situação concreta e de descoberta das leis gerais de movimento do capitalismo dependente, no sentido de elucidar os aspectos centrais da realidade para transformá-la na direção revolucionária do socialismo.

No que tange às principais teses da teoria da dependência, o subdesenvolvimento latino-americano passa a ser enquadrado na perspectiva da expansão do mercado mundial na fase da acumulação primitiva do capital. As histórias particulares dos países, nesse período de gestação do capitalismo, são integradas mundialmente e passam a fazer parte de uma história universal, examinando-se as particularidades nacionais de cada uma das formações econômico-sociais. Daí Theotônio abraçar, a todo momento, o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista ao redor do planeta e a necessidade de estudar as leis específicas do modo de produção capitalista nos países dependentes, analisando-as a partir da dialética entre universal e particular.

A reivindicação da lei trotskista do desenvolvimento desigual e combinado é uma das ferramentas básicas utilizadas por Theotônio para fugir de uma dupla armadilha posta às ciências sociais latino-americanas progressistas. De um lado, buscava-se a criação de uma ciência social nacional na qual se analisaria, primeiro, as condições internas do subdesenvolvimento, para, então, se estudar os condicionantes externos. Esta opção é rechaçada metodologicamente por Theotônio, que entende o subdesenvolvimento como produto do desenvolvimento global do capitalismo. De outro lado, trabalhava-se com a ideia da aplicação de conceitos universais às nossas realidades periféricas, que também foi rechaçada sob os seguintes termos:

Não há possibilidade de “aplicar” os conceitos universais da ciência social aos países subdesenvolvidos, porque os conceitos das ciências sociais não podem se referir a

generalidades formais, senão a realidades históricas. Estas realidades históricas têm uma estrutura e, portanto, podem ser estudadas em forma abstrata, mas abstrato-dialética, isto é, através da abstração das leis de movimento de uma realidade histórico-concreta. Em resumo: as leis que regem o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos são específicas e como tais devem ser estudadas como leis de desenvolvimento dos países capitalistas dependentes e suas distintas formas tipológicas. Neste caso, portanto, não se trata de “aplicar” conceitos genéricos a particulares, mas redefinir conceitos universais segundo algumas situações específicas. O resultado é um novo conceito. (Dos SANTOS, [1978] 2011, p.365, tradução livre)

A busca desse novo conceito resultou nos estudos do novo caráter da dependência e na construção de um arcabouço teórico para estudar o capitalismo dependente, as transferências de valor, a superexploração da força de trabalho, o subimperialismo, as revoluções tecnológico-científicas, o fascismo, dentre tantas outras que figuram na obra de Theotônio e seus companheiros e companheiras da TMD. Na base do edifício teórico, estava a dependência, definida como

[...] uma situação na qual um certo grupo de países tem a sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual a própria está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e se auto-impulsionar, enquanto os outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo dessa expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre o seu desenvolvimento imediato. (Dos SANTOS, [1978] 2011, p.361, tradução livre)

Dado esse significativo passo, é traçado um histórico da dependência na América Latina com a delimitação de três fases: 1) a dependência colonial, comercial-exportadora, do século 16 ao 19; 2) a dependência financeiro-industrial, de final do 19 à Segunda Grande Guerra, na qual prevalece a economia de exportação de bens primários para os países dominantes e o

desenvolvimento de baixos níveis de industrialização associados à economia agromineira exportadora e; 3) a dependência tecnológico-industrial no período pós-guerra, também chamada de nova dependência, sob controle das grandes multinacionais imperialistas.

Uma das polêmicas mais acentuadas que surge internamente na teoria da dependência, com rebatimentos políticos, é como caracterizar o modo de produção existente na América Latina na época da colonização: feudal, semifeudal, capitalista, escravista colonial? Essa polêmica transcendia o debate acadêmico da historiografia e rendeu páginas e mais páginas, pois havia um fundo político de suma importância. Com a hegemonia do kruschevismo no seio dos partidos comunistas da região, tais organizações militavam pela consecução da etapa democrático-burguesa da revolução, tendo em vista o caráter feudal atribuído nas suas análises de conjuntura às sociedades latino-americanas. Em um primeiro estágio revolucionário, o proletariado e demais setores populares se aliariam com a burguesia industrial progressista (antioligárquica e anti-imperialista) para eliminar os restos feudais, agitando as pautas da revolução burguesa (democratização política, reforma agrária, direitos trabalhistas, industrialização, etc.); cumprida esta etapa, aí então avançariam para o socialismo. Era a antiga fórmula da conciliação de classes para operar a transição da transição, hoje ressuscitada pelos coletivos neodesenvolvimentistas da estratégia democrático-popular.

Desde o seu início, as correntes mais radicais da teoria da dependência contestaram as teses sobre o feudalismo (e suas variantes) na América Latina, mas ainda restava uma caracterização mais precisa. Theotônio se opôs à tese de Gunder Frank de que a América Latina nasceu como uma região capitalista. Com base nos estudos de Marx sobre a acumulação primitiva do capital, da teoria da colonização e sobre o capital comercial no livro III de *O capital*, o sociólogo brasileiro reconhece a importância da expansão do capital comercial com as grandes navegações na conformação das bases do capitalismo; ao mesmo tempo, afirma que a universalização do capital comercial não é suficiente para a criação do sistema

mundial capitalista. Segundo Dos Santos ([1978] 2011, p.421, tradução livre), o modo de produção capitalista “[...] só existe sob o domínio do capital industrial, que separa a produção do capital e do trabalho, a propriedade dos meios de produção e a propriedade da força de trabalho, os capitalistas dos assalariados livres.” E este domínio só ocorreria na América Latina no final do século 19, na fase da dependência financeiro-industrial.

A engenhosa (porém insuficiente) saída apresentada por Theotônio é nomear genericamente o modo de produção hegemônico na América Latina de “pré-capitalista”. Ele apresenta, todavia, uma série de determinações à categoria. O pré-capitalismo latino-americano tem por base uma economia mercantil voltada para o comércio exterior e comporta, no seu interior, combinações múltiplas entre relações de produção servis, semi-servis e escravistas. As linhas gerais aqui estabelecidas serão mantidas no livro de 2000, mas com uma diferença que salta aos olhos: em *Imperialismo y dependencia*, a presença da lei do desenvolvimento desigual e combinado é marcante em diversas passagens. Theotônio chega a atribuí-la como um enfoque de Lenin na obra *Imperialismo* (Dos SANTOS, [1978] 2011, p.357 e 409), quando, no fundo, a referida lei é uma formulação de Leon Trotsky. Por sua vez, no livro *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*, a lei do desenvolvimento desigual e combinada perde espaço e não é citada explicitamente.

Passados 22 anos da publicação de *Imperialismo y dependencia*, Theotônio, já em outra fase da sua carreira intelectual e militância política, apresentou um balanço da sua vasta obra em *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*, cuja primeira edição foi publicada pela Civilização Brasileira em 2000 e a segunda, revista e ampliada, pela Insular em 2018. O balanço apresentado por Theotônio na virada do século 20 para o 21 deu-se num período de torpor da teoria da dependência. Somente anos mais tarde, o debate seria parcialmente reaceso com o surgimento do neodesenvolvimentismo, a crise orgânica no Brasil e o início do fim da estratégia democrático-popular a partir de 2013. Ao contrário da publicação de 1978, que apresentou intensas polêmicas no calor das batalhas

revolucionárias latino-americanas, o balanço de 2000 foi feito a frio, embora expressasse uma tomada de posição crítica de Theotônio dos Santos contra o neoliberalismo vigente nos governos de Fernando Henrique Cardoso.

O texto é inaugurado com uma ligeira apresentação da conjuntura do imediato pós-Segunda Guerra. O bloco soviético no Leste Europeu, a Guerra Fria, os movimentos de libertação em África e na Ásia, a conferência de Bandung (1955), a criação da Cepal (1948) e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) (1964) povoam as páginas do primeiro capítulo. É uma descrição da história que emoldura as teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, antecedidas na primeira metade do século 20 pelas teorias da modernização.

Theotônio reafirma o elo entre as teorias da modernização e do desenvolvimento que ele havia ressaltado lá em 1978. Talcott Parsons, Franz Boas, Seymour Lipset, dentre outros, teorizaram sobre as formações sociais primitivas e modelos de superação do atraso, teses recolhidas anos mais tarde pela teoria do desenvolvimento e suas múltiplas correntes, desde as mais formalistas (Arthur Lewis, Roy Harrod, Evsey Domar, Ragnar Nurske), até as mais céticas e críticas (François Perroux, Albert Hirschman, Gunnar Myrdal). Ambas as correntes estrangeiras tinham uma raiz em comum com a teoria da modernização, almejando “elevar as sociedades tradicionais, de comportamento não-racional e valores comunitários limitados, à condição de sociedades modernas, racionais, universalistas etc.” (DOS SANTOS, 2000, p.17)

O ápice desse elo é o *Manifesto anticomunista* de Walt Whitman Rostow e as suas cinco etapas do crescimento econômico<sup>8</sup>: (1) sociedade tradicional; (2) pré-condições da decolagem, (3) a decolagem, (4) a marcha para a maturidade e (5) a era do consumo de massa. (ROSTOW, [1959] 1974) Dono de um vasto currículo de serviços ao Grande Irmão do norte – professor do MIT, consultor da CIA, funcionário do Departa-

---

8 O título original do livro em inglês é *The stages of economic growth (a non-communist manifesto)*. No Brasil, o título foi traduzido equivocadamente como *Etapas do desenvolvimento econômico*, como se os conceitos de crescimento e desenvolvimento fossem equivalentes.

mento de Estado, conselheiro de Segurança Nacional na presidência – e Rostow colocou-se na cena pública como um intelectual politicamente engajado<sup>9</sup>, expôs críticas abertas ao comunismo no melhor estilo da Guerra Fria e propôs uma via alternativa de desenvolvimento aos países do Terceiro Mundo. Na verdade, era uma teoria geral de história econômica que se desdobrava em um receituário para a remoção dos obstáculos ao crescimento econômico. O resultado esperado era o rompimento das sociedades tradicionais com o ciclo de pobreza econômica e cultural o que as levaria, supostamente, a alcançar o nirvana do desenvolvimento de uma sociedade humana, isto é, o consumo de massas capitalista e o bem-estar social. O tipo-ideal do crescimento econômico era os Estados Unidos e seu modo de vida, e o alvo da crítica era a teoria marxista e o planejamento socialista soviético. Do tradicionalismo ao modernismo, da selvageria ao capitalismo, do subdesenvolvimento ao desenvolvimento: esta era a utopia das teorias da modernização e do desenvolvimento. Em linhas gerais, consolidava-se a

noção do subdesenvolvimento como uma situação econômica, social, política, cultural na qual se misturam, de forma negativa, o “enclave”, a monocultura, a questão racial, o colonialismo interno, o chamado “dualismo” econômico. Esses diversos elementos atuam uns sobre os outros e configuram uma situação de atraso ou subdesenvolvimento, um círculo vicioso, que era necessário romper para conseguir avançar rumo ao desenvolvimento. (Dos SANTOS, 2000, p.74-75)

Nos anos 1960, observa-se o período de decadência das teorias da modernização e do desenvolvimento e a abertura de uma época fecunda para o pensamento social latino-americano como resultado do choque entre a expansão das relações capitalistas, sob hegemonia das grandes multinacionais e

---

9 De acordo com Sergio Wanderley e Ana Bauer, “[...] Rostow foi um dos principais formuladores da teoria da modernização dos Estados Unidos que a Alpro deveria implantar na América Latina e esteve no Brasil como convidado do regime militar poucos meses após o golpe de 1964.” (WANDERLEY; BAUER, 2020, p.370)

potências representativas do imperialismo, e das lutas socialistas e de libertação nacional dos anos 1950, que teve como ápice a Revolução Cubana. Intelectuais de diversos países tomaram para si a tarefa de teorizar sobre o período histórico em gestação e passaram a ser produtores do seu tempo. Portanto, o esgotamento dos modelos desenvolvimentistas é explicado por Theotônio a partir de fatores econômicos e políticos, indo além de uma interpretação que leve em conta somente aspectos ideológicos isolados da totalidade da vida social.

A principal síntese teórica das lutas nacionalistas mais radicais e socialistas contra a nova etapa do capitalista e sua correspondente divisão internacional do trabalho foi a teoria da dependência, que renega a ideia do subdesenvolvimento como ausência do desenvolvimento capitalista, e passa a relacioná-los entre si como contrários do mesmo processo unitário de expansão mundial do imperialismo.

Com base nos trabalhos dos economistas suecos Magnus Blomström e Bjorn Hettne, os antecedentes da teoria da dependência são escavados nos sítios ideológicos de duas tradições: a primeira, típica da América Latina, é a que congrega o nacionalismo, a Cepal e as críticas ao eurocentrismo; a segunda encontra-se nos embates entre o marxismo clássico e o neomarxismo de Paul Baran e Paul Sweezy. Sinteticamente, Theotônio dos Santos (2000, p.27) cita quatro ideias-chave dessas duas tradições que vão desaguar na teoria da dependência:

- i) O subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados;
- ii) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal;
- iii) O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista;
- iv) A dependência não é só um fenômeno externo mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política)

Ainda nas trilhas de Blomström e Hettne, Theotônio classifica a teoria da dependência em quatro ramos: 1) a

autocrítica estruturalista da Cepal nos anos 1970 (Osvaldo Sunkel e Raúl Prebisch), impulsionada pelas críticas mais à esquerda; 2) o neomarxismo (Marini, Bamberger e o próprio Theotônio); 3) o marxismo ortodoxo (Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto); 4) as obras independentes de André Gunder Frank. Há, todavia, uma região nebulosa entre as fronteiras delimitadas por Blomström e Hettne: Fernando Henrique Cardoso, em algumas passagens do livro dos autores suecos, figura na corrente neomarxista; Gunder Frank é outro que também ronda a segunda corrente sem se firmar. Ambas as mudanças de posições dos autores citados são rechaçadas por Theotônio, certamente por motivos distintos dos apresentados pelos pesquisadores suecos.

Imediatamente após citar Blomström e Hettne, Theotônio resgata a contribuição de Gunder Frank para a organização das teorias do desenvolvimento e da dependência no pensamento social latino-americano. O esforço intelectual do economista alemão, baseado na leitura de cinco livros sobre a dependência publicados em 1989 e 1990, resulta também em quatro correntes da dependência: 1) reformistas; 2) não-marxistas; 3) marxistas; 4) neomarxistas.

Theotônio não chega a propor uma classificação própria das correntes da teoria da dependência, restringindo-se a mencionar as histórias do pensamento contidas nos trabalhos de Blomström & Hettne e Gunder Frank e fazer retoques meramente cosméticos. Ele, todavia, traça uma antiga e eclética linhagem do pensamento social latino-americano que tinha um “enfoque interdisciplinar, dialético e histórico-estrutural que enfatiza especialmente a análise da totalidade e sua relação dialética com as partes” (Dos SANTOS, 2000, p.130) e que, posteriormente, será reivindicada pela teoria da dependência. Estamos falando de José Carlos Mariátegui, Gilberto Freyre, Josué de Castro, Caio Prado Júnior, Guerreiro Ramos, Raúl Prebisch, Sergio Bagú, Florestan Fernandes e Gino Germani. Para Dos Santos (2000, p.31), “a teoria da dependência tentou ser uma síntese desse movimento intelectual e histórico” de adensamento teórico-metodológico do pensamento crítico latino-americano, que então buscava caminhos próprios desvinculados da dominação cultural estrangeira.

Surge, a partir daí, no Chile, a teoria da dependência, apresentada no seu livro de 2000 a partir de dois grandes eixos de debate. O primeiro deles é o inacabado debate da historiografia marxista a respeito dos modos de produção na América Latina. De acordo com as teses de Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Luis Vitale, Roberto Simonsen e Sergio Bagú – referências reivindicadas por Theotônio dos Santos, que também figuram no livro de 1978 –, o subcontinente americano nunca foi hegemônico pelas relações sociais feudais, nem mesmo no período colonial. Gunder Frank radicalizou essa posição e afirmou o caráter capitalista da América Latina desde o início da colonização, o que foi amplamente questionado como uma teoria circulacionista, isto é, que via a primazia dos mecanismos de circulação da economia (o comércio internacional) em detrimento das relações sociais de produção.

Embora reconheça inúmeros méritos e êxitos nas obras de Gunder Frank, Theotônio defendeu que a América Latina esteve inserida no processo de formação do mercado mundial na acumulação primitiva do capital e as nossas economias tinham um caráter mercantil mesclado a relações de produção escravistas e servis. A emergência do capitalismo só se deu séculos após o início da colonização, no momento em que o assalariamento se tornou dominante nas relações sociais de produção e tivemos a formação de um operariado fabril e urbano. (Dos SANTOS, 2000, p.84) Assim, Theotônio busca deslocar a primazia dada por Gunder Frank ao comércio para o reino oculto da produção. Nas suas palavras, são “formações sociais de transição [...] de difícil caracterização.” (Dos SANTOS, 2000, p.32). Não são capitalistas, nem muito menos feudais, mas a resposta do que são efetivamente as sociedades latino-americanas fica em aberto. Aqui Theotônio abandona a velha caracterização do “pré-capitalismo latino-americano” apresentada em 1978. Em resumo, são formações econômico-social de tipo mercantil que tem seu desenvolvimento desigual marcado pelas brutais expropriações de povos africanos e indígenas e pela combinação de relações de produção servis e escravistas, voltadas ao atendimento dos interesses das metrópoles e, depois, dos países do centro do imperialismo.

O segundo debate articulador da teoria da dependência é o da caracterização política das burguesias locais. O objetivo era investigar se as classes dominantes da região tinham um ímpeto transformador das relações sociais vigentes e de rompimento radical com as alianças com os antigos latifundiários e o imperialismo. Em poucas palavras, era um questionamento sobre a existência real ou fantasiosa de um projeto de emancipação nacional bancado pela burguesia latino-americana.

Em larga medida, o atraso da região era debitado na conta da ausência de uma revolução democrático-burguesa, movimento político supostamente necessário para a ruptura com as heranças do passado colonial-escravista. Esse debate ecoou desde a Revolução Mexicana, passando pelo aprismo no Peru, o cardenismo mexicano, o nacional-desenvolvimentismo brasileiro e influenciando as táticas e estratégias políticas dos partidos comunistas da região alinhados à III Internacional.

André Gunder Frank polarizou novamente o debate com suas contundentes posições contrárias à existência de uma burguesia nacional, o que foi seguido por vários analistas. Theotônio buscou matizar a polêmica a partir do cenário brasileiro, argumentando que a burguesia industrial se organizou enquanto classe na época desenvolvimentista, e que chegou a flertar com um projeto nacional de desenvolvimento até o segundo governo Vargas (1951-54). No auge do modelo de industrialização via a substituição de importações, a burguesia industrial, aliada circunstancialmente a setores das classes médias e do operariado fabril, fez manobras táticas que aumentaram as tensões políticas com outras classes dominantes, em especial na disputa com os latifundiários para a manutenção da hegemonia constituída desde a Revolução de 1930.

Após o suicídio de Vargas, que estancou um golpe em andamento, e a partir do governo JK, criou-se uma “fórmula de compromisso” com o capital estrangeiro, que, mais tarde, com o golpe de 1964, se tornaria o grupo hegemônico das classes proprietárias. E mais: a burguesia industrial brasileira era dependente das divisas internacionais geradas pelas exportações dos produtos primários para o pagamento em moeda estrangeira das importações de máquinas, ferramentas e

matérias-primas necessárias para o estabelecimento de setores e ramos industriais que exigiam investimentos cada vez mais vultosos. Havia, portanto, “uma articulação estrutural entre a sobrevivência do setor exportador e a industrialização [...]” (Dos SANTOS, 2000, p.83), o que limitava o potencial revolucionário da burguesia industrial, algo que nunca se tornou efetivo, pelo menos no Brasil.

Diante da força do capital monopolista internacional no novo caráter da dependência – trazendo na sua bagagem o capital financeiro para o país<sup>10</sup> –, da integração imperialista do Brasil via o subimperialismo e da “articulação estrutural” com as oligarquias agrárias, a burguesia industrial brasileira sucumbiu sem resistências substantivas e aceitou, conscientemente, ocupar uma posição subalterna no bloco dominante, abandonado o populismo e embarcando na era fascista como passageiro da primeira classe sem direito a sentar na janela. “Não se tratava”, conclui Dos Santos (2000, p.33), “pois, de uma questão de ausência de conhecimento ou disposição de luta, ou determinação. Havia sérios limites de classe no projeto nacional democrático [...]. Tais forças se demonstraram, contudo, hesitantes quando puderam avaliar a força e a profundidade da oposição dos centros de poder mundial a esse projeto.”

No período anterior ao golpe de 1964, de intensa mobilização das classes sociais em disputa pela direção da sociedade, surgiram formulações ideológicas da burguesia industrial, sendo algumas avaliadas por Theotônio como “sofisticadas”. O Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e a Federação Nacional da Indústria são apresentados como expressões ideológicas da burguesia industrial enquanto agrupamento político que disputava os rumos da nação brasileira. Junto a esses aparelhos de hegemonia, a Cepal também deve ser enquadrada como uma das expressões ideológicas da visão social de mundo burguesa, tendo sido uma

---

10 Sobre a controvérsia do capital financeiro no Brasil, envolvendo Maria da Conceição Tavares, Octavio Ianni, Paul Singer e Ruy Mauro Marini, ver o capítulo 2 do livro *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais*, de Tatiana Brettas (2020, p.128-144).

das que melhor encarnou os interesses históricos do empresariado latino-americano.

Apesar da renhida luta ideológica de Theotônio e da teoria marxista da dependência com os desenvolvimentistas, há um reconhecimento da grandeza intelectual da escola de pensamento da Comissão da ONU, apontando seus limites juntamente aos seus avanços em relação, por exemplo, às teorias da modernização e às teorias estadunidenses e europeias do desenvolvimento. O surgimento da Cepal elevou o pensamento social latino-americano a um patamar até então inédito e não se restringiu à Torre de marfim dos intelectuais tradicionais, tendo impulsionado, junto a outras forças ideológicas e políticas, movimentos nacionalistas massivos nos anos 1950 na América Latina, como as revoluções na Bolívia (1952), Equador (1954) e Venezuela (1958). Nas suas palavras,

A temática do desenvolvimento tal como se apresenta nas décadas de 1950-60, sob a influência do pensamento cepalino, se aparta do debate entre civilização e barbárie, entre moderno e arcaico, entre progresso e atraso para produzir um debate mais consistente em termos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre uma estrutura industrial moderna, com todas as suas consequências sociais e políticas, em oposição a uma estrutura exportadora agrária ou mineira, que deveria ser progressivamente substituída. (Dos SANTOS, 2000, p.86)

Ainda sobre o debate da revolução democrático-burguesa, cabe destacar mais um aspecto. Assim como Vânia Bambirra, Theotônio é um dos poucos autores que – ao observar corretamente os pontos em comum entre o nacional-desenvolvimentismo cepalino e isebiano e o caráter etapista da revolução defendido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) naquela época – tem o cuidado analítico de diferenciar as correntes e suas posições político-ideológicas. Sutilmente, o sociólogo de Carangola/MG evidencia os matizes assumidos pela Cepal e pelos partidos comunistas latino-americanos: enquanto a primeira está assentada no tema do desenvolvimento econômico hegemonicamente liderado pela burguesia industrial, os segundos estão voltados para o debate da revolução

democrático-nacional conduzida pelo proletariado fabril em aliança com setores médios e o empresariado nacional progressista. (Dos SANTOS, 2000, p.89) São diferenças significativas a respeito de qual classe detém a hegemonia do movimento revolucionário e qual o fim estratégico do mesmo, o que mereceria a devida atenção dos historiadores do pensamento social latino-americano, mas que, na maior parte dos casos, são deliberadamente ignoradas.

Vimos que a teoria da dependência surge no período do canto do cisne das burguesias industriais nas lutas de classes regionais. Já o seu ápice ocorreu anos depois, na década de 1970, quando a sua influência transbordou as fronteiras de *Nuestra América* e alcançou a quase totalidade do chamado Terceiro Mundo e também dos países centrais, inclusive dos Estados Unidos. Foi a sua era de ouro. No auge da teoria da dependência, porém, veio a crise. O principal fator do ocaso foi o desmantelamento dos coletivos revolucionários no Chile de Allende, a partir do golpe perpetrado pelas forças reacionárias comandadas pelo general Pinochet. E a onda fascista continuou a se espalhar pela América Latina com sucessivos golpes apoiados pelo imperialismo, o que acabou por bloquear o curso da teoria da dependência. Houve, todavia, um conjunto de críticas – muitas delas internas ao pensamento progressista – que contribuiu para o aprofundamento da crise da teoria da dependência.

O epicentro dessas críticas foi detectado em São José, capital da Costa Rica, no XI Congresso Latino-americano de Sociologia ocorrido no mês de julho de 1974. Por seus salões de debates, passaram inúmeras figuras proeminentes do pensamento social latino-americano, como Octavio Ianni, Pablo González Casanova e Sergio Bagú. Mas nem todos que lá estiveram se engajaram na cruzada contra a teoria da dependência. Esta ofensiva ficou concentrada nas apresentações dedicadas ao debate sobre imperialismo e dependência e seus expositores foram Agustín Cueva, Enzo Faletto, Fernando Henrique Cardoso, Gérard Pierre-Charles, José Luis de Imaz e María Guadalupe Acevedo. As suas apresentações orais se materializaram em textos e foram coletadas no livro *Debates sobre la teoría de la dependencia y la sociología latinoamericana*,

compilado por Daniel Camacho, presidente da comissão organizadora. A primeira parte da obra, avaliada pelo organizador como a mais polêmica de todas as três (CAMACHO, 1979, p.12), é dedicada à controvérsia daqueles que utilizam a categoria de imperialismo em detrimento a de dependência, como se as duas fossem opostas. A questão é que não houve quem tomasse partido das teses marxistas da dependência para fazer um contraponto *in loco*. O caminho da crítica à teoria da dependência estava livre e desimpedido.

E as críticas no campo progressista não pararam por aí. Ganharam impulso na segunda metade de 1970 e começo de 1980, tendo outros autores latino-americanos como seus principais porta-vozes. Theotônio relaciona Agustín Cueva, Enrique Semo e Octávio Rodríguez, os mesmos que passaram pelo crivo de Vânia Bambirra no seu *Una anticritica*. Theotônio também cita os autodenominados marxistas ortodoxos, como Gabriel Palma, Joseph Kahl e Phillip O'Brien, cujas críticas de tendência endogenista estão centradas no excessivo peso que supostamente a teoria da dependência coloca nos fatores externos, como se o imperialismo fosse um fenômeno econômico e político que opera de forma exógena às sociedades latino-americanas. “Eles acreditam”, explica Dos Santos (2000, p.50),

que a teoria da dependência coloca as determinações externas como fundamentais e relega ao segundo plano a luta de classes no interior de cada país. Condenam também qualquer visão crítica do desenvolvimento do capitalismo, que, segundo eles, não apresenta diferenças essenciais entre os países dominantes e os dependentes. Essa tendência endogenista acredita que o imperialismo representa um progresso ao desenvolver as forças produtivas em nível internacional.

Mais à frente, veremos as objeções que Marini também faz ao marxismo endogenista, indo além dos argumentos de autoridade evocados por Theotônio<sup>11</sup>. Para esta corrente

---

11 “São chamados de autonomistas e endogenistas e foram analisados por Marini (1995) com rigor e precisão. Uma leitura séria de Marx jamais autorizaria esse tipo de interpretação do marxismo. Ele sempre chamou a atenção para o caráter internacional do modo de produção capitalista e

endogenista, avaliada como ultra-esquerdista e que teria sido influenciada pela Revolução Cultural chinesa e pelos ideais de uma revolução agrária, “o centro do debate teria de estar na questão do modo de produção e das relações de classe social, como se as classes sociais não se constituíssem no interior dos modos de produção e dos sistemas econômicos e formações sociais concretos.” (Dos SANTOS, 2000, p.101) Nesse ponto, vale dizer que Theotônio destaca a convergência existente entre as críticas do endogenismo e de Fernando Henrique Cardoso dirigidas à teoria da dependência, formando um campo intelectual que expandiu internacionalmente a sua hegemonia e se transmutou com o tempo numa força ideológica conservadora, com destaque para a figura do então entronizado Príncipe da sociologia. Anos mais tarde, na década de 1990, esse campo intelectual, capitaneado pelo ex-sociólogo uspiano, cerraria fileira com a reação neoliberal.

Havia ainda a crítica desferida pela direita. Estamos falando da reação conservadora neoliberal. O início da contraofensiva ideológica reacionária ao auge do levante do Terceiro Mundo e da teoria da dependência ocorreu nos anos 1970 com os textos da Comissão Trilateral<sup>12</sup>. Na década seguinte recebeu novo fôlego com os governos neoliberais de Thatcher, Reagan e Kohl e o Consenso de Washington. O ponto alto da crítica direta à teoria da dependência foi o famoso e apologético livro de Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem*.

No capítulo 9, mesmo apoiado em poucos recursos – leia-se, uma bibliografia mediana majoritariamente de fontes secundárias, sem contemplar os clássicos do debate –, Fukuyama se dedica ao ataque frontal em campo aberto à teoria

---

considerou o comércio mundial como condição necessária da acumulação primitiva capitalista. Marx jamais autorizaria uma concepção classista que colocasse em oposição a análise das economias nacionais e o estudo de sua articulação com a economia mundial. Ele sempre entendeu a formação do capitalismo como a dialética entre a economia mundial, como fenômeno independente, e o conjunto de economias nacionais em competição, apoiando-se em seus Estados nacionais.” (Dos SANTOS, 2000, p.51)

<sup>12</sup> Sobre a Comissão Trilateral e sua política de conter a “ameaça do Terceiro Mundo”, ver o livro *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*, editado por Hugo Assmann, e que conta com a participação de Theotônio dos Santos como redator de dois capítulos. (ASSMANN, 1979)

da dependência, tida como “a tentativa mais recente de manter viva uma forma de marxismo no Terceiro Mundo [...]” (FUKUYAMA, 1992, p.133) Nas primeiras páginas do capítulo, o burocrata do Departamento de Estado dos Estados Unidos se enrola com a paternidade da teoria da dependência, primeiro atribuída a Lenin, depois a Prebisch. Prosseguindo, ele limita-se a repetir a entediante cantinela contra a teoria da dependência ao rotulá-la de estagnacionista e catastrofista, sem oferecer ao distinto público argumentos mais aprofundados. O autor retrocede aos tempos preconceituosos (e nunca abandonados) das teorias da modernização e afirma laconicamente que o atraso da América Latina é explicado pela cultura popular, que dificulta “a consecução de altos níveis de crescimento econômico”, e pelo fato de o capitalismo nunca ter sido “[...] tentado seriamente. Isto é, em sua maior parte as economias ostensivamente ‘capitalistas’ da América Latina são muito prejudicadas pelas tradições mercantilistas e pelos tentaculares setores estatais estabelecidos em nome da justiça econômica.” (FUKUYAMA, 1992, p.138)

A comprovação empírica e factual do fracasso da teoria da dependência residiria no crescimento econômico experimentado pelos Tigres Asiáticos (Cingapura, Coreia do Sul, Formosa, Hong Kong, Malásia, Tailândia) a partir dos anos 1980. Esses países são avaliados por Fukuyama como economias subdesenvolvidas que se tornaram modelos de sucesso via a integração plena à globalização capitalista e ao livre mercado, algo impensável na teoria da dependência. A fórmula do sucesso arquitetada pelo apologeta estadunidense é simples: basta implementar o receituário (neo)liberal e seguir “a lógica de uma ciência natural moderna progressiva”, deixando para trás ideias arcaicas como o mercantilismo, o intervencionismo e o dependentismo. (FUKUYAMA, 1992, p.143)

Poucos anos mais tarde, a crise financeira capitalista de 1998 abateu em pleno voo o tal crescimento econômico espetacular dos Tigres Asiáticos, e a história mostrou o desacerto das teses de Fukuyama. Todos os países mencionados continuam sob o jugo da dependência e operam na órbita das potências estadunidense, japonesa e, agora, em alguma medida, na da China. A Coreia do Sul, sempre propalada como um *case*

de sucesso, é um país da semiperiferia, com alto grau de desenvolvimento tecnológico, mas que subsiste como um protetorado econômico-militar dos Estados Unidos, que segue ocupando o país asiático desde a Guerra da Coreia nos anos 1950.

Atacada pelos flancos esquerdo e direito, a teoria da dependência saiu gravemente atingida, e ainda hoje está em processo de recomposição. Desses duros embates travados ao longo das décadas de 1970 e 80, as teorias em disputa ganharam rumos inéditos, ocasionando o surgimento de um quadro ideológico diverso no início da era neoliberal. Sobre esse quadro emergente, Theotônio faz vagos apontamentos: as teorias da modernização mantiveram seus esquemas ocidentalizantes e eurocêntricos, as teorias do desenvolvimento alternativo influenciaram o desenvolvimento humano do Pnud e o estruturalismo rumou para a teoria das necessidades básicas.

E a teoria da dependência? Esta estreitou laços e se mesclou com a teoria do sistema-mundo, aprofundando uma tendência que já vinha desde os anos 1970 com os trabalhos de Samir Amin, Gunder Frank e do próprio Theotônio, e que ganhou forte impulso com a produção de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, ambos do Centro Fernand Braudel, da Universidade de Binghamton/Nova Iorque. Esta operação ideológica de mescla da teoria da dependência com a teoria do sistema-mundo foi realizada por Theotônio dos Santos e alguns dos seus assistentes de pesquisa, mas não por seus dois antigos companheiros de luta, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, que seguiram por outras trilhas. Nesse ponto, a análise realizada por Theotônio da história da teoria da dependência transmuta-se em uma narrativa excessivamente autobiográfica.

A seguir, na seção final do capítulo, veremos como Marini traça a sua história do pensamento de crítica ao desenvolvimentismo, ao neodesenvolvimentismo e ao endogenismo (e, lateralmente, ao neogramscianismo), com ênfase na segunda corrente do estruturalismo latino-americano.

## **Ruy Mauro Marini e a crítica ao neodesenvolvimentismo**

O título dessa seção pode parecer extemporâneo: utiliza-se um termo contemporâneo (neodesenvolvimentismo) para falar de algo do passado (desenvolvimentismo). Mas o termo neodesenvolvimentismo é mais antigo do que aparenta: surgiu no centro da controvérsia sobre a revolução latino-americana nos anos 1970, mais especificamente na contro-vérsia da dependência. Em 1978, Ruy Mauro Marini foi convidado pela prestigiada *Revista Mexicana de Sociologia* para escrever uma réplica ao artigo *As desventuras da dialética*, de José Serra e Fernando Henrique Cardoso, no qual fizeram críticas às teses da teoria marxista da dependência, muitas delas grosseiras e im procedentes. O artigo de Marini foi intitulado *As razões do neodesenvolvimentismo*, criando o termo que mais tarde seria difundido e ocuparia o centro de uma importante controvérsia do pensamento econômico brasileiro no século 21, como veremos nos capítulos 4 e 5 do presente livro.

Nesse denso texto de combate, Marini não conferiu um peso maior ao termo neodesenvolvimentismo apesar de utilizá-lo no título. Na primeira seção, fez curtos apontamentos sobre a crise do pensamento latino-americano nos anos 1960, anotando que novas correntes surgiram na década seguinte, sem, contudo, nomeá-las; elas sequer foram enumeradas. Mas o sociólogo mineiro de Barbacena analisou a crise do pensamento desenvolvimentista e relacionou-a ao fracasso das políticas reformistas de construção de um desenvolvimento capitalista autônomo na América Latina sob liderança das burguesias industriais. Nesse sentido, Marini trabalhou com a tese da ideologia desenvolvimentista como expressão ideal das estratégias políticas dos empresários industriais, assim como fizeram Bambirra e Dos Santos.

Há, todavia, uma segunda dimensão da crise do pensamento latino-americano. Concomitante à perda de força do projeto nacional-desenvolvimentista, surgiram grupamentos revolucionários questionadores das políticas colaboracionistas de classe entre burguesia nacional e proletariado, defendidas pelos partidos comunistas da região com lastro nas ideias desenvolvimentistas. Toda esta literatura revolucionária foi

erigida na militância partidária e passou ao largo das produções acadêmicas. Com os golpes militares na América Latina, em especial no Brasil (1964) e no Chile (1973), estes grupamentos marxistas foram aniquilados e a crítica marxista ao desenvolvimentismo foi silenciada pela boca dos fuzis, que também não poupou democratas e socialistas reformadores. A partir daí, a controvérsia da dependência, então no centro dos debates políticos, passou a se deslocar para os circuitos acadêmicos e foi paulatinamente perdendo o seu ímpeto crítico e transformador. Nessa nova conjuntura ideológica, os setores mais moderados do pensamento crítico latino-americano ganharam força e relevância, e autores com mais desenvoltura nos espaços universitários e de pesquisa, como Fernando Henrique Cardoso (FHC), tiveram suas produções projetadas internacionalmente. Assim, o Príncipe dos sociólogos alcançou a hegemonia na controvérsia da dependência e se tornou um dos expoentes do neodesenvolvimentismo.

No texto de Marini de 1978, encontramos citações de outros autores envolvidos nas polêmicas sobre o desenvolvimento capitalista na América Latina, como Celso Furtado e Aníbal Pinto, mas nada que aprofunde uma caracterização teórica do neodesenvolvimentismo. As notas sobre o pensamento social latino-americano se restringem a contextualizar o debate, pois o foco foi rebater as críticas torpes de José Serra e Fernando Henrique Cardoso e abrir caminho para a reconstrução da teoria revolucionária, então ameaçada no plano ideológico pela emergência das novas correntes desenvolvimentistas. Como bem resume Marini (1978, tradução livre),

[...] os novos ideólogos da burguesia cumprem sua tarefa com diligência, confiantes na autonomia da luta política: tentam semear confusão e perplexidade entre a classe operária e a esquerda, promovendo manobras divisionistas sobre elas. Se empenham, portanto, em “desarticular” todo desejo de crítica do capitalismo brasileiro que contenha, nas suas bases, a negação dessa engenhoca que é o “capitalismo de Estado nacional e democrático” que propõem (a expressão é do cebrapiano Carlos Estevam Martins). Nesse sentido, *As desventuras* são apenas um

passo na escalada que pretendem realizar contra o marxismo, para retirar da classe operária qualquer possibilidade de dar um fundamento científico a suas lutas de classe.

Apesar da ligeireza na caracterização do neodesenvolvimentismo, podemos perceber que Marini aponta para questões metodológicas essenciais aos estudos das ideologias, como a relação estabelecida entre lutas de classe na América Latina, a nova corrente do desenvolvimentismo e o caráter classista das propostas neodesenvolvimentistas. Ideologia e política andam, no seu entendimento, juntas e misturadas, como se diz hoje no popular.

Três anos depois da publicação de *As razões do neodesenvolvimentismo*, Ruy Mauro participa do II Congresso dos Economistas do Terceiro Mundo em Havana (Cuba) e sua intervenção é intitulada *América Latina frente a crise mundial*. Nessa apresentação transcrita, o termo neodesenvolvimentismo é novamente mencionado, mas, tal qual acontece no artigo de 1978, é uma referência sem maiores elaborações teóricas. Na seção VII do artigo, Marini rechaça as teses propostas pelos economistas progressistas, no caso os neodesenvolvimentistas, para a superação da crise econômica na região, pautadas na busca de “um desenvolvimento mais equilibrado entre os setores produtores de bens salário e de bens de produção, tanto agrícolas quanto industriais, diminuindo assim o peso da produção suntuária, bem como por conter o fluxo de capitais provenientes do exterior, reduzindo em parte seu volume e, sobretudo, regulamentando sua entrada e aplicação.” (MARINI, 1981, tradução livre)

De acordo com o intelectual marxista, essas teses não se diferenciavam substancialmente das propostas da Cepal no passado recente e a dependência da América Latina ao mercado mundial continuaria a se aprofundar com a vigência do padrão de reprodução do capital estabelecido na região. Nesse caso, “o neodesenvolvimentismo não pode mais do que suscitar ceticismo.” (MARINI, 1981, tradução livre) A base política do neodesenvolvimentismo havia ruído com a derrota da burguesia industrial para a fração rentista na luta de classe intra-

burguesas, fração esta que despontaria, a partir do neoliberalismo, como a força hegemônica nos blocos sociais dominantes. Não se tratava, segundo a avaliação de Marini, deste ou daquele ajuste nas curvas macroeconômicas ou nas políticas desenvolvimentistas de substituição de importação, mas sim de uma política anti-imperialista e revolucionária de ruptura com o capitalismo dependente.

No início da década de 1990, no livro *América Latina: dependência e integração* (1992), Ruy Mauro Marini empregou novamente o termo neodesenvolvimentismo para designar os estudos cepalinos surgidos em meados da década de 1970. No seu julgamento, tais estudos formavam uma nova corrente do pensamento latino-americano. Aqui, finalmente, a análise da história do neodesenvolvimentismo ganha consistência teórica.

O livro de 1992 foi o primeiro de Marini a ser publicado em português e teve somente uma edição, o que dificultou a sua circulação. Hoje, é uma raridade na biblioteca de colecionadoras e colecionadores. Por isso, os comentários a respeito dessa instigante pesquisa de Marini sobre a história do pensamento econômico e social latino-americano são tão rarefeitos na literatura especializada no tema, inclusive entre as pesquisadoras e pesquisadores da teoria marxista da dependência. Esse ostracismo vale igualmente para os outros dois textos de Marini citados acima, pois nenhum deles teve ampla circulação no Brasil até hoje.

O capítulo 3 do livro, intitulado *A crise teórica*, apresenta o texto mais completo na obra de Marini sobre a história do pensamento econômico e social latino-americano. Junto a ele, utilizaremos também passagens do memorial de 1990 e das apresentações aos três volumes da coletânea *Teoria social latino-americana*, organizada em conjunto com Mária Millán. O pensamento latino-americano no século 19 e início do 20 foi marcado pelos ideais liberais e positivistas, reproduzindo os sistemas ideológicos europeus como um “pensamento colonial ou reflexo”, na expressão de Guerreiro Ramos resgatada por Marini. Antes da década de 1920, temos raras exceções que fogem à regra, como *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e os textos de González Prada. (MARINI, 1994, p.9)

No final do século 19, o marxismo é introduzido na América Latina na mesma operação de mimetização do pensamento europeu nas ciências sociais latino-americanas. Essa situação mudaria nas primeiras décadas do século 20 com a produção e militância de José Carlos Mariátegui, Juan Antonio Mella e Haya de la Torre. Percebe-se aqui a criação de um pensamento original sobre a dominação imperialista e os efeitos do capitalismo sobre as populações e territórios locais, configurando o que José Aricó considera a primeira fase da teoria marxista da dependência. Nesse momento, com forte influência do marxismo, mas não só, o pensamento social latino-americano começa a se descolar da matriz europeia e estadunidense e alçar voos próprios, abandonando “[...] dogmas liberais e aberrações racistas que serviram para justificar a inserção subordinada de nossas economias no mercado mundial e a criação de Estados nacionais que se distinguiam por seu caráter discriminatório e excludente”. (MARINI, 1994, p.10, tradução livre)

É na década de 1950 que temos a institucionalização das ciências sociais na América Latina e o surgimento de trabalhos teóricos e metodológicos de ponta – José Revueltas, Leopoldo Zea, Pablo González Casanova, Silvio Frondizi e outros, junto aos economistas da Cepal –, marcando a maturidade do pensamento social latino-americano. (MARINI, 1994, p.10) E o marxismo contribuiu sobremaneira para este salto qualitativo, avançando especialmente no campo da história com os trabalhos de Caio Prado Júnior, Julio Cesar Jobet, Marcelo Segall e Silvio Frondizi. Este avanço marxista monotemático deixou, todavia, um vácuo nas áreas da economia e da sociologia que logo foi ocupado pelo desenvolvimentismo cepalino e teve fortes rebatimentos na *práxis* política dos partidos comunistas latino-americanos. Marini (1992, p.86) explica a hegemonia desenvolvimentista nas vanguardas comunistas da seguinte maneira:

A ascensão da burguesia industrial no após-guerra e, principalmente, o brilho da sua expressão ideológica – o desenvolvimentismo – apanham os comunistas desarmados. O débil desenvolvimento do marxismo no período anterior – quando ficara confinado sobretudo à histo-

riografia – leva, então, a que a teoria geral adotada pelos comunistas seja a que propõe a burguesia industrial. E isto é compreensível: correspondendo ao período em que os PCs se batem pela criação de uma frente única entre a burguesia e o proletariado, a Cepal lhes oferece de bandeja uma burguesia nacional e uma teorização sobre os mecanismos de exploração capitalista internacional próxima à teoria do imperialismo.

Nessa mesma época do pós-Segunda Guerra, o pensamento latino-americano é tomado de assalto pelo desembarque da teoria do desenvolvimento, matriz ideológica da dominação estadunidense criada para impedir o avanço do socialismo e do nacionalismo radical nas regiões periféricas, em especial nas zonas descolonizadas em África e na Ásia. Nas suas versões clássicas, a teoria do desenvolvimento é exposta por Marini, muito similar à apresentação de Theotônio, como portadora de um etapismo histórico linear (do atrasado ao moderno, do subdesenvolvimento ao desenvolvimento), de propostas modernizadoras de ruptura com as sociedades tradicionais e com seus métodos quantitativistas de elaboração de índices para aferição do subdesenvolvimento de um país, sem levar em conta as trajetórias históricas nacionais e os interesses de classe envolvidos na temática do desenvolvimento econômico. E uma das plataformas institucionais de produção e difusão da teoria do desenvolvimento foram as comissões econômicas regionais criadas pela ONU, sob a supervisão do seu Conselho Econômico e Social.

O desenvolvimentismo cepalino surge na esteira da teoria do desenvolvimento e recolhe alguns dos seus pressupostos e teses, sem nunca se desgarrar deles totalmente, como, por exemplo, a visão dual e etapista do desenvolvimento econômico como um *continuum* linear do mais arcaico ao mais moderno. Marini indica, entretanto, as mudanças operadas pela Cepal em relação a sua missão original designada pela influência dos Estados Unidos na ONU e como tais mudanças resultaram em uma

[...] corrente estruturada e, sob muitos aspectos, original de pensamento na região a partir do *Relatório Econômico*

*da América Latina de 1949*, publicado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1950. A importância da teorização que aí se inicia reside na novidade de algumas das suas colocações – embora, às vezes, só parecessem novas pelo desconhecimento do marxismo que caracterizava então a vida intelectual latino-americana – e na grande repercussão que ela alcançou, tanto no plano acadêmico como político. A análise das concepções cepalinas é, pois, indispensável para quem deseja conhecer a evolução do moderno pensamento latino-americano. (MARINI, 1992, p.70)

Segundo Marini aponta, três fatores históricos concorreram para a autonomia relativa que a Cepal alcançou em relação aos seus designios originais da ONU e os interesses imperialistas, indo além da história tradicional do pensamento econômico que narra a relativa independência cepalina como fruto da ação heroica de um homem só, Raúl Prebisch. Diferentemente de África e Ásia, a América Latina vivenciou seus processos de independência política no início do século 19 e já contava, em meados do século 20, com estruturas de classes sociais e Estados nacionais mais complexas e consolidadas do que os continentes ainda sob o jugo do (neo)colonialismo. E, poucas décadas depois da independência, grande parte dos países latino-americanos estava envolta em processos de desenvolvimento capitalista articulados ao mercado mundial e à divisão internacional do trabalho sob a hegemonia do Império Britânico. Por fim, é destacado que, com o avanço da industrialização no século 20, a burguesia industrial se estabeleceu em postos-chave no bloco de poder em alguns países, como Brasil, Argentina, México, Chile e Uruguai, tomando para si a hegemonia das oligarquias agromineiras exportadoras. “Assim”, diz Marini (1992, p.74),

[...] ao constituir-se, a Cepal estará vinculada à realidade interna da América Latina e expressará as contradições de classe que a caracterizam, particularmente as contradições interburguesas. Na verdade, ela será instrumentalizada pela burguesia industrial latino-americanas, tanto em função das lutas sociais e políticas internas, quanto das relações a serem desenvolvidas com a

economia mundial. Isto fará com que a Cepal, partindo da teoria do desenvolvimento, tal como fora formulada nos grandes centros, introduza nelas modificações, que representarão sua contribuição teórica própria, original, e que tornarão o desenvolvimentismo latino-americano um produto, mas não uma simples cópia da teoria do desenvolvimento.

O principal avanço teórico trazido pela Cepal foi a sua crítica à teoria ricardiana das vantagens comparativas, que defendia a especialização produtiva dos países em mercados cujos bens sejam abundantes em determinado fator (terra, capital ou força de trabalho), o que traria benefícios nas trocas comerciais internacionais a todos os participantes. Os estudos empíricos levados a cabo por Prebisch jogaram por terra os argumentos da economia política clássica (e também da neoclássica) a partir da constatação da deterioração dos termos de troca entre produtos primários e industrializados em favor dessa segunda categoria de mercadorias, o que gera vantagens para os países industrializados nas trocas externas. Assim, Prebisch comprovou que a estrutura vigente do comércio internacional era, no fundo, um mecanismo de poder para a transferência de renda dos países subdesenvolvidos para os desenvolvidos, levando à descapitalização dos primeiros. Daí surgir o esquema centro-periferia e suas assimetrias econômicas e sociais.

Esse conjunto de barreiras que a Cepal caracterizou como obstáculos estruturais ao desenvolvimento pleno da região poderia ser removido com o uso adequado de uma política econômica planejada e operada pelo Estado e uma burocracia racional e tecnicamente bem fundamentada, “[...] pondo fim à situação de dependência em que se encontravam [os países periféricos] ante os grandes centros. Esta tese – do desenvolvimento autônomo – constitui uma das marcas registradas do pensamento cepalino.” (MARINI, 1992, p.78)

O Estado seria peça-chave na implementação de uma política econômica de industrialização de substituição de importações dos bens manufaturados produzidos pelos países centrais. À industrialização é reservado um papel de *deus ex machina* na teoria cepalina, capaz de resolver os problemas da

oferta ilimitada de força de trabalho, aumentando a massa salarial, a produtividade do trabalho, o progresso técnico, o dinamismo do mercado interno e eliminando a descapitalização internacional. A partir dessa perspectiva, revela-se o caráter classista da ideologia cepalina, defensora dos interesses da burguesia industrial nas suas lutas internas ao bloco de poder contra as oligarquias agromineiras exportadoras e na criação de uma esfera de influência junto ao operariado fabril e às classes médias. Entretanto, adverte Marini, por conta de acordos tácitos e estruturais no bloco de poder entre burguesia e latifundiários, os temas da distribuição de renda e da reforma agrária não foram considerados relevantes na teoria cepalina, pelo menos não até a sua revisão crítica nos anos 1970.

O auge do desenvolvimentismo ocorreu nos anos 1950 e sua matriz ideológica foi hegemônica até a década de 1960, quando a América Latina passa por uma profunda crise econômica, política e social, que também será a crise do desenvolvimentismo. A ideia da crise do desenvolvimento capitalista como causa central da crise do desenvolvimentismo é um patrimônio comum às obras dos três fundadores da teoria marxista da dependência, como vimos anteriormente. Em suma, redige Marini (1992, p.85),

A crise do desenvolvimentismo significou, para a Cepal, a perda da posição privilegiada que alcançara em sua primeira década de funcionamento, quando chegara a ser a agência ideológica por excelência da América Latina. A partir de sua nova posição, de conceituado organismo técnico, a Cepal continua a realizar estudos e a produzir relatórios da melhor qualidade. Mas o processo do pensamento latino-americano a deixou para trás, dando lugar a novas manifestações teóricas.

A crise do desenvolvimentismo abriu espaço, portanto, para a emergência da teoria da dependência, que não apareceu no cenário como uma simples resposta ao pensamento cepalino. Ela foi, antes de tudo, uma expressão ideológica das lutas internas à classe trabalhadora e aos setores radicalizados das classes médias. Desde os anos 1950, surgiu na América Latina uma esquerda revolucionária, para usar os termos de Marini,

como alternativa à decadência ideológica dos partidos comunistas, então açoitados pela repressão estatal e a hegemonia estalinista. Na sua primeira fase, a esquerda revolucionária – materializada em organizações como o Movimento 26 de Julho (Cuba), o movimento sandinista (Nicarágua) e os Movimentos de Esquerda Revolucionária (MIR, segundo a sigla em espanhol) na Venezuela e no Peru –, defendeu a articulação das lutas anti-imperialistas e anticapitalistas com preponderância da luta armada, mas sem ainda aderir à estratégia socialista. A adesão da esquerda revolucionária ao socialismo ocorreria na segunda fase com a emergência dos coletivos político-culturais Práxis (Argentina), Polop (Brasil) e Liga Comunista (México).

O surgimento da esquerda revolucionária foi fruto das mudanças operadas nas estruturas sociais e nas consciências de classe do operariado, dos camponeses e de camadas médias. No campo, o avanço das relações sociais capitalistas resultou na criação de movimentos sociais de luta pela reforma agrária e conquista de direitos trabalhistas, como as Ligas Camponesas no Brasil. Nos grandes centros urbanos, observou-se a massificação da proletarização, fenômeno conhecido como marginalidade urbana, e a radicalização à esquerda de setores médios comprimidos pela crise capitalista, sendo o crescimento do movimento estudantil uma das suas facetas mais visíveis.

Do ponto de vista ideológico, a esquerda revolucionária bateu-se contra as teses da revolução democrático-burguesa defendidas pelos partidos comunistas e, de contrabando, contra o pensamento cepalino que servia de suporte aos PC's. O objetivo primário, cabe salientar, era a formulação de novas táticas e estratégias políticas do proletariado latino-americano. Entretanto, as primeiras organizações da esquerda revolucionária não desenharam uma crítica sistemática ao estalinismo e ao desenvolvimentismo. Esta tarefa seria obra de uma nova geração de intelectuais orgânicos da juventude revolucionária, que então criaria a teoria da dependência. (MARINI, 1992, p.87-88)

Marini recupera a ideia exposta no longo artigo de 1978 no qual os golpes militares no Brasil e Chile foram responsáveis pela desarticulação de linhas de pesquisa do pensamento crítico

latino-americano, com destaque para as tradições revolucionárias. No bojo dos ataques brutais dos aparelhos estatais coercitivos ao pensamento crítico, a teoria da dependência foi uma das mais atingidas. A sua trajetória sofreu sérios abalos e nunca mais conseguiu recuperar o fôlego, embora gozasse de grande prestígio político e ideológico até os anos 1980, inclusive alcançando países do centro capitalista em obras de Alain Touraine, Ernest Mandel, Giovanni Arrighi, Nicos Poulantzas, Paul Sweezy e outros. A partir de 84, vive-se uma nova fase com uma leva de materiais inéditos produzidos por Agustín Cueva, Enrique Dussel, Jaime Osorio e outros, (MARINI, [1990] 2005, p.134) mas sem ganhar impulso suficiente para uma retomada mais efetiva.

No vácuo deixado pela teoria da dependência, surgiram, no seio da intelectualidade progressista latino-americana, duas escolas de pensamento<sup>13</sup>, influentes até hoje. A primeira delas é o endogenismo, formada por Agustín Cueva, Ciro Flamarion Cardoso, Enrique Semo, Roger Bartra e outros intelectuais, em geral ligados aos partidos comunistas oriundos da III Internacional. Lembremos que dois desses autores – Cueva e Semo – foram alvo da *crítica positiva* de Bambirra, mas ela não os classificou, como fez Marini, dentro de uma nova corrente ideológica do pensamento social latino-americano.

O endogenismo tratou a categoria de imperialismo como uma questão secundária e se pôs a entender as determinações internas do desenvolvimento capitalistas nos países latino-americanos. Seus estudos tinham como ponto de partida a acumulação primitiva de capital e, na maior parte dos casos, trouxeram no seu bojo uma confusão teórica entre modos de produção e formação econômico-social. Em paralelo às críticas, Marini (1992, p.98) reconheceu que o endogenismo deu “uma contribuição apreciável para o desenvolvimento dos estudos

---

13 No terceiro volume dos livros *La teoría social latinoamericana: textos escogidos* (MARINI; MILLÁN, 1994), intitulado A centralidade do marxismo, o organizador e a organizadora compilam textos das correntes endogenista (Agustín Cueva, Carlos Sempat Assadourian, Ciro Flamarion Cardoso e Enrique Semo) e neodesenvolvimentista (Anibal Pinto, Raúl Prebisch, Rolando Cordera e Carlos Tello). Estas são qualificadas referências bibliográficas para a melhor compreensão das duas correntes analisadas por Marini no livro de 1992.

marxistas na América Latina, especialmente uma valorização maior dos processos internos que a constituíram, como os que se referem à acumulação primitiva do capital, à subsunção de outros modos de produção no capitalismo etc.”

Na época de florescimento do endogenismo, observou-se também a emergência do neodesenvolvimentismo, fruto ideológico de uma nova etapa do projeto das burguesias industriais latino-americanas de construção de um desenvolvimento capitalista autônomo. Era uma oportunidade então proporcionada pela abertura da janela histórica com a crise capitalista e de hegemonia dos Estados Unidos no início dos anos 1970. É precisamente no desabrochar do neodesenvolvimentismo que surge a palavra de ordem *Brasil potência*. Impulsionados pelas disputas intraburguesas nas esferas internacional e nacional, os governos ditatoriais romperam com o alinhamento automático aos Estados Unidos, planejaram e executaram planos nacionais de desenvolvimento e elevaram a política de substituição de importação a um patamar superior, condizente com o subimperialismo do Brasil.

Marini, todavia, faz um adendo a respeito desse projeto burguês na história das lutas de classes latino-americanas: no desenvolvimentismo, a burguesia industrial disputou a supremacia nos seus respectivos países com outras classes dominantes e frações de classe nos anos 1950-60 e esta supremacia foi alcançada na consolidação do capitalismo monopolista em aliança com latifundiários e multinacionais; no neodesenvolvimentismo, há uma aposta dobrada (sem cacife para lastreá-la) no bloco social dominante: a burguesia industrial tenciona conquistar a supremacia, então nas mãos das multinacionais, no tripé da dominação (capitais financeiros internacionais, capitais nacionais e capital estatal) e melhorar a posição relativa dos seus respectivos países na divisão internacional do trabalho. O desenlace da arriscada aposta foi a derrota dessa fração burguesa frente ao poder do capital financeiro internacional. As consequências para o neodesenvolvimento, do ponto de vista ideológico, foi o seu ocaso frente à ascensão do neoliberalismo.

O neodesenvolvimentismo tinha sólidas influências da Cepal e muitos dos seus integrantes foram recrutados na antiga

escola, como Celso Furtado, Francisco de Oliveira, Maria da Conceição Tavares e Raúl Prebisch. Dependencistas, como Fernando Henrique Cardoso, também foram alistados, além de novos quadros acadêmicos. Mesmo com estes entrecruzamentos, Marini ressaltou duas especificidades da recém-nascida corrente em relação à Cepal: primeiro, o neodesenvolvimentismo abordou, com maior ênfase, o tema da distribuição de renda no Brasil; em segundo, foi mais permeável ao uso da teoria marxista e a utilizou com maior rigor e precisão do que fez tradicionalmente a Cepal, “embora em geral – dentro do imenso arsenal que o marxismo oferece – [preferissem] aqueles mais facilmente assimiláveis pela teoria burguesa, como os que proporcionam Kalecki, Hilferding, Steindl. Junto a isto, nota-se a influência de autores não-marxistas, norte-americanos principalmente.” (MARINI, 1992, p.98)

Apesar das diferenças teóricas entre o endogenismo e o neodesenvolvimentismo, o que prevaleceu foram as convergências ideopolíticas<sup>14</sup> entre as duas correntes na defesa de um projeto de reformas do capitalismo dependente, como ressaltava Marini (1992, p.97):

Para ambas as correntes, há que por a ênfase, antes de tudo, nas condições nacionais para a análise do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. O imperialismo ou é colocado “entre parênteses”, para usar uma expressão de Maria da Conceição Tavares, ou se introduz na análise como última variável, como preferem os endogenistas; Prebisch e Furtado representam uma

---

14 No livro de 1992, Marini não fundamenta a sua afirmação da convergência ideopolítica entre o endogenismo e o neodesenvolvimentismo, o que precisa ser apurado com mais profundidade. Mas vale destacar, na trilha de boas pistas para confirmarmos a hipótese lançada por Marini, um depoimento do historiador Ciro Flamarion Cardoso a respeito da obra de Fernando Henrique Cardoso, em que pese suas críticas ao governo neoliberal tucano: “Na época, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto estavam numa outra vertente, a meu ver mais interessante, nos estudos da dependência, que conheci lá fora [...]. Durante certa época considerei muito o trabalho de Cardoso e Faletto. Fernando Henrique Cardoso foi por muito tempo um intelectual de esquerda respeitado por boas razões. Hoje o Fernando Henrique virou a casaca [...] e não tenho mais o menor respeito por ele (mesmo porque ele jamais explicou intelectualmente as razões de sua virada para a direita).” (CARDOSO, C.F., 1999, p.222)

exceção, partindo sempre da economia mundial. Mas se reúnem aos neo-desenvolvimentistas em sua tese central, que é a perspectiva do desenvolvimento capitalista autônomo – tese que expressa a aspiração mais sentida da burguesia industrial latino-americana.

Como os endogenistas, os neo-desenvolvimentistas se inclinam para uma concepção do desenvolvimento capitalista com roupagem social-democrata.

A partir do exposto por Marini, podemos inferir a conformação, a partir da conjunção de três correntes – o neodesenvolvimentismo, o endogenismo e o neogramscianismo –, de um bloco ideológico reformista de combate tanto ao autoritarismo dos governos militares como às teses marxistas da dependência. O neogramscianismo não é citado no capítulo 3 do livro *América Latina: dependência e integração*. A corrente teórica aparece no seu memorial de 1990 e na apresentação do tomo III da coletânea *Teoria social latino-americana*, redigida em parceria com Mária Millán, como um complemento político às ideias sociológicas, econômicas e históricas arroladas pelas teorias endogenistas e neodesenvolvimentistas. (MARINI, [1990] 2005, p.115 e MARINI; MILLÁN, 1995c, p.7) Mais especificamente sobre as três correntes, escrevem Marini e Millán (1995c, p.7):

Três movimentos se destacaram, neste sentido. No campo do marxismo, o endogenismo postulou a revalorização dos estudos históricos e a compreensão do subdesenvolvimento como articulação de distintos modos de produção, enquanto o neogramscianismo se propôs recuperar a obra de Gramsci, opondo-a a de Lenin. O neodesenvolvimentismo, por sua vez, retomou os enfoques da Cepal, esforçando-se por reatualizá-los mediante o emprego mais ou menos eclético de categorias e procedimentos marxistas.

Uma importante contradição realçada por Marini é que este bloco ideológico teve o marxismo como uma das suas argamassas ideológicas, ao mesmo tempo em que se tornou ponta de lança da ofensiva que criticaria as suas tendências mais radicais. Para aprofundar ainda mais as contradições,

setores desse bloco ideológico se juntariam posteriormente às fileiras neoliberais, como foi o caso de representantes do neodesenvolvimentismo. A bem da verdade, parte significativa dos intelectuais do endogenismo, do neogramscianismo e do neodesenvolvimentismo se opôs ao neoliberalismo, com raras exceções mantendo suas posições político-ideológicas nas fileiras marxistas.

No vácuo deixado pela teoria marxista da dependência na América Latina, não houve somente o surgimento de variantes ideológicas do estruturalismo cepalino. A ofensiva neoliberal, alicerçada nos projetos imperialistas de reconversão econômica dos países dependentes, encontrou a esquerda latino-americana dividida e enfraquecida. “[...] que não conseguiu retomar a elaboração crítica e original que vinha realizando, o que tornou difícil a formulação de uma alternativa de esquerda às pressões exercidas contra os povos da região.” (MARINI, 1992, p.99).

Os efeitos do neoliberalismo foram devastadores<sup>15</sup>. Setores hegemônicos da esquerda, que gravitam em torno da estratégia democrático-popular, até hoje se ressentem de uma autonomia ideológica e política e continuam a reboque da visão social de mundo burguesa e suas distintas teorias, do social-liberalismo ao pós-modernismo de verniz progressista. Quando muito buscam recuperar, de forma anacrônica, fragmentos do nacional-desenvolvimentismo e até mesmo da teoria da dependência. Como conclui Marini (1992, p.100),

Isto se pode observar na fixação trabalhista que inspira o brizolismo, na reabilitação da ideologia cardenista, na aparente vitalidade do peronismo, na ressurreição da corrente democrática-cristã chilena, enquanto as forças jovens que vem surgindo, como o Partido dos Trabalhadores no Brasil, não se mostram ainda capazes de revolucionar o cenário político-ideológico da região. Na raiz

---

15 Sobre estes efeitos do neoliberalismo, Marini encerra o seu memorial de 1990 com as seguintes palavras que merecem ser aqui reproduzidas: “A pobreza teórica da América Latina, nos anos de 1980, é, em ampla medida, resultado da ofensiva desfechada contra a teoria da dependência, fato que preparou o terreno para a reintegração da região ao novo sistema mundial que começava a se gestar e que se caracteriza pela afirmação hegemônica, em todos os planos, dos grandes centros capitalistas.” (MARINI, [1990] 2005, p.134)

desse fenômeno, está a falência do pensamento de esquerda e sua incapacidade de oferecer a base teórica para a formulação de uma estratégia política adequada ao momento que vivem os povos da América Latina.

### **Considerações Finais**

O estudo da história das ideologias é central na teoria marxista e não deve ser considerada como uma peça acessória de erudição acadêmica. Diversas produções de Marx e Engels foram devotadas ao escrutínio exaustivo de autores e escolas do pensamento progressos – *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, *A questão judaica*, *Manuscritos econômico-filosóficos*, *A sagrada família*, *A ideologia alemã*, *Miséria da filosofia*, *Manifesto do partido comunista*, *O capital*, *Anti-Dühring...* – e se tornaram obras fundamentais na construção do materialismo histórico, em análises concretas de situação concreta e na organização de partidos políticos comunistas e seus programas.

Vânia, Theotônio e Ruy Mauro não escreveram volumosos compêndios de história do pensamento, mas deixaram um legado nesta área do conhecimento, inclusive organizando seminários de estudos e coletâneas de textos clássicos e contemporâneos do pensamento social latino-americano. Desde as suas primeiras experiências docentes na UnB, o grupo de jovens professores promovia ciclos de estudos sobre a história do pensamento. (Dos SANTOS, 2011, p.20) No trabalho de compilação das teorias críticas latino-americanas, destaca-se o empenho de Marini, que esteve à frente de três empreendimentos editoriais portentosos de história do pensamento: os dois primeiros, publicados na forma de coletâneas organizadas em parceria com Márgara Millán, são resultado de um seminário realizado no Centro de Estudos Latino-americanos da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Unam em 1993. Nos dois anos seguintes (1994 e 1995), foi publicada a primeira coletânea com três volumes de textos clássicos. Em 1996, foram lançados pelo Editorial Caballito quatro volumes com capítulos de comentadoras e comentaradores sobre as teorias clássicas e contemporâneas latino-americana. E, em 1999, veio à luz o último empreendimento:

uma nova antologia do pensamento social latino-americano, desta vez em trabalho conjunto com Theotônio dos Santos e editada com apoio da Unesco.

Todavia, a viga mestra do arcabouço teórico-metodológico da teoria marxista da dependência sobre a história das ideologias encontra-se na obra de Vânia Bambirra. Primeiro, a sua tese de doutorado. Depois, sua tese de professora titular, pela qual se erigem novos andares do edifício teórico da TMD. Foi pelos caminhos abertos e consolidados por Bambirra na área da história das ideologias, durante a sua estada na Unam, que também trilharam Dos Santos e Marini, autores de textos seminais sobre a história do pensamento social latino-americano. Bambirra pavimentou o caminho da TMD na história das ideologias com o livro-tese de 1978, que traz uma preciosidade teórico-metodológica a ser recuperada pelas novas gerações: a categoria de *crítica positiva*, enraizada na dialética hegeliana e nas obras de Marx, Engels e Lenin, e que serve de base para o seu método de crítica, superação e síntese das ideologias progressistas latino-americanas. “No entanto”, adverte Theotônio dos Santos (1991, p.22), “seria errado pensar que a descoberta de certos conceitos abstratos garante o rigor do processo de apropriação teórica da realidade concreta” e, acrescentaríamos, a radicalidade da crítica ao sistema vigente.

Sem dúvida, a crítica positiva de Bambirra, Theotônio e Marini às ideologias do seu tempo foi peça-chave na criação da teoria marxista da dependência, um dos marcos da práxis revolucionária na América Latina na segunda metade do século 20. Mas, todo o longo e tempestuoso processo de criação da TMD só foi possível graças a confluência da visão social de mundo proletária, militância revolucionária e recuperação crítica e original de uma fértil tradição marxista não-eurocêntrica (com pitadas do pensamento latino-americano de corte reformista). Esquecer ou abafar as origens militantes e revolucionárias da teoria marxista da dependência – ou limitá-la a um mero debate teórico ou, pior, acadêmico – é tudo o que não precisamos neste momento de ascensão reacionária de tendência fascizante. O resgate da TMD deve se dar nos marcos da reorganização da classe trabalhadora e da criação de um poder popular com autonomia e unidade classistas, visando

a superação do capitalismo dependente rumo a uma transição socialista.

### **Referências Bibliográficas**

ASSMANN, Hugo (ed.). *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis: Vozes, 1979.

BAMBIRRA, Vânia. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. 2 ed. México D.F.: Era, [1978] 1983.

\_\_\_\_\_. O capitalismo dependente latino-americano e sua teoria crítica: uma tentativa preliminar de balanço. In: NASCIMENTO, Adriano et. al. (org.). *Economia, política e dependência: contribuições para análise do Estado e da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente*. Maceió: Edufal, [1986] 2020. p.73-84.

\_\_\_\_\_. *Memorial*. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 1991.

\_\_\_\_\_. *A teoria marxista da transição e a prática socialista*. Brasília: Editora da UnB, 1993.

\_\_\_\_\_; Dos SANTOS, Theotônio. *La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin*, 2 tomos. México D.F.: Era, 1980.

BIDERMAN, Ciro et. al. *Conversas com economistas brasileiros*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, [1996] 1997.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BRETTAS, Tatiana. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CAMACHO, Daniel. Presentacion. In:\_\_\_\_\_ (comp.) *Debates sobre la teoria de la dependencia y la sociología latinoamericana*. San José: Educa, 1979. p.9-15.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Entrevista. In: MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio (org.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002. p.211-238.

Del ROIO, Marcos. A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In: MORAES, João Quartim de; Del ROIO, Marcos (org.). *História do marxismo no Brasil*, v.4. Visões do Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p.73-134.

DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na Teoria da Revolução Brasileira. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*, v.3. Teorias. Interpretações. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p.201-244.

Dos SANTOS, Theotônio. *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*. Florianópolis: Insular, [1969] 2018.

\_\_\_\_\_. *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, [1978] 2011.

\_\_\_\_\_. *Memorial* (1994). Disponível em:  
<https://drive.google.com/file/d/0B0eSnYD-sJTWZXp3dHIXOVFCZEU/view>. Acesso em 03 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

\_\_\_\_\_. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Lições da nossa História. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n.30, p.19-32, outubro de 2011.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 3 ed. ampliada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, [1999] 2012.

MALTA, Maria (org.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea; Centro Internacional Celso Furtado de políticas para o desenvolvimento, 2011.

MANOEL, Jones. Desenvolvimentismo: a religião da esquerda latino-americana. *Margem Esquerda*, São Paulo, n.36, p.152-155, 2021.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 4 ed. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. Marxismo na economia brasileira. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*, v.2. Influxos teóricos. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. p.101-123.

MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio. *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H.Cardoso y J. Serra). *Revista Mexicana de Sociología*, México D.F., numero especial, 1978a. Disponível em [http://www.marini-escritos.unam.mx/056\\_neodesarrollismo.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/056_neodesarrollismo.html). Acesso em 01 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. O Estado de contra-insurgência. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, vol.12, n.3, p.1-15, [1978b] 2018.

\_\_\_\_\_. *América Latina ante la crisis mundial*. II Congreso de los Economistas del Tercer Mundo, La Habana, Cuba, 26-30 de abril de 1981. Disponível em [http://www.marini-escritos.unam.mx/283\\_america\\_latina\\_crisis\\_mundial.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/283_america_latina_crisis_mundial.html). Acesso em 01 de fev. 2021.

\_\_\_\_\_. Memória. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, [1990] 2005. p.57-134.

\_\_\_\_\_. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (org.). *La teoría social latinoamericana: textos escogidos*, tomo I. De los orígenes a la Cepal. México D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994. p.9-11.

\_\_\_\_\_; Dos SANTOS, Theotônio. *Antología sobre o pensamento social latino-americano*. Caracas: Cresal-Unesco, 1999.

MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária. Apresentação. In:\_\_\_\_ (org.). *La teoría social latinoamericana: textos escogidos*, tomo III. La centralidad del marxismo. México D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995. p.7-8.

\_\_\_\_\_. *La teoría social latino-americana, cuatro tomos*. México D.F.: El Caballito; Unam, 1996.

MARTINS, Carlos Eduardo. Imperialismo e dependência: revisitando um clássico. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n.30, p.33-60, 2011.

MARTINS, Paulo Emílio Matos; MUNTEAL, Oswaldo (org.). *O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; FGV Editora, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (org.). *História do marxismo no Brasil*, v.5. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p.197-225.

MOTA, Carlos Guilherme. As ciências sociais na América Latina: proposta de periodização (1945-1983). In: MORAES, Reginaldo et. al. (org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.278-305.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (org.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PERICÁS, Luiz Bernardo (org.) *Caminhos da Revolução Brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2019.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & política*, vol.29, n.2, p.68-94, maio-agosto de 2011.

\_\_\_\_\_. *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil*. Marília: Lutas anticapital, 2020.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. 5 ed. ampliada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1959] 1974.

SEABRA, Raphael Lana (org.). *Dependência e marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2016.

WANDERLEY, Sergio; BAUER, Ana. Aliança para o Progresso, geopolítica do conhecimento e o ensino de administração no Brasil: o caso Cepal. In: CAMPOS, Pedro Henrique et al. (org.). *Empresariado e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p.349-372.

WASSERMAN, Claudia. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2017.



## 2.

### **Presença de Florestan: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro\***

Florestan Fernandes é indiscutivelmente um clássico do pensamento social brasileiro. Sua obra é considerada o marco de fundação da sociologia crítica nacional e praticamente todas as publicações a respeito dos grandes intelectuais do Brasil reconhecem-no como um pensador que produziu uma das mais importantes reflexões sobre a formação histórica do nosso país. (cf. MOTA, 1980; MORAES *et. al.*, 1986 e RICUPERO, 2007)

O patrono da sociologia brasileira escreveu mais de 30 livros e abordou inúmeros temas, que vão desde os métodos da sociologia até o Partido dos Trabalhadores (PT), passando por estudos sobre a questão racial, o folclore, a política, as classes sociais e o Estado brasileiro. Dentro desta vasta obra, constatamos que algumas reflexões se inserem na controvérsia do desenvolvimento e da dependência. Nesta área, suas contribuições são ricas e férteis para o entendimento das nossas especificidades históricas, isto é, do desenrolar contraditório do desenvolvimento capitalista do Brasil. Nos seus escritos sobre o tema, Florestan polemizou direta e indiretamente com os principais autores da época, tais como os teóricos, burocratas e dirigentes do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal),

---

\* Texto publicado originalmente como capítulo do livro *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*, coordenado por Maria Mello de Malta. Rio de Janeiro: Ipea; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011. p.291-327.

do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Teoria da Dependência nas suas mais distintas vertentes.

Apesar disto, Florestan não figura em nenhuma obra de referência de história do pensamento econômico brasileiro. (BIELSCHOWSKY, 1988 e MANTEGA, 1987) É praticamente impossível acharmos nesta literatura qualquer tipo de referência às suas contribuições a respeito do desenvolvimento capitalista. Raras exceções são os textos de Luiz Carlos Bresser Pereira (1997 e 2004), que, apesar de algumas citações à obra do sociólogo paulista, advertem o leitor de que “é necessário considerar Florestan Fernandes como uma figura à parte neste quadro que estamos tentando delinear das interpretações sobre o Brasil.” (BRESSER-PEREIRA, 1997, p.36)

A história do pensamento econômico brasileiro (HPEB), desta forma, estreita as suas fronteiras, eliminando do seu interior um intelectual que participou ativamente e de maneira decisiva da acalorada controvérsia nacional dos anos 1960/1970 sobre o subdesenvolvimento, o capitalismo dependente brasileiro e as formas políticas de superação desse estado de coisas.

No presente capítulo apresentamos o debate de Florestan Fernandes com os intelectuais do desenvolvimentismo, em particular os que representavam o Iseb, a Cepal e o PCB. A hipótese central é que os estudos marxistas sobre processos de transição tardia de modos de produção pré-capitalistas para o capitalista ocorridos em formações econômico-sociais periféricas fornecem o instrumental teórico básico – mas não o único – para a construção das análises de Florestan Fernandes sobre a especificidade histórica do Brasil. A temática da articulação contraditória e complexa entre o arcaico e o moderno, para usarmos os termos clássicos do debate sobre a dualidade brasileira, pode ser entendida como uma espécie de fio condutor dos seus estudos sobre o subdesenvolvimento, o capitalismo dependente e a revolução burguesa.

O capítulo está dividido em três seções, além desta introdução. Na segunda, apresenta-se um balanço crítico da inserção de Florestan Fernandes nos debates desenvolvimentistas dos anos 1960/1970. A terceira expõe as linhas gerais dos seus estudos sobre a formação econômico-social do Brasil e a

revolução burguesa, que conformam uma espécie de desdobramento dos seus estudos sobre subdesenvolvimento. Nas considerações finais, trataremos da ruptura de Florestan com o desenvolvimentismo, apontando os limites insuperáveis desta ideologia como força-motriz de uma transformação social capaz de superar o subdesenvolvimento e a dependência.

### **A controvérsia de Florestan com o desenvolvimentismo**

O ofício do historiador do pensamento complica-se quando sua tarefa é estabelecer os termos da controvérsia entre Florestan Fernandes e o desenvolvimentismo, pois existem poucos estudos a este respeito<sup>16</sup>, além daquele silêncio já comentado dos historiadores do pensamento econômico brasileiro a respeito da obra do autor. Apesar das dificuldades aparentes, pensamos não ser arbitrário incluí-lo na controvérsia. Plínio de Arruda Sampaio Jr. (1999, p.134), por exemplo, aponta que “do ponto de vista das lutas sociais, sua reflexão [de Florestan] deve ser vista como uma contraposição à ideologia do Nacional Desenvolvimentismo”. *A questão é, então, estabelecer como, quando e o porquê da presença de Florestan em tais debates.* Este é o nosso objetivo central.

A temática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento aparece de forma mais contundente na sua obra no final dos anos 1950 e ao longo da década de 1960. Em torno da cátedra Sociologia I da Universidade de São Paulo (USP), Florestan estabeleceu, junto com seus jovens assistentes – como Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni – uma agenda de pesquisa sobre a realidade histórica nacional. Superava-se, assim, uma

---

16 Os principais livros e artigos sobre a vida e obra de Florestan, dos quais destacamos os textos de Carlos Nelson Coutinho (2000), Gabriel Cohn (1986, 1987), José Paulo Netto (2004) e Octavio Ianni (1986), tratam, ora explícita, ora implicitamente, dos termos da inserção de Florestan na controvérsia da superação do subdesenvolvimento e da dependência. Uma das fontes mais recentes de consulta é o livro *Retrato de Grupo*, organizado por Flávio Moura e Paula Montero (2009). Nesta obra, fundadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), como Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira, tangenciam análises sobre a inserção de Florestan nos debates brasileiros sobre subdesenvolvimento e dependência, embora sejam passagens muito rápidas e pouco desenvolvidas do ponto de vista teórico-analítico.

fase marcada por estudos metodológicos e teóricos sobre a sociologia clássica dos países centrais, bem como seus estudos etnográficos.

O intuito era decifrar os mistérios da esfinge brasileira. Para isto Florestan construiu, dentro da USP, um aparelho institucional capaz de disputar a hegemonia das ideias em torno da temática do desenvolvimentismo. O projeto de pesquisa intitulado *Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento* iniciou as suas atividades no início de 1960. A obtenção de um financiamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) permitiu condições materiais para a realização das pesquisas. Com o crescimento da equipe de assistentes, Florestan decidiu fundar o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), que serviria como uma espécie de guarda-chuva institucional para os seus propósitos de estudo da realidade brasileira<sup>17</sup>. Especificamente, o principal interlocutor nesta disputa hegemônica era o Iseb (ARRUDA e GARCIA, 2003, p.107 e BRESSER-PEREIRA, 2004, p.52-54).

A sua inserção no debate sobre subdesenvolvimento é marcada, desde o início, por posições críticas ao desenvolvimentismo. Em 1962, Florestan escreve um texto no qual apresenta o tema do desenvolvimento econômico como um projeto político em disputa por burgueses e socialistas e que o desenvolvimentismo se alinha, a partir do nacionalismo, ao lado das aspirações da ordem social competitiva<sup>18</sup>. De todo modo,

---

17 Os primeiros trabalhos escritos por Florestan sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento estão presentes no capítulo II de *Mudanças sociais no Brasil* (1959, publicado em 1960) e nos capítulos 8 e 10 de *A sociologia na era da revolução social* (1962).

18 Conforme escreve Florestan Fernandes ([1962] 1976, p.321, grifos originais), “queira-se ou não, ele [o desenvolvimento] significa, no mínimo, diferenciação econômica, com base na modernização tecnológica do campo e da cidade, na industrialização, na elevação da capacidade de consumo *per capita* e do padrão de vida das massas. Esses alvos correspondem, naturalmente, a aspirações sociais contraditórias, mas adquirem homogeneidade e conteúdo nitidamente revolucionários nos ‘países subdesenvolvidos’. Essa afirmação é tão verdadeira, que o chamado ‘desenvolvimentismo’ precisou de um substrato moral próprio, para objetivar-se e expandir-se socialmente: o *nacionalismo*, que serviu de escudo tanto às medidas de reforma social voltadas para a integração nacional, quanto para a proteção artificial do crescimento econômico e para alterações radicais da política econômica internacional dos ‘países subdesenvolvidos’”.

neste período da sua produção intelectual, o seu posicionamento diante do tema ainda é bastante contraditório.

Durante o período 1940-1960, a ideologia do desenvolvimentismo foi hegemônica no pensamento progressista brasileiro e grande parte dos pensadores da esquerda pareciam influenciados, em maior ou menor grau, por esta ideologia (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2005). O seu impacto no pensamento social brasileiro e latino-americano foi imenso e deixou marcas em todos os que participaram dos seus debates. A controvérsia foi travada a partir de uma perspectiva sistêmica, interdisciplinar e engajada, principalmente contra as teorias e projetos políticos produzidos e exportados pelos países centrais aos periféricos, como o Manifesto anticomunista de Rostow, a Aliança para o Progresso do governo John Kennedy e o Relatório Rockefeller. Como diz Florestan Fernandes (1994, p.9):

Essas indagações tiveram grande importância cultural, científica e política na América Latina. Elas incentivavam a expansão de análises e explicações macrossociológicas, que vinculavam entre si psicologia, antropologia, sociologia, economia e história, permitiam um arejamento marxista ou crítico do trabalho acadêmico e abriam espaço para uma militância intelectual que conduzia os acadêmicos para o debate público e o engajamento político.

Florestan é um intelectual imerso nas principais polêmicas nacionais (e internacionais), e por isto reflete bem o estado da arte do seu tempo. Em certas passagens, ficamos com a sensação de que aceita e se limita aos termos do debate. Os seus textos dos anos 1950/1960 são profundamente marcados pelo linguajar da época, linguagem que expressa a hegemonia ideológica do desenvolvimentismo. Além disso, boa parte da sua bibliografia é composta por obras de autores clássicos do desenvolvimentismo – com destaque para as obras de Celso Furtado<sup>19</sup> –, o que só reforça a impressão inicial da aceitação de

---

19 No artigo *Diálogo na nova tradição*: Celso Furtado e Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira (2003c, p.476-477) afirma a influência da obra do economista paraibano no pensamento do sociólogo paulistano. Em suas palavras: “Florestan não é lido como um clássico do subdesenvolvimento nem da dependência, apesar da presença explícita dos dois temas na sua

Florestan do horizonte intelectual imposto por aquela ideologia. Fica a sensação de que ele está preso à jaula de ferro do desenvolvimentismo e dela não pretende se libertar. Por estes motivos, é possível a interpretação de que Florestan era, no limite, uma espécie de consciência crítica do desenvolvimentismo.

Uma leitura do conjunto da sua obra, todavia, é capaz de desmascarar o caráter superficial daquela impressão. A partir dos anos 1960, a história do Brasil e da América Latina sofre uma importante inflexão. Além da passagem da etapa do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, a região sofre uma série de golpes militares que se inicia no Brasil em 1964. Esta passagem, operada por meio do expediente da autocracia burguesa, ocorre tardiamente em algumas partes da América Latina e tem especificidades históricas que a diferencia da ocorrida nos países centrais no final do século 19.

Com este novo contexto histórico, a controvérsia de Florestan com o desenvolvimentismo muda de tom e figura. Na primeira fase da controvérsia, o sociólogo paulista tecia críticas ao desenvolvimentismo de forma velada e indireta. Normalmente elas estão implícitas em algumas passagens, e raras vezes cita seus interlocutores. Talvez a controvérsia mais explícita com pensadores do nacional-desenvolvimentismo tenha sido o debate com Guerreiro Ramos, que se desenrolou em termos metodológicos do uso de conceitos da sociologia clássica (notadamente Marx, Weber e Durkheim) para o entendimento de uma realidade social periférica<sup>20</sup>.

---

bibliografia, até mesmo em muitos títulos de seus livros. Sua produção sobre os temas é posterior às da Cepal e às fundações de Furtado. Pode-se dizer, sem desdouro para o mestre paulista, que a influência de Celso Furtado reorientou a produção teórica de Florestan, que resultou, devido à sua extraordinária bagagem e à influência do marxismo, uma obra extraordinariamente original”. Embora correta em diversos pontos, esta leitura aponta para uma complementaridade entre as obras destes dois clássicos do pensamento social brasileiro. No nosso entendimento, há pontos de influência e convergência entre Furtado e Florestan, mas, principalmente, de ruptura e superação. Demonstrá-los é um dos objetivos do capítulo.

20 Ao ler a bibliografia que trata da controvérsia entre Florestan e Guerreiro Ramos, fica-se com a impressão de se tratar de uma controvérsia maniqueísta e regionalista, com o vencedor representando a ciência e o perdedor representando a ideologia; ou, em outros termos, da vitória do

A segunda fase começa seu processo de maturação no período anterior ao golpe empresarial-militar. É possível visualizá-la por meio dos seus estudos sobre industrialização e o empresariado paulista, sobre subdesenvolvimento, imperialismo e capitalismo dependente na periferia do mercado mundial e, principalmente, nas suas investigações sobre o Estado autocrático e a revolução burguesa no Brasil e na América Latina. Daí em diante, constata-se uma radicalização política e teórica de Florestan (CANDIDO, 1987, p.35), na qual o marxismo emerge como a principal fonte teórica do seu pensamento e o tema da revolução/contrarrevolução ocupa um lugar central nas suas investigações (NETTO, 2004).

### **Da categoria de subdesenvolvimento a de capitalismo dependente**

Em consonância com os estudos marxistas sobre o imperialismo, com destaque para Bukhárin, Lênin e Trotsky, Florestan Fernandes entendia o sistema mundial capitalista como uma totalidade composta por partes contrárias e assimétricas entre si – as nações exploradoras e as exploradas. Tais partes estabelecem relações mútuas que as tornam partícipes de uma mesma estrutura mundial, na qual umas são dominantes, outras dominadas. Além da dominação política e cultural, desenvolvem-se no sistema internacional mecanismos de exploração econômica, tais como o de produção e apropriação do excedente. Assim, a dinâmica do mercado mundial é notadamente fundada em mecanismos políticos e econômicos que estabelecem hierarquias entre nações imperialistas e nações exploradas e dominadas.

---

academicismo universitário paulista sobre o ensaísmo carioca do desenvolvimentismo isebiano. De um lado, temos aqueles que defendem a vitória da ciência, supostamente representada pela Escola Paulista de Sociologia (termo, aliás, que Florestan repudiava), sobre a ideologia, também supostamente representada pelo Iseb; de outro, busca-se restaurar a importância das formulações isebianas a respeito do desenvolvimento brasileiro, esquecidas em um passado considerado remoto, e ignoram-se as contribuições de Florestan Fernandes e seus assistentes. Dentro desta literatura cabe destacar o balanço da controvérsia realizado de forma serena por Lucia Lippi Oliveira (1995, p.91-110). Os termos originais do debate estão presentes em Fernandes ([1958] 1977) e Ramos (1965).

O Brasil nasce como fruto dessa expansão desigual e combinada do capitalismo ao redor de todo o globo terrestre. Desde a sua fundação, o país é uma formação econômico-social marcada pelo domínio estrangeiro, seja ele operado por forças estatais (nações), seja por forças privadas (capitais). A partir das grandes navegações e da constituição do mercado mundial, interesses externos de acumulação de riqueza, poder e território determinaram em larga medida as formas de organização social, econômica, política e cultural da nossa nação, formas estas voltadas para atender aqueles interesses externos. Em linhas gerais, de acordo com Florestan Fernandes (1968, p.36-37), o Brasil se torna uma plataforma de produção de excedente econômico a ser apropriado por nações e capitais imperialistas:

Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas.

No primeiro capítulo do livro *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973), Florestan descreve e analisa quatro grandes fases da dominação externa no nosso continente: o colonialismo, o neocolonialismo, o imperialismo e o imperialismo total.

A primeira fase da dominação externa – o colonialismo, que dura do século 16 ao 19, é marcada por relações político-jurídicas de dominação das metrópoles europeias frente as suas colônias latino-americanas. Dentro da divisão internacional do trabalho estabelecida pelo centro capitalista, cabe aos países dependentes produzir bens primários de acordo com as necessidades de consumo e da acumulação primitiva de capital das metrópoles. Tal produção baseia-se em modos de produção pré-capitalistas e na grande propriedade fundiária. Cabe

destacar que, diferentemente do que pregavam determinadas correntes desenvolvimentistas e o PCB, Florestan não defendia a tese da existência do feudalismo no Brasil, mas sim do escravismo ou do escravismo colonial.

Com a crise do colonialismo, que chega ao seu termo no século 19 devido à fragilidade das estruturas econômicas de Portugal e Espanha, às guerras europeias nos séculos 18 e 19 entre França, Holanda e Inglaterra e ao descontentamento de setores sociais internos das colônias, temos o aparecimento da segunda fase de dominação externa, o neocolonialismo. Nesta fase, a Inglaterra criou um sistema de dominação com base em operações comerciais e financeiras com os países latino-americanos. Ou seja, se antes a dominação externa da América Latina era baseada fundamentalmente (mas não exclusivamente) em mecanismos políticos e jurídicos, a partir do final do século 18 e início do 19, com os processos de independência política e a emergência do Império Britânico, a região passou a ser subjugada majoritariamente por mecanismos econômicos, sempre com o apoio do poderio militar das nações imperiais do Norte.

Reforçou-se, assim, o papel das nações dependentes na divisão internacional do trabalho como uma fonte de exportação de riqueza para a acumulação de capital necessária ao financiamento da revolução industrial europeia. Mais uma vez, Florestan reafirma a importância da transferência do excedente produzido nas economias periféricas para o centro do sistema capitalista como uma forma de desenvolvimento do subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano.

A terceira fase da dominação externa da América Latina – o imperialismo –, que se torna uma realidade nas últimas quatro décadas do século 19, aprofunda os laços de integração desta região com o centro do mercado mundial. A dependência é alçada a um novo patamar, que segundo Florestan Fernandes ([1973] 1981, p.16), inaugura a era do capitalismo dependente na América Latina.

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas

também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina.

O quarto padrão de dominação externa, que se expande mundialmente no pós 2ª Guerra Mundial, é o imperialismo total<sup>21</sup>. Nesta nova fase, também chamada de capitalismo monopolista<sup>22</sup>, os Estados Unidos surgem como a potência imperialista central. A grande novidade é o surgimento das corporações multinacionais, com suas ramificações comerciais, industriais e financeiras de alcance global. Tais empresas operam com novos padrões de produção, planejamento, concorrência, logística, comunicação, *marketing* e propaganda. Desta forma, as grandes multinacionais, em comunhão com os Estados imperialistas, criam mecanismos até então inimagináveis de controle externo nos países dependentes, originando um “imperialismo total”.

Em determinado momento da história econômica latino-americana, acreditou-se que as corporações norte-americanas

---

21 “O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc.” (FERNANDES, [1973] 1981, p.18) Nesta passagem, temos a articulação metodológica entre elementos de ordem interna aos países periféricos a elementos de ordem externa do mercado mundial para entender a dependência. Como veremos mais a frente, esta é uma característica marcante dos seus estudos sobre o capitalismo dependente.

22 Uma diferença fundamental entre os livros de 1968 e 1973 é o peso que a categoria *capitalismo monopolista* adquire no segundo título. Tal categoria já figura na obra de 1968, mas com pouca importância, sendo citada de passagem numa nota de rodapé. (FERNANDES, 1968, p.60) Já no texto de 1973, ela adquire uma centralidade marcante. Em questão de três anos, Florestan, no rastro dos estudos de Paul Baran e Paul Sweezy, dos teóricos cepalinos (Prebisch, Furtado e Conceição Tavares) e da teoria marxista da dependência (Andre Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos) desperta para a importância das transformações estruturais operadas pelo capitalismo central nas sociedades periféricas, em particular do desembarque das corporações multinacionais em território latino-

seriam um aporte necessário de capital estrangeiro para o desenvolvimento econômico da região. Governantes e intelectuais conservadores – mas também alguns ideólogos desenvolvimentistas – saudaram a vinda de tais empresas, celebrada como uma etapa superior do desenvolvimento das forças produtivas da região<sup>23</sup>. A contribuição das multinacionais ao desenvolvimento latino-americano e brasileiro se mostraria ilusória, e Florestan foi um dos críticos desta suposta contribuição. As multinacionais, antes apontadas como impulsionadoras do desenvolvimento, passaram a ser vistas como instrumentos de aprofundamento do subdesenvolvimento<sup>24</sup>.

A despeito das especificidades históricas de cada fase da dominação externa, a dependência gera um resultado global nos países latino-americanos comum a todas as fases: “nenhum país possui uma economia homogênea e potencialidades organizadas de desenvolvimento auto-sustentado efetivo. A dominação externa, em todas as suas formas, produz uma especialização geral das nações como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas.” (FERNANDES, [1973] 1981, p.20)

Do ponto de vista interno, os países periféricos possuem algumas características marcantes, a partir das quais podemos tomar a caracterização teórica que Florestan Fernandes ([1973] 1981, p.20) faz do capitalismo dependente:

Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexis-

---

americano.

23 Hélio Jaguaribe, no livro *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958), reconhecia um papel positivo do investimento externo direto na modernização brasileira. Por conta desta defesa do capital estrangeiro, Jaguaribe saiu do Iseb, que então se radicalizava em torno de posições nacionalistas.

24 “(...) As estruturas econômicas existentes foram adaptadas às dimensões e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento econômico autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados.” (FERNANDES, [1973] 1981, p.23)

tência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes “épocas históricas”, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista, descrita por alguns autores como “colonialismo interno”). Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema (...).

Um ponto de convergência entre a teoria do capitalismo dependente de Florestan e a teoria do subdesenvolvimento de Furtado, por exemplo, é que ambos rechaçam a ideia do subdesenvolvimento como um estágio preliminar do desenvolvimento à la Rostow. Sob este ângulo de interpretação, os países periféricos não devem ser encarados como uma reprodução mal sucedida do capitalismo central nos trópicos, mas sim como uma contraface necessária e funcional à acumulação capitalista realizada no centro.

(...) o subdesenvolvimento, onde ele surge e se mantém, não é uma mera cópia frustrada de algo maior nem uma fatalidade. Mas uma escolha, se não realizada, pelo menos aceita socialmente, e que depende, para ser condenado e superado, de outras escolhas da mesma natureza, que forcem os homens a confiar em si mesmos ou em sua civilização e a visarem o futuro (FERNANDES, 1968, p.57).

Além disso, o subdesenvolvimento é entendido não como uma fatalidade histórica, mas como produto da luta de classes, tanto da concorrência intercapitalista como dos embates entre dominantes e dominados. A transplantação do padrão de civilização ocidental para o Novo Mundo não foi um processo de mera recepção dos bens materiais e imateriais produzidos no Norte e consumidos pelo Sul. Outros modos de organização social eram possíveis, mas as classes dominantes optaram pela manutenção dos seus privilégios econômicos, políticos e

culturais e não se colocaram frontalmente contra a implantação do modo de produção capitalista. Nas suas próprias palavras:

(...) a dependência, por sua vez, não é mera “condição” ou “acidente”. A articulação estrutural de dinamismos econômicos externos e internos requer uma permanente vantagem estratégica do polo econômico hegemônico, aceita como compensadora, útil e criadora pelo outro polo (FERNANDES, [1973] 1981, p.54).

O método de análise de Florestan acerca dos fenômenos da dependência e do subdesenvolvimento, destacando os modos de atuação política e de representação cultural e intelectual das classes sociais nacionais frente ao processo de internacionalização da economia brasileira, coloca a sua obra em uma perspectiva diferente do nacional-desenvolvimentismo de matriz progressista. Desta forma, o seu método trabalha as dimensões externa e interna do imperialismo e da dependência. Em *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968), o foco está nos elos de dominação externa que prendem a periferia à sua condição de subdesenvolvida. Na obra subsequente, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973)<sup>25</sup>, Florestan integra organicamente a sua análise os determinantes internos da reprodução das estruturas do capitalismo dependente das nações periféricas, pois percebia a internacionalização de centros decisórios no Brasil. Isto fica claro no capítulo II, um estudo sobre o comportamento das classes altas e médias, bem como da configuração do Estado na América Latina na década de 1970.

Os países latino-americanos enfrentam duas realidades ásperas: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a

---

25 Cabe destacar que é marcante o abandono, nos estudos de 1970 em diante, do conceito de subdesenvolvimento a favor do uso corrente de capitalismo dependente.

revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda. (FERNANDES, [1973] 1981, p.26)

Em síntese, para Florestan, a situação política, econômica e social dos países periféricos, caracterizada por polarização social, autonomia limitada, integração dependente ao mercado mundial e exportação de excedente, é consequência da expansão internacional do capital para as regiões periféricas. Este é o fator sistêmico, o determinante externo da dependência e do subdesenvolvimento. Outros fatores, todavia, concorrem para determinar, em comunhão com o fator sistêmico, o desenvolvimento histórico do capitalismo na América Latina e no Brasil. As escolhas e decisões tomadas pelas classes dominantes nacionais, bem como a falta de organização, consciência e resistências das classes subalternas frente aos processos de exploração e dominação externa e interna, também têm um peso decisivo na configuração das sociedades periféricas.

(...) ficava claro que a *História* das nações latino-americanas possuía duas redes de causação em sequência: os processos internos e externos (impostos pelo antigo regime colonial, pela transição neocolonial e pela dependência, em suas duas formas sucessivas, a do capitalismo competitivo e a do capitalismo oligopolista ou monopolista) superpunham-se e se anastomoseavam. Era um equívoco considerar a evolução histórica do Brasil segundo o padrão europeu clássico da sociologia (ou do socialismo). Fatores internos e externos mantinham entre si uma correlação recíproca (ou dialética), que procurei apanhar em *A integração do negro à sociedade de classes* e, principalmente, em *A revolução burguesa no Brasil*. (FERNANDES, 1994, p.9-10, grifos originais)

Um dos seus principais questionamentos ao nacional-desenvolvimentismo era justamente certa negligência dos fatores políticos e sociais internos que aprofundavam os aspectos mais deletérios do capitalismo dependente nos países periféricos. A ideologia desenvolvimentista tinha como eixo central o debate sobre os fatores externos de dominação: de acordo com a Cepal,

o esquema centro-periferia e a deterioração dos termos de troca; segundo o PCB, o imperialismo. Em ambos os casos, o lado interno da dominação era abordado em breves considerações sobre a questão agrária, que envolvia a concentração fundiária e o poder político dos latifundiários, e a possível existência de uma burguesia nacional capaz de liderar a industrialização e uma revolução democrático-burguesa, que mais tarde se mostraria um erro teórico e uma aposta política frustrada.

Os ideólogos do nacional-desenvolvimentismo teorizaram relações de dominação do centro capitalista na periferia e correlacionaram a condição de subdesenvolvimento dos países do Sul com o desenvolvimento do Norte. Furtado, por exemplo, desmistificou o subdesenvolvimento como ausência de desenvolvimento, entendendo-o como resultado histórico do processo de expansão espaço-temporal do capitalismo. O nacional-desenvolvimentismo, todavia, tinha seus limites. Seus ideólogos não conseguiam transpor as relações estatais de dominação internacional para o interior dos países periféricos por meio da categoria de luta de classes<sup>26</sup>, nem estabelecer os termos gerais do desenvolvimento desigual e combinado dos

---

26 As primeiras formulações do desenvolvimentismo latino-americano tinham a industrialização por substituição de importação como o remédio certo para o subdesenvolvimento da região. Segundo os estudos da Cepal, a industrialização seria suficiente para acabar com a concentração de renda e reproduzir os índices sociais homogêneos e convergentes do centro na periferia. Conforme comenta José Luís Fiori (2001, p.48), “na discussão do problema da distribuição desigual da renda e da pobreza, [a CEPAL] não incorporou a visão clássica do conflito essencial entre o capital e o trabalho. Assumiu como um dado que a ‘convergência’ da renda dos indivíduos, na Europa e nos Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial, era a regra e não uma enorme exceção na história de um capitalismo cuja tendência, sem intervenção do Estado, foi sempre a da ‘pauperização relativa’”. Tardia e timidamente, a dimensão dos conflitos sociais passou a ser contemplada nos escritos furtadianos. Celso Furtado trata a luta de classes basicamente como um conflito distributivo entre lucro e salário, limitando-a basicamente a luta dos setores organizados e urbanos do proletariado ao aumento do seu poder de compra (crescimento da massa salarial), associado com o aumento da demanda efetiva global de um determinado país. Em 1991, no livro *Os ares do mundo*, Furtado trabalha com a ideia dos conflitos sociais como motor da história, mas tal formulação não ganha centralidade na sua obra, muito menos nos seus projetos políticos para o Brasil. De todo modo, ainda está para ser feito um balanço das categorias ‘conflitos sociais’ e ‘luta de classes’ na obra de Furtado.

distintos modos de produção de cada formação econômico-social da América Latina. Esta seria, na visão dos teóricos brasileiros que se utilizavam da categoria de desenvolvimento desigual e combinado para explicar a nossa história, a principal lacuna na teorização do nacional-desenvolvimentismo. Nos dizeres de Francisco de Oliveira (2003b, p.15, grifos originais),

o dual-estruturalismo não é de modo nenhum uma teorização vulgar. Sua força residiu, sobretudo, em apontar a emergência de processos que não eram perceptíveis nem importantes para as outras vertentes teóricas. A dualidade ‘atrasado-moderno’ escapa, por exemplo, tanto à a-historicidade do método neoclássico quanto ao mecanicismo das ‘etapas’ e dos modos de produção sequenciais próprios do stalinismo convertido em oráculo do marxismo. *Mas ele também – inclusive porque teoriza contemporaneamente os próprios processos que percebe – mascara os novos interesses de classe que se põem agora como ‘interesses da Nação’.*

Esta linha de crítica inaugurada por Florestan ao nacional-desenvolvimentismo encontra-se mais desenvolvida nos seus trabalhos sobre a via não-clássica do desenvolvimento capitalista no Brasil, particularmente naquele que é considerado o seu grande ensaio, *A revolução burguesa no Brasil*. Na próxima seção, faremos uma breve exposição sobre as suas principais teses a respeito da via não-clássica percorrida pelo Brasil rumo ao capitalismo.

### **O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro**

No final do século 19 e início do 20, criaram-se correntes dentro do marxismo que romperiam com a visão evolucionista da história dos modos de produção<sup>27</sup>. Anos mais tarde, o método marxista-leninista das análises concretas de situação concreta

---

27 Um resumo competente dos estudos de Marx e Engels da transição tardia de países para o capitalismo e daquelas correntes do marxismo é feito por Ricardo Lima no artigo *Os caminhos do capitalismo: via prussiana, revolução passiva e desenvolvimento desigual e combinado* (LIMA, 2009).

seria apropriado por diversos intelectuais brasileiros na tentativa de compreender a natureza do capitalismo dependente. Florestan Fernandes é um dos legatários nacionais desta tradição do marxismo<sup>28</sup>. Nos seus textos dos anos 1960/70, analisa-se o processo de gestação e enraizamento do capitalismo no Brasil, que desde o final do século 19 vivencia a chegada da ordem social competitiva. A constante mercantilização da vida nacional, resultado desta nova ordem social, traz consigo os germes do capitalismo competitivo, que mais tarde, no golpe empresarial-militar de 1964, se desdobraria no capitalismo monopolista.

No Brasil, o processo de implantação da ordem burguesa foi marcado por características muito particulares. A nossa revolução burguesa cumpriu a função de implantar o capitalismo no país, mas o fez de modo diverso ao operado nos países imperialistas, obedecendo à lógica particular dos padrões de dominação externa, de atuação das nossas classes dominantes e de configuração do nosso Estado nacional.

A revolução burguesa em um país dependente como o Brasil tem um caráter diverso daquele observado nos países imperialistas. Lá, as revoluções lograram, por meio da radicalidade da condução dos processos políticos pela burguesia, eliminar os entraves e as barreiras do mundo feudal e construir novas bases econômicas, políticas, sociais e culturais, pertinentes ao desenvolvimento da sociedade capitalista.

O início da revolução burguesa no Brasil se dá no período da passagem do Império para a República. Este início é vacilante e não presenciamos grandes atos políticos, sociais e

---

28 A sua sociologia crítica não deve ser considerada um raio em céu de brigadeiro. Ela tem um passado, resgatando tanto contribuições das tradições marxistas que combatiam posições dogmáticas advindas de direções estalinistas dos Partidos Comunistas, como de uma longa tradição do pensamento social latino-americano. Segundo Antonio Candido ([1967] 2007, p.12), “no pensamento latino-americano, a reflexão sobre a realidade social foi marcada, desde Sarmiento, pelo senso dos contrastes e mesmo dos contrários – apresentados como condições antagônicas em função das quais se ordena a história dos homens e das instituições”. No Brasil, podemos citar, por exemplo, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado e Ignácio Rangel como pensadores representativos desta eclética tradição do pensamento latino-americano que desvenda a realidade social a partir das suas contradições, paradoxos e dualidades.

culturais de ruptura com o passado. “O que caracteriza o desencadeamento dessa era é o seu tom cinzento e morno, o seu todo vacilante, a frouxidão com que o país se entrega, sem profundas transformações iniciais em extensão e em profundidade, ao império do poder e da dominação especificamente nascidos do dinheiro.” (FERNANDES, [1975] 2006, p.240)

A mudança veio, mas de forma lenta e gradual, com compromissos firmados entre os antigos e os novos donos do poder. As oligarquias agroexportadoras adaptavam-se às novas regras do jogo de poder, trazidas pelo ingresso tortuoso do capitalismo nestas paisagens. A burguesia também tratou de usar a linha de menor resistência e procurou conciliar seus interesses com os já estabelecidos no país. Apesar de tensões e conflitos, o arcaico e o moderno conviveriam sólida e frutiferamente numa aliança para a exploração e apropriação das riquezas econômicas produzidas pelas classes subalternas. Operaram-se, assim, mudanças sociais no Brasil a partir de uma perspectiva conservadora, sem maiores sobressaltos para as classes dominantes. Como bem resume Florestan Fernandes ([1975] 2006, p.241), “o conflito emergia, mas através de discórdias circunscritas, principalmente vinculadas a estreitos interesses materiais, ditados pela necessidade de expandir os negócios. Era um conflito que permitia fácil acomodação e que não podia, por si mesmo, modificar a história.”

Cabe ressaltar que, para Florestan, esta forma de *mudança conservadora* é uma constante na história do Brasil<sup>29</sup>. Os processos de Independência e de Abolição da escravatura, bem como a Proclamação da República, anunciavam novas fases de desenvolvimento da nação, mas não foram capazes de retirar os poderes econômicos e políticos das velhas oligarquias, que prevaleceram com a ocupação de cargos relevantes na estrutura do Estado-nação. Os latifundiários conservaram privilégios ao

---

29 Um dos estudos pioneiros sobre o caráter conservador das grandes transformações no Brasil é o livro *Evolução Política do Brasil* (1933), de Caio Prado Júnior. A respeito da perspectiva adotada pelo historiador paulista, que segue de perto as leituras de Lênin e Gramsci sobre as vias não-clássicas de desenvolvimento do capitalismo, ver Carlos Nelson Coutinho (1989). Para uma comparação crítica entre as obras de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, conferir o artigo de Coutinho (2000).

longo de toda a nossa história, o que lhes permitiu a manutenção de larga parcela do poder, usado tanto para manter intactos seus interesses de classe como para impedir a organização dos setores mais combativos das camadas populares que contestaram o *status quo*.

Florestan Fernandes empreende um esforço genuíno e original de entender o horizonte intelectual dos sujeitos históricos – oligarquias e burguesia – que conduziram a revolução burguesa no Brasil. Esta é a marca sociológica de entendimento do desenvolvimento nacional, mirando nos padrões de atuação social e política dos nossos grupos e classes sociais, castas e estamentos e como eles se articularam em torno do Estado para a manutenção da ordem. Na sua avaliação, a burguesia brasileira utiliza-se do Estado como uma de suas principais armas na luta de classes. É para esta máquina administrativa e política que convergem os difusos interesses da classe burguesa e nela se solidificam enquanto uma classe contraditoriamente unida.

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica no que Weber entendia como “poder político indireto”. (FERNANDES, [1975] 2006, p.240)

Nesta linha de argumentação, Florestan descreve a sociedade brasileira a partir daquilo que Gramsci chamou de uma sociedade oriental, na qual a sociedade política (o Estado estrito senso) é extremamente desenvolvida e opera em todos os âmbitos e a sociedade civil é frágil, amorfa e pouco desenvolvida<sup>30</sup>. Não somente o nascimento da nação, mas também a própria manutenção do *status quo* eram vistos como produtos

---

30 Sobre o uso dos conceitos gramscianos de Oriente e Ocidente para o entendimento da realidade nacional, bem como da gênese do Estado brasileiro, recomendamos a leitura do artigo *O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas*, de Carlos Nelson Coutinho (2006).

da ação demiúrgica do Estado, ação operada pelos interesses das classes dominantes.

Para Florestan, o entendimento do horizonte intelectual dessas classes é capaz de explicar boa parte dos rumos que o desenvolvimento capitalista tomou no país, sem nunca negligenciar os fatores externos. Ele tenta, assim, compreender os elos entre a ação e o pensamento das elites dominantes brasileiras que promovem a inserção do país na era moderna capitalista, sem abrir mão das estruturas coloniais e escravistas. Mas não só isto: em um pequeno artigo escrito em 1978, no qual faz o balanço da receptividade das suas teses sobre a revolução burguesa brasileira, o autor adverte-nos que o seu livro não se limita ao estudo da burguesia nacional, mas também ao estudo da sua articulação com os setores dominantes externos, articulação esta que ganha vida na estrutura autocrática do Estado brasileiro. A partir do uso escancarado da violência contra os opositores do regime, o Estado pós-1964 constrói as bases de uma estabilidade política capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico para uma pequena fração social da nação. Em suas próprias palavras:

Pelo que procuro desvendar, não é a burguesia brasileira, em si e por si mesma, que realiza uma oscilação histórica negadora da democracia como “estilo de vida”: o argumento é posto em termos mais amplos, de uma rotação em que estruturas nacionais de poder da burguesia e dinamismos internacionais de irradiação do capitalismo monopolista coincidem em forjar uma autocracia burguesa, que aparece mais claramente, no momento, nos “países capitalistas em avanço” da periferia. (FERNANDES, 1978, p.206-7)

O Estado desempenha, portanto, um papel central na nova etapa histórica da sociedade brasileira. Em primeiro lugar, trata-se de descrevê-lo e analisá-lo como uma estrutura social de condensação dos interesses dos capitais nacionais e internacionais que gerencia políticas em favor destas pequenas minorias, e não como representante do interesse geral da nação, tal qual acreditava larga fatia do nacional-desenvolvimentismo. Em segundo lugar, Florestan busca demonstrar como o Estado

brasileiro opera as novas funções exigidas pelo ingresso do país na fase monopolista do capitalismo. No lugar do Estado democrático de direito, surge o Estado autocrático, que opera seus objetivos, determinados pela conjunção de interesses das classes dominantes do Brasil e do exterior, fundamentalmente por meio da coerção e da repressão.

Segundo Florestan Fernandes, o conservadorismo cultural da nossa burguesia desdobra-se em uma dominação política extremamente repressiva, mantendo fechados os circuitos da política: aos trabalhadores, do campo e da cidade, é vedada a participação ativa na política, única forma de mudar o sistema econômico desigual e excludente no país. Daí conclui que a política brasileira opera quase sempre como um *circuito fechado* e que a mudança social estrutural dentro da ordem é uma impossibilidade numa sociedade como a brasileira, na qual o controle político é exercido por grupos conservadores que vivem sob o pânico da mobilização popular.

Neste quesito Florestan não economiza palavras para denunciar o caráter brutal, desumano e tirânico da autocracia burguesa no Brasil e na América Latina, e critica o silêncio de boa parte dos intelectuais a este respeito<sup>31</sup>. Por último, Florestan explora como o Estado se estrutura em torno de instituições cada vez mais militarizadas e tecnocráticas. Em resumo, o Estado é um instrumento funcional às classes dominantes “para a imposição de uma estabilidade política que se mantém pela força bruta e pela ameaça potencial e que, por sua vez, constitui o requisito político para a intensificação da acumulação capitalista e a aceleração do desenvolvimento econômico.” (FERNANDES, 1978, p.204)

---

31 “Minha impressão é que nos fechamos dentro de um círculo, deixando fora dele o elemento central da discussão: a condenação da tirania burguesa sem disfarces e do seu Estado autocrático. Se essa impressão for correta, é óbvio que falhamos diante do dever de dar um balanço nos caminhos que se abrem para o futuro, os quais nos permitiriam indagar se uma sociedade democrática é possível no Brasil e por que meios ela poderá se instaurar. (...) O que menos pode se dizer, assim, é que não afrontamos o ‘bom combate’. Chega-se a um ponto em que os homens decidem que um estado de coisas é insustentável (...). Atingido esse ponto, os que se calam e os que falam menos do que devem se ‘comprometem com a situação’.” (FERNANDES, 1978, p.206)

No curso de suas pesquisas, desenha-se o modo pelo qual a burguesia conduz o nosso processo de revolução burguesa. A combinação entre elementos de uma consciência burguesa com elementos típicos da consciência oligárquica resulta em uma mentalidade profundamente conservadora das nossas classes dominantes. Elas colocam seus interesses particulares e egoístas de classe acima do interesse nacional. Como aponta Florestan (1968, p.90-91), a burguesia opera comumente no nível das suas reivindicações econômicas mais imediatas, não transcendendo o nível corporativo de consciência.

A burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sua sobrevivência econômica. Apenas incidentalmente transcende esse plano, projetando-se historicamente como uma classe que domina e modifica a estrutura ou o curso dos processos econômicos. Na verdade, seus interesses univocamente econômicos definem-se segundo esquemas tão emaranhados, instáveis e incertos que o chamado 'egoísmo de classe' se alimenta de puras contingências econômicas e só se transfigura em política sob a pressão de imperativos de autodefesa num plano imediatista e mais ou menos estreito.

Em certos momentos do desenrolar da revolução burguesa no Brasil, as nossas classes dominantes, sob pressão desses imperativos de autodefesa, foram chamadas a atuar além dos limites estreitos dos seus blocos de poder. Isto aconteceu particularmente no impasse do desenvolvimentismo. O desenvolvimento capitalista é um processo marcado por contradições e crises econômicas que exigem novas acomodações e acordos políticos e sociais. O aprofundamento do capitalismo no Brasil, em particular entre as décadas de 1930 e 1960, trouxe consigo uma nova dinâmica de lutas e acordos políticos dos novos estratos sociais, como a classe média e o proletariado, que passaram a lutar por espaços de participação que representassem seus interesses e aspirações sociais. Ademais, surgiram tensões internas no bloco de poder

dominante diante das transformações necessárias à adequação das instituições nacionais para tornar viável, do ponto de vista dos circuitos internacionais de acumulação capitalista, o ingresso do país na era do capitalismo monopolista.

Setores sociais urbanos, como o proletariado industrial, começavam a se movimentar politicamente e adquirir uma feição de sujeito histórico. Suas “insatisfações profundas, amargas perplexidades e esperanças radicais”, até então sufocadas pela repressão das classes dominantes empreendidas contra os “de baixo”, surgiam intensamente e cada vez mais articuladas em torno de projetos coletivos reformistas e, em alguns casos, revolucionários, embora estes fossem expressão de uma pequena vanguarda.

Frações importantes das classes dominantes nacionais impedem, à sua maneira, a plena modernização do país. Lutam obstinadamente para conservar o regime estabelecido, ao mesmo tempo em que são obrigados a negociar espaços para sucessivas transformações do patamar evolutivo do capitalismo no país. Inúmeros pactos e acomodações são articulados de forma tensa e conflituosa com o grande capital internacional, produzindo equilíbrios dinâmicos e provisórios frequentemente renegociados em termos cada vez menos favoráveis às classes dominantes nacionais.

O horizonte cultural conservador dessas classes condiciona o ritmo e a profundidade do avanço do capitalismo no país. Tal avanço, todavia, é determinado em grande medida por movimentos internacionais do grande capital. Neste intrincado quadro, percebe-se que a modernidade arcaíza-se e o arcaico moderniza-se, numa dialética que só faz aprofundar o subdesenvolvimento e a dependência capitalista no Brasil. Daí surgir a questão central da controvérsia de Florestan com os desenvolvimentistas: quais devem ser os marcos teóricos de análise da realidade brasileira? Quais devem ser as táticas e estratégias políticas usadas para a transformação social? Quais são os sujeitos históricos desta transformação? Afinal, de qual transformação social estamos falando: reformas ou revolução?

Na perspectiva desenvolvimentista, temos a noção do desenvolvimento desigual das forças produtivas entre regiões – centro e periferia – da divisão internacional do trabalho, bem

como uma incapacidade teórica de articular dialeticamente as contradições internas entre os setores moderno e arcaico de um país. Ou seja, a economia política cepalina ignorava a dimensão combinada do desenvolvimento capitalista na periferia, persistindo no erro de ver o setor atrasado como uma barreira ao pleno desenvolvimento do capitalismo na periferia<sup>32</sup>.

No plano político, em um primeiro momento, defenderam a intervenção estatal na economia por meio do planejamento e da industrialização e certas reformas para a promoção de justiça social, todas no sentido de superar o subdesenvolvimento. Depois, diante do esgotamento do modelo de industrialização via substituição de importação na América Latina e da implantação de ditaduras militares – apoiadas pelas burguesias da região – houve uma radicalização teórica. Tal radicalização, entretanto, esbarrou em limites da consciência política dos desenvolvimentistas<sup>33</sup>, embora já tenham admitido, nas suas formulações mais ricas – datadas dos anos 1970<sup>34</sup> – que o desenvolvimento econômico nos marcos do capitalismo não passa de um mito (FURTADO, 1974), pelo menos do ponto de vista da promoção de bem-estar social e democracia política.

Do outro lado, a tradição marxista brasileira, ancorada nos estudos de Lênin, Trotsky, Gramsci e Mariátegui, trabalha

---

32 Segundo Francisco de Oliveira (2003b, p. 13, grifos originais), “a tese cepalino-furtadiana da dualidade distingue-se da constatação geral e histórica do ‘desenvolvimento desigual e combinado’ da tradição marxista (Lenin e Trotsky) precisamente porque para Furtado e a Cepal o desenvolvimento é desigual – tanto pelas diferenças de grau e ritmo de desenvolvimento quanto pelas diferenças qualitativas entre setores que se desconhecem entre si –, *mas não é combinado*. Os dois setores não têm relações articuladas: o setor ‘atrasado’ é apenas um obstáculo ao crescimento do setor ‘moderno’, principalmente porque, por um lado, não cria mercado interno e, por outro, não atende aos requisitos da demanda de alimentos. Nem sequer a clássica função de ‘exército [industrial] de reserva’ o ‘atrasado’ cumpre em relação ao ‘moderno’ (...)”.

33 Esta incongruência entre avanço do ponto de vista ideológico e travamento da consciência política fica muito bem exemplificada no artigo *Entre inconformismo e reformismo*, de Celso Furtado (1989). Sobre os limites ideológicos da economia política cepalina, ver o artigo “Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo”. (SAMPAIO Jr., 2008)

34 Parafraseando Lucien Goldmann, o “nível máximo da consciência ideológica” do desenvolvimento latino-americano está condensado nos oito primeiros textos do volume II da obra organizada por Ricardo Bielschowsky (2000, p.495-759) sobre os cinquenta anos do pensamento cepalino.

com a tese de que elementos de estratos arcaico e moderno convivem mutuamente, relação na qual um retroalimenta o outro. Segundo Florestan, a passagem do capitalismo brasileiro para o estágio monopolista permitiria um novo impulso no desenvolvimento econômico, desenvolvimento este associado ao estabelecimento da autocracia burguesa e ao aumento da dependência externa e da exclusão social interna. Ou seja, na sua obra pós-1964, a permanência de velhos elementos da antiga ordem colonial não funciona como uma barreira ao desenvolvimento das relações sociais de produção e reprodução capitalista: ao contrário, impulsiona e aprofunda o capitalismo.

Neste caso, o arcaico não impediu a entrada do Brasil na nova fase mundial do capitalismo, muito menos o conduziu para a estagnação econômica<sup>35</sup>. Mas, certamente conduziu a nação brasileira para um impasse, provocado pelas tensões sociais que nascem de um modelo de acumulação capitalista que conjuga, ao mesmo tempo, crescimento econômico, repressão política e desigualdades de renda e riqueza.

As contradições do padrão de acumulação implementado pela ditadura empresarial-militar de 1964 geravam um impasse. Abria-se a possibilidade de perda de legitimidade política do regime e, conseqüentemente, a correlação de forças poderia se deslocar progressivamente para o lado dos “de baixo”. O sucesso no aproveitamento desta conjuntura política só ocorreria caso a

---

35 Celso Furtado é figura presente em algumas indicações de leitura no rodapé das suas obras de 1968 e 1973. Diante destas indicações, tendo em vista sua raridade na forma de exposição das ideias de Florestan, podemos nos atrever a dizer que Furtado surge como um dos grandes interlocutores do seu pensamento nos anos 1960-1970. O debate sobre a estagnação, por exemplo, encontra-se de forma velada nas suas reflexões. Florestan chega a arriscar previsões sobre o futuro, previsões que andam na contramão das análises estagnacionistas de Furtado e, diga-se de passagem, mostraram-se acertadas com o passar do tempo. Duas passagens do livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (p.102 e 132, respectivamente) atestam tal diálogo: (1) “Não só o capitalismo revela grande vitalidade, especialmente nos centros de expansão e de irradiação da grande empresa monopolista. O capitalismo dependente poderá revitalizar-se, numa economia capitalista que caminha para a internacionalização. Daí ser relevante indagar-se para onde se dirige a burguesia das sociedades capitalistas dependentes”; (2) “(...) um malogro da ordem social competitiva poderia conduzir à estagnação e, em consequência, à persistência indefinida de um subcapitalismo, de uma pré-democracia e de uma infra-nação. Essa não parece ser, todavia, a alternativa mais provável”.

classe trabalhadora tivesse à sua disposição ferramentas teóricas capazes de desvendar os movimentos da realidade e estivesse organizada politicamente, em especial em torno de organizações revolucionárias. Os circuitos da política nacional, constantemente mantidos fechados pela repressão e opressão das classes dominantes, poderiam, portanto, ser abertos de acordo com iniciativas radicais e conscientes do proletariado, colocando em tela uma vasta gama de possibilidades para a mudança social, nas quais se inclui a revolução socialista<sup>36</sup>.

A Revolução Brasileira caminhava, assim, para o impasse. Decidiríamos entre o passado e o futuro, como afirma Florestan (1968, p.115), ou como dizia Caio Prado Júnior, entre vivermos a reversão colonial ou fazer a transição da economia colonial para a economia nacional. Na avaliação do historiador paulista, o regime empresarial-militar não conseguiu operar qualquer tipo de ruptura com a reversão colonial; pelo contrário, a industrialização não teria alçado voo e o país teria continuado preso ao passado colonial, tendo em vista o peso dos bens primários na nossa pauta de exportação (PRADO Jr., 1972, p.15). Florestan, entretanto, tem um entendimento diferente a este respeito. Segundo suas investigações, o Brasil, apesar de

---

36 Mesmo nos momentos mais obscuros da ditadura empresarial-militar brasileira, Florestan nunca deixou de entender a história como um processo em aberto, capaz de ter seus rumos alterados por meio da atuação política de grupos e classes sociais. Cabe destacar uma longa citação do seu livro *Circuito fechado*: “A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como *classes em conflito*, que ‘fecham’ ou ‘abrem’ os circuitos da história. A América Latina conheceu longos períodos de *circuito fechado* e curtos momentos de *circuito aberto*. No entanto, o modo pelo qual se dão as coisas, nos dias que correm, revela que ‘o impasse da nossa era’ não consiste mais no caráter perene da repressão e da opressão. Os que reprimem e oprimem, nestes dias, lutam para impedir o *curto-circuito final*, que para eles vem a ser o desaparecimento de um Estado antagônico à Nação e ao Povo, ou seja um Estado que, como todo o Estado elitista, tem sempre de ‘fechar a história’ para os que não estão no poder. Nesse sentido, vivemos a pior fase da transição, aquela na qual a autodefesa do privilégio pela violência sistemática, organizada, institucionalizada e ‘legitimada’ através do poder concentrado do Estado, dá a impressão que o ‘passado é perene’ e que tenderá a reproduzir-se no futuro como se reproduzia socialmente no passado. Pura ilusão. A virulência do processo não indica uma história em crescendo mas uma história em declínio. Enfim, proximidade do ponto morto do clímax de uma crise, que poderá durar mais algumas décadas, mas como o ‘começo de uma nova era.’” (FERNANDES, 1976, p. 5-6)

todos os percalços, não caminhava para o aprofundamento da reversão colonial, mas, como vimos, para uma nova etapa do capitalismo, que traria a modernização das forças produtivas capitalistas, bem como a manutenção de inúmeras relações sociais de produção arcaicas. Conforme escreve Carlos Nelson Coutinho (2000, p.4):

(...) sem negar que a conservação do 'atraso', da dependência externa, da 'selvagem' exploração do trabalho, do autoritarismo, etc., gera importantes determinações específicas de nosso 'moderno' capitalismo, Florestan evita, porém, ao mesmo tempo, a tendência caiopradiana de dar prioridade a tais elementos 'atrasados' na caracterização de nosso presente: graças a uma visão mais mediatizada, ele ressalta também os traços novos que o capitalismo introduz na vida social brasileira, destacando entre eles a industrialização e a urbanização, o revolucionamento do universo de valores, a nova estratificação social, etc.

Não é casual a referência a Caio Prado Júnior. Tanto ele como Florestan, apesar de divergências pontuais no campo da teoria e da política, compartilhavam um núcleo central sobre o que seria a Revolução Brasileira, isto é, como e quem operaria o rompimento dos grilhões da exploração e da dominação capitalista e imperialista nos elos fracos do mercado mundial. Tais convergências, que os colocavam em posições diferentes dentro da trincheira dos intelectuais progressistas brasileiros, são resumidas por comentadores das obras dos intelectuais marxistas:

Primeiro, ambos rejeitam com vigor todo tipo de contemporização com o status quo, pois estão absolutamente convictos de que os problemas fundamentais do povo brasileiro não serão resolvidos se não houver uma ruptura radical com as estruturas sociais responsáveis pela perpetuação das gritantes desigualdades sociais herdadas da sociedade colonial e pela posição dependente do País no sistema capitalista mundial. Segundo, Caio Prado e Florestan Fernandes rechaçam a noção – ainda hoje muito difundida nos meios de esquerda – de que

existiria uma burguesia nacional, com interesses antagônicos ao imperialismo, capaz de liderar as transformações sociais decorrentes da revolução democrática e da revolução nacional. Por fim, os dois autores insistem que as forças populares devem superar a tutela burguesa e adotar uma linha política autônoma, articulada em torno dos interesses estratégicos do proletariado, o que coloca a consolidação da unidade de classe entre operários e camponeses como tarefa prioritária das forças de esquerda. (SAMPAIO Jr. e SAMPAIO, 2005, p.8-9)

Apesar da temática, a controvérsia da Revolução Brasileira perpassou a reflexão contida nos principais ensaios do pensamento social brasileiro nos anos 1950 e 1960, inclusive na área econômica. Furtado chegou a redigir um livro chamado *A pré-revolução brasileira*, discutindo os futuros rumos da nação. Talvez o último suspiro deste grande debate nacional tenha sido o ensaio de Florestan sobre a revolução burguesa no Brasil. Final grandioso e melancólico, pois, ao mesmo tempo em que era escrito na fase de descenso da luta de classes, retratando a derrota de um ciclo histórico do movimento operário brasileiro, oferecia ao grande público uma das formulações mais fecundas dos mecanismos arcaicos e modernos de exploração e dominação capitalistas.

### **Os limites do desenvolvimentismo para a superação do subdesenvolvimento**

Conforme pontuamos ao longo do capítulo, Florestan Fernandes, em certos momentos da sua trajetória, parece circunscrito ao horizonte intelectual do desenvolvimentismo, apostando no ideal de que o desenvolvimento capitalista, nos seus moldes nacionais e democráticos, seria capaz de romper com os elos de dominação externa e interna que prendiam – e ainda prendem – o Brasil ao capitalismo dependente. O desenvolvimentismo seduz Florestan, que flerta com a possibilidade do Brasil ter um padrão de desenvolvimento no estilo dos países do Norte. Tal ilusão esteve presente em grande parte da sua geração, mesmo entre os intelectuais e militantes

socialistas e comunistas. Acreditava-se na possibilidade de termos uma via “normal” de desenvolvimento.

A debilidade desta linha de raciocínio foi justamente que a burguesia brasileira, em momentos de crise revolucionária, colocou-se como um aliado conformado e subalterno dos interesses externos do grande capital e das nações imperialistas, reprimindo como poucas os movimentos populares que demandavam transformações substantivas. Junto com seu grupo de pesquisa da USP, Florestan foi um dos primeiros a perceber o equívoco em torno da tese da burguesia nacional como um agente capaz de liderar a transformação social necessária para a superação do capitalismo dependente no Brasil.

A emergência do capitalismo monopolista deixa patente a impotência e a falta de desejo da burguesia local em liderar qualquer tipo de processo político de emancipação nacional frente ao imperialismo. Ao contrário, todas as ações e ideias defendidas e implementadas pela nossa “burguesia complacente” apontam para um projeto de aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência. Neste período, “a ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional foi destruída, conjuntamente com os papéis econômicos, culturais e políticos estratégicos das elites no poder latino-americanas.” (FERNANDES, [1970] 1981, p.19)

As tensões nas suas críticas ao desenvolvimentismo irão se diluindo com o desenrolar dos acontecimentos pós-1964. Por certo, algumas reminiscências do passado permanecem e Florestan tece comentários em torno do debate da articulação de momentos da revolução “dentro da ordem” e “contra a ordem”, que são por vezes dúbios e, assim, geram muita polêmica entre os comentadores da sua obra. Entretanto, por força dos fatos e do aprofundamento das suas análises, ele vai se convencendo do caráter conservador e autoritário das nossas classes dominantes que, por esta característica político-cultural, se tornam incapazes e desinteressadas em construir um projeto de soberania nacional e de democracia social. Elas, inclusive, usam a ideologia desenvolvimentista para mascarar seus reais

interesses<sup>37</sup>. Daí a conclusão de que “esse golpe de Estado [o perpetrado em 1964] põe a nu, queiram ou não os seus fautores, que nada mais se pode esperar de nossas classes conservadoras.” (FERNANDES, 1968, p.181)

À medida que Florestan vai se aproximando de uma nova síntese na sua trajetória intelectual, na qual *A revolução burguesa no Brasil* é um marco, os embates e tensões da sua obra vão se solucionando e as ilusões do desenvolvimentismo passam a fazer parte de um passado remoto, mas sempre vivo. O passo seguinte é o fortalecimento da ideia da revolução socialista<sup>38</sup> como a única alternativa possível para o fim da nossa condição de dependência. Com o passar do tempo, Florestan construirá uma consciência radicalmente crítica ao projeto desenvolvimentista que, em sua opinião, é incapaz de superar o subdesenvolvimento e trazer a integração e a soberania nacionais, a democracia e o fim da exclusão social.

os estudos patentearam que a modernização cultural e o crescimento econômico, mesmo acelerados, não resolviam os dilemas sociais fundamentais. (...) Mantidas as demais condições preexistentes, os dois processos não expandiam a democracia e promoviam maior concentração de riqueza, de cultura e de poder no tope da sociedade civil. (FERNANDES, 1994, p. 10)

Esta ruptura com o desenvolvimentismo não foi uma tomada de posição única e exclusiva do sociólogo paulistano. Contudo, poucos intelectuais brasileiros – dentre os quais destacamos, além do próprio Florestan, Caio Prado Júnior e os teóricos marxistas da dependência – levaram tais críticas aos

---

37 “As burguesias de hoje por vezes imitam os grandes proprietários rurais do século XIX. Apegam-se ao subterfúgio do desenvolvimentismo como aqueles apelaram para o liberalismo: para disfarçar uma posição heteronômica e secundária. O desenvolvimento encobre, assim, sua submissão a influências externas, que se supõem incontornáveis e imbatíveis.” (FERNANDES, 1968, p.101)

38 Sobre o tema das revoluções socialistas, recomendamos a consulta aos livros *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana* (T. A. Queiroz, primeira edição de 1979; Expressão Popular, 2ª edição de 2008) e *O que é revolução* (Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1ª edição de 1980; a editora Expressão Popular republicou o livro dentro da obra *Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes: clássicos sobre a Revolução Brasileira*).

seus termos mais radicais, isto é, de afirmação do socialismo como alternativa ao capitalismo dependente. Segundo Heloísa Fernandes (2009, p.39-40), o exílio marca o ponto-chave de inflexão na obra de Florestan, a partir do qual o sociólogo paulista assume a sua face mais radical. Na sua avaliação,

o exílio é uma experiência vivida por milhares de intelectuais latino-americanos nesse período [década de 1970]. Ainda está para ser feita uma análise sobre o impacto das ditaduras militares na reconstrução do horizonte intelectual latino-americano. O fato é que houve uma radicalização intelectual e política dessa época. (FERNANDES, H., 2009, p.40, nota 30)<sup>39</sup>

Esta tomada de consciência já está presente, com todas as suas contradições, no livro *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Ela ficará patente, contudo, nos textos da década de 1970 – *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* e, particularmente, *A revolução burguesa no Brasil*. De acordo com seu grande amigo e colega na USP, Antonio Candido (1987, p.35),

(...) nos anos 60 Florestan chega ao que eu chamaria os seus limites naturais: o sociólogo, o pensador e o militante unidos num só tipo de atividade, vai agora se configurar como cientista cujo ato de construção intelectual já é um ato político. Por isso os seus temas mudam significativamente. O que estuda agora são as classes sociais, o problema da burguesia, os conflitos do subdesenvolvimento, o Brasil na América Latina, a Revolução Cubana. Isto quer dizer que ele transformou Sociologia em militância, a partir do momento em que os dois caminhos paralelos que mencionei se fundiram numa personalidade intelectual harmoniosa.

Já no final dos anos 1970, em uma reflexão sobre a sua trajetória intelectual e política, Florestan Fernandes (1977, p.204) ponderou o seguinte:

---

39 Esta avaliação é igualmente compartilhada por Diogo Costa (2009, p.73).

Podia, portanto, liquidar as últimas hesitações e todas as esperanças: dentro do capitalismo só existem saídas, na América Latina, para as minorias ricas, para as multinacionais, para as nações capitalistas hegemônicas e a sua superpotência, os Estados Unidos, questões que levantei nos ensaios que formam *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina e em Circuito fechado* (cap. 3) (...). O que pude observar no Brasil, depois de meu retorno, de 1973 em diante, só serviu como elemento de comprovação. No clímax da industrialização maciça, da implantação interna das multinacionais e do gigantismo da intervenção econômica do Estado, a sociedade capitalista não oferece alternativas à maioria: não há mais como conciliar ‘a história como liberdade’ com o capitalismo.

Opera-se, assim, uma profunda ruptura entre Florestan e o desenvolvimentismo, um fosso que foi aumentando com o passar do tempo. Nas conturbadas trilhas da Revolução Brasileira, o caminho apontado pelo sociólogo paulistano para a superação da dependência e o subdesenvolvimento foi a revolução socialista proletária, e não mais as reformas democrático-burguesas, como sonhavam Furtado e cia. Desde então, até a sua morte, lutou e militou pelos seus ideais, sem nunca esquecer a sua vinculação orgânica com os “de baixo”.

### **Referências Bibliográficas**

ARRUDA, Maria Arminda e GARCIA, Sylvia. *Florestan Fernandes: mestre da sociologia moderna*. Brasília: Paralelo 15 e Capes, 2003.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

\_\_\_\_ (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, volume 2. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo e MUSSI, Carlos. O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. Texto preparado para o Seminário “Brasil-Chile; uma mirada hacia América latina y sus perspectivas, Santiago de Chile, julho de 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Seis interpretações. In: LOUREIRO, Maria Rita (org.). *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997. p.17-69.

\_\_\_\_\_. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 47, n.1, p.49-84, 2004.

CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Cia das Letras, [1967] 2007. p.9-21.

\_\_\_\_\_. Amizade com Florestan. In: D’INCAO, Maria Ângelo (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.31-36.

COHN, Gabriel. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES, Reginaldo et al. (org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.125-148.

\_\_\_\_\_. O ecletismo bem temperado. In: D’INCAO, Maria Ângelo (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.48-53.

COSTA, Diogo. Florestan Fernandes e o marxismo: o Brasil em perspectiva socialista. In: *O legado de Florestan Fernandes*. Cadernos de Estudos Escola Nacional Florestan Fernandes n.4, agosto de 2009. p.69-89.

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via “não-clássica” para o capitalismo. In: D’INCAO, Maria Ângelo (org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Brasiliense; Unesp, 1989. p.115-131.

\_\_\_\_\_. Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes. In:\_\_\_\_\_. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, [1998] 2011. p.221-239.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. *Outubro*, São Paulo, n.16, p.75-107, 2007.

FERNANDES, Florestan. O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros. In:\_\_\_\_\_. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, [1958] 1977. p.50-76.

\_\_\_\_\_. Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. *A sociologia numa era de revolução social*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1962] 1976. p.314-337.

\_\_\_\_\_. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1973] 1981.

\_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. Rio de Janeiro: Globo, [1975] 2006.

\_\_\_\_\_. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Hucitec, 1976.

\_\_\_\_\_. Resposta às intervenções: um ensaio de interpretação sociológica crítica. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n.4, p.200-207, outubro de 1978.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In:\_\_\_\_\_. *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*. São Paulo: Hucitec, 1994. p.9-17.

FERNANDES, Heloísa. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista. In: *O legado de Florestan Fernandes*. Cadernos de Estudos Escola Nacional Florestan Fernandes n.4, agosto de 2009. p.29-53.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do livro, 1974.

\_\_\_\_\_. Entre incorfomismo e reformismo. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol.9, n.4, p. 6-28, outubro-dezembro de 1989.

IANNI, Octavio. Introdução. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ática, 1986. p.7-45.

LIMA, Ricardo. “Os caminhos do capitalismo: via prussiana, revolução passiva e desenvolvimento desigual e combinado”. *Antítese*, Goiânia, n.7, p.89-117, 2009.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. In: \_\_\_\_\_; BENSÁID, Daniel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000. p.160-167.

MALTA, Maria Mello de (coord.). *Ecossistema do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA; Centro Celso Furtado, 2011.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 4 ed. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1987.

MOURA, Flávio e MONTERO, Paula. *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify e Sesc-SP, 2009.

NETTO, José Paulo. Florestan Fernandes: uma recuperação marxista da categoria revolução. In:\_\_\_\_. *Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004. p.203-222.

NOVACK, Georg. *O desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Sundermann, [1965] 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003a.

\_\_\_\_. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003b.

\_\_\_\_. Diálogo na nova tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003c. p.465-482.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, [1933] 2006.

\_\_\_\_. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RAMOS, Guerreiro. Prefácio à segunda edição. In:\_\_\_\_. *A redução sociológica*. 2 ed. corrigida e aumentada. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965. p.13-51.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_. Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. *Economia: ensaios*, Uberlândia, vol. 22, n.2, p.69-98, jan/jul de 2008.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda e SAMPAIO, Plínio de Arruda. Apresentação. In: *Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes: clássicos sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p.7-23.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*, tomo I. São Paulo: Sundermann, [1930] 2017.



### 3.

## **O mesão, a escola e o partido: em busca das origens da estratégia democrático-popular\***

Os debates político-ideológicos da Revolução Brasileira começaram no final dos anos 1910 e o seu primeiro ciclo se esgotou nos anos 1930. Neste período, as lutas de classes no Brasil foram acirradíssimas, como atestam a greve geral de 1917, o levante armado anarquista em 1918, o movimento tenentista e a marcha da Coluna Prestes, a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Bloco Operário-Camponês (BOC), o início da Era Vargas, a guerra civil em São Paulo, a Ação Integralista, o Levante da Aliança Nacional Libertadora em 1935, a ditadura do Estado Novo. Eram tempos de intensa agitação das classes subalternas e indefinições no bloco social dominante, conjugadas com a instabilidade econômica gerada pela grande crise capitalista.

Após a Segunda Guerra Mundial, abriu-se um novo ciclo da Revolução Brasileira. O período de 1950 a 1970 foi único na história das lutas de classes no país. Foram acontecimentos marcantes: a expansão e cassação do registro legal do PCB, a eleição de Getúlio Vargas e o seu suicídio, a luta armada no campo com a guerrilha de Porecatu, a formação das Ligas Camponesas, o governo JK e a entrada maciça das multinacionais no país, a renúncia de Jânio, as revoltas dos sargentos e marinheiros, o golpe de 1964 e a hegemonia do imperialismo no bloco social dominante, a greve operária de Contagem/MG, a luta armada e a dizimação dos grupos

---

\* Texto publicado originalmente como capítulo no livro *A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*, organizado por Mauro Iasi, Isabel Mansur Figueiredo e Victor Neves. Marília: Lutas anticapital, 2019. p.55-80.

revolucionários, o início da (mal)chamada redemocratização, as greves do ABC... Neste conturbado cenário, tivemos a retomada da controvérsia da Revolução Brasileira.

Os dois primeiros ciclos da Revolução Brasileira foram decorrentes de crises orgânicas capitalistas; nestas se conjugaram crise econômica estrutural e crise de hegemonia, no qual o bloco social dominante enfrentou violentas tensões internas e os subalternos se colocaram na cena história com organização autônoma e consciência de classe revolucionária. Ambos os ciclos, contudo, tiveram desfechos com golpes orquestrados pelas classes dominantes, e o ascenso político das massas foi revertido por movimentos contrarrevolucionários.

É neste contexto histórico de derrota dos defensores da Revolução Brasileira, nas suas múltiplas organizações, estratégias, táticas e programas, que temos a formação do bloco ideológico criador das primeiras bases teóricas da Estratégia Democrático-Popular (EDP). A hipótese central do capítulo é que o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com influxos da economia política da Escola de Campinas, foram os aparelhos privados de hegemonia de sistematização e difusão ideológicas das bases fundacionais de um dos ramos da EDP. O objetivo do texto é traçar elementos da história da constituição das ideias-motrices das ciências sociais e da economia política da EDP, enfatizando os aparelhos privados de hegemonia e seus intelectuais (tradicionais e orgânicos) produtores e difusores dessa estratégia política que se tornaria hegemônica na esquerda brasileira a partir dos anos 1980 até os dias de hoje.

### **As raízes das ciências sociais da Estratégia Democrático-Popular**

Em maio de 1969, Elza Berquó, Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti e Paul Singer, então professores da Universidade de São Paulo (USP) cassados pelo Ato Institucional n.5, juntos a Cândido Procópio Ferreira e Juarez Brandão Lopes, colocaram em movimento a fundação de um centro de pesquisa privado. O projeto era erigir uma instituição

de estudos fora dos moldes universitários do conhecimento fragmentado em departamentos especializados, na qual distintas áreas do saber – economia, política, sociologia, demografia, religião, história – dialogassem entre si de forma multi e interdisciplinar.

Deste projeto de perseguidos políticos pela ditadura empresarial-militar, surgiu o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). O nome era propositalmente genérico. A tática era despistar ou, pelo menos, não chamar atenção da repressão. Para ter continuidade, seus fundadores se articularam com personagens ilustres da política brasileira, como governadores e ministros da ditadura de 1964, e também contaram com o apoio de empresários, como José Mindlin, que participaria do Conselho do Cebrap.

Estas articulações foram além da política, pois ajudaram a garantir a saúde financeira do Centro a partir de múltiplas fontes de financiamento nacionais e internacionais, desde a iniciativa privada até órgãos públicos. Grandes empresas pagavam por projetos de consultoria na área do planejamento e pesquisas eram executadas com verbas de fundações estatais de apoio. O maior financiamento veio, entretanto, da Fundação Ford, que na época também bancava outros projetos na área das ciências sociais e humanas brasileiras, como o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O pretexto apresentado publicamente era o investimento na modernização das ciências sociais no Brasil e o seu possível impacto na atenuação das expressões mais agudas da questão social. Mas, por trás do discurso oficial, estava o interesse em “garantir estabilidade contra o apelo revolucionário” e disseminar “conceitos e perspectivas teóricas alternativas ao marxismo e levando mais intelectuais brasileiros aos Estados Unidos para conhecer sua sociedade e seus valores”. (MOTTA, 2014, p.142)

As ligações políticas com membros do alto escalão da ditadura e fontes de financiamento nada subversivas não evitaram que o Cebrap tivesse a sua existência ameaçada pelos militares e grupos paramilitares. Pesquisadores do centro foram presos em incursões da Operação Bandeirante (Oban) e alguns

foram torturados. Em 1976, uma bomba caseira foi arremessada contra a sua sede e um princípio de incêndio foi controlado pelo zelador do casarão. O atentado foi reivindicado pela Aliança Anticomunista Brasileira e, logo após o ataque terrorista, o centro mudou a sua sede para outro endereço por motivos de segurança.

As raízes do Cebrap são comumente ligadas à Escola de Sociologia da USP, tradição teórica capitaneada por Florestan Fernandes e seus assistentes de docência e pesquisa, como Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, José de Souza Martins, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Marialice Foracchi e outros. Assentada primordialmente em estudos teórico-metodológicos das principais correntes do pensamento social mundial, a Escola de Sociologia da USP notabilizou-se, afinal de contas, nas suas pesquisas sobre a formação histórico-social do Brasil, desde as questões indígena e racial, até a dependência, o Estado e as classes dominantes, tendo o marxismo como um dos seus pilares, embora conjugado com outras escolas das teorias sociológicas.

Grande parte dos integrantes do centro formou-se intelectual e profissionalmente na USP, seja como estudantes de graduação e pós-graduação, seja como docentes. Esta ligação com a USP, todavia, não é direta; ela deve ser ponderada por dois fatores. O primeiro deles nos parece crucial: Florestan Fernandes nunca fez parte do Cebrap. O sociólogo paulista optou por outros caminhos profissionais e, mais tarde, ingressaria numa militância política mais ativa no Partido dos Trabalhadores (PT), lutando pela construção de um partido revolucionário de base operária, projeto este que se frustrou com os descaminhos da agremiação<sup>40</sup>.

Antes da fundação do Cebrap, Florestan, mesmo sendo a principal referência intelectual nas ciências sociais da USP, já havia enfrentado resistências internas na sua equipe de trabalho. No hoje cortejado *Seminário do Capital*, frequentado por pesquisadores de renome, tais como Bento Prado Jr., Fernando Henrique Cardoso, Fernando Novais, José Arthur

---

40 Para um extenso balanço feito por Florestan Fernandes a respeito da história do PT e seus desafios, recomendamos a leitura do livro *Reflexões sobre a construção de um instrumento político*. (FERNANDES, [1991] 2019)

Giannotti, Octavio Ianni, Paul Singer, Ruth Cardoso etc., Florestan não foi convidado. Na vasta bibliografia sobre este badalado grupo de estudos, muitas vezes alçado erroneamente ao posto de introdutor no Brasil de uma leitura sistemática da principal obra marxiana<sup>41</sup>, a ausência de Florestan é um assunto raramente comentado. A conspiração do silêncio foi, contudo, quebrada por Giannotti no livro *Retratos de grupo*, no qual fundadores e pesquisadores do Cebrap contam sobre a trajetória desta instituição. Indagado sobre o motivo de não convidarem Florestan para participar do seminário, o filósofo paulista foi franco na sua resposta:

Porque ou era o Florestan, ou era a gente. Eu me lembro que em 1953 houve um concurso para professor de sociologia na Faculdade de Filosofia e o pessoal da minha turma prestou o concurso. Nós havíamos sido alunos do Florestan e ele estava na banca. Então fomos ler com cuidado o livro dele sobre a indução sociológica e percebemos o que ele fala da indução sociológica, de autores como o próprio Durkheim e Weber, é de um delírio total. (...) E Florestan só participava de um jogo se fosse o capitão, e nós necessitávamos de espaço. (GIANNOTTI, 2009, p.63)

De acordo com depoimentos dos participantes do *Seminário do Capital*, Giannotti foi o principal articulador dos debates quinzenais que terminavam em jantares regados a conversas sobre a conjuntura nacional e internacional. Como fica claro na resposta acima, o filósofo paulista já nutria discordâncias intelectuais profundas com Florestan desde o início dos anos 1950. Na criação de um novo espaço de debates ligado a USP, considerou que a presença de Florestan poderia ameaçar a sua liderança no *Seminário* dado o peso da figura do eminente sociólogo. O grupo precisava de um novo capitão.

---

41 A inovação do *Seminário do Capital* foi estabelecer pontes entre o estudo das obras clássicas de Marx e o mundo acadêmico. Como diz Roberto Schwarz (2017, p.20-21), “digamos então que a novidade do seminário de 1958 não foi a leitura de Marx, mas a ligação de sua obra à máquina dos estudos universitários”.

Sobre a ligação estreita do Cebrap com o *Seminário do Capital*, Paul Singer esclarece:

Não há dúvida de que o convite ao Giannotti para integrar o Cebrap vem do fato de que ele participava conosco do grupo d'O Capital. Formamos um centro de pesquisa e planejamento, que precisava ser sustentado com o trabalho de profissionais. Portanto, convidar um filósofo, que não tinha mercado de trabalho nenhum, não faria sentido a não ser pelo fato de que nós estávamos muito ligados. Na verdade, o Cebrap foi planejado por pessoas que tinham estado no grupo de O Capital, como Fernando Henrique, eu e o Giannotti. Depois, a gente trouxe outras pessoas ligadas a nós, no momento em que nós fomos aposentados. (SINGER, 1999, p.64-5)

A defesa da tese de doutorado de Fernando Henrique Cardoso em 1961 foi envolta em polêmica metodológica entre o orientando e Florestan, seu então orientador. O candidato ao título de doutor redigiu a introdução da sua tese, com base em escritos de György Lukács e Jean Paul Sartre, como uma densa crítica ao funcionalismo. Florestan teria discordado do escrito do orientando, que ameaçou mudar a orientação da tese para o professor Lourival Gomes Machado. Ao final, Fernando Henrique Cardoso (2009, p.27) amenizou as críticas e defendeu-a sob orientação de Florestan, publicando-a um ano depois com o título *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. No prefácio à 5ª edição, escrito em 2003, Fernando Henrique declarou o seguinte sobre o episódio:

Não por acaso, Florestan Fernandes temia, quando iniciamos o “Seminário de Marx”, que a leitura de Lukács distorcesse as “análises empíricas” que ele tanto prezava. Na ocasião, as observações do mestre surpreenderam-me. Hoje, entendo sua apreensão: o brilhantismo filosófico de Lukács poderia levar-nos a análises mais abstratas e conceituais do que à reconstrução histórico-estrutural dos processos que pretendíamos esclarecer. (CARDOSO, 2003, p.11)

Gabriel Cohn, professor da USP formado na equipe de assistentes de Florestan Fernandes, ao comentar sobre a querela interna entre Florestan e FHC, conclui que este episódio teria sido o nascedouro do futuro racha da equipe do qual surgiu o Cebrap. Diz Cohn (2006, p.120):

O escrito programático mais ambicioso em meados dos anos 60, aliás, foi justamente aquele em que Fernando Henrique Cardoso marcava a sua posição divergente de Florestan e propunha a criação de uma alternativa. Trata-se do prefácio ao seu livro *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. É um texto de combate, ainda que não explícito, em que ele anunciava, em meio a discussões sobre funcionalismo e dialética, a proposta de um grupo que não teria Florestan como líder, mas ele próprio. Mais tarde, já fora da universidade, o Cebrap caminhou nesse sentido.

Da primeira briga das ciências sociais da USP, nasceria o capitão do novo centro; da segunda, o técnico. Além disso, há um segundo fator que merece ser matizado na suposta ligação direta da Escola de Sociologia da USP com o Cebrap. Octavio Ianni foi, junto com Fernando Henrique Cardoso, um dos principais assistentes de Florestan Fernandes na USP, e a despeito de diferenças com o mestre, seguiu trilhando os caminhos do marxismo e do socialismo até o final da vida, muito diferente da grande maioria dos pesquisadores do Cebrap. Estes posicionamentos de Ianni mostram que a Escola de Sociologia da USP bifurcou-se em dois caminhos distintos, um trilhado pelos pesquisadores fundadores do Cebrap e outro por Ianni, que foi capaz, ao seu modo criativo, de dar continuidade à tradição inaugurada por Florestan<sup>42</sup>.

---

42 Segundo João Antonio de Paula (2009, p.80), “de todos os discípulos de Florestan Fernandes, diria que Octavio Ianni foi o que mais próximo ficou da obra do mestre, em pelo menos dois sentidos. Um deles é o referente à temática. A preocupação com a questão racial, que foi muito importante na obra de Octavio Ianni, é também decisiva, como se sabe, na obra de Florestan Fernandes. Octavio Ianni imprimiu a essa temática uma perspectiva classista que distingue a sua obra de outros estudos sobre a questão racial. Ianni buscou relacionar raça e classe, de modo denso e compreensivo. Uma segunda característica que aproxima a obra de Octavio Ianni da obra de Florestan é, exatamente, a ideia de revolução, a

Ianni relutou em entrar no Cebrap pois discordava do financiamento proveniente da Fundação Ford, considerada pelo sociólogo de Itu uma agência do imperialismo estadunidense. O seu ingresso no Cebrap ocorreu depois da fundação e sempre foi motivo de tensionamentos internos. Ele nunca se integrou plenamente ao novo espaço criado, como asseveram Fernando Henrique Cardoso e José Giannotti, mas por lá produziu grandes livros sobre Estado, acumulação capitalista, questão agrária e questão regional, sem sofrer sanções ou perseguições.

Uns não se integraram muito bem. O Ianni nunca se integrou propriamente, nunca se sentiu à vontade no Cebrap. Primeiro porque ele sempre teve muitas resistências ideológicas quanto ao financiamento da Fundação Ford, e também porque ele tinha uma visão... Não quero ser injusto, mas eu diria uma visão mais mecânica na análise do processo histórico; a forma como ele assimilou a leitura do Marx do seminário foi menos matizada. (CARDOSO, 2009, p.39)

Acho que houve dois momentos de tensão no Cebrap. Primeiro com o Octávio (sic) Ianni, que cada vez mais adotou uma linha de interpretação do marxismo, que a meu ver era ideológica, sem grandes questionamentos. Desde os tempos do Seminário do Capital me parecia que ele cortava os problemas a facadas. (...) Ianni nunca perdeu a crença na Revolução, sempre insistiu num certo automatismo da luta de classes. Mas isso fez com que se sentisse pouco integrado no Cebrap, veio depois da sua fundação e saiu logo que pôde. (GIANNOTTI, 2009, p.63)

Consolidada a formação da equipe de pesquisadores, a direção do centro arquitetou um plano de publicação dos resultados de trabalhos inconclusos e/ou das suas pesquisas finalizadas. O plano foi bem-sucedido e a repercussão dos trabalhos cebrapianos transbordou os muros da instituição. Segundo Francisco de Oliveira (2009, p.166), presidente do Cebrap entre 1993 e 95, “a decisão de publicar foi talvez a decisão mais sábia que o Cebrap tomou, porque a suspeita da

---

perspectiva da revolução brasileira, que me parece ser uma permanente

ditadura é que isso aqui era um biombo para atividades clandestinas.” O principal formato de difusão foi a revista *Estudos Cebrap*, que editava textos de pesquisadores internos mas também de material externo, criando vínculos político-ideológicos com outras instituições. Clássicos do pensamento social brasileiro saíram na revista, como *Crítica à razão dualista*, do próprio Chico de Oliveira, o que atiçou a curiosidade da intelectualidade com a publicação, tornando-a um sucesso editorial. Algumas pesquisas foram publicadas no formato de livro e alcançaram um público ainda maior. Os títulos *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* e *São Paulo: o povo em movimento* foram lançados, respectivamente, pelas editoras Loyola e Vozes, e tiveram larga difusão com tiragens de algumas edições.

Outro canal de influência externa do Cebrap foi a promoção de reuniões de debate com pesquisadores de fora da instituição. O centro abriu suas portas para receber convidados nacionais e estrangeiros que apresentavam textos e teses em produção e coletavam toda sorte de críticas e comentários. Era o chamado *mesão*, literalmente uma mesa na qual os debatedores sentavam em volta para seus acalorados confrontos ideológicos. Muitos que passaram pelo mesão mostram seu apreço pelo espaço, uma das raras possibilidades de debate e reflexão teórica em tempos sombrios de forte repressão. Nesta época, o Cebrap era amplamente reconhecido como um ponto de referência para a intelectualidade de resistência à ditadura empresarial-militar. E não só isto: apesar das provocações e comentários muitas vezes ácidos e demolidores, o clima era relatado como de acolhimento e generosidade, tendo contribuído para o avanço de inúmeros trabalhos que depois vieram a se tornar peças-chave do pensamento progressista.

### **Os primeiros passos da economia política da Estratégia Democrático-Popular**

Um grupo expressivo de professores e pesquisadores da economia política brasileira foi assíduo frequentador do mesão do Cebrap: Antonio Barros de Castro, Eduardo Suplicy, José

---

interrogação e motivação de Octavio Ianni”.

Serra, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Pedro Malan e outros passaram por lá para submeter seus rascunhos ao escrutínio. Maria da Conceição Tavares, decana da Escola de Campinas, também circulou pelos seminários do mesão e foi alvo das mais diversas críticas.

A ligação da Escola de Campinas com os fundadores do Cebrap remete aos tempos da USP. Nos anos 1960, João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Belluzzo, amigos de longa data e também decanos da escola campineira de economia política, frequentaram juntos o curso de ciências sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e foram alunos de Florestan, FHC e Giannotti, mas nenhum concluiu este bacharelado; ambos se formaram em direito. Relembrando a sua passagem na Escola de Sociologia da USP, Cardoso de Mello (1999, p.184) respondeu o que se lia nesta época:

Todos os autores importantes, não importava sua orientação ideológica ou política. O critério de seleção era a qualidade. (...) Essa orientação saudavelmente antidogmática vinha do professor Florestan Fernandes. Ao mesmo tempo, os professores que eram marxistas tinham horror do marxismo soviético, do outro tipo de manual, os de marxismo-leninismo. Mas aqui vem o mais importante: havia da parte do professor Florestan e de seus colaboradores o empenho em renovação do pensamento social brasileiro, a vontade de conhecer a sociedade brasileira contemporânea, amparada num amplo programa integrado de pesquisa. Os frutos deste trabalho foram extraordinários.

Luiz Gonzaga Belluzzo (1996, p.256-7), responsável pelos estudos mais aprofundados da teoria do valor dentro da Escola de Campinas, também demonstra apreço pelas ciências sociais e humanas da USP e declara a importância desta passagem acadêmica na sua formação teórica:

Em 1975 Giannotti estava trabalhando e refletindo no *Trabalho e reflexão* (risos), e frequentávamos o CEBRAP na mesma época. Era um período em que os espaços de discussão eram muito restritos e muito perigosos. Tive ali um contato mais próximo com o Giannotti. Quando eu era

aluno da Faculdade de Filosofia, ciscava nas suas aulas e do Lebrun, para ver se, como dizia um amigo, refinava o espírito. E tinha muito respeito, como tenho hoje, pelo Giannotti.

A admiração do trabalho desenvolvido nas ciências sociais da USP transparece nas respostas de Cardoso de Mello e Belluzzo. Tal admiração os levariam a tomar tais orientações metodológicas e programáticas como influências na construção da Escola de Campinas. O Departamento de Economia e Planejamento Econômico e Social (Depes) da Universidade de Campinas (Unicamp) foi fundado em 1967 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e começou suas atividades com cursos de pós-graduação no nível de especialização em 1968. Dois anos depois iniciaram-se as aulas da graduação. O mestrado é inaugurado em 1974 e o doutorado em 1977. Em 84, o colegiado do Depes aprovou a criação do Instituto de Economia, processo que levou à separação institucional do IFCH e à saída de importantes fundadores do departamento.

A fundação do Depes foi viabilizada por apoio institucional do Ministério das Relações Exteriores, da Comissão de Economia para América Latina e Caribe (Cepal) e do Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social (Ilpes), instituição que abrigou Fernando Henrique Cardoso no seu exílio no Chile e foi palco da redação do seu influente livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, escrito entre 1966 e 67 em co-autoria com Enzo Faletto. Por lá também passaram inúmeros intelectuais que mais tarde fariam parte do Depes.

Outro apoio, contudo, foi indispensável para a criação do Depes. Zeferino Vaz, idealizador do projeto da Unicamp, tendo sido o seu primeiro reitor, deu o suporte necessário à fundação do novo departamento do IFCH. Antes da sua passagem pela Unicamp, Zeferino Vaz já havia feito carreira na universidade brasileira, inclusive na USP. Nesta trajetória cheia de contradições<sup>43</sup>, ele cumpriu um dos papéis mais nefastos da nossa história universitária: como interventor na Universidade

---

43 Sobre a trajetória acadêmica e política de Zeferino Vaz, cf. Caio Navarro de Toledo (2015).

de Brasília (UnB) logo após o golpe militar, implementou um regime de terror numa das universidades mais libertárias do Brasil, criada com o intuito de renovação do ensino superior no país. Em outubro de 1965, 80% do corpo docente pediu demissão por conta de divergências com a nova administração central imposta pelos militares. (MOTTA, 2014, p.41) O projeto de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer foi destruído com as estocadas das baionetas militares e as canetadas de Zeferino Vaz.

A adesão de primeira hora do reitor Zeferino ao golpe foi responsável, por exemplo, pelo desmonte do curso de ciência política da UnB, que então abrigava André Gunder Frank, Victor Nunes Leal e três dos fundadores da teoria marxista da dependência<sup>44</sup>, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Estes três últimos professores da UnB, também militantes da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, conhecida como Polop, sofreram uma brutal perseguição e foram obrigados a abandonar seus cargos e viver, ou na clandestinidade, ou no exílio; Marini teve sua tese de doutorado queimada e, após ser exonerado, fugiu para o Rio de Janeiro onde foi preso e torturado antes de se exilar fora do país. (MARINI, [1990] 2005, p.64-5)

Este passado de perseguições na UnB não foi suficiente para impedir a aceitação do apoio de Zeferino Vaz à criação do Depes/Unicamp, apoio este sempre reconhecido pelos fundadores da Escola de Campinas, conforme relata Cardoso de Mello (1999, p.196):

[Foi possível] antes de tudo, por causa desta extraordinária figura chamada professor Zeferino Vaz. (...) Politicamente, o professor Zeferino era um conservador, tinha participado ativamente da “revolução de 64”. Mas, ao mesmo tempo, prezava os valores da liberdade de pensamento, da autonomia universitária, da liberdade de ensino e pesquisa, do mérito acadêmico. Jamais permitiria proselitismo político na Universidade. Mas, para ele, nós éramos professores competentes e dedicados, que estavam fazendo um trabalho sério. Era o que bastava.

Com tais apoios institucionais, tanto de agência da ONU como da administração central da Unicamp, veio à luz o Depes. Do ponto de vista ideológico, a problemática central era estudar as especificidades históricas do capitalismo latino-americano e superar os entraves ao desenvolvimento nacional e social na periferia a partir de uma política de reformas centrada no Estado, erigindo-se um país com soberania nacional, democracia e justiça social. Tais orientações constituiriam posteriormente, com o aporte de outras interpretações teóricas sobre a formação social brasileira e sua inserção no mercado mundial, as bases da Estratégia Democrático-Popular. Mais uma vez, vale recorrer ao depoimento de João Manuel Cardoso de Mello (1999, p.201) no qual ele explicita os objetivos da Escola de Campinas: “acertar as contas com a Economia Política da Cepal, de que todos éramos – e continuamos a ser – filhos, e muito orgulhosos. Finalmente, repensar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, fazer a crítica da política econômica e procurar renovar as propostas de reforma econômica e social.”

Para forjar a base teórica deste projeto ideológico, João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Belluzzo, Wilson Cano e companhia recolheram instrumentais teórico-metodológicos de diversas escolas de pensamento, do liberalismo esclarecido ao marxismo. Surgiu daí o caldeirão eclético da Escola de Campinas, alquimicamente congregando John Marynard Keynes, Michael Kalecki, Karl Marx, Joseph Schumpeter e o pensamento cepalino (Raul Presbich, Celso Furtado, Aníbal Pinto). Neste ecletismo, a teoria marxista da dependência ficou propositalmente de fora: do debate da dependência eles salpicaram elementos da vertente fundada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Abaixo reproduzimos, respectivamente, depoimentos de Tavares e Cardoso de Mello sobre a relação da Escola de Campinas com as vertentes da teoria da dependência.

O fracasso das chamadas teorias de dependência como marco analítico para interpretar este tipo de mudanças do capitalismo central e das formas alternativas de integração

---

44 A respeito da UnB como uma estufa para o florescimento da teoria marxista da dependência, cf. Sadi Rosso e Raphael Seabra (2017).

da periferia não pode, pois, ser contornado mediante uma “querelle d'écoles” entre os chamados estruturalistas cepalinos de um lado e os neomarxistas do outro. (TAVARES, [1972] 1976, p.21)

Deste ponto de vista, a primeira vertente da Dependência – representada pelos trabalhos de A.G.Frank, centrada na ideia de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, que se entende nuclearmente como uma contínua rearticulação de uma relação de exploração entre Metrópole e Satélites – consiste, de modo cristalino, numa mera reprodução radicalizada da problemática cepalina e, por isto, não apresenta maior interesse teórico.

Ao contrário, a formulação de F.H.Cardoso e E. Faletto merece um exame cuidadoso, por sua importância decisiva. (CARDOSO DE MELLO, 1984, p.24)

Mais de trinta anos depois de escrever a introdução ao seu livro clássico, Maria da Conceição Tavares (2008, p.16-7) reafirmou suas críticas à teoria marxista da dependência.

A chamada teoria da dependência, como foi formulada de mil maneiras, não chega a ser teoria nenhuma. Por exemplo, o que diz o Marini é uma coisa, o que dizem Fernando Henrique e o José Serra é outra. Tanto que teve o debate entre eles. Quando alguém diz, pela teoria da dependência, que o centro cresceu por causa da exploração da periferia, é um disparate. Cresceu à custa da acumulação deles e, *en passant*, expandiu-se a periferia e, *en passant*, explorou, é claro.

Neste caso, Maria da Conceição Tavares está se referindo às teses de Marini sobre a troca desigual e a superexploração formuladas em *Dialética da dependência*, deixando de lado qualquer crítica a Fernando Henrique e/ou José Serra, em que pese sua ferrenha oposição aos governos federais tucanos.

As críticas da Escola de Campinas não eram ingênuas ou despropositadas. Abria-se o caminho para o reformismo e a defesa de uma política econômica desenvolvimentista para amainar os efeitos mais perversos da dependência, que também eram duramente criticados pela economia política de Campinas. Deixava-se de lado, no plano mais abstrato da teoria do valor-

trabalho, a teoria marxiana da exploração em detrimento de uma teoria da valorização do capital (BELLUZZO, 1980) e, no plano mais concreto, a teoria marxista do Estado e da revolução para abraçar a crença em mudanças graduais dentro da ordem capitalista dependente que gerassem um capitalismo autônomo e desenvolvimento com justiça social. Ao ser questionado sobre o caráter reformista do projeto de Campinas, João Manuel Cardoso de Mello (1999, p.205) respondeu sem hesitar:

Reformista, sem dúvida. Mas cuidado com a palavra social-democrata. Na América Latina, na periferia do capitalismo, a palavra social-democracia só tem significado se englobar a luta por um mínimo de autonomia econômica nacional, sem o que é impossível promover simultaneamente o crescimento econômico e a igualdade social. É a partir desse movimento coletivo de transformação da sociedade que nossa ação, a dos companheiros de Campinas e a minha, pode ser compreendida. Nós tratamos de lutar pelos nossos valores e, ao mesmo tempo, procuramos contribuir para pensar o projeto de reforma do capitalismo plutocrático.

O horizonte utópico da Escola de Campinas era a construção de barreiras humanistas ao capitalismo selvagem desenvolvido na periferia do sistema mundial. Estas barreiras seriam erguidas por um Estado racional e suas políticas de desenvolvimento econômico com soberania nacional e justiça social. O bom combate seria às desigualdades sociais e ao autoritarismo reinantes na nossa sociedade. Ao final da democratização do país, o objetivo era, em poucas palavras, termos o Estado de bem-estar social, assim como foi feito na Europa. Desta maneira, as especificidades históricas do subdesenvolvimento latino-americano e suas formas de produção da riqueza saíam de cena para dar lugar a um projeto político estatista e de recorte eurocêntrico, no qual as estruturas produtivas não seriam alvo de mudanças radicais e a etapa final das transformações sociais seria o *Welfare State*<sup>45</sup>. Ainda segundo Cardoso de Mello (1984b, p.22),

---

45 "(...) esboçamos bem ou mal propostas específicas para cada área das políticas sociais. Com isto, penso que conseguimos retirar o tema da

Nestas condições concretas, o processo de transformação da sociedade é “longo” e difícil, caminha através de “objetivos intermediários”, através de rupturas parciais sustentadas numa certa estrutura de forças sociais e políticas, que simultaneamente consolidam os avanços anteriores e abrem caminho para a mudança subsequente. Só a democracia permite construir alianças centradas na nossa contemporaneidade, que não tolera o burocratismo autoritário.

Desta visão de mundo social-democrata, surgiram pontos de confluência entre as ideologias do Cebrap e a Escola de Campinas. Os escritos destes dois aparelhos de hegemonia são fruto de um processo revisionista nos anos 1970 das principais referências cepalinas produzidas até aquele então. O fracasso da industrialização como processo de ruptura com a dependência e o subdesenvolvimento, as vitórias da Revolução Cubana contra as agressões imperialistas, a implantação de ditaduras empresarial-militares em muitos países da América Latina, a crise capitalista no centro imperialista e a perda relativa da hegemonia mundial dos Estados Unidos frente às novas potências econômicas (Alemanha e Japão) formaram o substrato histórico para a revisão das teses cepalinas.

Neste contexto histórico, a burguesia industrial brasileira passou a vislumbrar possibilidades de disputar posições intermediárias na divisão internacional do trabalho sem, entretanto, aderir a um projeto nacionalista de recorte antiimperialista. Era uma nova etapa de integração subordinada e dependente ao mercado mundial via o subimperialismo. (MARINI, [1969] 2012) Mas, tais movimentações são percebidas pelos intelectuais cebrapianos e campineiros como novas possibilidades de desenvolvimento de um capitalismo nacional autônomo, com seus centros de decisão internalizados e uma base industrial completa com a introdução do setor de bens de capital. Conforme escreve Ruy Mauro Marini (1992, p.97),

---

distribuição de renda do nível muito abstrato em que estava colocado, chegando ao desenho de uma política concreta de redistribuição. Resumindo, diria que todos nós desejávamos a montagem de um verdadeiro *Welfare State*.” (CARDOSO de MELLO, 1999, p.207)

Para ambas as correntes [endogenistas e neo-desenvolvimentistas], há que por a ênfase, antes de tudo, nas condições nacionais para a análise do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. O imperialismo ou é colocado “entre parênteses”, para usar uma expressão de Maria da Conceição Tavares, ou se introduz na análise como última variável, como preferem os endogenistas; Presbich e Furtado representam uma exceção, partindo sempre da economia mundial. Mas se reúnem aos neo-desenvolvimentistas em sua tese central, que é a perspectiva do desenvolvimento capitalista autônomo – tese que expressa a aspiração mais sentida da burguesia industrial latino-americana.

As principais obras da Escola de Campinas dos anos 1970 estavam marcadas pela aposta política de uma autonomização crescente do capitalismo brasileiro frente aos constrangimentos externos da dependência. Mas isto não correspondeu a uma adesão absoluta à razão de Estado ou ao *status quo*: uma das suas marcas indelévels sempre foi a crítica ao autoritarismo e às desigualdades sociais. Antes de ser uma representação teórica da burguesia industrial latino-americana, as suas elaborações ideológicas expressaram um sonho utópico pequeno-burguês, com uma autonomia para lá de relativa aos processos econômicos e políticos em curso com as ditaduras latino-americanas, mas ainda sim condicionadas pela visão social de mundo burguesa. (BAMBIRRA, 1978, p.31)

A tese de doutorado *O capitalismo tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello, segue esta tendência de uma revisão crítica das elaborações centrais da Cepal. Ao longo da obra, tida na literatura especializada como um dos documentos fundacionais da Escola de Campinas<sup>46</sup>, há dois esforços que correm em paralelo: um de incorporação crítica da teoria de dependência de FHC e Faletto – citada como um dos seus principais interlocutores, além, é claro, de Celso Furtado –, outro da superação de suas fragilidades. Neste caso, temos a presença de convergências (dominantes) e divergências (minoritárias). De

---

46 Sobre as origens e as formulações teóricas da economia política da Escola de Campinas, recomenda-se a leitura do artigo de Fábio Pádua dos Santos (2013).

acordo com Cardoso de Mello (1984a, p.26-7), a teoria da dependência de FHC e Faletto analisou o desenvolvimento latino-americano como uma especificidade histórica do desenvolvimento do modo de produção capitalista na periferia, levando em conta tanto os aspectos internos das nações da região como os fatores externos. Essa tentativa, contudo, levou a cabo somente a tarefa de destacar os fatores internos do desenvolvimento capitalista na América Latina, introduzindo a problemática das classes sociais na economia política cepalina. Deixou, assim, de proceder a uma crítica que deveria ser radical, cuja tarefa primária seria questionar a periodização histórica cepalina baseada em uma dupla dualidade, a saber, economia colonial/economia nacional e desenvolvimento para fora/desenvolvimento para dentro.

Na trilha aberta por Cardoso e Faletto do desenvolvimento associado e subordinado, Cardoso de Mello faz um amplo debate da particularidade histórica da acumulação primitiva do capital no Brasil e da nossa transição de modo de produção, na via de uma industrialização tardia já na etapa monopolista do capitalismo. Sua tese central é que surge um novo padrão de acumulação no Brasil de meados dos anos 1950 e início dos 1960 com a industrialização pesada, suportada majoritariamente pelos investimentos do Estado e dos capitais multinacionais, mas sempre com a presença subordinada do capital nacional. Com o novo padrão de acumulação, baseado no tripé político dos capitais estatais, estrangeiros e nacionais, “a industrialização chegara ao fim e a autodeterminação do capital estava, doravante, assegurada. Pouco importava que não tivesse se mostrado capaz de realizar as promessas que, miticamente, lhe haviam atribuído.” (CARDOSO de MELLO, 1984a, p.122)

Mesmo com fortes questionamentos ao modelo de desenvolvimento ditatorial, a Escola de Campinas afirmou teoricamente a autodeterminação das forças produtivas no Brasil e, com isto, alimentou ilusões quanto à nossa margem de manobra dentro da dependência e desviou sua atenção das relações sociais de produção baseadas na superexploração, analisando somente as suas expressões mais visíveis. Como diz Plínio de Arruda Sampaio Jr. (1999, p.55),

(...) a perspectiva do capitalismo tardio acabou ocultando os mecanismos de perpetuação do capitalismo dependente e as possibilidades de sua superação. (...) Ao sacralizar o tripé capital nacional, capital estrangeiro e Estado como mola propulsora da industrialização pesada, a correlação de forças foi petrificada, limitando aos marcos do capitalismo dependente o raio de ação do Estado para enfrentar os obstáculos do desenvolvimento nacional. A ilusão de que o avanço da industrialização conciliaria os conflitos entre as classes sociais fez com que não surgisse nem a necessidade nem a possibilidade de transformações estruturais.

Em relação à teoria marxista da dependência, Cardoso de Mello extermina sumariamente qualquer diálogo, restando meia dúzia de linhas de controvérsia, de resto limitada aos textos de Gunder Frank, sem qualquer debate aprofundado. Este método de polemizar dentro da controvérsia da dependência no Brasil não era uma novidade, pois, conforme escrevem Fernando Prado e Rodrigo Castelo (2013, p.14),

As formulações de Fernando Henrique Cardoso sobre desenvolvimento e dependência foram difundidas e assimiladas sem se levar em conta toda a riqueza da controvérsia da dependência, que havia então se desenrolado no Chile sem ter eco no nosso país. Quando citadas, as principais formulações de Theotônio, Vânia e Marini estavam longe de serem retratadas de forma objetiva pelos seus críticos. Restou, desta forma, o reinado da perspectiva do “Príncipe dos Sociólogos”, sem sequer se conhecer as posições das vertentes marxistas, que então foram deformadas teórica e politicamente, rotuladas de “catastrofistas”, “estagnacionistas”, “trotskistas” e “radicais”.

Estas deformações foram construídas e reproduzidas em artigos, teses e livros escritos e publicados por docentes e pesquisadores de diversos aparelhos de hegemonia<sup>47</sup>, sendo o

---

47 Fernando Correa Prado (2011) demonstra ponto a ponto como a teoria marxista da dependência sofreu um cerco ideológico sistemático para a difusão do seu projeto teórico-político, bem como uma falsificação rebaixada das suas principais teses. Os agentes históricos foram diversos

Cebrap e o Depes/Unicamp seus epicentros. Politicamente, Fernando Henrique Cardoso e José Serra tomaram a vanguarda dos ataques mais ferinos à teoria marxista da dependência. Com duras palavras escritas no campus da Universidade de Princeton (EUA), José Serra e Fernando Henrique Cardoso vaticinaram que era preciso “colocar trancas que fechem falsas saídas”. Neste artigo publicado na revista do Cebrap em 1979 (com agradecimentos a Luiz Gonzaga Belluzzo e colegas do centro), eles faziam críticas diretas à teoria de Marini com um teor político explosivo: disputar a direção intelectual-moral da esquerda brasileira no período pós-ditatorial, eliminando o projeto revolucionário socialista como porta de saída do capitalismo dependente. Sem meias palavras, Serra e Cardoso (1979, p.36) escreveram:

Quando o impulso generoso dos que desejam revolucionar se soma a postulados falsos ou equívocos, não só a teoria se empobrece embebida em má política (o que é menos grave) como a política se estiola em tentativas, frustrações e enganos. Depois de certo tempo, à custa de muita energia perdida, o ímpeto revolucionário desanima e cede à apatia. Mas parece que a rigidez mental de alguns intelectuais leva-os a continuar ostentando, como os mandarins, os lauréis acadêmicos obtidos com um saber que já está morto; assim, dando uma conotação mais dramática à observação de Keynes, continuam, como fantasmas, persuadindo os políticos a serem escravos de ideias defuntas.

### **Novos enfoques teóricos e a construção do programa democrático**

Nos debates teóricos sobre a ciência política, houve intensas querelas dentro do Cebrap. Na segunda metade dos anos 1970 e início dos 80, o centro vivenciou a saída de duas lideranças intelectuais. A principal delas foi a de Francisco Weffort para fundar o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) em 1976, tendo como um dos seus

---

intelectuais vinculados ao Cebrap, à Cepal, Escola de Campinas, USP, FGV-SP e outros aparelhos privados (e estatais) de hegemonia.

principais objetos de estudo o movimento operário brasileiro, pauta que já não tinha muito espaço no Cebrap. A outra saída foi a de Bolívar Lamounier, que veio a montar o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp). Com o passar do tempo, os temas de revolução brasileira, revolução burguesa, partidos políticos, classe operária foram exorcizados como fantasmas e os debates sobre democracia, sociedade civil e novos movimentos sociais se tornaram hegemônicos na esquerda brasileira nos anos 1980. Segundo Fernando Henrique Cardoso (2009, p.40),

(...) nos anos 1970 começamos a discutir democracia e movimentos sociais. A dinâmica da sociedade civil já era muito importante para mim naquela altura, uma vez que os partidos provavelmente não iriam ter no futuro o papel protagônico que haviam tido no passado. Não posso precisar com datas, mas já antes da queda do Muro de Berlim ficou visível que era difícil acreditar que a sociedade baseada no planejamento, no monopólio dos meios de produção pelo estado, num partido que monopolizasse o espaço do poder e tudo o mais viesse a ser algo desejável.

Na visão dos principais dirigentes do Cebrap, com as derrotas da luta armada no Brasil em meados dos anos 1970, era tempo de abandonar as pautas da revolução proletária e do socialismo, e abraçar a *realpolitik*, propondo uma agenda teórica e um programa político<sup>48</sup> de transição do autoritarismo para a democracia. “O que se discutia”, diz Giannotti (2009, p.56), “como ainda hoje se discute, era como controlar o mercado, como aprofundar a democracia, e assim por diante.” Esta guinada de largo alcance não ficou apenas no plano teórico: ela veio a se materializar na construção de programas de partidos

---

48 Segundo Francisco de Oliveira (2009, p.169), “o Cebrap, deve ser dito, apostou sempre na democracia. E era muito difícil, porque você estava sufocado por todos os lados, havia grupos de luta armada surgindo diariamente, com nossos amigos integrados. (...) Era muito difícil manter um objetivo estratégico para além da luta conjuntural, e acho que foi o Fernando Henrique quem percebeu melhor e formulou isso como um programa.”

políticos, em especial do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB.

No tocante da disputa dos rumos da esquerda brasileira, o Cebrap e a Escola de Campinas, sob a perspectiva social-democrata, tinham pontos de interseção e alguns deles, como vimos, foram forjados teoricamente no mesão. A materialização desta teoria na política veio, contudo, no campo das disputas internas do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nos anos 1970. Antes da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) na década de 1980, os formuladores de determinadas correntes da EDP militaram, orgânica ou indiretamente, nas hostes do MDB, e escreveram muitos dos seus programas econômicos e políticos. Conforme relata Rodrigo Motta (2007, p.295),

A partir de 1973, e sob influência de experiências levadas a cabo pelo MDB gaúcho, o partido criou um Instituto de Estudos Políticos e Sociais (Iepes, depois rebatizado como Instituto Pedroso Horta), para dispor de um centro de debates e formulação de políticas e, sobretudo, para atrair a participação da intelectualidade. Os contatos na área acadêmica renderam o auxílio de alguns membros do prestigiado Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) para a formulação do programa eleitoral de 1974, o que trouxe ao MDB não só mais consistência e sofisticação programática, mas um apoio simbolicamente significativo para conquistar respeitabilidade entre a *intelligentsia*.

Em 1973, Pedro Simon, deputado e presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, procurou a direção do Cebrap e propôs um conjunto de debates na Assembleia gaúcha. Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira e José Arthur Giannotti aceitaram o desafio e o público acorreu para vê-los discursar. O plenário lotou e a atividade foi avaliada positivamente. (GIANNOTTI, 2009, p.59) Estava selada a aliança entre pesquisadores do Cebrap e o MDB.

Em 1974, Ulysses Guimarães, já uma reconhecida liderança do MDB, iniciou tratativas com membros do Cebrap para a formulação do programa de governo do partido de

oposição institucional à ditadura empresarial-militar para as eleições daquele ano. O programa foi intitulado *Desenvolvimento com democracia, liberdade e justiça social*, palavras-chave do ideário da EDP. Da redação do programa, tomaram parte Fernando Henrique Cardoso, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort e Paul Singer. De posse deste programa formulado pelos intelectuais cebrapianos, o MDB foi às ruas e às urnas, e com o aparato repressivo na sua cola, venceu as eleições de forma acachapante, resultado inesperado de acordo com a conjuntura da época. Foram conquistadas 16 cadeiras do Senado, para um total de 22 vagas, e 160 na Câmara dos Deputados (na eleição anterior, em 1970, foram apenas 87). A expressividade desta vitória foi tamanha que contribuiu, dentre um conjunto de outros fatores, para o início do processo de “abertura lenta, gradual e segura” promovida pelo generalato.

Uma outra mudança, contudo, brotou nas forças oposicionistas: a certeza da aposta feita pelo Cebrap na democracia institucional, sem ligação com a revolução socialista e a ação direta do movimento operário. Como diz Paul Singer (1999, p.81), “no momento em que passamos a votar no MDB, nós passamos a pensar: é possível que haja uma mudança sem que a gente tome o poder pela força. Sem que haja uma revolução armada. Então, o abandono dessa hipótese forçou a nós todos a repensar um programa para o país.”

Theotônio dos Santos, no seu balanço a frio da teoria da dependência, aponta que, desde 1974, Fernando Henrique Cardoso abriu o cortejo de críticas às teses marxistas da dependência e passou a operar uma mudança teórica brusca na sua carreira acadêmica. Para Cardoso, o desenvolvimento dependente não seria passível de ser combatido dada a força do grande capital internacional e que haveria, ao mesmo tempo, possibilidade de compatibilizá-lo com a democracia formal burguesa. A partir dessas formulações, houve também uma alteração substantiva na linha política advogada por FHC: sai de cena a luta contra o capitalismo dependente e ganha centralidade a pauta democrática de resistência ao autoritarismo. “Segundo ele”, escreve Dos Santos (2000, p.35),

os inimigos da democracia não seriam, portanto, o capital internacional e sua política monopolista, captadora e expropriadora dos recursos gerados em nossos países. Os verdadeiros inimigos são o corporativismo e uma burguesia burocrática e conservadora que, entre outras coisas, limitou a capacidade de negociação internacional do país dentro do novo patamar de dependência gerado pelo avanço tecnológico e pela nova divisão internacional do trabalho que se esboçou na década de 1970, como resultado da realocação da indústria mundial.

Os intelectuais tradicionais do Cebrap se tornariam, paulatinamente com a abertura, intelectuais orgânicos da Estratégia Democrático-Popular em diferentes partidos, do MDB ao Partido dos Trabalhadores. Na década de 1980, as divergências internas do Cebrap ficaram mais acirradas pois um grupo se filiou ao PT, como Francisco de Oliveira e Paul Singer, e o grupo majoritário continuou a sua militância partidária no MDB até a fundação do PSDB. Os caminhos partidários da equipe cebrapiana se tornaram divergentes, mas ainda havia convergências substantivas no plano teórico e programático.

Foi na construção de programas políticos para o MDB (depois PMDB) que a economia política da Escola de Campinas e as ciências sociais do Cebrap soldaram, na teoria e na prática, bases do que viria a ser a Estratégia Democrático-Popular nos anos 1980. Em 1982, esta parceria entre professores do Depes/Unicamp e pesquisadores do Cebrap continuou a dar frutos e o PMDB lançou o documento *Esperança e mudança: uma proposta de governo para o Brasil*, publicado na revista do PMDB, na qual consta do seu conselho editorial Carlos Lessa, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, João Manuel Cardoso de Mello, José Serra, Maria da Conceição Tavares e outros. Suas palavras de ordem eram “transformação democrática”, “Assembleia Nacional Constituinte como Solução-Síntese”, “planejamento democrático e distribuição da renda”, “reformas sociais e institucionais”, dentre outras. Logo no início do documento, deparamo-nos com um trecho que sintetiza a formulação de bases programáticas da EDP, concretizando as críticas que o Cebrap já apontava ao socialismo no Leste Europeu:

O PMDB propõe o planejamento democrático como forma de estabelecer e garantir que o conjunto de políticas públicas obedeça a prioridades fixadas democraticamente – prioridades que busquem um novo estilo de desenvolvimento social, cuja diretriz maior deve ser a redistribuição da renda e da riqueza social. O Planejamento democrático implica na elaboração de um Plano, sob controle e sob a influência das instituições democráticas. Plano fixado através de lei, supervisionado eficazmente pelo Congresso com a interação e auxílio das organizações populares. (FUNDAÇÃO PEDROSO HORTA, 1982, p.ii)

Paul Singer e Francisco de Oliveira não acompanharam a ala majoritária e cerraram fileiras no PT. Eles, entretanto, levaram consigo parte da visão de mundo erigida nos anos cebrapianos e colaboraram na construção de programas políticos no início dos anos 1980 sob a marca do reformismo econômico, lançando mão de consignas clássicas da EDP. Isto fica claro nas palavras de Singer (1999, p.81-2):

(...) neste momento, dirigi, por incumbência do Lula, e da direção do Partido, uma equipe para fazer um programa econômico. Isso foi em 1982. O [Antonio] Kandir me ajudou. Eu reuni os meus amigos, o Chico de Oliveira, e fizemos juntos um programa econômico para o PT que colocava como grande questão a redistribuição da renda. Não o socialismo, mas um programa de desenvolvimento que teria o mercado interno como base, como fator dinâmico. A ampliação do mercado interno via inclusão social. (...) Mas era um programa reformista, não se falava em socialismo diretamente. Claro, a proposta de marchar para o socialismo, sim. Mas a marcha para o socialismo consistia em ampliar a democracia, aprofundar a democracia para redistribuir a renda.

Por vias contraditórias, a EDP ganhou, nos anos 1980, seus contornos programáticos em distintos projetos partidários. Do mesão do Cebrap, com decisivo apoio das formulações da Escola de Campinas, observamos a concretização de uma teoria crítica aos modelos de desenvolvimento concentradores de renda e dependentes e ao autoritarismo burocrático-militar. Esta

teoria, contudo, não questionava a superexploração da força de trabalho no país, a dominação imperialista e seus elos com nossas classes dominantes. A porta de saída não era a revolução socialista, mas o aprofundamento da democracia via políticas institucionais e os movimentos sociais. Na implementação da EDP, as tensões aumentaram e as táticas divergiram, o que gerou um racha irreconciliável no Cebrap: enquanto alguns seguiram sua trajetória no PMDB e no governo Sarney, e posteriormente fundaram o PSDB, outros foram para o PT e fincaram pé numa oposição aos governos da Nova República até a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002.

### **Considerações Finais**

As bases teóricas do Cebrap e do Depes/Unicamp eram distintas e operaram, nos anos 1950/60, um dos debates mais acalorados dentro da controvérsia da Revolução Brasileira, a saber, o choque entre o pensamento nacional-desenvolvimentista da Cepal e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e a Escola de Sociologia da USP. Vimos, na terceira seção deste capítulo, que dois decanos da Escola de Campinas, então jovens estudantes da USP, frequentaram o curso de ciências sociais, desenvolveram laços pessoais e tiveram parte da sua formação intelectual no contato com Florestan Fernandes e cia. Todavia, as suas principais influências vieram de cursos na Cepal e das leituras das obras isebianas.

Anos mais tarde, no mesão do Cebrap, operou-se um *movimento articulado de revisão crítica das teses da Cepal e da Escola de Sociologia da USP*, que teve como resultado um consenso tardio entre o nacional-desenvolvimentismo e as ciências sociais e humanas da USP, algo que parecia impossível no início do segundo ciclo das controvérsias da Revolução Brasileira, e que permaneceu vivo até os anos 1980. Mas a liga do novo bloco ideológico da esquerda brasileira só foi soldada com a redação de programas do MDB a partir de meados da década de 1970. Operou-se, portanto, a conciliação entre duas escolas do pensamento social brasileiro que pareciam incompatíveis. No mesão do Cebrap e nos programas do (P)MDB, duas linhas paralelas se encontraram...

Nesses manuscritos políticos, as teorias do Cebrap e do Depes/Unicamp ganharam materialidade e conseguiram importantes vitórias já na sua primeira eleição, a de 1974. Tendo passado no teste das urnas, o programa foi avaliado como um sucesso e o bloco ideológico continuou na sua defesa da democracia, do desenvolvimento econômico nacional, do combate às desigualdades e das reformas sociais, deixando para trás bandeiras ou palavras de ordem relacionadas à revolução socialista. Era um dos últimos suspiros da Revolução Brasileira que, após o seu ocaso, cedeu lugar para a Estratégia Democrático-Popular.

O bloco ideológico do Cebrap e da Escola de Campinas se encarregou de criar bases da EDP que seriam disputadas por duas correntes: uma do PMDB, que logo abandonaria as suas raízes para se tornar um partido fisiológico à disposição dos poderes constituídos (a sua ala mais programática racharia com o partido e, com a Estratégia referida, formaria o PSDB), e a do PT, que prosseguiria, até o esgotamento do seu ciclo político no final da segunda década do nosso século, com a EDP.

### **Referências Bibliográficas**

BAMBIRRA, Vânia. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México D.F.: Era, 1978.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. Entrevista. In: BIDERMAN, Ciro et. al. (orgs.). *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996. p.251-283.

CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio à 5ª edição. In:\_\_\_\_. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 5 ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1962] 2003. p.9-13.

\_\_\_\_\_. Entrevista. In: MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (org.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.19-49.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984a.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *O senhor e o unicórnio: a economia dos anos 80*. São Paulo: Brasiliense, 1984b. p.11-23.

\_\_\_\_\_. Entrevista. In: MANTEGA, Guido e REGO, José Marcio (org.). *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999. p.183-216.

COHN, Gabriel. Entrevista. In: BASTOS, Elide Rugai et. al. (org.). *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006. p.114-133.

Dos SANTOS, Theotônio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERNANDES, Florestan. *Reflexões sobre a construção de um instrumento político: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Expressão popular, [1991] 2019.

FUNDAÇÃO PEDROSO HORTA. Esperança e mudança: uma proposta de governo para o Brasil. *Revista do PMDB*, Rio de Janeiro, ano II, n.4, outubro-novembro de 1982.

GIANNOTTI, José Arthur. Entrevista. In: MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (org.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.50-71.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, [1969] 2012.

\_\_\_\_\_. Memória. In: *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (orgs.). São Paulo: Expressão Popular, [1990] 2005. p.57-134.

\_\_\_\_\_. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.283-302.

\_\_\_\_\_. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. Entrevista. In: MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (org.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.142-179.

PAULA, João Antônio de. Octavio Ianni e a centralidade da luta de classes. In: IAMAMOTO, Marilda Villela e BEHRING, Elaine Rosseti (org.). *Pensamento de Octavio Ianni: um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p.79-87.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & política*, Rio de Janeiro, vol.29, n.2, p.68-94, 2011.

PRADO, Fernando Correa e CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. *Pensata*, São Paulo, v.3, n.1, p.10-29, 2013.

ROSSO, Sadi dal e SEABRA, Raphael. A Teoria Marxista da Dependência: papel e lugar das Ciências Sociais da Universidade de Brasília. *Sociedade e Estado*, Brasília, vol.31, número especial, p.1029-1050, 2016.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Fábio Pádua dos. A economia política da “Escola de Campinas”: contexto e modo de pensamento. *Cadernos do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v.8, n.12, p.17-42, jan.-jun. 2013.

SCHWARZ, Roberto. Sobre a leitura de Marx no Brasil. In: SCHWARZ Roberto et. al. *Nós que amávamos tanto O capital*. São Paulo: Boitempo, 2017. p.17-26.

SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique. As desventuras da dialética da dependência. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, n.23, 1979, p.34-80.

SINGER, Paul. Entrevista. In: MANTEGA, Guido; REGO, José Marcio (org.). *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999. p.55-89.

\_\_\_\_\_. Entrevista. In: MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (org.). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.72-93.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1972] 1976.

\_\_\_\_\_. Entrevista. *Margem Esquerda*, São Paulo, n.11, p.13-23, 2008.

TOLEDO, Caio Navarro de. Zeferino Vaz: um reitor de direita que protegia as esquerdas? *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.7, n.2, p.116-132, 2015.

## 4.

### **O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano\***

O debate brasileiro sobre desenvolvimento e “questão social” voltou vigorosamente neste início do século 21 sob o patrocínio de setores da esquerda nacional (RIDENTI, 2008). Uma ampla bibliografia cataloga as múltiplas visões sobre o tema. Não é o caso, aqui, de sumariar todo o volume editorial produzido. Podemos, todavia, reduzi-lo – sob pena de simplificarmos a riqueza do debate –, em dois grandes blocos.

No campo conservador, investido de uma aura modernizadora, temos a visão da ortodoxia econômica. O consenso ortodoxo gira em torno de três linhas argumentativas: (1) o crescimento econômico, por si próprio, não trará a redução das desigualdades; (2) os gastos sociais no Brasil não são baixos; o que é preciso fazer é torná-los mais eficientes, melhorando a alocação de recursos e focalizando-os nos segmentos mais pobres; (3) propostas de desenvolvimento baseadas no investimento no “capital humano”, reformas microeconômicas, programas de microcrédito etc. (HENRIQUES, 2000 e IETS, 2001)

O pensamento econômico heterodoxo, por sua vez, começa a sair do estado de torpor no qual se encontrava, e ensaia os primeiros passos de uma contraofensiva ideológica, apostando no aprofundamento da crise do neoliberalismo na América Latina. Tem-se, desse modo, a gradual retomada de uma agenda de pesquisa voltada para temas como o desenvolvimento econômico e a equidade social. Alguns destes economistas – dentre os quais destacamos João Sicsú, Luiz

Fernando de Paula e Renaut Michel – falam na criação do novo-desenvolvimentismo.

O presente capítulo tem como objeto central a ideologia novo-desenvolvimentista e seus projetos de crescimento econômico com equidade social, conforme dizem seus formuladores. O objetivo do nosso trabalho é duplo: de um lado, apresentar as principais teses do novo-desenvolvimentismo; de outro, iniciar um debate crítico com esta tradição do pensamento social brasileiro, explicitando suas filiações teóricas e políticas e seus principais limites.

A estrutura do capítulo tem três seções, além desta breve introdução. Na primeira parte, apresentamos as teses centrais dos novo-desenvolvimentistas quanto ao desenvolvimento econômico e à “questão social”. Na segunda, fazemos um balanço crítico dessas teses, dando atenção especial aos debates sobre Estado e capital, frações da classe burguesa, centralização de capital, financeirização da riqueza e à incorporação da justiça social aos modelos de desenvolvimento. À guisa de conclusão, examinamos em que medida as teses dos novo-desenvolvimentistas fazem avançar o pensamento social latino-americano e quais são as suas contribuições, no plano da política, para a transformação dos modelos heterodoxos de desenvolvimento em alternativas efetivas ao *status quo* na América do Sul.

### **O novo-desenvolvimentismo: crescimento e equidade social**

O novo-desenvolvimentismo é uma corrente contemporânea do pensamento brasileiro que nasce na esteira de uma tradição consolidada nas décadas de 1940 a 1970. Nessa época, trabalhos seminais, gestados na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), começaram um processo intelectual de formulação de teorias explicativas das condições estruturais do subdesenvolvimento da periferia do sistema mundial, com ênfase nas especificidades da América Latina. Nascia o chamado nacional-desenvolvimentismo, termo consagrado nos trabalhos de autores como Celso Furtado, Hélio Jaguaribe e outros.

---

\* Artigo publicado originalmente na revista *Oikos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.1,

A despeito da pluralidade das ideias e utopias presentes naqueles trabalhos, convencionou-se chamá-los por um nome comum – o nacional-desenvolvimentismo –, pois era possível identificar características comuns a todos os seus autores, dentre as quais podemos destacar: (1) a defesa da autonomia e da soberania nacionais; (2) a industrialização como meio necessário para a superação dos entraves ao desenvolvimento nos países dependentes; (3) o Estado entendido como um agente estratégico promotor de políticas de planejamento e bem-estar social; e, (4) a participação ativa de uma *intelligentsia* culta e bem formada na gerência de postos-chave do Estado.

Até aproximadamente 1960, o nacional-desenvolvimentismo gozou de enorme prestígio intelectual e político na América Latina, sendo considerado o pensamento hegemônico progressista à época, pois convergia, no plano ideal, com o projeto político das burguesias industriais e de setores populares da região. O modelo de desenvolvimento preconizado pelos desenvolvimentistas, baseado fundamentalmente na industrialização, não alcançou, todavia, os resultados esperados em termos, por exemplo, da autonomia nacional e da modernização dos setores econômicos e sociais mais proletarizados da população. Em poucas palavras, o subdesenvolvimento não foi superado e continuou sendo uma realidade na América Latina.

Todo este quadro referente à hegemonia do nacional-desenvolvimentismo e do relativo otimismo quanto as possibilidades de autodeterminação dos povos e nações da periferia desapareceu nos anos 1980. O neoliberalismo, aqui definido como uma estratégia política das classes dominantes de reversão da crise orgânica do capital nos anos 1970, atingiu todos movimentos progressistas e o debate sobre desenvolvimento econômico e social saiu de cena para dar lugar à agenda política neoconservadora sobre liberalização e desregulamentação dos mercados, estabilidade dos preços e privatização dos bens públicos. (CHESNAIS, 2000)

Já no final dos anos 1990 e início do século 21, o contexto político sul-americano mudou. Neste período, o

neoliberalismo mostrou sinais de esgotamento no plano econômico, com a persistência dos desequilíbrios macroeconômicos, a redução dos direitos sociais e o aumento do desemprego estrutural e do pauperismo relativo. A crise argentina de 2001 seria o melhor exemplo do fracasso neoliberal. As reações populares não tardaram a acontecer e a América do Sul vivenciou um novo contexto histórico, caminhando na direção contrária do resto do mundo. Diversos países sul-americanos deram uma guinada ao centro-esquerda e antigos dirigentes dos projetos neoliberais locais foram defenestrados do poder e novos governantes foram eleitos com maciço apoio popular. Tivemos, assim, uma janela histórica que abriu possibilidades de movimentos políticos e ideológicos contestatórios ao neoliberalismo.

É nesta ocasião que surge o novo-desenvolvimentismo no Brasil, embalado pela promessa de um governo progressista de Luís Inácio Lula da Silva<sup>49</sup>. O objetivo dos novo-desenvolvimentistas nos parece claro: entrar como uma espécie de Terceira Via na disputa pela hegemonia ideopolítica para a consolidação de uma estratégia de desenvolvimento alternativa aos modelos em vigência na América do Sul, tanto ao “populismo burocrático”, representado por setores arcaicos da esquerda e partidários do socialismo, como à ortodoxia convencional, representada por elites rentistas e defensores do neoliberalismo.

Segundo Sicsú *et. al.* (2005), o nacional-desenvolvimentismo merece passar por uma revisão das suas medidas de promoção do desenvolvimento econômico e social, pois a realidade mudou, e muito, desde o período áureo daquela tradição clássica. O termo desenvolvimentismo foi uma expressão marcante de um passado não tão remoto, mas que, com as transformações sociais ocorridas nestas últimas três décadas, tornou-se antiquado, anacrônico. Logo, é preciso abandoná-lo, não somente no sentido terminológico, mas dar-lhe um sentido conceitual inovador, adequado às configurações

---

49 Os governos de Michele Bachelet no Chile e, principalmente, Nestor Kichner na Argentina, também eram tidos pelos novo-desenvolvimentistas como modelos alternativos ao neoliberalismo, com políticas econômicas e sociais que conjugavam desenvolvimento econômico e equidade social.

do capitalismo contemporâneo. Para novos tempos, uma nova teoria; para novos desafios, um novo projeto nacional. Daí o termo novo-desenvolvimentista.

Em 2004, Luiz Carlos Bresser-Pereira, executor e mentor da contrarreforma administrativa do governo Fernando Henrique Cardoso – um dos pilares do neoliberalismo no Brasil – publicou um artigo na *Folha de São Paulo* com o título Novo-desenvolvimentismo. A produção ideológica do economista não parou por aí, tendo prosseguimento em uma série de artigos acadêmicos sobre uma nova estratégia de desenvolvimento nacional (BRESSER-PEREIRA, 2006). Bresser-Pereira<sup>50</sup> e o coletivo de autores aqui em debate não usam apenas o mesmo nome para descrever seus planos de desenvolvimento. Comungam, segundo eles, dos mesmos ideais.

O principal objetivo dos novo-desenvolvimentistas é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado a uma melhora substancial nos padrões distributivos do país. A consecução deste objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”, principalmente no tocante à redução da incerteza inerente às economias capitalistas.

Vários fatores concorrem para os altos níveis de incerteza das economias capitalistas, potencializados na periferia do mercado mundial. Não cabe destacar todos esses fatores; vale, contudo, dizer que o acento dos novo-desenvolvimentistas recai sobre a vulnerabilidade externa estrutural das nações subdesenvolvidas, considerada o fator essencial daquela incerteza.

As economias periféricas são constantemente assoladas por crises cambiais. Tais crises, na maior parte dos casos, têm como estopim a fuga de capital para os países de origem, localizados no centro do mercado mundial. A fuga de capitais desencadeia uma série de processos macroeconômicos – altas

---

50 Dada a vastidão e complexidade do pensamento de Bresser Pereira, não foi possível explorá-la na ocasião da escrita do presente texto. Assim, nesse capítulo, privilegiamos uma determinada corrente do novo-desenvolvimentismo, em especial os economistas tributários da tradição pós-keynesiana estadunidense.

das taxas de câmbio e de juros, inflação, crise do balanço de pagamentos – que, no final da cadeia dos eventos, impacta no quadro social do país, particularmente nas classes subalternas.

Sicsú *et. al.* explicam-nos que uma crise cambial, ao produzir desequilíbrio nas principais variáveis macroeconômicas, aumenta o grau de incerteza na economia, o que, por sua vez, reduz a previsibilidade do cálculo econômico de rentabilidade dos capitalistas. Os grandes investidores, desta forma, tendem a reter seus saldos monetários em *portfólios* financeiros ao invés de direcioná-los para a chamada economia real. O entesouramento da moeda impacta negativamente o pleno emprego da economia, pois nem toda renda recebida é gasta. Quando isto ocorre, a economia de uma determinada nação opera, no jargão dos economistas keynesianos, em pontos de equilíbrio com desemprego, com consequências diretas na renda dos trabalhadores. Em outros termos, o mercado, sem qualquer tipo de interferência externa nas escolhas privadas dos agentes econômicos, inevitavelmente promove o desemprego involuntário das classes assalariadas. Para acabar com esta situação, cabe ao Estado intervir na economia.

A função do Estado, no entendimento dos novo-desenvolvimentistas, é atuar no incentivo ao direcionamento dos ativos financeiros privados, retidos pelos investidores em momentos de turbulência econômica, política e social, para o investimento produtivo, a principal despesa capitalista criadora de renda e emprego para a população em geral. Luiz Fernando de Paula (2008, p.220) resume bem o objetivo da política econômica estatal de inspiração keynesiana:

A política keynesiana está relacionada à implementação de políticas econômicas que objetivam aumentar, em algum grau, a demanda agregada, de modo a criar um ambiente estável que estimule os empresários a efetuarem novos investimentos. De fato, o nível de emprego e a utilização da capacidade produtiva depende crucialmente dos determinantes da demanda agregada, em particular das decisões de investimento. Em outras palavras, a política econômica deve afetar o investimento agregado privado, criando um ambiente seguro que estimule os empresários a fazerem escolhas mais arriscadas – mas que gerem lucros e mais

empregos – em vez de acumularem ativos líquidos. Assim, a ‘boa’ política é aquela que os empresários são estimulados a investir em ativos de capital.

No caso da vulnerabilidade externa, os novo-desenvolvimentistas defendem a blindagem da economia por meio do controle dos fluxos externos de capital, sem incorrer em quebras de contrato ou mesmo desrespeitar os estatutos do Fundo Monetário Internacional. (SICSÚ, 2005) O controle de capital deve ser acompanhado de um rol de medidas de política econômica, tais como a fixação da taxa de câmbio, a redução das taxas de juros, acúmulo de reservas internacionais, ampliação do crédito bancário e uma política fiscal expansionista. Não será somente uma medida tópica – no caso, a blindagem externa da economia – que mudará o quadro de incerteza, revertendo o baixo crescimento e a iniquidade que o Brasil está mergulhado nos últimos vinte e cinco anos.

Trata-se de um novo modelo de política econômica, incluindo-se medidas fiscais, cambiais e monetárias no melhor estilo keynesiano e desenvolvimentista. Mas não só: além das políticas econômicas tradicionais, uma série de outras medidas complementares são prescritas, tais como a constituição de um sistema avançado de educação básica e de inovação tecnológica, mecanismos endógenos e privados de financiamento do investimento produtivo e a segurança jurídica dos contratos e da propriedade privada. Tudo isto será em vão se não existir um empresariado nacional forte, considerado pelos autores um dos pilares do projeto novo-desenvolvimentistas (Sicsu et. al., 2007, p. 515 e 521). É mais um apelo àquela burguesia nacional inexistente no país.

A intervenção do Estado na economia não é entendida por Sicsú *et. al.* como uma intromissão indevida do setor público na iniciativa privada. Os novo-desenvolvimentistas defendem a tese de que a construção de uma economia de mercado forte depende da existência de um Estado forte, não no sentido de produzir bens e serviços diretamente a partir de empresas estatais, mas atuando como uma instância reguladora das atividades econômicas. O Estado seria uma espécie de ente político promotor de condições propícias para o capital investir

seus recursos financeiros e gerar emprego e renda para a população em geral. Segundo José Carlos de Assis, defensor da “macroeconomia do pleno emprego”, o Estado deveria adotar uma nova postura nas intervenções econômicas, voltando-se mais para a estabilidade de preços, a redução dos juros e do *superávit* primário, o controle de capitais de curto prazo e, principalmente, atuar de forma decisiva com políticas fiscal e monetária na formação de demanda agregada, investindo dinheiro público e estimulando o investimento privado em conjunturas recessivas. (ASSIS, 2006)

É preciso deixar patente que o combate à exclusão social, nos termos propostos pelos autores em debate, passa necessariamente pelo crescimento econômico a taxas, afirmam, acima de 5%. (Da SILVA e MICHEL, 2005, p.179) O principal meio para a redução das desigualdades sociais, dizem os novo-desenvolvimentistas, são as políticas econômicas de corte keynesiano – controle de capital, expansão do gasto público, câmbio fixo e redução das taxas de juro – e a promoção da equidade social, entendida no melhor estilo liberal como igualdade de oportunidades. A pena dos autores grifa, em tons fortes, que o crescimento econômico é o principal fator para a redução das desigualdades sociais. “(...) O crescimento econômico deve ser o tratado como o principal objetivo da política econômica para minorar o problema estrutural de desigualdade no Brasil.” (Da SILVA e MICHEL, 2005, p.179)

As políticas sociais são consideradas medidas necessárias. Fala-se, inclusive, na necessidade de políticas sociais universalizantes para a inclusão de segmentos desfavorecidos da nossa sociedade. Os novo-desenvolvimentistas, todavia, assinalam fortes críticas aos atuais programas assistencialistas e emergenciais de política social do governo brasileiro, como políticas de renda mínima (Sicsu et. al., 2007, p.523), que, segundo eles, se mostram insuficientes para minorar o quadro distributivo da economia nacional.

Em síntese, o Estado deve garantir condições macroeconômicas e salvaguardas jurídicas que reduzam a incerteza do ambiente econômico, propiciando um horizonte mais previsível do cálculo de risco do investimento privado, e aumentado, por sua vez, a demanda por fatores de produção, o

emprego e os ganhos dos trabalhadores. Assim, o Brasil reduzirá a pobreza e a desigualdade social. O projeto novo-desenvolvimentista de intervenção na “questão social”, portanto, baseia-se no crescimento econômico e na promoção da equidade social via a igualdade de oportunidades.

Esta é, grosso modo, a utopia da *intelligentsia* novo-desenvolvimentista.

### **Uma crítica ao novo-desenvolvimentismo**

A crítica que ora propomos ao novo-desenvolvimentismo concentra-se em três pontos: as funções históricas do Estado burguês, a dinâmica das lutas das frações de classe da burguesia e a integração dos aspectos sociais aos modelos heterodoxos de desenvolvimento.

Em primeiro lugar, o novo-desenvolvimentismo defende a tese do Estado burguês como complementar ao mercado e promotor do bem-estar universal, sendo o Estado considerado um ente político-administrativo universal, acima dos interesses particulares das distintas classes sociais. Desta forma, fazem um retorno explícito e direto ao antigo nacional-desenvolvimentismo, no qual se advogava a conciliação entre capital e trabalho tendo em vista o “interesse nacional”, abstrata e voluntariamente colocado acima dos conflitos antagônicos de classes.

Desde a crítica de Marx à filosofia do direito de Hegel que a filosofia política radical reconhece uma dupla natureza do Estado burguês originário: de um lado, o caráter progressista da era dos direitos burgueses, que abole a servidão feudal e promove uma liberdade (formal) dos indivíduos frente ao obscurantismo e à opressão do regime feudal; de outro lado, a sua natureza legitimadora das desigualdades e da exploração. As leis burguesas, que igualam os distintos indivíduos na figura do cidadão, mascaram as reais fontes das desigualdades sociais, a saber, as expropriações massivas de meios de produção e de subsistência, a propriedade privada moderna, a relação de assalariamento da força de trabalho e a sua consequente exploração, alienação e subsunção e as opressões.

No modo de produção capitalista, o Estado tem sua essência definida, dentre outros fatores, pela atuação na defesa irrestrita dos direitos naturais dos indivíduos – os chamados direitos civis (do cidadão, agora protegido da barbárie do estado de natureza pelas leis do Estado) – dentre os quais figuram com destaque o direito de propriedade privada. No plano político e econômico, o Estado é o guardião, em última instância, da ordem burguesa que produz e reproduz as desigualdades sociais de diversas formas, com central importância na existência da propriedade privada. O Estado, assim, desde a sua origem é complementar ao mercado, ou melhor, funcional ao capital na garantia de certos pressupostos legais para a acumulação de capital derivada da exploração das classes subalternas.

Vista desde ângulo, a proposta dos novo-desenvolvimentistas, na verdade, não tem como real objetivo gerar a complementariedade do Estado com o mercado, *posto que ela já existe desde a gênese do Estado burguês e do modo de produção capitalista*, mas uma forma concreta de atuação do Estado – visando os interesses dominantes sob a hegemonia da velha burguesia industrial – no capitalismo dependente brasileiro do século 21. O Estado nacional, através da correlação de forças favorável aos rentistas, que dominam postos-chave da administração estatal (ministérios da Fazenda e do Planejamento, Presidência e diretorias do Banco Central, Secretaria do Tesouro Nacional etc.), extrai parcela significativa da renda real produzida nacionalmente (em torno de 37% do PIB no governo Lula) e direciona-a, em boa parte, para os rentistas nacionais e internacionais na forma de pagamento de juros da dívida pública (hoje na faixa de R\$ 140 bilhões/anuais)<sup>51</sup>.

Os novo-desenvolvimentistas não debatem, enfim, a natureza do poder do Estado capitalista, nem a sua estrutura classista, mas sim sua forma de atuação em favor dos rentistas. Na sua opinião, tal qual falavam os nacional-desenvolvimentistas, o Estado deve operar em comunhão com a burguesia

---

51 Em 2019, segundo dados produzidos pela Auditoria Cidadã da Dívida, os setores rentistas das burguesias brasileira e internacionais abocanharam cerca de 38% do orçamento público federal, algo em torno de R\$ 1,038 trilhão. Para mais detalhes, consulte:

industrial e os trabalhadores, pois, supostamente, ambos teriam a ganhar sob o signo da acumulação capitalista em base produtiva. Desta forma, o Estado agiria como um agente da mudança social em nome dos interesses da vontade coletiva, e não em favor de um grupo ou classe social particular, como é tradição do Estado brasileiro.

Em segundo lugar, os novo-desenvolvimentistas estruturaram toda a sua argumentação em torno da contraposição entre burguesia produtiva e burguesia rentista. Como vimos, suas propostas de política econômica e reformas políticas objetivam reduzir as incertezas do cenário macroeconômico e atrair os excedentes de capital aplicados na esfera financeira para sua reinversão nos processos produtivos, gerando emprego e renda para os trabalhadores. Supõem-se um conflito distributivo e de interesses interno às classes dominantes, divididas entre frações rentistas e industriais. Enquanto os primeiros lucram com operações financeiras, gerando exclusão social, os segundos lucrariam com investimentos produtivos, gerando, de acordo com certas premissas macroeconômicas e políticas, renda e riqueza concomitantemente para as classes burguesa e trabalhadora.

O capitalismo, desde o final do século 19, opera uma crescente concentração e centralização de capital nas mãos de poucos proprietários. Naquela época, chamada por muitos de capitalismo monopolista, iniciou-se um processo de fusão entre o capital bancário e o capital industrial naquilo que Rudolf Hilferding consagrou como o capital financeiro. Secularmente, as tendências de concentração e centralização de capital e de agigantamento do capital financeiro vêm se confirmando. Na era neoliberal, elas são agravadas e aprofundadas do ponto de vista social, econômico e político. Recentes estudos sobre as configurações contemporâneas do capitalismo demonstram a crescente fusão das frações burguesas via a financeirização da riqueza e o projeto político neoliberal<sup>52</sup>.

---

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/grafico-do-orcamento-federal-2019-2/>.

<sup>52</sup> Deve-se notar que esta fusão não é completa, no sentido de eliminar as frações de classe burguesa, nem põe fim às tensões, choques e conflitos internos às classes dominantes e suas frações, que lutam pelo poder

José Carlos Miranda (1997, p.243) fornece elementos para refutar a tese de uma separação entre financistas e industriais quando ilustra que as empresas transnacionais detinham, em 1997, um estoque de US\$ 13 trilhões em ativos financeiros, superando bancos, seguradoras e fundos de pensão. José Carlos Braga (1997, p.214), por sua vez, nos informa que o lucro decorrente de atividades não-operacionais – muitas vezes operações especulativas – superam, no balanço contábil dos grandes oligopólios (japoneses), o lucro das atividades operacionais, e este fato pode ser extensível para outras nações desenvolvidas. No Brasil, um recente levantamento realizado pela consultoria *Econômica*<sup>53</sup> mostra que as grandes corporações produtivas do País têm boa parte dos seus lucros advindos de atividades especulativas. Das 318 empresas que publicaram balanços contábeis no primeiro semestre de 2008, 80 obtiveram mais da metade do seu lucro de operações financeiras e, dentre estas, 35 tiveram resultado financeiro maior do que o seu lucro líquido, o que demonstraria o alto grau de comprometimento orgânico destas empresas com o mercado financeiro. Ou seja, a valorização do capital por meio da especulação financeira não é um atributo exclusivo das frações rentistas da burguesia; ao contrário, cada vez mais os grandes oligopólios e monopólios transnacionais operam segundo a lógica da financeirização, que se torna o padrão sistêmico de gestão da riqueza capitalista. Como aponta Cláudio Katz (2007, p.54),

Mas será assim tão evidente a divisão entre neodesenvolvimentistas e neoliberais? Não existem inumeráveis vínculos entre os industriais e os financistas? As conexões

---

político e pela crescente apropriação do excedente econômico. Sobre esta fusão, cf. MIGLIOLI, 2006; sobre os conflitos intra-burgueses (no Brasil, mais especificamente no governo Lula), cf. BOITO Jr., 2006. Na França, François Chesnais (2002) aponta para a imbricação entre os setores produtivos e financeiros tanto pela estrutura de propriedade das classes dominantes, com a hegemonia dos rentistas ativos, como pelo *modus operandi* da administração dos grandes oligopólios (a chamada governança corporativa).

53 O estudo foi feito sob encomenda do jornal *O Globo* e parte dos seus resultados foi publicado no dia 19 de outubro de 2008 na página 31 (seção Economia) do diário carioca.

entre ambos os setores têm sido muito estudadas e surpreende a sua omissão na hora de apostar num choque entre os dois grupos.

Existe, todavia, um aspecto da crítica aos novo-desenvolvimentistas que gostaríamos de explicitar: o uso do conceito de equidade social nas diretrizes do desenvolvimento econômico. Herdado da tradição liberal clássica – presente na filosofia política de John Locke – e que reaparece nos anos 1990 nos relatórios das agências multilaterais sobre a pobreza, como o Banco Mundial, o conceito é o pilar teórico do projeto novo-desenvolvimentista de intervenção na “questão social”. Neste tocante, Sicsu et. al. tratam da referida categoria de forma superficial e desenvolvem pouquíssimas linhas, remetendo o leitor ao texto cepalino *Transformação produtiva com equidade* (CEPAL, [1990] 2000)<sup>54</sup>.

O que significa, em linhas gerais, este conceito? Significa, antes de mais nada, o deslocamento metodológico à qualquer referência sistêmica, estrutural e histórica das desigualdades sociais. A sua perspectiva é o indivíduo e a natureza. Segundo tal conceito, as desigualdades são explicadas a partir de uma suposta natureza humana. Cada indivíduo carrega dentro de si, de acordo com a distribuição aleatória da natureza, características inatas – como preguiça, indolência, ignorância, ou então frugalidade, parcimônia e inteligência. Se o indivíduo for agraciado por estes últimos dons, resta-lhe a sorte de acumular riqueza, pois tais dons dão uma capacidade ao indivíduo de trabalhar e, portanto, de se apropriar de frações substantivas da riqueza social na forma do dinheiro; caso seja amaldiçoado por aqueles vícios, resta-lhe acumular miséria, pois

---

54 A referência a este documento não é desprovida de sentido. Segundo Marcelo Carcanholo (2006), o texto é o momento paradigmático da adesão da Cepal ao receituário neoliberal, que deixou de ser uma alternativa heterodoxa capaz de auxiliar as classes subalternas do continente na sua luta contra a dependência. Ricardo Bielschowsky (2000, p.63), economista do escritório da Cepal no Brasil e um dos principais especialistas da história das ideias cepalinas, afirma que a Comissão “não colocou-se contra a maré das reformas, ao contrário, em tese tendeu a apoiá-la, mas subordinou sua apreciação do processo ao critério da existência de uma ‘estratégia’ reformista que pudesse maximizar seus benefícios e minimizar suas deficiências a médio e longo prazos”.

o ócio e a vagabundagem são as características típicas da massa de seres incapazes para a ética do trabalho capitalista.

Em tempos pós-modernos, o conceito ganha uma nova roupagem de tipo progressista, mas não perde suas características essenciais, que naturalizam as relações econômicas capitalistas e tomam o indivíduo e suas diferenças como unidade básica de análise. Hoje se admite amplamente que as diferenças naturais podem ser, em boa medida, neutralizadas por competências adquiridas através, por exemplo, da educação, que passa a ser instrumentalizada como um meio de capacitar seres humanos para a concorrência no mercado de trabalho<sup>55</sup>. Em termos políticos, os novo-desenvolvimentistas, ao se guiarem pelo conceito de equidade social, defendem a promoção da igualdade de oportunidades entre os indivíduos via a educação. A educação fica, de acordo com essa perspectiva, inteiramente subordinada aos requisitos de habilidades necessárias aos processos de produção de mercadorias comandado pelo capital. Neste sentido, o novo-desenvolvimentismo se assemelha, e muito, às teses neoclássicas do capital humano<sup>56</sup>, pois ambas supõem a competição eterna dos indivíduos no mercado de trabalho, como se a condição assalariada do trabalhador fosse uma condição natural, e não construída socialmente tal qual demonstraram, por exemplo, cada um a sua maneira, Karl Marx e Karl Polanyi. Neste sentido, naturaliza-se o que deveria ser historicizado, procedimento

---

55 Sugere-se às leitoras e aos leitores o estudo do texto *Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade*, da Cepal/Unesco, no qual fica patente o caráter de instrumentalização da educação para os interesses e objetivos do capital. Em particular, destaca-se uma citação do referido texto: “No passado, muitas vezes se fez referência ao objetivo estratégico da cidadania, à equidade como delineamento das políticas e à integração nacional como motivação do esquema institucional. Nesses três planos, obtiveram-se avanços importantes; mas as insuficiências de cada um deles estão ligadas, pelo menos parcialmente, à omissão em que se incorreu com respeito aos outros três componentes da atual proposta estratégica: a competitividade como objetivo, o desempenho como delineamento político e a descentralização como componente do esquema institucional.” (CEPAL/UNESCO, [1992] 2000, p.915)

56 Sicsu et. al. (2007, p.515) apontam que “o desenvolvimento do capital humano através da educação pública” é um dos itens da agenda política dos novo-desenvolvimentistas.

típico da ciência econômica burguesa, seja ela clássica, vulgar ou neoclássica.

Expulso pela porta da frente com a retórica antineoliberal e suas propostas de política econômica keynesiano-desenvolvimentista, o liberalismo torna a entrar na cidadela novo-desenvolvimentista pela janela dos fundos com o uso do conceito de equidade<sup>57</sup>, categoria tributária da tradição liberal, tradição esta que Norberto Bobbio (1996, p.42) afirma ser antitética ao igualitarismo.

(...) Os liberais sempre acusaram os igualitários de sacrificar a liberdade individual, que se alimenta da diversidade das capacidades e das aptidões, à uniformidade e ao nivelamento impostos pela necessidade de fazer com que os indivíduos associados sejam tão semelhantes quanto possível: na tradição do pensamento liberal, o igualitarismo torna-se sinônimo de achatamento das aspirações, de compressão forçada dos talentos, de nivelamento improdutivo das forças motrizes da sociedade. Liberalismo e igualitarismo deitam suas raízes em concepções da sociedade profundamente diversas: individualista, conflitualista e pluralista, no caso do liberalismo; totalizante, harmônica e monista, no caso do igualitarismo. Para o liberal, a finalidade principal é a expansão da personalidade individual, abstratamente considerada como um valor em si; para o igualitário, essa finalidade é o desenvolvimento harmonioso da comunidade.

A incorporação dos valores da justiça social, na maior parte dos casos das ideologias burguesas – e esta advertência vale para os novo-desenvolvimentistas –, ocorre não como um fim em si mesmo, mas para legitimar ações de técnicos da

---

57 Vale conferirmos o que John Williamson (2004, p.6), formulador do Consenso de Washington, pensa a respeito da questão da equidade na promoção do bem-estar social: “Uma terceira razão para o desapontamento com o desempenho da região [latino-americana] é que o principal objetivo da política de formação era excessivamente estreito. Quer dizer, a política permaneceu focada na aceleração do crescimento, não no crescimento junto com a equidade. Persistia uma pequena preocupação com a distribuição de renda ou com o social, apesar do fato de a renda da região ser mais concentrada do que a de qualquer lugar do mundo, excluindo-se alguns poucos países africanos”.

política econômica. O reformismo social keynesiano, um dos pilares fundantes do projeto novo-desenvolvimentista, assenta-se na tese de que “a redistribuição [da renda e da riqueza] representa uma parte secundária em sua filosofia social, e assim mesmo somente como parte do mecanismo da estabilização da macroeconomia, e não como um meio para um objetivo ideal como a igualdade.” (SKIDELSKY, 1999, p.59)

Os aspectos sociais, quando figuram em projetos heterodoxos de desenvolvimento, figuram em termos secundários, uma espécie de retórica da consciência moral e ética dos formuladores de política econômica com boas intenções, que ora propõem intervenções na “questão social” para neutralizar opositores à direita e à esquerda, ora para pacificar tensões. Em última instância, trata-se de lutar pela manutenção da ordem econômica e da coesão social, e não de transformações estruturais visando a superação do capitalismo, eternizado e naturalizado como o modo de produção por excelência da natureza do *homo economicus*.

### **À guisa de conclusão: a decadência ideológica do pensamento desenvolvimentista**

Ao longo da sua história, o conceito de desenvolvimento ganhou inúmeros sentidos. Alvo de disputas, que muitas vezes resvalam para o ecletismo teórico-metodológico e uma ideologia destituída de rigor e objetividade científicas (PINTO, [1976] 2000, p.611-12), o conceito transmuta-se de acordo com esta contenda ideológica, condicionada sobremaneira pela consciência de classe das autoras e dos autores e por conjunturas políticas, pois trata-se de um conceito com implicações diretas nos planos da produção/reprodução materiais de uma determinada sociedade. (CASANOVA, 1975)

Na sua gênese, o conceito surgiu no seio de setores conservadores da academia e da política estadunidenses e serviu de ponto de apoio às propostas imperialistas para o crescimento econômico da periferia, que tinham como principal objetivo, no contexto bipolar da Guerra Fria, criar barreiras à expansão do comunismo no então chamado Terceiro Mundo. (GUNDER FRANK, 1975, p. 111 e 120-21) Os trabalhos teóricos

de W.W. Rostow, em particular o seu manifesto anti-comunista, e o projeto Aliança para o Progresso, patrocinado pelo governo de J. F. Kennedy, são exemplos ilustrativos da primeira fase do conceito de desenvolvimento e suas aplicações políticas. Os adeptos daquelas teorias usavam os padrões de reprodução do capital das economias centrais como arquétipo a ser alcançado ou emulado, desconsiderando as especificidades históricas da trajetória de cada um dos países e atendo-se somente a determinações econômicas generalistas. Nesta visão, o subdesenvolvimento era visto como uma etapa primitiva do desenvolvimento, que seria devidamente alcançada com o tempo caso as prescrições dos organismos multilaterais fossem seguidas à risca.

Anos depois, o conceito sofreria uma importante inflexão. Novos rumos ideológicos se delineariam para o conceito dentro da tradição do pensamento social latino-americano com os trabalhos seminais (Prebisch e Furtado) e tardios (Pinto, Sunkel) da Cepal, que buscaram – sempre em uma chave crítica aos modelos evolucionistas e eurocêntricos de desenvolvimento – dar conta das dimensões do fenômeno histórico do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, sua contraface na periferia do sistema mundial capitalista. (Dos SANTOS, 2000, p. 26)

As teorias convencionais do desenvolvimento e da modernização não eram consideradas adequadas por seus críticos latino-americanos para retratar objetivamente as determinações estruturais do subdesenvolvimento. Foi por volta do início da década de 1970 que a crítica aos modelos teóricos e políticos convencionais de desenvolvimento ganhou suas tonalidades mais fortes. Nem mesmo as teses clássicas da Cepal ficaram imunes a esta onda ideológica de radicalização. Não é para menos, pois, neste período, a América do Sul passava por um momento de fortalecimento das demandas das classes subalternas. Governos populares no Chile, Peru e Bolívia, impulsionados pelo sucesso econômico, político e social da Revolução Cubana e pela ascensão das lutas dos trabalhadores na Europa e nos Estados Unidos, contestavam o modelo de superação do subdesenvolvimento por meio da industrialização capitalista. (BORON, 2007)

A realidade fez ruir a teoria desenvolvimentista e sua utopia política. Propunha-se, naqueles países, vias não-capitalistas de desenvolvimento e bem-estar social, sendo que, no Chile, falou-se abertamente na via do socialismo democrático. Colocava-se, assim, importantes questões para a teoria desenvolvimentista, inclusive pelas críticas centrais formuladas pela Teoria Marxista da Dependência: podem os países periféricos se desenvolverem nos marcos da dominação imperialista? O capitalismo é capaz de reverter a pobreza a qual as massas populares são submetidas neste rincão do planeta?

Diante da conjuntura política na América do Sul e das novas configurações do mercado mundial, como a internacionalização da produção via empresas multinacionais, a Cepal produziu uma leva de trabalhos que revisava boa parte das suas formulações originais. Até então, a Comissão da Organização das Nações Unidas (ONU) acreditava que a industrialização levada a cabo pelos Estados latino-americanos, substituindo o modelo de desenvolvimento para fora e a inserção na divisão internacional do trabalho por meio da exportação de produtos primários, seria capaz de suplantiar as barreiras do subdesenvolvimento, e os países da região alcançariam padrões de vida iguais aos do Norte.

O espírito da época era marcado por um clamor internacional de formulação de um enfoque mais amplo do desenvolvimento. O apelo pela fusão dos valores normativos da justiça social na temática do desenvolvimento gerou um posicionamento crítico da ONU, que aprovou, em 1969, por meio da sua Assembleia Geral, a Declaração sobre o Progresso e o Desenvolvimento no Social. Um ano depois, veio a Estratégia Internacional de Desenvolvimento (EID) e, em 1973, a Cepal lançou a Avaliação de Quito sobre a EID. Todos estes documentos oficiais, por mais que verbalizassem aquele clamor através de uma linguagem ascética, típica dos fóruns internacionais, eram um indicativo da magnitude da pressão política de repúdio aos estilos tecnocráticos de desenvolvimento adotados em todo o mundo subdesenvolvido. (WOLFE, [1976] (2000), p.731-34) Em alguns casos, a pressão política foi tão forte e intensa que não se exigia alterações parciais nos estilos de desenvolvimento, mas transformações radicais no próprio

sistema social, lutando-se pela superação do modo de produção capitalista. Se a revolução socialista não se concretizou na totalidade da periferia, ela rondou a América Latina como um espectro, tencionando, por sua vez, pela incorporação de certas demandas sociais aos antigos modelos de progresso econômico. Surgiam, assim, novos enfoques de desenvolvimento.

De acordo com a abordagem do *enfoque integrado do desenvolvimento*, que recebeu contribuições de autores da fase mais radical da Cepal, como Osvaldo Sunkel e Aníbal Pinto, as estratégias nacionais de desenvolvimento deveriam superar suas antiquadas concepções economicistas através de considerações normativas a respeito da justiça social, levando-se em conta as múltiplas facetas do tema, como a economia, por suposto, mas também as dimensões sociais, políticas e culturais. O objetivo central era fundir, em uma mesma estratégia de desenvolvimento, três elementos: o crescimento econômico, a industrialização e a promoção do bem-estar social, particularmente para setores marginalizados pelos modelos tradicionais de desenvolvimento. Segundo Jorge Graciarena ([1976] 2000, p.692),

As críticas às interpretações exclusivamente econômicas do crescimento já estavam em voga em meados dos anos 1950 e se mostraram particularmente contundentes desde então, tanto assim que provocaram correções de rumo nas estratégias e políticas de desenvolvimento. Isso é o que se evidencia nas tentativas de integração dos chamados 'aspectos sociais' no corpo das principais doutrinas desenvolvimentistas. A concepção inicial dos 'aspectos sociais' era sumamente restrita e incluía apenas os da educação, saúde, habitação e alimentação. Muito tempo ainda se passaria para que fosse admitido – e de maneira restrita – que algumas dimensões sociais não consideradas anteriormente, tais como as classes sociais, as relações de poder e a natureza política do Estado, tinham uma importância fundamental na orientação das estratégias de desenvolvimento, especialmente na América Latina.

Conforme descreve Graciarena, uma gama de temáticas ficou de fora das primeiras formulações do enfoque integrado do desenvolvimento. Questões fundamentais para o entendimento

das complexas relações sociais que ligam países centrais aos dependentes, como as dimensões nacionais e internacionais das lutas de classes, a natureza classista do Estado e das ideologias, o imperialismo das corporações multinacionais e dos Estados centrais e o caráter exploratório e iníquo da acumulação de capital, foram solenemente ignorados pelas declarações oficiais da ONU e mesmo da Cepal.

É preciso notar que, nesta época, diante da ameaça da revolução socialista e das lutas dos trabalhadores, foi feito um verdadeiro esforço de ampliação dos limites do pensamento econômico heterodoxo na América Latina, no qual se aprofundaram as críticas cepalinas aos modelos convencionais de desenvolvimento exportados pela academia estadunidense e agências multilaterais. Avanços foram logrados, especialmente no que diz respeito ao rompimento da lógica economicista presentes nos projetos desenvolvimentistas. Grande parte dos esforços teóricos e políticos se voltaram para a incorporação dos valores normativos da justiça social aos enfoques de desenvolvimento e a ampliação da participação política das camadas populares nos processos de tomada de decisões, antes restritas aos gabinetes dos técnicos do planejamento. Tais esforços, contudo, não se efetivaram conforme haviam idealizados seus formuladores mais radicais. Diversos fatores – estruturais e conjunturais – concorreram para este fracasso, conforme aponta Marshall Wolfe ([1976] 2000):

1. A ilusão do desenvolvimento capitalista autônomo ignorava os constrangimentos do mercado mundial;
2. A cooperação internacional, muitas vezes tida como um instrumento de ajuda, funcionava como uma das ferramentas da dependência;
3. Nenhum país latino-americano, com exceção dos já citados, adotou uma agenda de reformas estruturais; ao contrário, a contrarrevolução, por meio da autocracia burguesa, foi posta em prática com o apoio decisivo dos países centrais;
4. Simples formulações retóricas e apelos à consciência social dos grupos dominantes a um Estado supostamente a serviço da vontade geral, promotor do bem-estar social, desconsiderando-se as estruturas reais de

concentração de poder, dominação e exploração, não humanizam o desenvolvimento econômico capitalista;

5. Surgimento de novas formas de dependência externa, como as transnacionais;
6. Polarização socioeconômica inviabiliza o aumento da participação das camadas populares nas esferas políticas;

Em suma, o debate latino-americano sobre o desenvolvimento e a superação do subdesenvolvimento arrastase por quase seis décadas, e quando chega ao século 21, experimenta um grande retrocesso. Estamos diante de uma nova etapa do estruturalismo latino-americano, nas quais substantivas questões do debate, postas em tela nos anos 1970<sup>58</sup>, foram suprimidas nas formulações dos novo-desenvolvimentistas<sup>59</sup>, que preenchem o vácuo ideológico criado pela crise do pensamento único com considerações tópicas a respeito de mudanças nas políticas econômicas e sociais<sup>60</sup>. Desta forma, a controvérsia ideológica retrocede a um questionamento da ineficácia das políticas neoliberais, e o desenvolvimento é visto novamente como uma questão de altas

---

58 Como falar em desenvolvimento se não rompermos, interna e externamente, com o subdesenvolvimento, dado que, desde a obra de Celso Furtado, sabemos que o subdesenvolvimento não é uma etapa anterior do desenvolvimento, mas uma condição socialmente construída e constantemente reposta na periferia do mercado mundial por meio de diversos mecanismos? Quem é o sujeito histórico capaz de romper com os laços de dependência e subordinação aos interesses do grande capital e do imperialismo? Qual é, afinal, o sentido desta ruptura? Estas perguntas sequer são formuladas nos textos dos novo-desenvolvimentistas.

59 Fernando Prado, atualmente professor da Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila), forneceu-me uma valiosa referência sobre o tema da decadência ideológica do pensamento social latino-americano. Ruy Mauro Marini, no texto *Crise teórica*, publicado no livro *América Latina: dependência e integração*, defendia tese semelhante e argumentava que o auge da teoria social crítica produzida na América foi nos anos 1970. Já nos anos 1990, verifica-se que “o recurso ao nacional-desenvolvimentismo tradicional e a certas teses da teoria da dependência (...) – pela falta de um referencial dinâmico – tende a representar, às vezes, uma simples volta ao passado”.

60 Neste sentido, fica claro que a vertente estadunidense do keynesianismo (o pós-keynesianismo de Paul Davidson e Hyman Minsky) é a principal influência teórica dos novo-desenvolvimentistas. Pode-se dizer que o nacional-desenvolvimentismo é uma fonte secundária da sua versão contemporânea.

taxas de crescimento econômico, agora com uma (velha e ineficaz) preocupação adjetiva dos seus aspectos sociais.

Constata-se, dessa forma, que o novo-desenvolvimentismo não promove um debate sobre a natureza e as funções do Estado moderno, uma avaliação da fusão dos interesses das classes dominantes em torno do capital financeiro e da financeirização da riqueza e dos constrangimentos do mercado mundial à formação de um capitalismo autônomo, isto sem falar na ausência das polêmicas sobre o imperialismo, as configurações contemporâneas do mundo do trabalho e o papel das empresas transnacionais na atual fase do capitalismo. Ao fazer isto, o novo-desenvolvimentismo não contribui somente para jogar água no moinho da decadência ideológica do pensamento burguês, tal qual se referia Georg Lukács [1938] (1968), mas também para obscurecer as possibilidades revolucionárias de rompimento com os elos fortes do subdesenvolvimento na região, tal como vem ocorrendo na Venezuela, Bolívia e Equador com a luta dos seus povos pela construção do socialismo do século 21.

### **Referências Bibliográficas**

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In:\_\_\_\_\_ (org.) *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, volume 1. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.13-68.

BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

BOITO Jr., Armando. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique (comp.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: Clacso, 2006. p.237-263.

BORON, Atílio. *El mito del desarrollo capitalista nacional em la nueva coyuntura política de América Latina*. Disponível em: <https://rebellion.org/el-mito-del-desarrollo-capitalista-nacional->

en-la-nueva-coyuntura-politica-de-america-latina/. Acesso em 20 fev. 2007.

BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.195-242.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional*. Disponível em: <http://bresserpereira.sitepessoal.com/documento/1746>. Acesso em 17 jan. 2007.

CARCANHOLO, Marcelo. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a nova CEPAL dentro do Consenso de Washington. XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006, Vitória/ES. Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política.

CASANOVA, Pablo. A posição política dos autores e as categorias do desenvolvimento. In: DURAND, José Carlos Garcia; MACHADO, Lia Pinheiro (org.). *Sociologia do desenvolvimento*, volume II. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p.69-79.

CEPAL. Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, volume 2. Rio de Janeiro, Record, [1990] 2000. p.887-910.

CEPAL/UNESCO. Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, volume 2. Rio de Janeiro: Record, [1990] 2000. p.911-919.

CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, vol.11, n. 1 (18), p. 1-44, 2002.

Da SILVA, José Cláudio Ferreira e MICHEL, Renaut. A macroeconomia da concentração de renda e da estagnação. In: SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut (org.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. p.165-188.

De PAULA, Luiz Fernando. Política econômica para o crescimento e estabilidade macroeconômica: uma abordagem keynesiana com uma referência ao Brasil. In: SICSÚ, João e VIDOTTO, Carlos (org.) *Economia do desenvolvimento: teoria e políticas keynesianas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p.217-238.

Dos SANTOS, Theotônio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRACIARENA, Jorge. Poder e estilos de desenvolvimento: uma perspectiva heterodoxa. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, volume 2. Rio de Janeiro: Record, [1976] 2000. p.685-713.

GUNDER FRANK, André. Sociologia do desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociologia. In: DURAND, José Carlos Garcia; MACHADO, Lia Pinheiro (org.). *Sociologia do desenvolvimento*, volume II. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p.109-182.

HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

IETS. *Desenvolvimento com justiça social: esboço de uma agenda integrada para o Brasil*. Policy paper nº1, 2001. Disponível em: <http://www.iets.org.br>. Acesso em 25 fev. 2007.

KATZ, Cláudio. Socialismo ou neodesenvolvimentismo? *Margem Esquerda*, São Paulo, n.9, p.50-54, jan./jun. 2007.

LUKÁCS, Georg. Marx e o problema da decadência ideológica. In: \_\_\_\_\_. *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1938] 1968. p.49-111.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MIGLIOLI, Jorge. Dominação burguesa nas sociedades modernas. *Crítica Marxista*, Campinas, n.22, p.13-31, 2006.

MIRANDA, José Carlos. Dinâmica financeira e política macroeconômica. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.243-275.

PINTO, Aníbal. Notas sobre o estilo de desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, volume 2. Rio de Janeiro: Record, [1976] 2000. p.609-649.

RIDENTI, Marcelo. *Desenvolvimentismo: o retorno*. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1022>. Acesso em 17 jan. 2009.

SICSÚ, João. Blindado a economia brasileira: existe alternativa aos programas do FMI? In: SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut (org.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. p.97-116.

SICSÚ et. al.. Introdução. In: SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut (org.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005. p.XXXIII-LI.

\_\_\_\_\_. Por que novo desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol.27, n.4, p.507-524, out./dez. 2007.

SKIDELSKY, Robert. *Keynes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

WILLIAMSON, John. Uma agenda de trabalho para retomar o crescimento e as reformas. In: KUCZYNSKI, Pedro-Pablo; WILLIAMSON, John (org.). *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2004. p.1-17.

## 5.

### **O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro\***

Constitui já uma regra o fato de todas as correntes, que, com a ajuda do prefixo 'neo', se reclamam de uma escola reconhecida como clássica, aproveitarem desta os seus elementos retrógrados e esvaziarem-na cuidadosamente do que era nela a expressão de uma real grandeza.

(Adam Schaff)

Desde os anos 1930 o nacional-desenvolvimentismo exerceu uma forte influência ideológica e política nos principais debates da agenda nacional, até o seu ocaso nos anos 1990 com a ascensão do neoliberalismo. A partir do segundo mandato do governo Lula (2007-2010), com o aumento das taxas de crescimento econômico e a tímida melhora de alguns indicadores sociais, a ideologia desenvolvimentista voltou repaginada à cena – acoplada dos prefixos 'novo' e 'social' – e tornou-se o tema da moda no Brasil.

A nova fase do desenvolvimento capitalista inaugurada nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foi comemorada pelas classes dominantes. Em 2006, Olavo de Setúbal, dono do Itaú, fez rasgados elogios à política econômica do governo Lula, que então mantinha intacta a herança dos governos Fernando Henrique Cardoso do tripé defendido pelo Consenso de Washington (*superávit* primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante). Em novembro de 2009, a revista *The Economist* fez uma matéria de capa com o título “Brasil decola” (*Brazil takes*

---

\* Artigo publicado originalmente na revista *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n.112, p.613-636, out./dez. 2012.

*off*), com a imagem do Cristo Redentor subindo aos céus como um moderno foguete. Em março de 2011, Luiz Carlos Bresser Pereira escreveu que “estamos todos felizes com a nossa presidenta”, fazendo adendos críticos às políticas de câmbio e juros sobrevalorizados. E, em janeiro de 2012, o banqueiro Roberto de Setúbal, herdeiro de Olavo, declarou o seguinte a respeito da política econômica do governo Dilma: “gosto de tudo o que tenho visto”. No interior das classes dominantes (e seus aliados e intelectuais nacionais e internacionais), criou-se um clima de otimismo sobre os rumos do desenvolvimento capitalista, que também é alimentado pelo apassivamento das lutas da classe trabalhadora gerado pelo transformismo do PT. Otimismo mais do que justificado, tendo em vista que lucros e juros capitalistas bateram recordes nos últimos anos.

Este clima de otimismo, que muitas vezes descamba para uma apologética vulgar do capitalismo nacional, espalhou-se por outros grupos sociais, em particular pelos intelectuais tradicionais de peso na academia e intelectuais orgânicos de partidos outrora de esquerda. Segundo o bloco ideológico novo-desenvolvimentista, o Brasil viveria uma etapa do desenvolvimento capitalista inédita por conjugar crescimento econômico e justiça social – o que inauguraria um original padrão de acumulação no país, o social-desenvolvimentismo – e, no limite, por apontar para o rompimento com o neoliberalismo ou o subdesenvolvimento. Emir Sader defende há anos que a América Latina vive uma fase pós-neoliberal; Maria da Conceição Tavares declarou, em entrevista a *Folha de São Paulo* em setembro de 2010, que “desta vez (...) a maldição do Furtado, que era desenvolvimento junto com subdesenvolvimento, pode terminar”; e Márcio Pochmann afirmou, em entrevista a mesma *Folha* em novembro, que o social-desenvolvimentismo é um padrão de acumulação que rompe com a financeirização e cria um Estado de bem-estar social no país!

É sobre este conjunto de intelectuais, suas ideologias e aparelhos privados e estatais de hegemonia que o segundo capítulo do livro versa. O objetivo é apresentar o novo-desenvolvimentismo a partir da sua processualidade histórica e suas contradições internas. No primeiro capítulo, limitei-me ao estudo da decadência ideológica do novo-desenvolvimento na

sua corrente pós-keynesiana. Aqui, além de aprofundar o estudo sobre Marx e a história do pensamento econômico, atualizo e estendo a análise, sob o referencial teórico da crítica da economia política, para outras correntes do novo-desenvolvimento, a saber, a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento e a social-desenvolvimentista.

### **Marx e a decadência ideológica da economia política**

Desde os primeiros escritos em parceria com Friedrich Engels, notadamente *A sagrada família* (1845) e *A ideologia alemã* (1846), Karl Marx relacionou a sistematização das ideologias e o contexto histórico das lutas de classes e do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Até então os produtos da consciência humana eram considerados, em larga medida, frutos da revelação divina ou da genialidade de um indivíduo. O método marxista de estudo do ser social, chamado de materialismo histórico, foi construído a partir da crítica à ideologia alemã e da crítica à economia política clássica. Resumidamente, temos o materialismo histórico nas palavras do próprio Marx ([1859] 1982, p.25):

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, seguiu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas da consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

No livro *Para a crítica da economia política* (1859), Marx realiza uma digressão sobre as teorias econômicas que discutem

o tema do valor e encontram o trabalho como fonte da riqueza material, proposição tida por Marx ([1859] 1982, p.49) como “a lei fundamental da economia política moderna”. Os marcos iniciais desta linhagem do pensamento econômico são as obras de William Petty e Pierre de Boisguillebert e o seu término encontra-se nos livros de David Ricardo, considerado o auge da economia política, e Simonde de Sismondi, precursor da crítica (utópica e romântica) da economia burguesa.

Nas *Teorias da mais-valia* (1862-3), tomo IV de *O capital*, Marx introduz o conceito de economia vulgar na sua história do pensamento econômico. O que distinguiria um economista clássico de um vulgar seria a diferença teórico-analítica sobre a formação do preço de uma mercadoria. Os clássicos entendem que o preço de uma mercadoria é formado pela soma da renda fundiária, do lucro e do salário. Os vulgares, por sua vez, numa operação ideológica significativa, retiram o lucro derivado das operações industriais e introduzem o juro na formação dos preços. Ao fazerem isto, cortam a relação do preço com a produção industrial, isto é, com o trabalho, e passam a cultivar o fetiche do dinheiro que se reproduziria por si mesmo, a famosa fórmula D-D'. (MARX, [1862-3] 1982, p.218-33) Jean Baptiste Say e Frédéric Bastiat foram representantes significativos da economia vulgar.

Anos mais tarde, no posfácio à segunda edição alemã (1873) de *O capital*, o revolucionário alemão refinou as suas anotações sobre a história do pensamento econômico e retomou os princípios metodológicos do materialismo histórico, relacionando as ideologias às lutas de classes<sup>61</sup>. Segundo Marx, a economia política clássica foi fruto da ascensão econômica, política e cultural da burguesia na Europa Ocidental, em particular nos países onde ocorreram as principais revoluções políticas e econômicas, como Inglaterra e França. No plano político, o centro das lutas de classes estava circunscrito aos embates da burguesia com os senhores feudais. O proletariado ainda não tinha se constituído como uma classe autônoma e, por isso, atuava como uma linha de força auxiliar da burguesia

---

61 Para um estudo mais aprofundado da relação entre história do pensamento econômico, ideologia e método na obra de Marx, cf. Maria Malta e Rodrigo Castelo (2012).

no seu projeto revolucionário de tomada do poder. No plano econômico, a revolução industrial estava a pleno vapor, e o trabalho precisava ser dominado pelo capital nos processos de produção.

Enquanto classe revolucionária, a burguesia tinha o interesse em desvelar a realidade nos seus recônditos mais secretos, e o trabalho, elemento essencial da base econômica, era alvo dos estudos objetivos e desinteressados dos economistas políticos, representantes ideológicos da classe burguesa. Ou seja, para Marx, a partir do final do século 17 até o início do 19, os ideólogos burgueses – Petty, Smith, Ricardo – produziram obras do mais alto nível científico, revelando alguns elementos essenciais da realidade em transformação a partir das suas teorias do valor-trabalho, embora tantos outros tenham ficado ocultos, como a historicidade dos modos de produção. Marx sempre criticou o método dos economistas burgueses – clássicos ou vulgares – que naturaliza as relações sociais de produção.

O caráter objetivo e científico da economia política desapareceu justamente no momento em que a supremacia burguesa foi conquistada. Desde 1830, quando a burguesia tornou-se a classe dominante na França e Inglaterra e o proletariado emergiu como um sujeito histórico politicamente organizado em torno de associações coletivas e com relativa autonomia ideológica, a concepção de mundo burguesa viveu uma fase apologética, pois foi obrigada a ocultar as principais contradições do modo de produção capitalista, mistificando-o como uma ordem natural, para conservar o *status quo* ameaçado pelas lutas socialistas. Deste cenário histórico adveio a crise decisiva da economia burguesa, na qual se inicia a sua decadência ideológica<sup>62</sup>. O caráter vulgar e apologético do liberalismo residiu precisamente no ocultamento das contradições provenientes da esfera da produção, limitando-se ao estudo no nível das aparências, entendidas pela ciência econômica como a esfera da circulação das mercadorias.

No período da decadência ideológica da burguesia, a economia política se bifurcou em dois ramos: a economia vulgar, com seus sicofantas diligentes na defesa dos interesses das

classes dominantes às custas da sua reputação científica, e a economia política do socialismo burguês, estampada no “oco sincretismo” de John Stuart Mill que objetivava harmonizar a teoria burguesa com algumas demandas da classe trabalhadora, “agora impossíveis de ignorar.” (MARX, [1873] 2003, p.24)

Na história marxiana do pensamento econômico, John Stuart Mill foi avaliado como um pensador eclético medíocre, “com escassas e pobres pesquisas originais.” (MARX, [1867] 2003, p.151) Quando surgem elogios, é na forma do seu habitual sarcasmo: “na planura imensa, montículos de terra parecem colinas.” (MARX, [1867] 2003, p. 587) No mesmo ano da Primavera dos Povos (1848), Mill publicou *Princípios de economia política*, uma combinação eclética entre as teorias clássicas de Smith e Ricardo com as proposições apologéticas da economia vulgar, como a teoria de Senior sobre lucro e abstinência. (NAPOLEONI, 1982, p.121) O inédito hasteamento da bandeira vermelha do socialismo produziu uma intimidação nas classes dominantes, e um setor da pequena burguesa passou a teorizar a “conciliação do inconciliável” por meio de uma fórmula eclética, visando cooptar parte da classe trabalhadora por meio do atendimento pontual de suas reivindicações. Anos depois, Stuart Mill escreveu sobre o socialismo, recuando das suas antigas críticas ao movimento dos trabalhadores para se colocar como um mediador entre o liberalismo e o socialismo. Conforme afirma György Lukács ([1938] 2010, p.60),

A forma científica na qual se manifesta este espírito da pequena burguesia capitalista é o ecletismo, a tentativa de erigir como “método” científico o “por um lado ... e por outro”, tão caro ao pequeno-burguês; de negar as contradições da vida ou, o que é a mesma coisa, de contrapor entre si, de maneira superficial, rígida e carente de mediações, determinações contraditórias. Ademais, este ecletismo se veste com roupagens tanto mais suntuosas quanto mais for vazio. Quanto mais se mascara de “crítico” e “revolucionário”, tanto maior é o perigo que representa

---

62 Sobre o conceito de decadência ideológica nas obras de Marx, ver György Lukács ([1938] 2010).

para as massas trabalhadoras cuja revolta é ainda confusa.

Marx, desta forma, fundamenta duplamente o seu conceito de crítica às ideologias burguesas: primeiro, relaciona a ideologia ao seu tempo histórico e as suas principais determinações econômicas e políticas; e, segundo, faz um profundo estudo da estrutura analítica e metodológica das teorias, examinando os seus nexos internos e apontando seus limites intrínsecos, bem como relaciona a obra com a concepção de mundo do autor e seus interesses (diretos ou indiretos) de classe. No caso da crítica da economia política, Marx relaciona o início e o auge desta escola teórica ao período revolucionário da burguesia na luta de classes, e a sua decadência ao período conservador. No plano analítico, constrói a controvérsia entre clássicos, vulgares e críticos da economia política a partir do uso ou do abandono da teoria do valor-trabalho, bem como do método de naturalizar ou historicizar as relações sociais de produção em geral.

### **Do nacional ao novo-desenvolvimentismo (ou da tragédia à farsa)**

O nacional-desenvolvimentismo percorreu um longo caminho na história do pensamento econômico brasileiro. Pedro Fonseca (2004) assinala que esta ideologia surgiu como uma mistura eclética de diferentes escolas teóricas, a saber, o nacionalismo, o protecionismo industrial, o papelismo e o positivismo. Do ponto de vista político, a primeira experiência desenvolvimentista ocorreu em 1928 com o governo Vargas no estado do Rio Grande do Sul. Ricardo Bielschowsky (1995) identifica essa origem com Vargas ocupando a presidência em 1930.

O projeto de industrialização via o modelo de substituição de importações ganhou impulso em 1930 como uma forma de reação à crise econômica mundial de 1929. Este projeto começou sob impulso de iniciativas estatais, com políticas protecionistas, de empréstimos e isenções fiscais para investidores privados, que então alocavam seus capitais nos

setores de bens de consumo não-duráveis. Operou-se, deste modo, a articulação de um novo bloco de poder, com uma aliança entre o Estado e uma burguesia brasileira emergente sem, contudo, romper com as antigas classes dominantes, notadamente os latifundiários. Daí a Revolução de 1930 liderada por Vargas ser caracterizada como uma revolução passiva (COUTINHO, 1999, p.196-202), com acordos entre as novas e velhas classes dominantes que operam a consolidação do capitalismo no Brasil em paralelo com a manutenção de antigas estruturas coloniais, com destaque para algumas expressões da “questão social”, como a agrária, a racial e a democrática. A formação econômico-social brasileira foi, assim, forjada pelo desenvolvimento desigual e combinado entre distintos modos de produção, no qual o capitalismo detém o controle econômico, político e cultural frente aos demais.

O auge do desenvolvimentismo ocorreu, todavia, nos anos 1950-60. Neste período, o modelo desenvolvimentista aprofundou-se com o fortalecimento do capital financeiro estrangeiro no Brasil. O desembarque das multinacionais durante o governo JK, que então investiram nos setores de bens de consumo duráveis, e o início da construção do setor de bens de capital e da indústria de base com vultosos aportes estatais no governo Vargas, são constitutivos desta fase do desenvolvimento capitalista brasileiro.

A transição econômica de uma fase para outra causou turbulência política. Vargas, então envolvido na luta nacionalista/antiimperialista, suicidou-se para evitar um golpe orquestrado por forças reacionárias internas e externas. Logo depois, Juscelino Kubitschek, que operou a fusão de um novo bloco de poder no país – baseado no tripé burguesias internacionais, burguesia brasileira e Estado –, foi ameaçado de não tomar posse por conta de um golpe orquestrado pelos mesmos setores que tentaram derrubar Getúlio. Jânio Quadros renunciou ao seu mandato e João Goulart, que procurou aprofundar um projeto nacional-popular de reformas de base, foi deposto por um golpe empresarial-militar que instaurou a autocracia burguesa e consolidou a hegemonia do capital financeiro no país.

Os grupos progressistas – dos trabalhistas aos comunistas, dos reformistas aos revolucionários<sup>63</sup> – que apoiavam em maior ou menor grau o nacional-desenvolvimentismo foram derrotados e massacrados por uma ditadura empresarial-militar de 20 anos, e o desenvolvimentismo tomou novos rumos sob o tacão de ferro dos militares, da tecnocracia estatal e da burguesia, hegemônica pelos monopólios internacionais. O milagre veio e o bolo cresceu, mas a dependência e o subdesenvolvimento persistiram, e as desigualdades socioeconômicas aumentaram, com imensas perdas para a classe trabalhadora.

Diante deste cenário histórico de grandes transformações sociais, autores de distintas filiações políticas e ideológicas – Alberto Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Hélio Jaguaribe, Ignácio Rangel, Josué de Castro, Milton Santos, Nelson Werneck Sodré, Paulo Freire, Roberto Campos, Ruy Mauro Marini e outros<sup>64</sup> – discutiram uma série de questões sobre a formação econômico-social brasileira, como a industrialização, a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, o subdesenvolvimento, a dualidade, o Estado, as alianças políticas entre classes e grupos sociais, a educação, a fome, o território, as populações nativas etc.

Este acalorado debate entrou para história do pensamento econômico como a controvérsia da revolução brasileira<sup>65</sup>, na qual grupos e classes sociais ganharam voz nas obras dos seus representantes ideológicos e disputaram a

---

63 Antes do golpe de 1964 poucos grupos marxistas levantaram a voz contra o nacional-desenvolvimentismo. Uma das principais resistências político-ideológicas à hegemonia desenvolvimentista veio da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária, que ficou conhecida pela sigla Polop. Para as críticas desta organização ao nacional-desenvolvimentismo, cf. Polop ([1960] 2009, p.25). Do seu seio, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra escreveriam um dos capítulos mais sugestivos do pensamento econômico brasileiro, a Teoria Marxista da Dependência.

64 Um panorama introdutório a estes autores está presente nos livros *O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento*, organizado por Paulo Emilio Matos Martins e Oswaldo Munteal, e *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*, organizado por Luiz Bernardo Pericás e Lincoln Secco (org.).

65 Sobre a controvérsia da revolução brasileira no pensamento econômico brasileiro, cf. Marco Antonio da Rocha (2011) e Rodrigo Castelo (2011).

direção intelectual-moral do país. A disputa entre liberais, desenvolvimentistas e marxistas foi intensa e o nacional-desenvolvimentismo foi uma das ideologias mais proeminentes e merece ser aqui resgatada para uma posterior comparação com o novo-desenvolvimentismo.

E o que defendiam os clássicos do nacional-desenvolvimentismo? Em primeiro lugar, eles tinham como ponto de partida as questões estruturais, levando em conta os múltiplos aspectos da realidade. É um equívoco colocar Celso Furtado na caixa departamental da economia, Hélio Jaguaribe na de ciência política, Álvaro Vieira Pinto na de filosofia, e assim por diante. Eles trabalharam a partir de uma perspectiva multidisciplinar, explicitando suas concepções de mundo e seus propósitos político-ideológicos. A neutralidade do cientista social, tão propugnada pelos positivistas, passou ao largo da controvérsia da revolução brasileira.

Em termos gerais, eles partiram das questões externas que envolvem o Brasil desde a sua fundação como colônia. Historicamente o processo da nossa formação econômico-social é entendido como subordinado aos interesses das nações colonialistas e imperialistas. O sistema capitalista criou, sincronicamente, a partir das relações de exploração e dominação entre as nações do Norte e do Sul, o desenvolvimento do centro e o subdesenvolvimento da periferia, que teria como uma das suas marcas a dualidade entre setores produtivos (indústria e agricultura) e regiões (Sudeste e Nordeste). A dependência foi tratada como um elemento-chave da controvérsia, e os reformistas viram nas políticas nacionalistas de protecionismo econômico, controle cambial e restrição ao envio de lucros ao exterior uma saída para os nossos crônicos *déficits* na balança de pagamentos.

Considerado uma estrutura acima das classes sociais e das suas lutas, o Estado foi elencado pelos setores reformistas como o ator central das transformações necessárias para a superação do subdesenvolvimento, capaz de soldar interesses antagônicos dos trabalhadores e dos burgueses industriais, conciliando o inconciliável. Segundo as análises dualistas, o atraso (colonial, feudal e/ou semi-feudal) seria uma barreira ao moderno (capitalismo) e precisava ser removido. Defendiam

reformas típicas das revoluções democrático-burguesas, como a agrária, a tributária, a consolidação de leis trabalhistas (especialmente dos trabalhadores rurais), o direito ao sufrágio universal, a livre organização classista e um conjunto de políticas econômicas para a geração de emprego e aumento da massa salarial. Ou seja, as reformas da revolução democrático-burguesa tocariam em elementos estruturais do subdesenvolvimento, tendo, como base social, as organizações da classe trabalhadora coligadas com setores progressistas da intelectualidade e com uma burguesia nacional, sob a benção de um pacto social orquestrado e sancionado pelo Estado. Esta aposta desenvolvimentista para a ruptura com o atraso foi abortada pelo golpe de 1964. As ilusões sobre um passado feudal/semi-feudal e da existência de uma mítica burguesia nacional – denunciadas por Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra – pagaram seu devido preço naquela conjuntura, que terminou com um trágico desfecho.

O pior é constatar que essas ilusões, derrotadas no passado no campo político-militar, voltam ao presente sob uma escola do pensamento econômico que retoma o antigo desenvolvimentismo com o prefixo “novo” (neo) sem algumas mediações históricas necessárias. A velha tragédia ganha, desta maneira, contornos de uma farsa contemporânea...

### **O novo-desenvolvimentismo e suas correntes**

O neoliberalismo surgiu na América Latina com a instauração da autocracia burguesa nos anos 1970. Em 1973, a via chilena para o socialismo foi interrompida pelo golpe liderado pelo general Pinochet, que implementou medidas neoliberais propostas por economistas monetaristas da escola de Chicago. Em 1976, o golpe na Argentina fez algo parecido no campo da economia, bem como na violação dos direitos humanos. A segunda fase do neoliberalismo no continente ocorreu nos anos 1980, quando presidentes foram eleitos com uma plataforma tipicamente liberal. Desta forma, ao contrário dos 1970, o neoliberalismo (res)surgiu na região a partir de pleitos eleitorais da democracia representativa. A partir de então até o início do

século 21, a agenda política da região girou em torno do Consenso de Washington, que previa uma série de medidas para acabar com a crise da dívida externa, a estagnação econômica e os altos índices inflacionários. Em essência, as medidas do Consenso representaram a vitória político-cultural da burguesia rentista e prepararam o terreno para a inserção da América Latina na etapa contemporânea do imperialismo, na qual a região se torna uma plataforma de valorização dos capitais estrangeiros por meio de compras e expropriações maciças de bens públicos e da especulação financeira.

Já na década de 1990, os danos sociais da agenda neoliberal foram sentidos com maior intensidade. Brasil, México e Argentina viram cadeias dos parques produtivos serem desmontadas e alguns setores desnacionalizados. O desempenho macroeconômico foi pífio: baixas taxas de crescimento, desequilíbrios nos balanços de pagamentos (com graves crises cambiais), *déficits* públicos crescentes e aumento das dívidas públicas internas. E os efeitos sobre expressões da “questão social” também foram desastrosos: aumento do desemprego estrutural e do pauperismo (absoluto e relativo) e perda de direitos sociais básicos, como a precarização das relações trabalhistas e o aprofundamento da privatização e da financeirização de bens públicos como saúde, previdência e educação.

Diante destes primeiros sinais do desgaste do neoliberalismo, percebeu-se uma dupla movimentação na macropolítica regional: de um lado, as classes dominantes readequaram o seu projeto de supremacia, incorporando uma agenda de intervenção focalizada nas expressões mais explosivas da “questão social”, naquilo que se convencionou chamar de social-liberalismo; assim, a supremacia burguesa ganhou novo fôlego (que se mostra cada vez mais exaurido) e persiste até hoje. De outro, uma mobilização política das classes subalternas antagonica ao neoliberalismo levou a derrubada de governantes alinhados ao Consenso de Washington (Argentina, Bolívia, Equador, Peru) e a eleição de coalizações partidárias com posições anti-neoliberais (Venezuela, Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai). Em alguns casos, as lideranças não mantiveram a sua linha de resistência após a posse e aderiram

ao neoliberalismo por intermédio do social-liberalismo: o governo Lula é o caso mais emblemático desta adesão ao projeto de supremacia burguesa. Em outras situações, a resistência popular radicalizou-se e desencadeou processos guiados pelo *socialismo del siglo 21*, como a revolução bolivariana na Venezuela.

O novo-desenvolvimentismo surgiu no século 21 após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento, e logo se apresentou como uma terceira via, tanto ao projeto neoliberal como ao socialista. Os primeiros escritos do novo-desenvolvimentismo brasileiro apareceram no primeiro mandato do governo Lula no tinteiro de Luiz Carlos Bresser Pereira, ex-ministro da reforma do Estado, professor emérito da FGV-SP e então intelectual orgânico do PSDB. Em 2004, Bresser Pereira publicou na *Folha de São Paulo* um artigo intitulado *O novo desenvolvimentismo*, no qual defendia uma estratégia de desenvolvimento nacional para romper com a ortodoxia convencional do neoliberalismo. Segundo seus apontamentos, o novo-desenvolvimentismo se diferenciaria do nacional-desenvolvimentismo em três pontos: maior abertura do comércio internacional, maior investimento privado na infraestrutura e maior preocupação com a estabilidade macroeconômica. “Em síntese”, escreveu Bresser Pereira (2004, p.2-3), “o mercado e o setor privado têm, hoje, um papel maior do que tiveram entre 1930 e 1980: a forma do planejamento deve ser menos sistemática e mais estratégica ou oportunista, visando permitir que as empresas nacionais compitam na economia globalizada”. O novo-desenvolvimentismo brasileiro emergiu, portanto, do seio da intelectualidade Tucana que implementou o neoliberalismo no país.

Um ano depois, um grupo de acadêmicos lançou o livro *Novo-desenvolvimentismo* (2005). Esta obra traz, majoritariamente, textos de intelectuais tradicionais alinhados ao estruturalismo cepalino e ao keynesianismo estadunidense. Na apresentação do livro, os organizadores identificam afinidades com o artigo de Bresser Pereira, mas procuram ir além de sugestões de política macroeconômica, discutindo, por exemplo, temas como a relação mercado-Estado, na qual um Estado forte deve regular um mercado forte, estimulando a concorrência e a

inovação para tornar “o capitalismo dinâmico e revolucionário.” (SICSÚ et. al., 2005, p.XL) Além disso, os autores apostam em uma estratégia de desenvolvimento que compatibilize altas taxas de crescimento econômico com a equidade social, tema que não foi levantado no texto seminal de Bresser Pereira. Para isto, propõem medidas de políticas macroeconômicas associadas a programas sociais de promoção de igualdade de oportunidades e reformas nos sistemas financeiros, educacionais e de inovação tecnológica.

Com pontos de convergência entre si, Bresser Pereira, João Sicsú e cia. foram os primeiros a defenderem o novo-desenvolvimentismo como um projeto político de superação do neoliberalismo, embora reconheçam a existência de similaridades entre as políticas econômicas neoliberais e neodesenvolvimentistas, como a defesa do equilíbrio fiscal e o controle inflacionário. Outros pontos em comum, como a defesa da equidade social e a promoção da igualdade de oportunidades, temas típicos do pensamento liberal, passaram despercebidos. Para travarem o combate teórico, difundem sua ideologia por meio de aparelhos privados de hegemonia, como a FGV-SP, a Associação Brasileira Keynesiana e a Revista de Economia Política. Esses ideólogos lançaram uma velha ideia para os novos tempos, que rapidamente ganhou eco e transcendeu a academia, alcançando setores da burocracia estatal e mesmo do empresariado ligado a organizações como o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)<sup>66</sup>.

A partir de então, o novo-desenvolvimentismo ganhou fôlego com a publicação de obras e artigos acadêmicos e jornalísticos, a realização de seminários e a abertura de uma nova conjuntura nacional e internacional. Um grupo de intelectuais ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT) tenta sustentar a tese de que uma inflexão nas políticas econômicas (BARBOSA e SOUZA, 2010), sociais e externa no Brasil a partir de 2007-8 teria levado o país a romper com o neoliberalismo e

---

<sup>66</sup> Em setembro de 2011, o segundo vice-presidente da Fiesp, João Guilherme Ometto, afirmou que o Brasil precisa voltar para o nacional-desenvolvimento e defender sua indústria se quiser reduzir a dependência externa e crescer novamente a altas taxas.

viver uma época pós-neoliberal (SADER, 2011), uma grande transformação (SADER e GARCIA, 2010) e/ou a emergência de um padrão de acumulação chamado de social-desenvolvimentismo, baseado na produção de bens e serviços e na distribuição equitativa da renda. (MERCADANTE, 2010; POCHMANN, 2010, CARNEIRO et. al., 2012)

Aloizio Mercadante, ministro da Educação nos governos do PT, é um dos defensores da tese do social-desenvolvimentismo, que, na sua opinião, consiste “(...) no compromisso fundamental de impulsionar a constituição de um amplo mercado de consumo de massa, que promovesse a inclusão de milhões de brasileiros, universalizasse as políticas sociais básicas e resolvesse o drama histórico da concentração de renda e riqueza.” (MERCADANTE, 2010, p.36) Para isto, compilou uma massa de dados para provar que o social se tornou o eixo estruturante do desenvolvimento econômico no governo Lula, ao contrário do ocorrido nas outras fases do desenvolvimentismo<sup>67</sup>.

Segundo Mercadante, os elementos centrais do novo-desenvolvimentismo estariam previstos no documento “Um outro Brasil é possível”, elaborado por economistas do PT para a eleição de 2002. Os autores defenderam uma ruptura com o neoliberalismo por meio de políticas de inserção soberana no mercado mundial, de inclusão social e de crescimento econômico orientado pelo planejamento estatal. Em 2002, em plena campanha presidencial, os analistas do PT refizeram sua análise de conjuntura e chegaram à conclusão de que a correlação de forças era desfavorável a uma ruptura, e anunciaram, por meio da “Carta ao Povo Brasileiro”, uma “necessária revisão tática” de abdicar da ruptura e assumir “o compromisso com uma transição progressiva e pactuada.” (MERCADANTE, 2010, p.37) De 2003 a 2006, o governo Lula teria aceito sem maiores contestações as políticas neoliberais e, a partir de 2007-08, teria voltado ao projeto original do novo-desenvolvimentismo.

---

67 Segundo Wladimir Pomar, o nacional-desenvolvimentismo teve quatro fases: governos Vargas, governo JK, ditadura militar e os governos do PT. Sobre as semelhanças e diferenças das fases do nacional-desenvolvimentismo na sua perspectiva novo-desenvolvimentista, consultar o artigo *Desenvolvimentismos*. (POMAR, 2010)

Durante a sua presidência no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann assinou um sem-número de trabalhos autorais sobre desenvolvimento e trabalho no Brasil, além de ter reorientado a produção do instituto de pesquisa para temas de interesse nacional, colocando-o como um dos polos centrais da ideologia novo-desenvolvimentista. No capítulo II do livro *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil* (2010), Pochmann elabora o conceito de social-desenvolvimentismo como um padrão de acumulação (ou modelo de desenvolvimento) que conjugaria crescimento econômico, reafirmação da soberania nacional (Brasil como credor mundial, acúmulo de reservas externas e diversificação de parceiros comerciais), reformulação do papel do Estado (reforço nas empresas e bancos públicos, aumento do funcionalismo público e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) e choque distributivo (aumento do salário mínimo e dos gastos sociais – previdência, assistência, seguro-desemprego e abono salarial – e expansão do crédito para pessoas físicas).

Nos seus escritos, Pochmann (2010) reafirma que houve uma “transição do neoliberalismo para o modelo social-desenvolvimentista” (p.41) ou, em outros termos, uma “interrupção da hegemonia das políticas neoliberais” (p.52) e “o abandono das teses neoliberais” (p.63). Os mecanismos para esta transição seriam, no seu entendimento, políticas macroeconômicas, sociais e externas operadas pelo PT a partir da máquina estatal após as eleições presidenciais, sem aprovações de reformas constitucionais ou de embates diretos com as forças de sustentação do neoliberalismo.

À vista do exposto por Mercadante e Pochmann, afirma-se que a interrupção ou abandono do neoliberalismo no Brasil teria ocorrido por meio de uma “transição progressiva e pactuada”, ocultando com quem este pacto foi feito. Vale dizer, o pacto foi selado com as novas e antigas classes dominantes (capital financeiro e suas novas frações rentistas e o agronegócio) que participam do bloco de poder em posições de destaque, como a presidência do Banco Central, ministérios e

autarquias, para garantir a governabilidade do país conforme a lógica dos dirigentes do PT<sup>68</sup>.

Em 2011, com financiamento do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ipea, cerca de vinte economistas heterodoxos, majoritariamente dos Institutos de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), fundaram a Rede Desenvolvimentista. A coordenação da Rede está a cargo do Centro de estudos de conjuntura e política econômica (Cecon), dirigido por Ricardo Carneiro. Após a fundação da rede, uma dezena de professores da Unicamp escreveu o documento “O desenvolvimento brasileiro: temas estratégicos”, no qual discutem a remoção de barreiras ao desenvolvimento brasileiro. Segundo as suas avaliações, os principais obstáculos seriam a crise internacional, a necessidade de combinar crescimento e preservação ambiental e a manutenção das taxas de crescimento a longo prazo. Para superá-los, os autores sugerem uma política econômica de incentivo aos investimentos públicos e privados, que seria sustentável com investimentos nas infraestruturas econômica e social, constituição de ramos industriais tecnologicamente avançados, mecanismos internos de financiamento de longo prazo e mudança no perfil do consumo popular. (CARNEIRO et. al., 2012, p.4)

Todo o diagnóstico de superação das barreiras ao desenvolvimento está fundamentado na análise de 15 temas considerados estratégicos, sendo quatro no plano internacional (reformas dos sistemas monetário e de governança econômica, nova divisão internacional do trabalho e blocos regionais) e 11 no nacional (agricultura, indústria, desenvolvimento regional, financiamento externo, mercado de capitais, intervenção estatal na economia, políticas sociais etc.). Assim estruturado, o documento apresenta-se como uma pauta político-ideológica do novo-desenvolvimentismo para atuação no Estado ampliado

---

68 Paul Singer, secretário nacional de economia solidária entre 2003 e 2010, declarou, em outubro de 2011, que a aliança do PT com o sistema financeiro e os latifundiários deu tranquilidade para Lula e Dilma governarem. A declaração de Paul Singer está disponível no enlace eletrônico [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=18697](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18697).

brasileiro, seja nos aparelhos da política econômica, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES)<sup>69</sup>, presidido por Luciano Coutinho, um dos mais destacados defensores do novo-desenvolvimentismo, seja nos aparelhos estatais de hegemonia, como o Ipea e a Unicamp, e os privados, como o Centro Celso Furtado, as revistas Carta Capital e Le Monde Diplomatique e a agência de notícia Carta Maior.

Essas são, em suma, as três principais correntes do novo-desenvolvimentismo. A primeira pode ser chamada de macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo (BRESSER PEREIRA e GALA, 2010). A ideia básica apresentada é a primazia do mercado e seus mecanismos de produção da riqueza, com uma atuação reguladora do Estado nas falhas de mercado, especialmente nas políticas cambiais e de juros, com destaque para a promoção das exportações.

A segunda corrente, chamada de pós-keynesiana, assemelha-se muito à primeira, sustentando o papel do Estado como redutor das incertezas do ambiente econômico para favorecer as tomadas de decisão de investimento do setor privado, variável responsável em larga medida pelo crescimento econômico. Cabe ressaltar que tanto a primeira como a segunda corrente advogam a tese da aliança do Estado com o mercado (leia-se o empresariado industrial) contra os rentistas, como se esta contraposição radical entre as frações da burguesia existisse em tempos de acelerada fusão dos diferentes ramos do capital (agrícola, bancário, comercial, industrial e rentista). Fala-se novamente em uma coalização nacional entre burguesia

---

69 O principal posto ocupado pelos novo-desenvolvimentistas na política econômica foi a presidência do BNDES, que se tornou um dos maiores bancos públicos de investimentos do mundo. O BNDES é a agência de financiamento do capital monopolista estabelecido no país, e suas linhas de crédito bilionárias foram usadas para acelerar processos de centralização e concentração do capital nas mãos de investidores nacionais e internacionais, os chamados *global-players*. Estas grandes corporações multinacionais promovem a conquista de mercados externos ao redor de todo o planeta, com destaque para África e América Latina, o que levou alguns autores a falar novamente no subimperialismo brasileiro. Sobre este assunto, vale conferir o livro *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*, vários autores, editado pela Expressão Popular em 2009.

industrial nacional, burocracia estatal, setores médios e trabalhadores, com hegemonia dos primeiros dois grupos sobre os demais.

A última corrente é a social-desenvolvimentista, cujas propostas estão assentadas na afirmação do mercado interno via ampliação do consumo de massa. O Estado tem um peso maior nas propostas desta corrente no que nas duas precedentes, e as políticas macroeconômicas devem ser subordinadas às de desenvolvimento.

O pensamento econômico brasileiro, a partir do novo-desenvolvimentismo, recolocou em tela alguns grandes temas nacionais, como soberania externa, integração regional e inserção na divisão internacional do trabalho, industrialização e inovação tecnológica, distribuição de renda, etc. Estes temas, todavia, aparecem em larga medida esvaziados do seu conteúdo crítico e analítico para justificar uma razão de governo. O debate dos novo-desenvolvimentistas é unilateralmente estabelecido com os neoliberais, ignorando-se uma ampla gama de trabalhos críticos à nova etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro<sup>70</sup>.

Em termos políticos, como realizar a superação com um dos projetos de supremacia burguesia mais coesos da história moderna sem reformas ou revoluções? Apesar dos limites das lutas nacional-desenvolvimentistas, eles falavam em reformas estruturais com apoio popular, lutas antiimperialistas e anti-latifundiárias para pôr fim ao subdesenvolvimento. Hoje, o novo-desenvolvimentismo reduz as lutas de classes ao controle das políticas externa, econômica e social para operar uma transição lenta e gradual do neoliberalismo para uma quarta fase do desenvolvimento. A grande política é, portanto, esvaziada do seu poder transformador, dando lugar a uma política de gestão técnica dos recursos orçamentários<sup>71</sup>, como se

---

70 Cf. Francisco de Oliveira et. al. (orgs.) (2010), Leda Paulani (2008), Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves (2007), Paulo Passarinho et. al. (2010), Valério Arcary (2011) e Virgínia Fontes (2010).

71 A tensão advinda das lutas de classes promovidas pelos trabalhadores ajuda a desmascarar o caráter classista do atual governo. Durante a greve das universidades federais, noticiou-se que o Estado brasileiro gasta cerca de 45% do fundo público com o pagamento de juros e amortizações da dívida e menos de 4% com a educação. Diante das exigências das professoras e dos professores, técnicos/as-administrativo e estudantes por

a distribuição da riqueza nacional e a apropriação da mais-valia não se tratasse de uma questão de organização e força das classes sociais, tal qual defendiam a economia política clássica e a crítica da economia política. Conforme declara Luiz Werneck Vianna (2012, p.5-6),

O que se tem hoje é uma tecnocracia animada pela aspiração de desenvolver, maximizar, robustecer o capitalismo brasileiro e inscrevê-lo de forma mais presente e vigorosa no cenário do capitalismo mundial. O nacional-desenvolvimentismo tinha uma conotação emancipatória, diferente de hoje. A conotação nacional desse desenvolvimentismo atual é fraca. O tema forte nele é o desenvolvimento da ordem burguesa no Brasil.

No lugar do confronto e do dissenso, opera-se a entrada do novo-desenvolvimentismo como uma força auxiliar e subalterna dentro do atual bloco de poder, pois a máquina estatal ainda é dirigida pelos intelectuais do social-liberalismo encastelados no Banco Central, Ministério do Planejamento e Tesouro Nacional, que mantêm de pé o Consenso de Washington mediado com algumas medidas do pós-Consenso – *superávit* primário (o investimento das estatais e do PAC foi retirado do cálculo do *superávit*, além de aportes de bilhões de reais do Tesouro nacional no BNDES), câmbio flutuante (administração de um piso mínimo com intervenções no mercado cambial para estimular as exportações e manter *superávits* na balança comercial) e metas inflacionárias (o objetivo é o teto, e não mais o centro das metas).

Abriu-se, assim, uma nova etapa da revolução passiva com acordos entre modernas e arcaicas classes dominantes sob a égide da aristocracia operária que abandonou seus projetos de socialismo antes mesmo de assumir o governo (IASI, 2006, parte 2), em um processo massivo de transformismo. Consequen-

---

melhores condições de trabalho e estudo e reestruturação das carreiras, o ministro Guido Mantega foi obrigado a se posicionar e declarou que o movimento grevista poderia quebrar o Estado caso os aumentos de recursos para a educação pública fossem concedidos (cf. *O Globo*, 5 de julho de 2012, p.5). Recursos escassos para as políticas sociais públicas, abundantes para os rentistas: esta é a economia política da política econômica dos governos brasileiros na era neoliberal.

temente, nos deparamos com uma nova fase do capitalismo dependente: sem rupturas, reafirmou-se o desenvolvimento desigual e combinado brasileiro.

### **50 anos em 5: a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro (à guisa de conclusão)**

A decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro não começou com o novo-desenvolvimentismo, nem na era neoliberal. Uma extensa pesquisa sobre o tema precisa ser realizada, mas pode-se dizer preliminarmente que o processo de esvaziamento das questões macroestruturais se aprofunda com a autocracia burguesa nos anos 1960. Um dos seus primeiros capítulos está no uso das teorias do capital humano importadas dos Estados Unidos para a explicação da desigualdade gerada pelo “milagre” econômico. Ao longo dos anos 1980, a inflação brasileira, tida por clássicos da literatura especializada (Furtado e Rangel) como decorrente de questões estruturais, foi tratada como um fenômeno essencialmente monetário pelas escolas econômicas ortodoxas.

Já na década de 1990, a decadência ideológica ganhou um novo impulso a partir da vitória da burguesia rentista com o governo FHC e o seu plano de estabilização macroeconômica. O debate que girava em torno do desenvolvimento reduziu-se ao núcleo central do controle da inflação. Os demais assuntos foram tratados como satélites que gravitavam na órbita do debate inflacionário. Assim sendo, as vitórias burguesas – realizadas por meio de contrarrevoluções ou revoluções passivas – sobre os setores reformistas e revolucionários traduziram-se, no plano teórico, em momentos da decadência ideológica do pensamento econômico nacional liderados pelos ortodoxos.

Esta decadência ideológica não foi, entretanto, algo exclusivo das correntes liberais e neoliberais. Ela também ocorreu na escola desenvolvimentista a partir da década de 1970 como apontam Ruy Mauro Marini e Plínio de Arruda Sampaio Jr. Marini (1992, p.94-9) fala do auge e decadência do desenvolvimentismo na segunda metade da década de 1970 e primeira de 1980. Na mesma linha, Sampaio Jr. (2012, p.11) declara que

a Escola de Campinas foi um esforço de superar as insuficiências da explicação da Cepal sobre a especificidade da industrialização brasileira. No entanto, a meu ver ela deu um passo atrás na reflexão crítica, pois, em vez de superar as deficiências do estruturalismo, acabou negando a própria problemática do subdesenvolvimento. Ao reduzir a reflexão sobre o desenvolvimento latino-americano ao processo de constituição de um sistema industrial e a problemática da industrialização tardia à internalização da indústria de bens de capital, o Capitalismo Tardio desvinculou desenvolvimento capitalista e integração nacional.

Nos últimos tempos, José Luís Fiori (2011a, 2011b e 2011c) debruçou-se sobre o desenvolvimentismo, tratando da decadência ideológica desta escola sem usar o conceito marxiano e luckasiano<sup>72</sup>. Primeiro analisa o “desenvolvimentismo de esquerda” elaborado pelo PCB, Iseb e Cepal, e mostra a Escola de Campinas como uma tentativa de renovar e atualizar as interpretações sobre o capitalismo brasileiro, comparando-a com a escola da dependência nas suas vertentes originadas dos trabalhos de André Gunder Frank e Fernando Henrique Cardoso. (FIORI, 2011b) O balanço de Fiori (2011c) é que a teoria da dependência deixou um legado que abalou os fundamentos do “desenvolvimentismo de esquerda”, que nunca mais conseguiu “se refazer do golpe” nem “construir uma nova base teórica que possa dar um sentido de longo prazo às suas intermináveis e inconclusivas deblaterações macroeconômicas, e ao seu permanente entusiasmo pelo varejo keynesiano”. Sobre o tempo presente, Fiori estabelece a genealogia do novo-desenvolvimentismo com a Cepal e a Escola de Campinas, e chega à conclusão que a atual escola desenvolvimentista

---

72 A série de artigos de Fiori sobre o desenvolvimentismo recebeu uma réplica de Ricardo Carneiro (“Um intelectual no seu labirinto”), que contesta a versão da decadência ideológica da escola de Campinas. A polêmica entre Fiori e Carneiro é um dos pontos altos da controvérsia do novo-desenvolvimentismo. A réplica de Carneiro está disponível em [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19890](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19890).

trata-se de um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas, e que se propõem fortalecer, simultaneamente, o estado [sic] e o mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e a política fiscal e monetária, que seja ao mesmo tempo ativa e austera. E, finalmente, com relação ao papel do estado [sic], o ‘neodesenvolvimentismo’ propõe que ele seja recuperado e fortalecido mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações. (FIORI, 2011a)

Por fim, Sampaio Jr. (2012, p.12) é contundente em afirmar que “o neodesenvolvimentismo é um rótulo vazio. É muito mais uma estratégia de propaganda dos governos Lula e Dilma, no seu afã de se diferenciar dos governos FHC, do que num corpo de doutrina para orientar a ação do Estado. Não conheço nenhum trabalho sério que explique as bases objetivas e subjetivas desse novo desenvolvimentismo”.

O novo-desenvolvimentismo fez, portanto, um duplo movimento para reforçar a decadência ideológica do pensamento burguês: ignorou as críticas marxistas de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Octavio Ianni e da teoria da dependência (Marini, Bamberger, Gunder Frank, dos Santos) realizadas nos anos 1960-70 ao nacional-desenvolvimentismo, críticas que representam uma fase áurea do pensamento social brasileiro, e esvaziou – teórica e politicamente – as contribuições clássicas do nacional-desenvolvimentismo sobre a teoria do valor-trabalho (produção, tecnologia e excedente), a vulnerabilidade externa, o subdesenvolvimento, a dependência e a revolução brasileira, destruindo em pouco mais de 5 anos uma reputação que os clássicos do nacional-desenvolvimentismo construíram ao longo dos últimos 50.

## Referências Bibliográficas

ARCARY, Valério. *Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira*. São Paulo: Sundermann, 2011.

BARBOSA, Nelson e SOUZA, José Antonio Pereira de. A inflexão no governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: *Brasil: entre o passado e o presente*. SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010. p.57-110.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo. Folha de São Paulo, 19 de setembro de 2004. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/articles/2004/412.NovoDesenvolvimentismo.pdf>. Acesso em 28 jul. 2012.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.30, n.4, p.663-680, 2010.

CARNEIRO, Ricardo et. al. O desenvolvimento brasileiro: temas estratégicos. Disponível em [http://www.reded.net.br/index.php?option=com\\_jdownloads&Itemid=419&view=finish&cid=160&catid=14&lang=pt](http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=419&view=finish&cid=160&catid=14&lang=pt). Acesso em: 28 jul. 2012.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: \_\_\_\_ (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p.191-211.

\_\_\_\_. Florestan Fernandes: subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução no pensamento econômico brasileiro. In: MALTA, Maria (org.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do*

pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea; Centro Celso Furtado, 2011. p.291-327.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORI, José Luís (2011a). A miséria do 'novo desenvolvimentismo'. Disponível em [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=5334](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5334). Acesso em: 15 jul. 2012.

\_\_\_\_ (2011b). O desenvolvimentismo de esquerda. Disponível em [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=5495](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5495). Acesso em: 15 jul. 2012.

\_\_\_\_ (2011c). Desenvolvimento e dependência. Disponível em [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19889](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19889). Acesso em: 15 jul. 2012.

FONSECA, Pedro Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. *Pesquisa & debate*, São Paulo, v.15, n. 2, p.225-256, 2004.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LUKÁCS, György. "Marx e o problema da decadência ideológica". In: \_\_\_\_\_. *Marxismo e teoria da literatura*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, [1938] (2010). p.51-103.

MALTA, Maria; CASTELO, Rodrigo. Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia. In: GANEM, Angela et. al. (org.). *Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012. p.85-100.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARTINS, Paulo Emilio; MUNTEAL, Osvaldo (org.). *O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, [1859] (1982).

\_\_\_\_\_. *O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, [1862-3] (1982).

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. 21 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1867] (2003).

\_\_\_\_\_. Posfácio à segunda edição alemã. In:\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. 21 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1873] (2003). p.21-29.

MERCADANTE, Aloizio. *Brasil: a construção retomada*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

NAPOLEONI, Claudio (org.). *O futuro do capitalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de et. al. (org.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULANI, Leda. *Brasil Delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PASSARINHO, Paulo et. al. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (org.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.

POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

POLOP. Convocatória para o 1º Congresso da Polop. In: *Polop: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, [1960] 2009. p.21-32.

POMAR, Vladimir. *Desenvolvimentismos*. Disponível em: [http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4267:pomar270110&catid=14:wladimir-pomar&Itemid=88](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4267:pomar270110&catid=14:wladimir-pomar&Itemid=88). Acesso em 21 out. 2020.\_

ROCHA, Marco Antonio da. Revolução Brasileira, dualidade e desenvolvimento: do nacional-desenvolvimentismo à Escola de Sociologia da USP. In: MALTA, Maria (org.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea; Centro Celso Furtado, 2011. p.247-290.

SADER, Emir. Neoliberalismo versus pós-neoliberalismo: a disputa estratégica contemporânea. *Margem Esquerda*, São Paulo, n.16, p. 123-127, 2011.

SADER, Emir e GARCIA, Marco Aurélio. Apresentação. In:\_\_\_\_ (org.). *Brasil: entre o passado e o futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 2010. p.9-10.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Vivemos um processo de reversão neocolonial*. IHU Online, n. 392, 2012. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao392.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2012.

SICSÚ, João; de PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut (org.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

WERNECK VIANNA, Luiz. *A modernização brasileira e a política burguesa cinzenta*. IHU Online, n. 392, 2012. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao392.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2012.

## 6.

### **O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo\***

Retomar o fio da teoria da dependência como ponto de partida significa reencontrar o melhor do pensamento de esquerda, mas não supõe de modo algum que ela seja resposta suficiente à atual problemática.

Pelo contrário, faz-se necessário assumi-la de modo criador, isto é, submetendo-a a uma revisão radical.  
(Ruy Mauro Marini, *Crise teórica*, 1992)

#### **Introdução**

No dia 19 de junho de 2011, a Folha de São Paulo dedicou páginas do seu caderno Ilustríssima à celebração dos 80 anos de Fernando Henrique Cardoso. O título da matéria era *O provocador cordial*. Pode-se dizer que o artigo faz uma provocação nada cordial aos críticos de FHC. Com certo conteúdo biográfico, a matéria abordou o tema da dependência, apresentando considerações sobre outros autores que trataram deste mesmo tema. Em passagem destinada ao suposto “catastrofismo” de alguns, afirma:

FHC passava a ser o grande adversário das teses catastrofistas, segundo as quais países como o Brasil estavam condenados à estagnação e só teriam chances de se desenvolver fora dos marcos do capitalismo. Sociólogos como o americano [sic] André Gunder Frank e os brasileiros Theotônio dos Santos e Rui [sic] Mauro Marini,

---

\* Artigo escrito em parceria com Fernando Correa Prado (Unila) e publicado na revista Pensata, São Paulo, v.3, n.1, p.10-29, novembro de 2013.

conhecidos como “dependendistas de esquerda” – hoje caídos no esquecimento –, partilhavam dessas ideias com razoável sucesso (BARROS e SILVA, 2011, p. 4).

E a matéria segue argumentando que o contraponto a tais “sociólogos” se condensava em *Desenvolvimento e dependência na América Latina*, livro “lançado em 1967, no Chile, em parceria com o argentino [sic] Enzo Faletto”. Nada mais equivocado, tanto em seu conteúdo como em seu tino sobre o próprio período histórico no plano do debate político-intelectual.

Sobre o conteúdo, e para além dos pequenos erros, o argumento é equivocado. Aquelas teses “catastrofistas” nunca perpassaram as obras de André Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini ou quaisquer outros intelectuais ligados à vertente marxista da teoria da dependência; na verdade, a condenação à estagnação a meados dos anos 1960 foi argumento de desenvolvimentistas como Celso Furtado e Aníbal Pinto, que logo revisariam suas próprias posições.

Em relação à percepção sobre o período histórico no que se refere à “batalha das ideias”, a matéria também se equivoca ao afirmar que aqueles autores denominados de “dependentistas de esquerda” estariam hoje “caídos no esquecimento”. O tom apologético da matéria assinada por Fernando de Barros e Silva impediu que se apontasse para algo que vem ocorrendo durante os últimos 15 anos no debate sobre a dependência no Brasil, que é exatamente o contrário do esquecimento: o resgate e a atualização da teoria marxista da dependência (TMD).

Tal equívoco da matéria da Folha de São Paulo pode ser revelado através de outro texto jornalístico. Sob o título de *O segundo retorno*, veiculada no dia 30 de março de 2013 no caderno Prosa & Verso do jornal O Globo, a matéria de Leonardo Cazes resume muito bem a trajetória daqueles autores, captando seu retorno atual:

Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos foram perseguidos por ditaduras no Brasil e no Chile e suas ideias ficaram desconhecidas em seu próprio país, onde agora voltam a ser debatidas. [...] A teoria da

dependência, em sua vertente marxista, vem sendo retomada por uma nova geração de historiadores, economistas e cientistas sociais. (CAZES, 2013, p.2-3)

Ou seja, se durante o período da ditadura empresarial-militar aqueles autores “caíram no esquecimento” – na verdade, foram sistematicamente perseguidos pela ditadura e cerceados pela hegemonia desenvolvimentista –, o fato é que, desde o início do século 21, eles voltaram a ser conhecidos e debatidos, formando um movimento de reconstrução da teoria marxista da dependência no Brasil.

Pois bem, neste quadro de retomada da TMD no Brasil, o presente ensaio procura inicialmente oferecer uma espécie de mapa bibliográfico – amplo, mas sem a pretensão de ser completo ou conclusivo – da atual produção sobre esse marco teórico no país, observando as formas e temas que têm sido trabalhados ultimamente. Diante disso, é possível perceber o surgimento de uma nova geração da TMD, que busca resgatar a tradição marxista para a interpretação da nova etapa do imperialismo e para a transformação da realidade do capitalismo dependente. O objetivo primário do texto é fazer um balanço provisório dessa retomada. O ensaio trata também de assinalar alguns nexos explicativos desse ressurgimento, apontando para as implicações políticas deste processo, que poderia ser entendido como uma das expressões do início do fim da supremacia do atual bloco ideológico dominante.

### **Furando o bloqueio: alguns aspectos bibliográficos**

Como se sabe, no Brasil de meados da última década configurou-se um quadro de “volta ao passado” dos ideais desenvolvimentistas, o que tem se revelado tanto no plano político como no ideológico, configurando aquilo que hoje se chama genericamente de novo desenvolvimentismo. Tal fenômeno saudosista tem diversas origens, entre as quais estaria a própria “crise teórica” que sofriram – e em parte ainda sofrem – as ciências sociais latino-americanas quando comparadas ao ambiente intelectual das décadas de sessenta e setenta. Neste período “as ciências sociais experimentaram um

auge sem precedentes na América Latina, que se manifestou na produção de um sem-número de obras significativas, no campo da literatura econômica, sociológica e política.” (Marini, 1992, p.67) Ainda de acordo com Marini (1992, p.100-101),

[...] na raiz desse fenômeno [de volta ao passado nacional-desenvolvimentista], está a falência do pensamento de esquerda e sua incapacidade de oferecer a base teórica para a formulação de uma estratégia política adequada ao momento que vivem os povos da América Latina. Reverter essa situação é tarefa hoje prioritária. Para isso, é necessário retomar o fio do pensamento crítico de esquerda naquele ponto em que ele alcançou o seu nível mais alto e que corresponde à teoria da dependência. Impõe-se, de fato, a construção de uma teoria marxista da dependência, recuperando sua primeira floração dos anos vinte e a que se registrou a partir de meados dos sessenta. [...]

Atualmente, após mais de vinte anos de quando foram escritas estas linhas, é possível afirmar que, finalmente, tem sido levada a cabo a proposta de “retomar o fio da teoria da dependência”, em particular na “construção de uma teoria marxista da dependência”.

Aqui no Brasil a TMD teve uma trajetória muito particular. Seus primeiros estudos começaram a ser elaborados em duas frentes de batalha: na política, as teses da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) defendiam a inexistência do feudalismo no Brasil, a incorporação do capitalismo monopolista no país após a chegada das multinacionais e o caráter socialista da revolução; na academia, Ruy Mauro, Theotônio e Vânia, então militantes da Polop, reuniram-se na Universidade de Brasília (UnB) em torno do curso de Ciência Política e começaram a rascunhar, junto com Gunder Frank, os primeiros esboços da TMD em consonância com as teses supracitadas da Polop.

Com o golpe de 1964, foram defenestrados da universidade e passaram a ser perseguidos como lideranças revolucionárias. Theotônio e Vânia se tornaram clandestinos e, mais tarde, tiveram que se exilar (primeiro no Chile, depois no

México, com passagens por outros países da América Latina), e Ruy Mauro foi preso e torturado nas dependências do Cenimar, indo também para o exterior logo em seguida. Entre 1970 e 1973 eles se reencontrariam no Chile e lá retomariam, num patamar mais elevado, seus estudos sobre a nova dependência na América Latina e seus processos políticos – reformistas, revolucionários e contrarrevolucionários. A coerção da ditadura brasileira fez, então, o papel protagonista de eliminar do debate nacional as teses da TMD logo nos seus primeiros passos. O golpe contra Salvador Allende e a Unidade Popular no Chile desferiu mais um ataque brutal às correntes marxistas, que não se recuperariam na sua plenitude. Assim, diversas linhas de pesquisa da TMD ficaram inconclusas, sem falar na desarticulação da sua ligação orgânica com as lutas sociais da classe trabalhadora na América Latina.

A ditadura empresarial-militar também se utilizaria de elementos consensuais para se manter no poder e consolidar o capitalismo monopolista no Brasil. Primeiramente destacam-se as teses da Doutrina de Segurança Nacional formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG), na qual o desenvolvimento econômico tinha um papel central na construção da soberania do país, sem desafiar diretamente o imperialismo. Desta forma, o desenvolvimentismo foi disputado pelos setores mais reacionários que, durante um período da nossa história, foram vitoriosos neste combate ideológico. O ideário desenvolvimentista ganhou uma face militarista e atingiu o senso comum através das políticas do “Milagre Econômico” e do “Brasil Potência”, conquistando o apoio de setores direitistas da pequena burguesia e mesmo de frações dos trabalhadores. Junto a isto, o regime ditatorial tratou de implementar algumas políticas sociais de amplo alcance, como a de habitação popular, e conceder determinados direitos sociais, em particular na área previdenciária.

Configurou-se assim, no auge da ditadura, um bloqueio político-militar e ideológico à TMD no Brasil a partir daquilo que Antonio Gramsci chamou de supremacia<sup>73</sup>, um conjunto de

---

73 O conceito de supremacia é definido da seguinte forma por Gramsci ([1934-5] 2002, p.62-3): “O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se

recursos coercitivos e de consentimento – “ditadura e hegemonia”, nos termos do comunista sardo – que as classes proprietárias se utilizam para cooptar e/ou decapitar lideranças de movimentos contestatórios da ordem estabelecida.

Os ataques à TMD, contudo, não vieram somente das fileiras da ditadura. Já na década de 70, setores de esquerda da intelectualidade brasileira retornaram do exílio e montaram aparelhos privados e estatais de hegemonia, tais como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e o Departamento de Economia e Planejamento Econômico da Unicamp. A partir destes aparelhos disputaram a hegemonia do debate desenvolvimentista. De um lado, teceram relevantes críticas ao padrão de acumulação responsável pelo “milagre econômico”, realçando seus traços de concentração de renda e riqueza. De outro, fizeram uma revisão crítica das teses clássicas da Cepal, da Escola de Sociologia da USP e, de forma mais virulenta, das proposições da teoria marxista da dependência<sup>74</sup>.

As formulações de Fernando Henrique Cardoso sobre desenvolvimento e dependência foram difundidas e assimiladas sem se levar em conta toda a riqueza da controvérsia da dependência, que havia então se desenrolado no Chile e não encontrou eco no nosso país. Quando citadas, as principais formulações de Theotônio, Vânia e Ruy Mauro estavam longe de serem retratadas de forma objetiva pelos seus críticos. Restou, desta forma, o reinado da perspectiva do “Príncipe dos Sociólogos”, sem sequer se conhecer as posições das vertentes marxistas, que então foram deformadas teórica e politicamente, rotuladas de “catastrofistas”, “estagnacionistas”, “trotskistas” e “radicais”.<sup>75</sup>

---

manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também ‘dirigente’.”

74 Sobre as críticas do Cebrap e da Escola de Campinas à TMD, confira o capítulo 3 do presente livro.

75 Para mais detalhes da trajetória particular da teoria marxista da dependência no Brasil até os anos 2000, ver Prado (2011).

Mantendo a imagem da matéria de Leonardo Cazes citada na introdução, a década de 1980 seria palco do “primeiro retorno” daqueles autores: um retorno lento, gradual e nada seguro – Marini chegaria a ser preso mais uma vez em 1982.

Aos poucos, e num ambiente acadêmico reconhecidamente conservador<sup>76</sup>, Theotônio, Vânia e Ruy Mauro se incorporaram a diferentes centros de ensino e pesquisa, juntando-se momentaneamente na Fundação Escola de Serviço Público (Fesp/RJ) e, mais tarde, na UnB, onde foram reintegrados como professores. No campo político, a unidade entre eles era cada vez menor. No Chile, eles já haviam trilhado caminhos diferentes: enquanto Marini foi dirigente do Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR), Theotônio e Vânia ingressaram nas fileiras do Partido Socialista. Neste “primeiro retorno” após a anistia, Theotônio e Vânia se vincularam ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), tornando-se formuladores desta agremiação; Marini, por sua vez, não se atrelou diretamente a nenhuma força política, mas, mesmo sem contar com referências claras, é possível supor que suas análises também foram reivindicadas por diferentes agrupamentos, embora de forma muito pontual e limitada.<sup>77</sup>

Em termos bibliográficos, e sem contar trabalhos como relatórios de pesquisas, entrevistas, ensaios e palestras, nessa década do “primeiro retorno” seria publicado no Brasil apenas um livro de Vânia Bambirra – *Cuba: 20 anos de cultura* (1983), com entrevistas aos principais personagens da política cultural cubana –, e outros quatro títulos de Theotônio dos Santos, todos de pouca circulação, a saber, *Teorias do capitalismo contemporâneo* (1983), *Forças produtivas e relações de produção* (1985), *O caminho brasileiro para o socialismo* (1986) e *Revolução científico-técnica e acumulação de capital* (1987). De Marini, a primeira publicação em livro no país apareceria apenas na década seguinte, em 1992, por uma editora muito pequena: trata-se da coleção de ensaios intitulada *América Latina: dependência e integração*, hoje uma raridade de colecionador.

---

76 Sobre este tema, ver Cueva (1989).

77 Por exemplo, pelo Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), ligado ao PT, e também em setores sindicais do PDT, especialmente no Rio de Janeiro.

Ainda na década de 1990 outras publicações de Vânia e Theotônio começaram a sair. De Theotônio dos Santos foram publicados *Democracia e socialismo no capitalismo dependente* (1991), *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável* (1993), *A revolução científico-técnica, a divisão internacional do trabalho e o sistema econômico mundial* (1994) e *Evolução histórica do Brasil* (1995). E de Vânia Bambilra foi lançado, em 1992, *A teoria marxista da transição e a prática socialista*. Além dessas publicações, havia, por certo, menções pontuais à TMD por parte de alguns professores no meio universitário<sup>78</sup> e de organizações políticas na esfera militante. De todo modo, durante grande parte da década de 1990 o debate no Brasil sobre a TMD ainda era bastante escasso.

Este quadro começa a mudar no final do século 20, diante da ascensão de movimentos populares latino-americanos, tendo como pano de fundo um processo de crise e crescente crítica ao neoliberalismo e de relativa latino-americanização do debate intelectual brasileiro. Com isto, abriu-se uma fresta histórica para a (re)construção de teorias revolucionárias, impulsionando uma nova geração de intelectuais (orgânicos e tradicionais) a construir o processo de retomada da teoria marxista da dependência. De forma simbólica, um ponto de partida de tal processo pode ser marcado pela primeira eleição de Hugo Chávez à presidência da Venezuela, em 1998, seguida pelas rebeliões indígenas na Bolívia e no Equador.

Por certo, foi precisamente em 1998 que a revista *Lutas sociais*, em seu número 5, publicou o artigo *Duas notas sobre o socialismo*, de Ruy Mauro Marini, e foi também neste ano que saiu a primeira tradução do artigo *Subdesenvolvimento e revolução*, igualmente de Marini, no livro *América Latina: história, ideias e revolução*, coletânea organizada por Paulo Barsotti e Luiz Bernardo Pericás.

No ano seguinte seria lançada no Brasil importante obra sobre *O marxismo na América Latina*, organizada por Michael Löwy, na qual há uma seção específica sobre “A teoria da dependência”, com extratos de textos de André Gunder Frank,

---

<sup>78</sup> Tais como, por exemplo, Reinaldo Carcanholo, Nilson Araújo de Souza, Nildo Ouriques, Carlos Eduardo Martins, Marcelo Carcanholo, Niemeier Almeida Filho, entre outros.

Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Tais autores seriam devidamente enquadrados como parte do “novo período revolucionário” do marxismo na América Latina, período este aberto pela Revolução Cubana em 1959.

Em 2000, duas obras cumpriram um papel primordial para reabrir o debate marxista sobre a dependência. Theotônio dos Santos publicou *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*, no qual faz um histórico do surgimento da controvérsia da dependência, argumentando no sentido da convergência de algumas teses da TMD com a análise de sistemas-mundo<sup>79</sup>. E, numa coleção da editora Vozes, surgiu a iniciativa pioneira de divulgação de alguns dos principais textos de Ruy Mauro Marini, condensada na coletânea que Emir Sader organizou sob o nome de *Dialética da dependência*. Embora a primeira edição deste livro tenha se esgotado rapidamente e não tenha havido nenhuma reedição no Brasil<sup>80</sup>, esta publicação permitiu pela primeira vez o acesso em português de diversos textos de Marini, entre eles o próprio *Dialética da dependência* e o importante artigo titulado *Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil*, contribuindo decisivamente para o conhecimento direto da sua obra no país, que até então era praticamente inacessível.

Pouco depois, em 2005, mais uma publicação fundamental viria a dar corpo à obra de Marini no Brasil. Trata-se de *Ruy Mauro Marini: vida e obra*, outra coletânea de textos que incluía uma nova tradução de *Dialética da dependência* e outros artigos e ensaios, inclusive seu importante *Memorial*, escrito no momento de sua reintegração à UnB em 1992. Esta coletânea foi organizada por Roberta Traspadini e João Pedro Stédile e contou com um cuidado editorial muito maior em relação à coletânea anteriormente mencionada. Reeditada desde

---

79 Esse livro de Theotônio dos Santos ganhou uma edição ampliada em 2015, lançada pela editora Insular.

80 Oito anos depois, o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso) lançaria uma antologia organizada por Carlos Eduardo Martins com os mesmos textos escritos originalmente na língua castelhana, acrescidos de uma bibliografia completa da obra de Marini. O livro está disponível gratuitamente em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100830090624/marini.doc>.

sua primeira aparição, com preço acessível e como parte do catálogo da editora Expressão Popular, este livro é ainda hoje a mais importante fonte nacional de aproximação à obra de Marini.

E recentemente, em 2012, tal aproximação às fontes originais ganhou maior fôlego com a publicação de *Subdesenvolvimento e revolução*, primeiro livro de Marini que foi editado originalmente em 1969 no México. Este livro abriu a coleção Pátria Grande/Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-americano, coordenada pelo Instituto de Estudos Latino-americanos (IELA) da UFSC e editada pela Insular. O segundo livro desta coleção ampliaria ainda mais o escopo das obras da TMD, com a publicação de *O capitalismo dependente latino-americano*, de Vânia Bambirra, cuja primeira edição foi lançada no Chile em 1972, tendo, a partir de 1974, dezenas de edições no México, algumas com grandes tiragens.

Desta forma, alguns textos clássicos e originais da TMD estão difundidos no país, embora ainda tenha muito material a ser publicado em português. Primeiramente editados em larga escala nos países latino-americanos de língua castelhana, com significativa penetração nos movimentos populares e na intelectualidade radical, a TMD finalmente encontra um espaço efetivo no Brasil, reverberando nos debates contemporâneos sobre a atual etapa do desenvolvimento capitalista dependente, inclusive tendo papel de destaque na crítica à apologética retórica governista sobre o neodesenvolvimentismo.

Além das fontes originais, a TMD ganha espaço nas produções de comentadores e analistas da conjuntura. Em 2008, a Escola Brasileira de Administração Pública (EbaP) da FGV-Rio promoveu um simpósio chamado “O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento”, que contou com um módulo dedicado à obra de Ruy Mauro Marini, bem como a outros clássicos nacionais do pensamento social (Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Josué de Castro, Milton Santos, Nelson Werneck Sodré, Octavio Ianni e Paulo Freire). Neste sentido, Ruy Mauro é merecidamente reconhecido como um dos grandes intérpretes da formação econômico-social brasileira. Quatro anos depois, Paulo Emílio Martins e Oswaldo Munteal compilaram as exposições e

lançaram o livro homônimo ao curso. Nesta obra, constam três artigos sobre a teoria da dependência.

Em 2009, num projeto editorial organizado por Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia e coordenado por Emir Sader e Theotônio dos Santos, foi publicado o livro *América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*, uma coletânea de artigos e ensaios em torno da sua obra ou tocando em temas por ele trabalhados. No ano seguinte foi lançado *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*, organizado por Rodrigo Castelo, que traz um capítulo de Marini – A crise do desenvolvimentismo –, além de um artigo específico sobre a TMD (PRADO e MEIRELES, 2010). E, em 2012, veio à luz o livro *Padrão de reprodução do capital*, organizado por Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce, uma obra coletiva que pode ser tomada como a principal contribuição contemporânea à sistematização da TMD no Brasil, na medida em que articula simultaneamente a análise concreta da América Latina atual com os eixos teóricos centrais das obras de Vânia, Theotônio e Marini. Nela se destacam temas como a nova divisão internacional do trabalho, a especialização produtiva em mercadorias primárias para exportação, superexploração da força de trabalho e transferência de valor.

Neste mesmo sentido de atualização das teses clássicas da TMD a partir de “análises concretas de situações concretas”, temos três livros lançados recentemente: *Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina* (2008) e *A reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas do mundo do trabalho* (2009), do autor mexicano Adrián Sotelo Valencia, e *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (2011), de Carlos Eduardo Martins, que acaba de ganhar uma primeira reimpressão.

Outra via de grande importância para a consolidação do debate em torno da TMD foi a constituição das “Cátedras para o Desenvolvimento” do IPEA a partir de 2008, entre as quais há uma em que Ruy Mauro Marini figura como patrono. A partir do apoio de bolsas de pesquisa concedidas por esta cátedra, surgiram dois livros: *Desenvolvimento e dependência: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini*, organizado por Lafaiete Santos Neves (2012), e *Desenvolvimento e dependência: cátedra*

Ruy Mauro Marini, organizado por Niemeyer Almeida Filho (2013). Desta forma, constata-se que um robusto aparelho estatal de hegemonia, então sob controle de intelectuais tradicionais do neodesenvolvimentismo, teve uma relativa permeabilidade à produção de pesquisas baseadas na TMD.

Ainda em termos bibliográficos, desde meados dos anos 2000 os textos e ideias da TMD passaram a figurar nos periódicos marxistas. Em 2004, num dossiê sobre o golpe de 1964, o terceiro número da revista *Margem Esquerda* reproduziu um trecho do já mencionado artigo *Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil*. Mais adiante, em seu número 17, de 2011, a parte da revista dedicada a entrevistas deu a palavra a Vânia Bambirra, que discorre sobre variados temas em diálogo com Carlos Eduardo Martins. No vigésimo volume, há uma resenha, escrita por Mathias Luce, de *Subdesenvolvimento e revolução*. E, no número 21, *O capitalismo dependente latino-americano* mereceu uma nota de leitura de Carla Ferreira.

Nas páginas da revista *Crítica Marxista*, a mais antiga do país em circulação intermitente, a primeira aparição ocorreu sob a pena de João Machado, que escreveu um artigo sobre dependência e intercâmbio desigual no número 33, de 2011. Na edição seguinte, os editores reproduziram um texto de Marini – *O conceito de trabalho produtivo: nota metodológica* –, anteriormente divulgado nas coletâneas organizadas por Sader e por Traspadini e Stédile. Em seu número 36, de 2013, o periódico de Campinas dedicou um dossiê com artigos de Virgínia Fontes, Tatiana Berringer, Mathias Luce e Angelita Souza sobre o “Imperialismo brasileiro? Uma polêmica teórica e política”, no qual um dos temas centrais de debate é a categoria de subimperialismo e sua vigência atual.

A revista *História e luta de classes*, em seus números 5 e 6, de 2008 e 2009 respectivamente, publicou textos em torno do subimperialismo – *O subimperialismo brasileiro na América Latina*, de Sérgio Domingues – e em torno da obra de Ruy Mauro – *Notas sobre o Estado no pensamento político de Ruy Mauro Marini*, artigo de João Carlos Mendonça. Já a revista *Outubro*, em seu número 20, de 2012, dedicou um espaço para a tradução do artigo de Marini *A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo*. A TMD também mereceu uma brevíssima

citação nas notas escritas por José Paulo Netto sobre a história do marxismo na América Latina. Estas notas foram publicadas em 2012 na edição dupla da revista *Novos Temas*.

O jornal *Brasil de Fato*, o único semanário editado pela esquerda brasileira, tem se constituído num dos veículos de maior circulação de algumas teses da TMD no país, especialmente através de artigos de Roberta Traspadini e Fábio Marvulle Bueno. Em 2008, este jornal publicou uma entrevista com Vânia Bambirra, que circulou em diferentes páginas eletrônicas.<sup>81</sup> No número 462, de janeiro de 2012, o debate sobre o subimperialismo foi capa do jornal na matéria “Brasil potência, para quem?”. E a edição 40 do jornal *Imprensa Popular* publicou na sua seção Teoria uma matéria introdutória sobre Ruy Mauro Marini, na qual apresenta elementos biográficos de Marini e explora de forma sucinta temas como dualidade, desenvolvimentismo, superexploração, subimperialismo e revolução socialista.

No meio acadêmico, e em particular na área ampliada da economia política e das ciências sociais, desde finais da década de noventa e, mais fortemente, a partir da segunda metade dos anos 2000, surgiram diversos espaços de grande importância para a divulgação e aprofundamento do pensamento crítico em geral e, em particular, da teoria marxista da dependência.

Entre tais espaços é possível destacar, por exemplo, os Encontros Nacionais de Economia Política, organizados pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), que desde seu primeiro evento promove debates sobre o tema da dependência. No final de 2011, a revista da SEP publicou, em seu número 30, um dossiê sobre os 40 anos da Teoria da Dependência<sup>82</sup>. No ano seguinte, em 2012, a mesma revista, em seu número 32, publicou o artigo *A superexploração da força de trabalho no Brasil*, de Mathias Luce. E no mesmo ano, durante o XVII Encontro Nacional de Economia Política, realizado na UFRJ, a SEP instituiu um grupo de trabalho sobre a teoria marxista da

---

81 Esta entrevista pode ser vista em: <http://www.mst.org.br/node/5203>.

82 A data que marcaria simbolicamente o início da reflexão mais sistemática sobre a dependência seria 1971, ano de publicação na *American Economic Review* do artigo “A estrutura da dependência”, de Theotônio dos

dependência (GT-TMD/SEP), grupo este que, em menos de dois anos de funcionamento, já aglutina mais de cinquenta pesquisadores de diversas partes do país e também do exterior.<sup>83</sup>

Neste mesmo sentido, cabe apontar também o grupo de trabalho sobre Pensamento Social Latino-americano ligado à Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), coordenado por Sedi Hirano e Carlos Eduardo Martins, espaço no qual tem havido debates sistemáticos sobre a dependência. No total, se contabilizarmos os trabalhos apresentados na SEP e na Anpocs, teremos quase cinquenta artigos, e muito provavelmente este levantamento não esgota a totalidade destas produções.

Outros espaços acadêmicos onde é notável o interesse pela temática da TMD são os encontros de núcleos marxistas em diferentes regiões. Para mencionar apenas dois, vale lembrar os encontros bianuais do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) da Unicamp<sup>84</sup>, bem como os do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (Niep-Marx), da UFF.

Nos meios eletrônicos, merece destaque o dossiê montado recentemente pela página *Marxismo21* em torno à vida e obra militantes de Ruy Mauro Marini.<sup>85</sup> Uma página que se soma a outras dedicadas mais ou menos diretamente ao trabalho de difundir e debater temas que fazem parte da TMD.<sup>86</sup>

---

Santos, texto este reproduzido no mencionado número especial da Revista da SEP.

83 Para mais informações sobre o GT-TMD/SEP, ver a página [www.imperialismoedependencia.org](http://www.imperialismoedependencia.org). A lista completa dos textos apresentados nos Encontros da SEP, bem como na Anpocs e monografias, dissertações e teses que tratam diretamente da TMD, pode ser consultada nessa página.

84 Em 2012, o Cemarx publicou um livro em parceria com o selo Outras Expressões, da editora Expressão Popular, com algumas comunicações apresentadas no 6º Colóquio Internacional Marx e Engels, realizado em 2009. Nesta obra há dois artigos sobre a TMD: *Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina?: elementos para uma investigação*, de Marisa Amaral, *A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea*, de Fábio Marvulle Bueno e Raphael Seabra.

85 Ver:

<http://marxismo21.org/ruy-mauro-marini-teoria-praxis-da-revolucao-na-al/>

86 Neste sentido, destacam-se as seguintes páginas: <http://www.marini-escritos-unam.mx> e <http://theotoniiodossantos.blogspot.com.br/>

E no blog *Convergência*, Felipe Demier publicou um artigo sobre a Polop no qual aponta as teses marxistas sobre a dependência como um dos pilares políticos da organização revolucionária em questão.

Talvez o núcleo irradiador de todo este processo de disseminação e aprofundamento do debate atual em torno da TMD esteja no trabalho sistemático de diferentes centros de pesquisa das universidades públicas, que congregam professores, técnico-administrativos, estudantes de graduação, mestrado e doutorado. Entre estes centros é possível destacar o já mencionado Instituto de Estudos Latino-americanos (Iela) da UFSC, a Rede Brasileira de Estudos Latino-americanos (Rebela)<sup>87</sup>, o Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC) da UFRJ, o Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (Lema), também da UFRJ, o Núcleo de História Econômica da Dependência Latino-americana (Hedla) da UFRGS, o Grupo de Estudos sobre Teoria da Dependência da Unila, entre outros que seguramente existem, mas que ainda não temos conhecimento.

Tais organismos universitários promovem encontros, seminários, palestras e lançamentos de livros, desenvolvem linhas de pesquisa e ofertam cursos de pós-graduação, graduação e extensão com bastante êxito, pois atraem um grande público, muitas vezes externo à universidade, e resultam em uma expressiva produção de monografias, dissertações e teses diretamente relacionadas a TMD. Algumas destas iniciativas chegam mesmo a se desdobrar em parcerias dos setores mais críticos da universidade com movimentos sociais populares, possibilitando a abertura de espaços de articulação política dentro da Torre de Marfim dos intelectuais tradicionais e conservadores.<sup>88</sup>

---

87 Desde 2011 esta rede edita a Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos, também denominada de Rebela, a qual pode ser consultada na página eletrônica <<http://rebela.edugraf.ufsc.br/>>.

88 A universidade não é, de forma alguma, o espaço para a formulação de uma teoria revolucionária. Contudo, dado o desmonte dos aparelhos de formação dos partidos de esquerda e sindicatos classistas e, em certa medida, dos movimentos sociais, acaba por figurar como um espaço importante de reflexão crítica e difusão do marxismo.

Pois bem, a partir desse mapa bibliográfico sobre a TMD no Brasil contemporâneo – um mapa amplo mas, ainda assim, incompleto –, é possível perceber que, além de existir um movimento contra-hegemônico furando o bloqueio prévio que houve em relação à TMD no país, é notável o surgimento de uma nova geração de intelectuais ligados a esta corrente teórica. Uma nova geração que tem levado a cabo o desafio de resgatar e difundir as teses clássicas da TMD. E, mais importante que isso, tem buscado realizar, com base nela – isto é, inspirada pelas trajetórias militantes de seus fundadores e pela capacidade explicativa de suas categorias –, as necessárias “análises concretas de situações concretas” da atual conjuntura, sem se limitar a exegese daqueles autores, que atualmente vivem seu “segundo retorno” no cenário político-intelectual brasileiro.

De todo modo, para além das expressões da retomada da TMD, é preciso compreender os elementos do atual período histórico que tornaram possível e necessária tal retomada, dado que as ideologias só são inteligíveis caso relacione-as com as experiências vivenciadas pelas classes sociais na complexa dinâmica econômica, política e cultural das formações econômico-sociais. É preciso também questionar os temas pendentes da TMD que devem ser melhor trabalhados e, mais importante, analisar tentativamente quais são os impactos – se é que existem – no plano político-ideológico daquela mesma retomada da teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo.

### **O fim da supremacia? Razões da retomada da TMD e temas pendentes (notas para uma conclusão provisória)**

O primeiro ponto a ter claro é que o resgate da TMD nos últimos 15 anos se deve principalmente a características objetivas e subjetivas deste período histórico, em que determinadas mudanças conjunturais renovaram antigas e geraram novas controvérsias, as quais, por sua vez, acabam por remeter à TMD como possível caminho explicativo.

Entre tais características, uma que se apresenta inicialmente é a perda de legitimidade política e teórica do ex-professor e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, cujas

teses sobre a dependência exerceram um peso decisivo no pensamento social brasileiro desde os anos 1970. Sua hegemonia capturou um amplo leque ideológico através de diferentes aparelhos privados e estatais, arrastando para sua esfera de influência parte da chamada “nova esquerda” que se formava durante as décadas de 1980 e 1990. Após os dois mandatos presidenciais de FHC, ficou evidente que o seu projeto do “desenvolvimento associado” defendia, no fundo, um aprofundamento da dependência dos países latino-americanos, o que veio a se confirmar no plano político com a ofensiva neoliberal a partir dos anos 1980. Ao se desdobrar e tomar novos aspectos com os governos Lula e Dilma, esse projeto neoliberal trouxe à tona fenômenos para cuja explicação a TMD oferece sólidas categorias e interpretações.

Neste sentido, a categoria mais óbvia é a de dependência, que tem voltado à discussão como forma de crítica ao ideário novo-desenvolvimentista. Mas esta categoria não tem sido resgatada apenas no plano da história das ideias. De forma aparentemente contraditória, no período histórico recente a categoria também tem sido utilizada no bojo do debate sobre a reprimarização e desindustrialização da economia brasileira, dadas as transformações da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, que se modificou profundamente com a ascensão da China como um dos polos regionais do mercado mundial. (OSORIO, 2012; TRASPADINI, 2011)

Outros fenômenos que remetem ao estudo da TMD são a formação ou não de um mercado interno de massas, a constatação de um crescimento econômico com moderada distribuição de renda dentro da classe trabalhadora (porém não de riqueza entre as classes burguesa e trabalhadora), a reestruturação produtiva e seus impactos em termos de intensificação e prolongamento da jornada de trabalho e a precarização em geral do reino da produção, além da ampliação do valor histórico-moral da força de trabalho sem correspondentes aumentos salariais. Em suma, há uma série de elementos da realidade concreta que sugerem a vigência da superexploração da força de trabalho e, mais ainda, seu recrudescimento. (LUCE, 2013a; ARAÚJO, 2012; SANTANA, 2012; CARCANHOLO, 2013; MOTA, 2013; ROCHA, 2012)

Há também o intenso e decisivo debate sobre a recente expansão brasileira na América Latina e na África, que traz à tona com força renovada a categoria de subimperialismo. Estudos de diferentes matrizes teóricas e políticas têm chamado a atenção e buscado entender, por um lado, a expansão das transnacionais brasileiras e, por outro, a estratégia geopolítica do país, alguns defendendo tal categoria, outros reavaliando-a ou então descartando-a.<sup>89</sup>

Outro tema que perpassa diretamente parte da obra de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini e que historicamente foi debatido nas organizações políticas de esquerda – e que, no Brasil, tem sido cada vez mais tratado a partir da discussão em torno do projeto democrático-popular – é a relação entre a tática e a estratégia na transição socialista. Um tema presente na TMD a partir de análises concretas em *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*, de Marini (1976), e analisado teórica e historicamente por Vânia e Theotônio em *La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin* (1980). Tais obras – ainda sem tradução na língua portuguesa<sup>90</sup> e pouco conhecidas até mesmo pela nova geração de intelectuais – podem ser consideradas como uma espécie de fronteira para o aprofundamento e enraizamento da TMD no Brasil contemporâneo, sobretudo nos espaços fundamentais em que o marxismo deve se expressar de fato como uma filosofia da práxis, isto é, nos sindicatos, movimentos sociais e partidos anticapitalistas, socialistas e comunistas.

Como vimos ao longo deste ensaio, estamos diante de um fortalecimento da teoria marxista da dependência nas trincheiras e casamatas da sociedade civil brasileira relacionadas a organizações da classe trabalhadora e seus representantes intelectuais, orgânicos ou tradicionais. O mercado editorial abriu suas portas para publicações que defendem teses clássicas e contemporâneas da TMD. Nichos da universidade

---

89 Além do já citado dossiê do número 36 da revista *Crítica Marxista*, entre tais esforços podemos destacar os estudos de Fontes (2009), Luce (2011) e Zibechi (2012).

90 Em 2019, a editora Expressão Popular, com apoio da Adunirio, seção sindical do Andes-SN, publicou uma edição em português do livro *O reformismo e a contrarrevolução*. A tradução é assinada por Diógenes Moura Breda e contou com a revisão técnica dos autores do presente ensaio.

pública sediam polos de produção e difusão destas teses, que encontram espaço em importantes eventos de debate acadêmico, jornais e revistas científicas. Ou seja, está se constituindo – ainda sem uma direção clara e centralizada – um conjunto de aparelhos estatais e privados contra-hegemônicos de contestação da decadência ideológica do pensamento social brasileiro<sup>91</sup>. Neste sentido, é preciso reconhecer o papel de destaque que as/os intelectuais vinculadas/os de alguma forma à TMD cumprem na organização da resistência ideológica ao novo padrão de reprodução do capital, estabelecido no país desde o início da etapa neoliberal do imperialismo nos anos 1990 e que ganhou força nos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores e seu programa democrático-popular.

De todo modo, este avanço é tímido para efetivamente disputar a direção intelectual-moral em torno dos debates sobre a dependência. A supremacia ainda está nas mãos das classes proprietárias e seus operadores encastelados no poder estatal. Uma das tarefas para o rompimento com tal supremacia seria uma relação orgânica da nova geração da TMD – que na verdade se constitui tão somente como uma das matrizes do marxismo – com movimentos sociais e sindicatos de massa e partidos políticos revolucionários, o que ainda não é uma realidade. É certo que boa parte dos intelectuais vinculados aos centros de pesquisa universitários, revistas, jornais, editoras e associações supracitados são militantes em diversas organizações da esquerda, mas a relação das teses da TMD com as táticas e estratégias de setores mais radicalizados da classe trabalhadora é lateral, até porque não foi formulada nos debates internos das suas organizações. A consciência da classe não pode vir de fora dos processos de luta e auto-organização dos trabalhadores. Neste caso, temos um enorme caminho a percorrer.

É preciso seguir na trilha de retomar o fio da TMD e fazê-lo de modo criador, resgatando a controvérsia da dependência juntamente com o próprio marxismo e as lutas sociopolíticas emanadas dos interesses da classe trabalhadora em produzir a sua auto-emancipação diante do capitalismo. As múltiplas determinações da etapa contemporânea do capitalismo

---

91 Sobre a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro, ver

dependente latino-americano não cabem nas citações das formulações clássicas da TMD. A contínua transformação da realidade impele a nova geração de intelectuais a buscar um aperfeiçoamento do arcabouço teórico-metodológico marxista, atitude necessária para ajudar na tarefa de desvelar elementos da aparência e, primordialmente, da essência do desenvolvimento do modo de produção capitalista nestas paragens dependentes e espoliadas pelas grandes corporações imperialistas, sejam elas externas ou internas. É preciso captar e sistematizar, sob o princípio da totalidade – base do método materialista histórico-dialético – aquelas múltiplas determinações em uma nova síntese, caso queiramos avançar nos processos de transformação social necessários à emancipação da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA Filho, Niemeyer (org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013.

AMARAL, Marisa Silva. Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina?: elementos para uma investigação. In: GALVÃO, Andréia et al (org.). *Capitalismo: crises e resistências*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p.63-82.

ARAÚJO, Elizeu Serra, A exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo (1990-2007). In: *Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política*, Rio de Janeiro, 2012.

BAMBIRRA, Vânia. *Cuba: 20 anos de cultura*. São Paulo: Hucitec, 1983.

\_\_\_\_\_. *A teoria marxista da transição e prática socialista*. Brasília: Ed. da UnB, 1993.

---

os capítulos 4 e 5 do presente livro.

\_\_\_\_\_. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular/IELA, [1972] 2012.

\_\_\_\_\_ e Dos SANTOS, Theotônio. *La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin*. México DF: Era, 1980.

BARROS E SILVA, Fernando, “O provocador cordial”, *Folha de S. Paulo*, Caderno Ilustríssima, 2011.

BERRINGER, Tatiana. A tese do imperialismo brasileiro em questão. *Crítica Marxista*, Campinas, n.36, p.115-127, 2013.

BUENO, Fábio Marvulle. As novas perspectivas da economia brasileira. *Brasil de Fato*, São Paulo, 9 a 15 de agosto de 2012, p.7.

\_\_\_\_\_ e SEABRA, Raphael Lana. A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea. In: GALVÃO, Andréia et al (org.). *Capitalismo: crises e resistências*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p.111-131.

CARCANHOLO, Marcelo. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p.191-205, jan./abr. 2013.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.112, p.613-636, 2012.

CAZES, Leonardo, “O segundo retorno”, *O Globo*, Caderno Prosa & Verso, 2013.

CUEVA, Agustín (org.). *Tempos conservadores*. São Paulo: Hucitec, 1989.

DEMIER, Felipe. Breves notas sobre a Organização Revolucionária Marxista, a Polop. Disponível em <http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=839>. Acesso em 20 de set. 2013.

DOMINGUES, Sérgio. O subimperialismo brasileiro na América Latina. *História e luta de classes*, n. 6, p.85-88, 2008.

Dos SANTOS, Theotônio. *Teorias do capitalismo contemporâneo*. Belo Horizonte: Vega, 1983.

\_\_\_\_\_. *Forças produtivas e relações de produção*. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. *O caminho brasileiro para o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. *Revolução científico-técnica e acumulação de capital*. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

\_\_\_\_\_. *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana*. Petrópolis: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. *Evolução histórica do Brasil: da Colônia à crise da Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. A estrutura da dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n.30, 2011, p.5-18.

\_\_\_\_\_. Lições da nossa história. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n.30, 2011, p.19-32.

FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime e LUCE, Mathias (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

FONTES, Virgínia. O imperialismo brasileiro. In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG et. al. (org.). *Empresas*

*transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.219-245.

\_\_\_\_\_. A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo. *Crítica Marxista*, Campinas, n.36, p.103-113, 2013.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1934-5] 2002.

LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUCE, Mathias. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini. Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

\_\_\_\_\_. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n.32, p.119-141, 2012.

\_\_\_\_\_. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. *Crítica Marxista*, Campinas, n.36, p.129-141, 2013.

\_\_\_\_\_. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da força de trabalho. *Trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro, vol.11, n.1, p.169-190, 2013a.

MARINI, Ruy Mauro. *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*. México DF: Era, 1976. [ed. bras.: *O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre Chile*. São Paulo: Expressão Popular, 2019]

\_\_\_\_\_. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

\_\_\_\_\_. Subdesenvolvimento e revolução. In: *América Latina: história, ideias e revolução*. Paulo Barsotti e Luiz Bernardo Pericás (orgs.). São Paulo: Xamã, 1998.

\_\_\_\_\_. Duas notas sobre o socialismo. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 5, 1998a, p. 107-123.

\_\_\_\_\_. *Dialética da dependência*. Emir Sader (org.). Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. A intervenção militar. *Margem Esquerda*, São Paulo, n.3, p. 61-64, 2004.

\_\_\_\_\_. A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p.103-118.

\_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular/IELA, [1969] 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (org.). *América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2009.

MARTINS, Paulo Emílio; MUNTEAL, Oswaldo (org.). *O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.

MENDONÇA, João Carlos. Notas sobre o Estado no pensamento político de Ruy Mauro Marini. *História e luta de classes*, n.6, p.38-44, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. Trabalho precário na indústria de confecções: apontamentos sobre a realidade brasileira e a portuguesa. Socius working paper n.04, Lisboa, 2013. Disponível em

[http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp\\_04\\_2013.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp_04_2013.pdf).

NETO, João Machado Borges. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. *Crítica Marxista*, Campinas, n.33, p.83-104, 2011.

NETTO, José Paulo. Nota sobre o marxismo na América Latina. *Novos Temas*, Salvador/São Paulo, n.5/6, p.43-60, 2012.

NEVES, Lafaiete Santos (org.). *Desenvolvimento e dependência: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini*. Curitiba: CRV, 2012.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. Carla Ferreira, Jaime Osorio e Mathias Luce (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2012. p.103-133.

PRADO, Fernando. A história do não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, p.68-94, 2011.

\_\_\_\_\_ e MEIRELES, Monika. Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos. In: CASTELO, Rodrigo (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p.169-190.

ROCHA, Mirella. O mito do desenvolvimento socioeconômico do Brasil no século XXI: análise a partir dos planos governamentais da era Lula. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 12, n.24, p.325-351, 2012.

SANTANA, Pedro Marques de. *Um estudo sobre o conceito de superexploração do trabalho na obra de Ruy Mauro Marini*. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Bahia, 2012.

SERRA, Eduardo; COSTA, Ricardo; CASTELO, Rodrigo. Dependência e revolução socialista: a contribuição de Ruy Mauro Marini. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, setembro de 2013. Teoria, p.8.

SOTELO VALENCIA, Adrián. *Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2008.

\_\_\_\_\_. *A reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas do mundo do trabalho*. Uberlândia: Ed. da UFU, 2009.

SOUZA, Angelita Matos. Crítica à noção de subimperialismo. *Crítica Marxista*, Campinas, n.36, p.143-151, 2013.

TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

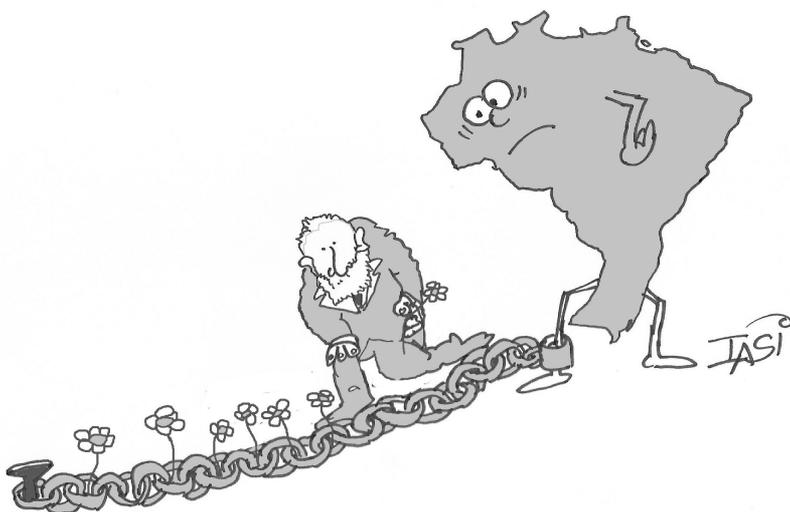
TRASPADINI, Roberta. Reprimarização e dependência. *Brasil de Fato*, São Paulo, 14-20 de abril de 2011. Opinião, p.3.

ZIBECHI, Raúl. *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

## Parte II

---

### Supremacia rentista e crise orgânica no Brasil neoliberal





## 7.

### **O canto da sereia: social-liberalismo, novo- desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro\***

E a novidade que seria um sonho  
O milagre risonho da sereia  
Virava um pesadelo tão medonho  
Ali naquela praia, ali na areia...  
(Gilberto Gil e Paralamas do Sucesso, *A novidade*)

A imagem do despertar do Colosso brasileiro voltou com força. Empresários, governantes, monopólios das comunicações e pesquisadores vendem a antiga ilusão do desenvolvimento sob uma nova e esfarrapada aparência. Teses como a eliminação da extrema pobreza, a emergência de uma nova classe média, o fim da dependência e do subdesenvolvimento, o pleno emprego da força de trabalho e a instauração de um Estado de bem-estar social são propaladas aos quatro ventos.

---

\* Artigo publicado originalmente na revista *Em pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v.11, n.31, p.119-138, 2013. Este texto foi fruto direto de duas experiências de trabalho: um ciclo de conferências no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP sobre novo desenvolvimentismo e capitalismo monopolista no Brasil e uma passagem de três semestres como professor visitante na Faculdade de Serviço Social da UERJ. A todas/os as/os envolvidas/os – estudantes, professoras/es e técnicas/os da PUC-SP e UERJ –, a minha mais profunda gratidão pela recepção generosa e acolhedora. Dedico este “esboço de crítica” a vocês! Por fim agradeço a Tatiana Brettas por argutos comentários ao texto, isentando-a de qualquer responsabilidade sobre o seu conteúdo final.

O canto da sereia de um novo-desenvolvimentismo atrai cada vez mais a atenção da opinião pública e disputa a direção intelectual-moral da sociedade brasileira. Não são poucos movimentos sociais e partidos políticos que aderiram – conscientes ou não, em maior ou menor grau – a este projeto político das classes dominantes, cujos objetivos são moldar uma determinada concepção de mundo para o aprofundamento de uma etapa superior do capitalismo dependente brasileiro.

Apesar da força da ideologia neodesenvolvimentista, há no Brasil uma controvérsia sobre a sua capacidade de determinar os rumos das políticas do Estado, especialmente econômicas, geopolíticas e sociais. Em linhas gerais, surge um questionamento básico: houve uma ruptura com o projeto neoliberal e sua atual ideologia hegemônica, o social-liberalismo?

Luiz Filgueiras et. al. (2012), Pedro Fonseca et. al. (2012) e Reinaldo Gonçalves (2013), por exemplo, rechaçam, com as devidas mediações, a ideia do novo-desenvolvimentismo como a força motriz da política econômica. Ivanete Boschetti (2012), Elaine Behring et. al. (2013) e Ana Elizabete Mota, junto com diversos coautores (MOTA, 2012), demonstram a hegemonia do social-liberalismo nas políticas sociais.

O sétimo capítulo do livro, que inaugura a parte II, pretende trazer uma contribuição a essa polêmica, centrando-se no debate sobre a política econômica e seus impactos sobre a economia política do capitalismo dependente brasileiro. As suas perguntas centrais são: qual é o papel do novo desenvolvimentismo na etapa contemporânea do capitalismo dependente? É correto afirmar que esta ideologia supera o social-liberalismo e detém a hegemonia na pavimentação do capitalismo no nosso país, deslocando a plutocracia dos seus postos dominantes no bloco histórico neoliberal? A ver.

### **A hegemonia neoliberal e sua variante social-liberal**

A crise do neoliberalismo chegou ao nosso continente no final do século passado, antes de atingir o centro imperialista em 2008. Aqui, a crise se tornou orgânica, capaz de abalar a supremacia burguesa nos seus elos mais fracos. Abriram-se

múltiplas possibilidades para os povos da região trilharem caminhos até então bloqueados pelas classes dominantes. Basicamente, colocaram-se em disputa quatro projetos políticos pela direção intelectual-moral das nossas sociedades dependentes e periféricas: o socialismo do século 21, o social-liberalismo, a contrarrevolução e o novo-desenvolvimentismo. (CASTELO, 2010)

Vista a conjuntura latino-americana desta forma, os nossos caminhos estão longe de serem guiados somente por uma guinada à esquerda, que supostamente teria desencadeado o pós-neoliberalismo. Esta intrincada encruzilhada nos coloca diante de um cenário mais complexo. É inegável que a região vive um momento diferenciado na sua história, com a ascensão de forças populares e antiimperialistas adormecidas há tempos, impulsionando, inclusive, o socialismo como projeto ético-político de governos genuinamente progressistas, como os da Venezuela, Bolívia, Equador e da combatente ilha de Cuba. Mas não podemos fechar os olhos para a reação das classes dominantes diante do avanço das forças progressistas, inclusive com manifestações esporádicas da extrema-direita de coloração fascista.

A reação burguesa concretizou-se de distintas maneiras, umas diretas, outras indiretas. A contrarrevolução foi posta em marcha com o golpe de Estado perpetrado na Venezuela em 2002. Mesmo com o fracasso da derrubada de Chávez, as plutocracias regionais fizeram novas tentativas até alcançarem seus objetivos em Honduras e Paraguai: com o uso da força (militar, parlamentar e midiática), expulsaram governantes democraticamente eleitos com programas populares da presidência. Além disso, a contrarrevolução também opera a partir de governos constitucionais, como na Colômbia, ponta de lança do imperialismo estadunidense na América do Sul, e no Chile, que utiliza heranças da ditadura de Pinochet, como o decreto do estado de sítio, para combater as lutas sociais do povo Mapuche e as rebeliões estudantis. No México, a repressão estatal ao Exército Zapatista e as crescentes fraudes eleitorais, bem como a militarização no combate ao narcotráfico, dão ares cada vez mais autocráticos ao país.

O social-liberalismo surgiu nos centros imperialistas em resposta a crise conjuntural vivenciada pelo capitalismo em meados dos anos 1990, com as crises financeiras nos países dependentes (México, Tigres Asiáticos, Rússia, Brasil, Argentina) e o tímido fortalecimento das forças políticas de contestação da ordem, como os ativistas do Fórum Social Mundial e o Exército Zapatista. As classes dominantes globais pretenderam dotar o neoliberalismo de uma agenda social, buscando dar uma face humana ao desenvolvimento e à “globalização” para reduzir as tensões sociais e políticas. Falou-se em uma terceira via entre o mercado e o socialismo (Anthony Giddens), uma globalização com face humana (Joseph Stiglitz), desenvolvimento humano com liberdade (Amartya Sen), o pós-Consenso de Washington (John Williamson) e uma “nova” questão social (Pierre Rosanvallon).

Em linhas gerais, o social-liberalismo<sup>92</sup> reconhece que o mercado, apesar de suas falhas pontuais e episódicas, ainda é a melhor forma já inventada na história de organização social para a produção da riqueza. Suas falhas, principalmente no tocante à má distribuição de renda e à destruição ambiental, tendem a se agravar em momentos de crise, o que requer uma regulação estatal seletiva. O Estado social-liberal é, portanto, convocado a ter uma atuação ativa nas expressões mais explosivas da “questão social”, tais como a pobreza, a degradação ambiental, doenças contagiosas, violência etc., programa mínimo que ficou consagrado internacionalmente nas Metas do Milênio.

Este ajuste complementar pode ser chamado de social-liberalismo, que muda certos aspectos do neoliberalismo para preservar a sua essência, a saber, a retomada dos lucros dos grandes monopólios capitalistas via o novo imperialismo, a financeirização da economia, a reestruturação produtiva e precarização do mundo do trabalho, o aumento das taxas de exploração da força de trabalho, a reconfiguração das intervenções do Estado ampliado na economia e na “questão social”, o apassivamento e cooptação da classe trabalhadora e,

---

92 Para mais detalhes sobre o social-liberalismo, cf. Castelo, 2013.

em determinados casos, a decapitação das suas lideranças mais combativas.

O desembarque do social-liberalismo na América Latina se deu pelas mãos de antigos partidos social-democratas, organizações que outrora defenderam os interesses dos trabalhadores e, atualmente, aderiram ao projeto burguês contemporâneo, tentando maquiar alguns dos seus aspectos sociais mais nefastos com medidas paliativas. Esta é a nova face do neoliberalismo na América Latina, na qual as políticas econômicas e sociais seguem, em essência, os ditames do pós-Consenso de Washington, escrito pelo mesmo redator do Consenso de Washington. Ou seja, tudo mudou para permanecer o mesmo, em uma nova etapa da longa revolução passiva latino-americana.

Os governos Lula e Dilma talvez sejam os melhores exemplos do social-liberalismo latino-americano. Apesar das antigas origens de esquerda de parte dos quadros do PSDB, os tucanos perderam qualquer impulso transformador logo após a fundação do partido, sendo rapidamente apoiados pelas classes dominantes para dirigir o processo de integração do Brasil à fase neoliberal do imperialismo. Já o PT brilhou, durante a década de 1990, como uma estrela-guia da política antineoliberal. Todavia, ao assumir o governo federal em 2003, aderiu ao neoliberalismo.

Há praticamente um consenso desta adesão de primeira hora do PT ao neoliberalismo. Mesmo apoiadores do governo comungam desta avaliação. Aliás, o transformismo petista é anterior (IASI, 2006; COELHO, 2012) e ficou patente durante a campanha presidencial de 2002, com a assinatura da Carta ao povo brasileiro, na qual a cúpula do partido comprometeu-se com a plutocracia internacional a manter a política econômica herdada do Consenso de Washington.

O debate sobre uma suposta ruptura com o neoliberalismo no Brasil surgiu no segundo mandato de Lula. De acordo com alguns analistas, forçados pela crise externa em 2008, os governos do PT tomaram medidas que romperiam com o neoliberalismo, em especial no tocante às políticas econômicas. Um pacote de medidas, tais como redução gradual dos juros, aumento do crédito ao consumidor e do salário mínimo, desonerações fiscais e tributárias e financiamento do

capital monopolista nacional via o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), teria sido a senha do rompimento com a política neoliberal e a adesão dos petistas e seus aliados (PSB e PCdoB, em especial) ao novo-desenvolvimentismo.

Esta ruptura efetivamente ocorreu? Podemos nos questionar como uma ruptura desta magnitude – com um dos maiores projetos de supremacia de toda a história da ordem burguesa, ou mesmo da humanidade, como afirma Perry Anderson (2007) – pode ocorrer sem enfrentamentos diretos, sem massivas mobilizações populares e reformas institucionais, isto sem falarmos na eclosão de processos revolucionários. Uma “marolinha”, como Lula chamou os rebatimentos da crise internacional no país, teria mudado o curso da história brasileira? A estrutura básica do neoliberalismo – uma estratégia política mundial de reversão da crise orgânica do capitalismo nos anos 1970 hegemônica pelas frações rentistas do grande capital financeiro – teria mudado nos últimos anos? A hegemonia dos rentistas, dentro do bloco social dominante, teria perdido força no Brasil e, gradualmente, cedido lugar a outra fração da burguesia, mais ligada aos setores industriais internos?

A condução da política econômica nos últimos dez anos pode fornecer algumas pistas para delinear uma resposta plausível às questões formuladas acima. Neste caso, é preciso entender o cofre do tesouro e os guardiões das suas chaves, tendo em vista que a dinâmica da acumulação de capital, e sua natureza financeirizada, podem ser impulsionadas pela política econômica, assegurando o poder e a riqueza das frações rentistas das classes dominantes. Mas, certamente, a política econômica não tem força para alterar as bases de um padrão de reprodução capitalista. Tais alterações dependem de revoluções, reformas, revoluções passivas ou contrarrevoluções, isto é, ocorrem fundamentalmente no plano da grande política.

Começemos pela parte fiscal. No primeiro mandato de Lula, a política orçamentária manteve intactos os pilares do Consenso de Washington, sendo, inclusive, mais realista que o rei. Na época, o Fundo Monetário Internacional (FMI) exigiu um acordo de 3,75% de meta para o superávit primário; o governo

cedeu 4,25% e, na prática, chegou a 5,13% no primeiro ano. O objetivo era acalmar os ânimos do grande capital, leia-se, garantir altas taxas de rentabilidade para a plutocracia.

Posteriormente, o superávit primário caiu e, em média, ficou no patamar de 3%, o que, afinal, havia sido acordado com os credores internos e externos. Os mecanismos de produção do superávit primário, que drenam recursos das políticas sociais, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Desvinculação de Recursos da União, continuam ativos sem questionamentos. O Tesouro Nacional e o Ministério do Planejamento cumpriram diligentemente o papel de manter a poupança estatal para o pagamento dos juros da dívida na casa dos 3%; em 2009 e 2010, a taxa ficou em torno de 2% com descontos do investimento do PAC, e aumentou para 3,11% em 2011, caindo novamente para 2,38% em 2012 (O Globo, 31 de janeiro de 2013, p.26). Iniciou-se neste ano a discussão da redução formal do superávit primário para o patamar de 2% sem as ditas maquiagens contábeis, conforme reclamações dos críticos conservadores.

Desde o período pós-crise, o governo federal reduziu, em determinados anos, a poupança dos gastos públicos em 1 ponto percentual. A medida anticíclica é uma tentativa de reativação da economia nacional diante da queda do crescimento do PIB. A questão que merece ser discutida é: qual é o destino dos recursos que voltam a entrar em circulação além dos circuitos especulativos do capital portador de juros e capital fictício? Grande parte deste dinheiro foi alocada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em capitalizações do caixa do BNDES e nas desonerações fiscais e tributárias de setores produtivos, numa operação de transferência de renda para o grande capital estimada em R\$ 193 bilhões no triênio 2012-2014 (O Globo, 22 de março de 2013, p.28). Somente uma pequena fração da queda do superávit primário foi utilizada no reajuste dos salários dos servidores federais e dos valores de benefícios sociais. Os gastos nas áreas sociais também sofreram

aumentos, mas em uma proporção muito menor do que o pagamento dos juros e amortizações da dívida (gráfico 1)<sup>93</sup>.

**Gráfico 1.** Orçamento geral da União – gastos seleccionados (R\$ milhões)

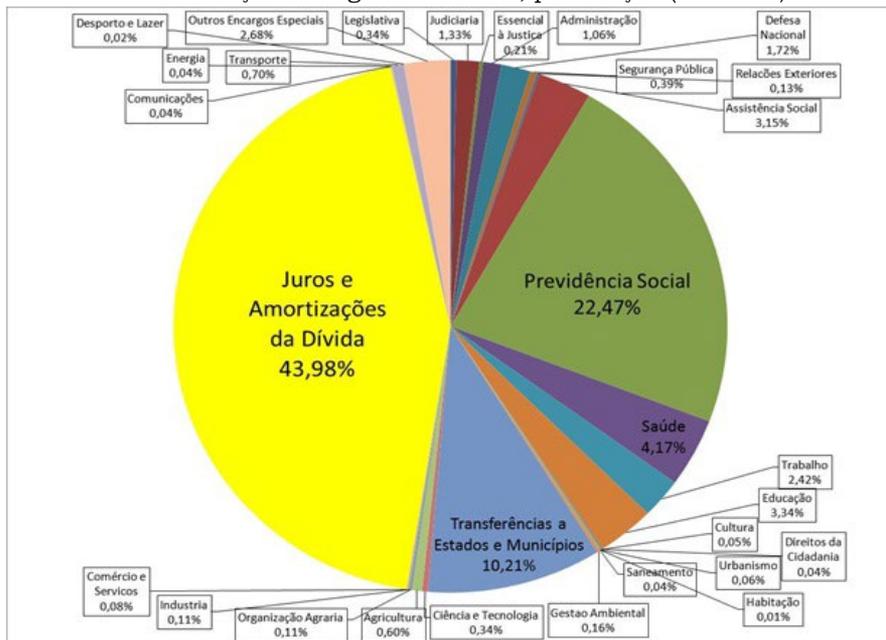


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – SIAFI

Fica, assim, evidente a desigualdade na distribuição dos recursos orçamentários da União entre as classes sociais. O ajuste fiscal garante altas taxas de rentabilidade ao grande capital, especialmente suas frações rentistas, que abocanham cerca de 44% do orçamento (em números absolutos, R\$ 753 bilhões) (gráfico 2), enquanto as necessidades básicas dos usuários dos serviços sociais públicos não são atendidas.

93 O gráfico consta da entrevista de Maria Lucia Fattorelli no Jornal dos Economistas, n.272, março de 2012. Disponível em [http://www.corecon-rj.org.br/pdf/JE\\_marco\\_2012.pdf](http://www.corecon-rj.org.br/pdf/JE_marco_2012.pdf).

**Grafico 2.** Orçamento geral da União, por função (em 2012)



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida Pública

Gastos e tributação são duas faces de uma mesma moeda. Dissertou-se brevemente sobre o destino dos recursos do fundo público. Cabe, agora, saber a origem dos tributos. Em 2012, a arrecadação tributária bateu recorde, alcançando R\$ 1,029 trilhão diante do crescimento econômico e do aumento da renda e do emprego formal. Estes fatores, contudo, não explicam a totalidade do seu crescimento. Uma política de gestão e fiscalização da Receita Federal, bem como a defasagem da tabela do Imposto de renda de pessoa física, que chega a 66,4% entre 1996 e 2012, também fazem parte do arsenal do governo para aumentar a carga tributária, cada vez mais concentrada na União.

A política tributária brasileira é altamente regressiva. Segundo Evilásio Salvador (2012, p.130), 54,90% da arrecadação em 2009 vêm da tributação indireta, isto é, do consumo de mercadorias, que tem alíquotas iguais para classes com rendas e riquezas muito desiguais. As contribuições das entidades empresariais, tais como a Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) e o Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ),

somaram R\$ 22,64 bilhões, enquanto o imposto de renda dos assalariados somou quase cinco vezes mais (R\$ 110,86 bilhões). Já os impostos sobre o patrimônio corresponderam a somente 3,72%. Ou seja, a renda da classe trabalhadora tem um nível de taxaço muito mais elevado do que a renda dos capitalistas; além disso, o estoque da riqueza é praticamente isento de pagamento dos impostos.

Na política monetária, as taxas nominais da Selic caíram paulatinamente de 26,5% em 2003 para 8% em 2013. Em termos reais, tais taxas eram, respectivamente, de 16% e 2%, o que representa uma queda significativa. Entretanto, como visto anteriormente, esta queda nominal e real da taxa de juros não significou o fim da pilhagem do orçamento nacional por parte dos detentores dos títulos da dívida pública.

E os balanços patrimoniais do grande capital bancário, foram afetados por esta queda? Durante os oito anos de mandato do governo Lula, os lucros de nove bancos (dentre eles os gigantes Itaú, Bradesco e Banco do Brasil) bateram recordes, contabilizando R\$ 174 bilhões, enquanto nos anos FHC o resultado foi de R\$ 19 bilhões (O Globo, 26 de fevereiro de 2011, p.31). Em 2011, os lucros de 25 instituições bancárias com capital aberto foram de R\$ 49 bilhões, uma alta de 14,5% em relação a 2010 (O Globo, 12 de abril de 2012, p.24). Ou seja, a queda dos juros não significou a queda dos rendimentos dos grandes bancos, pois estas corporações oligopolistas adotaram novas estratégias de gestão do seu portfólio, tais como a manutenção do *spread* bancário e o aumento das operações de crédito e das tarifas acima da inflação.

As empresas dos setores produtivos não ficaram de fora do crescimento do bolo. Seus balanços patrimoniais esbanjam cifras invejáveis. No primeiro ano do governo petista, os lucros de 257 empresas com capital aberto foram de R\$ 61,6 bilhões. No início do segundo mandato de Lula, houve um aumento recorde de 100%, para R\$ 123,7 bilhões (O Globo, 11 de abril de 2008, p.25). Em 2010, a consultoria Austin Rating calculou, a partir de uma amostragem de 59 empresas de 20 setores com capital aberto, um lucro de R\$ 167 bilhões, 32% a mais do que 2009 (O Globo, 2 de abril de 2011).

Os ganhos dos grandes oligopólios foram crescentes no mercado de capitais. O índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu 523% durante 2003-2010, a maior alta nominal entre as principais praças financeiras do mundo (O Globo, 4 de outubro de 2010). Em 2009 o volume de negócios registrado na Bovespa atingiu a marca de R\$ 1,216 trilhão. E os dividendos pagos aos acionistas do grande capital cresceram continuamente desde 2008, passando de R\$ 57,4 bilhões para R\$ 94,3 bilhões em 2011. (O Globo, 7 de maio de 2012)

Em suma, diversos setores do capital financeiro (industriais, bancários, agrários e de serviços), cada vez mais concentrados e centralizados em torno de grandes conglomerados multinacionais, lucraram como nunca na história deste país. Conforme declara orgulhosamente o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2013, p.16),

(...) eles nunca ganharam tanto dinheiro na vida quanto ganharam no meu governo. Nem as emissoras de televisão, que estavam quase todas quebradas; os jornais, quase todos quebrados quando assumi o governo. As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam.

Em determinados períodos de crescimento econômico, é possível se constatar a elevação simultânea das rendas do trabalho e do capital. Os rendimentos da classe trabalhadora também subiram nos últimos anos, devido aos aumentos reais do salário mínimo, dos acordos coletivos entre patrões e empregados favoráveis ao trabalho, dos programas de transferência de renda e das mobilizações e greves. E tais ganhos não devem ser desprezados, ainda mais se pensarmos nas condições de miserabilidade de milhões de cidadãos brasileiros. Entretanto, o aumento da renda do trabalho, segundo evidências aqui relatadas, não seguiu o ritmo do crescimento das rendas do capital, isto sem falarmos na concentração da propriedade, protegida por sigilos de toda sorte que precisam ser abertos e suas informações decodificadas<sup>94</sup>.

---

94 Um importante passo nesta direção é o Ranking dos Proprietários do Brasil, organizado pelo Instituto Mais Democracia e a Cooperativa Educa-

Existem poucos números oficiais disponíveis sobre a concentração da riqueza no Brasil. Talvez o mais expressivo seja sobre a concentração fundiária. De acordo com os três últimos censos agrários do IBGE, o índice Gini que mede a concentração das terras no país é altíssimo e permaneceu estável (0,857 em 1985, 0,856 em 1995/96 e 0,854 em 2006). No Censo Agropecuário de 2006, as propriedades acima de 200 hectares contabilizaram 71% do total das terras brasileiras, enquanto em 1995/96 somavam 61%.

Segundo pesquisa da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), a nação tem 50 mil milionários, com investimentos rentistas na ordem de R\$ 434,4 bilhões. A revista Forbes divulgou em 2011 a sua lista de bilionários; nela constam trinta membros brasileiros, número recorde e que não para de crescer. Destes ilustres empreendedores, a maior parte é do seletor grupo das famílias de banqueiros. Cabe ressaltar que os índices de mensuração da distribuição pessoal da renda no Brasil não captam os ganhos do capital. E, mesmo assim, o país ainda carrega as marcas das desigualdades entre as classes: é o 12º país mais desigual do mundo e, na América Latina, temos a nada honrosa 4ª colocação no ranking do pauperismo relativo. Segundo escrevem Carlos Tautz et. al. (2010, p.259-60),

As políticas sociais levadas a efeito pelo governo Lula têm gerado efetivamente melhorias nos indicadores sociais, mas que não chegam a atingir a estrutura concentradora da riqueza, que, como se vê, foi aprofundada. Isso torna ainda mais difícil a tarefa de por em debate o atual padrão de acumulação capitalista no país.

A política monetária do Banco Central (BC) ainda busca atingir as metas da inflação para satisfazer as expectativas do grande capital. Apesar de ajustes pontuais, mirando no teto das metas ao invés do seu centro, o controle inflacionário é um dos marcos da política econômica. O saco de maldades do BC

---

ção, Informação e Tecnologia para a Autogestão. Para mais informações, consulte a página eletrônica <http://www.proprietariosdobrasil.org>.

reserva surpresas, inclusive mudando a tendência de queda dos juros e reeditando três aumentos consecutivos, como ocorreu em abril, maio e julho de 2013. Com isto, pode-se esperar o aumento dos lucros derivados de movimentações financeiras. Mais uma vez, os ganhos rentistas são preservados diante da pressão de expressivos setores do grande capital.

Apesar de recentes operações de compra de dólares no mercado, o Brasil adotou o câmbio flutuante (hoje com menor margem de flutuação) e a liberalização financeira dos seus fluxos externos de capital, que ainda drenam massivamente a riqueza produzida pela força de trabalho nacional nas formas de envio de lucro, pagamentos de juros, *royalties*, patentes e direitos intelectuais, fretes, seguros etc. O déficit da nossa conta corrente cresce ano a ano desde 2009, o que precisa ser financiado pelo ingresso de capital estrangeiro, muitas vezes atraído por altas taxas de juros. Projeções do próprio Banco Central calculam o déficit externo em US\$ 75 bilhões no ano de 2013, algo em torno de 3% do PIB.

Com o crescente déficit na conta corrente, os governos petistas estimulam uma agressiva política de exportações de mercadorias do complexo agroindustrial, apostando nas “vantagens competitivas naturais” da nação e na alta contínua dos preços das *commodities* agrícolas e minerais nos mercados internacionais. O objetivo é conseguir divisas a partir da balança comercial. Produtos primários e semimanufaturados responderam, respectivamente, por 38,5% e 13,7% pela nossa pauta exportadora em 2010. Temos, portanto, mais de 50% das exportações baseados em mercadorias primárias de baixa ou nenhuma densidade tecnológica, com baixo valor agregado.

Dentro deste quadro de manutenção do tripé neoliberal – meta inflacionária, superávit primário e câmbio flutuante, com ajustes marginais de acordo com a conjuntura –, junto com a liberalização comercial e financeira e as privatizações de nova geração (concessões, parcerias público-privadas, organizações sociais etc.), constata-se que o social-liberalismo mantém a hegemonia dentro da política econômica via o posicionamento estratégico de seus quadros dirigentes no controle do Banco Central, Tesouro Nacional e os ministérios da Fazenda e do Planejamento. Ou seja, o social-liberalismo ainda domina

setores-chave do Estado, angariando ganhos multibilionários de renda e riqueza para as frações rentistas da burguesia e demais aliados do bloco social dominante.

Os altos escalões executivos do Estado ampliado burguês garantem, por fora de qualquer controle democrático, uma crescente apropriação da riqueza socialmente produzida para direcioná-la à manutenção das condições gerais da produção capitalista e à administração das crises, socializando prejuízos decorrentes das atividades dos plutocratas. Segundo Ernest Mandel ([1972] 1982, p.339), no pós-Segunda Guerra Mundial, há

(...) uma tendência do capitalismo tardio a aumentar não só o planejamento econômico do Estado, como também a aumentar a socialização estatal dos custos (riscos) e perdas em um número constantemente crescente de processos produtivos. Portanto, há uma tendência inerente ao capitalismo tardio à incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às “condições gerais de produção” que financia.

O cerne da questão reside na manutenção de uma política econômica que estimula o aprofundamento da economia política da financeirização e do novo imperialismo, processo gestado desde os anos 1990. Diante das Jornadas de junho/julho, a presidente Dilma apressou-se a apresentar à nação um Pacto Social com cinco medidas. A primeira delas – o que não é casual – é a da disciplina fiscal, um claro recado à plutocracia mundial. Mesmo diante de imponentes pressões populares, o governo manterá o superávit primário para arcar com as dívidas internas e externas. E, na esteira deste anúncio presidencial, o ministro Guido Mantega já anunciou um pacote de cortes de gastos de custeio na máquina estatal, prometendo preservar áreas como saúde, educação e transporte. As vozes da democracia foram escutadas porque se fizeram presentes maciçamente nas ruas, mas continuam não sendo atendidas...

Para além das aparências macroeconômicas, que exibem bons números em determinadas conjunturas, está em curso no Brasil a reafirmação e consolidação de uma nova etapa do capitalismo dependente que começou na década de 1990, foi

impulsionada nos governos FHC e consolidada na Era Lula/Rousseff. Privilegiam-se os circuitos financeiros da plutocracia nacional e internacional, que articulam a criação de valores fictícios nos balanços contábeis e tratam de promover a punção da mais-valia produzida sob o signo da superexploração da força de trabalho em diversos ramos da indústria e dos serviços, e a massiva expropriação dos meios de produção no campo e na cidade (FONTES, 2010). Como dizem Marcelo Carcanholo e Grasiela Baruco (2011, p.20),

Aprofundamento das reformas neoliberais, ainda que se mantenha o discurso por uma maior (re) regulamentação do mercado financeiro, e garantias estatais para a valorização meramente financeira do capital fictício, essa é a forma que o capitalismo está construindo para a saída desta nova crise estrutural. O neoliberalismo morreu?

### **O novo-desenvolvimentismo como força auxiliar no socorro ao capitalismo dependente brasileiro**

O novo-desenvolvimentismo surgiu no ninho dos tucanos. Luiz Carlos Bresser Pereira escreveu, em 2004, um artigo na Folha de São Paulo intitulado sobriamente de *Novo desenvolvimentismo*. No ano seguinte, um grupo de professores universitários ligados à tradição pós-keynesiana organizou a coletânea *Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Esta obra foi prefaciada pelo então vice-presidente José de Alencar, senador da República, industrial do ramo têxtil e um dos fiadores da aliança de Luís Inácio Lula da Silva com a alta burguesia. Nesta etapa, o novo-desenvolvimentismo deixou de ser uma ideologia formulada por um intelectual orgânico das classes dominantes e ganhou proximidade com o alto escalão do governo federal, sob a batuta de representantes da alta burguesia interna.

O ponto de inflexão teria ocorrido a partir do final de 2005, com a crise decorrente do mensalão, e a queda do ministro Antonio Palocci em 2006. A pressão por uma mudança na linha da política econômica aumentou ainda mais em 2008 com a crise que eclodiu nos EUA e rapidamente se espalhou pelo mundo, com maior peso na Europa. Neste período, teses do

novo-desenvolvimentismo – intervenção estatal na economia e na “questão social” para estimular crescimento e distribuição de renda, política externa mais ativa, investimentos em infraestrutura – fortaleceram-se dentro do aparelho estatal e foram elogiadas por intelectuais orgânicos da alta burguesia. Delfim Netto, ex-ministro da economia e do planejamento na ditadura civil-militar, signatário do AI-5 e hoje assessor econômico dos governos do PT, declarou numa entrevista que

Lula mudou o Brasil de forma importante, de forma a salvar o capitalismo.

(...) A última coisa que este governo fez foi se opor ao capitalismo. E muito menos ser marxista ou outra coisa. Digo que há coisas acontecendo que são fundamentais para a sobrevivência do processo (NETTO, 2009, p.28).

Na área geopolítica, destacaram-se figuras como Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães, Marco Aurélio Garcia, Roberto Mangabeira Unger e Oswaldo Oliva Neto<sup>95</sup>. Márcio Pochmann foi presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) por muitos anos. Luciano Coutinho assumiu o BNDES em abril de 2007 e continua no cargo com o prestígio em alta. Aloizio Mercadante é o atual ministro da Educação (já foi ministro da pasta de Ciência e Tecnologia) e assessor político da presidente Dilma. Luiz Gonzaga Belluzzo é assessor econômico da presidência da República desde o governo Lula. Desta forma, a ideologia novo desenvolvimentista deixou de ser um espectro e ganhou materialidade como política de governo em alguns setores do Estado, com destaque para a política externa e, na área econômica, o BNDES.

O BNDES é um dos poucos postos-chave no Estado brasileiro dirigidos por defensores do novo-desenvolvimentismo. Até mesmo o Ipea, antigo bastião do chamado social-desenvolvimentismo, hoje é presidido por Marcelo Neri, o

---

95 O capítulo 3 do livro *Brasil potência*, do jornalista uruguaio Raul Zibechi, traz detalhadas descrições e análises sobre a política novo-desenvolvimentista na área geopolítica (ZIBECHI, 2012).

ideólogo da “nova classe média”<sup>96</sup>. O novo-desenvolvimentismo opera como uma linha auxiliar do social-liberalismo no aparato estatal, planejando ações da política econômica para garantir o que Ernest Mandel chamou de “condições gerais da produção”. O seu destaque se dá nas operações de financiamento direto e/ou indireto do BNDES para a concentração e centralização dos capitais nacionais.

Após ser o principal aparelho coercitivo estatal de espoliação nos processos de privatização ocorridos na década de 1990, o BNDES ganhou uma nova orientação na segunda década do século 21. Para isto o banco de desenvolvimento recebeu aportes bilionários do Tesouro Nacional e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); hoje, conta com recursos de empréstimos na casa dos R\$ 150 bilhões (em 2011, foram R\$ 148 bilhões de desembolsos de empréstimos e R\$ 156 bilhões em 2013; no primeiro ano do governo Lula, eram R\$ 35 bilhões). Para que se tenha um termo de comparação deste montante, isto representa mais do que o dobro dos recursos disponíveis do Banco Mundial.

Grande parte da carteira de empréstimos do BNDES está voltada para a política de formação das campeãs nacionais, isto é, a construção de grandes oligopólios brasileiros que atuam em setores econômicos nos quais o país goza de vantagens comparativas, em especial nos mercados de *commodities*. Nos últimos anos, cerca de 75% dos empréstimos do BNDES foram destinados às grandes empresas (TAUTZ et. al., 2010, p.263). A partir desta política, incentivou-se a fusão de capitais industriais, bancários, comerciais, agrários e logísticos em torno do grande capital monopolista, com bilionários aportes do BNDES e dos fundos de pensão estatais (Previ, Petros, Funcef e outros) principalmente nos setores de mineração, pecuária, etanol, papel e celulose, energia, alimentação, siderurgia, petroquímica, telefonia e construção civil.

É certo que o desenvolvimento capitalista dependente teve a presença ativa do Estado desde o seu início, seja na forma de políticas fiscais, tributárias, monetárias e cambiais, seja com

---

96 Uma crítica consistente e demolidora à tese da “nova classe média” pode ser conferida no artigo “Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?”, de Mathias Luce (2013).

a criação de empresas estatais, especialmente nos setores de base com investimentos vultosos e de longa maturação. O auge desta intervenção estatal na economia ocorreu no período da ditadura empresarial-militar de 1964, quando o tripé do capitalismo dependente – empresas privadas internacionais, nacionais e as estatais – consolidou-se e as multinacionais tornaram-se hegemônicas no país. De acordo com Octavio Ianni (1981, p.53),

A totalidade econômica e política formada pelos setores estatal, nacional e imperialista adquiriu, por sua vez, uma configuração muito especial. O modo pelo qual se deu o desenvolvimento dessa totalidade, principalmente desde a instalação da ditadura, transformou o Estado em poderoso núcleo do capital financeiro. Passou a ser tão grande o poder decisório e de atuação do Estado, que muitos tiveram a impressão de que o Estado se havia “deslocado” da sociedade, ou se colocado “contra a Nação”. Provavelmente, jamais tenha sido tão grande a capacidade e o poder do Estado de tomar decisões, atuar ou influenciar as condições de acumulação monopolística no Brasil.

E o Estado nunca mais deixou de frequentar o núcleo duro do capital monopolista, nem mesmo durante o neoliberalismo com o programa de privatização. No final do processo de reorganização do capitalismo no país, com a formação do bloco histórico neoliberal, houve um reposicionamento do Estado como uma potência econômica direta e indireta. Desta vez o Estado controla grandes empresas públicas e privadas (ROCHA, 2013, capítulo 2) através da participação acionária, com intensa atuação do BNDESpar. Segundo afirma Raul Zibechi (2012, p.183),

Os dados são sobremaneira eloquentes. Em 1996, o BNDES tinha participação em 30 grandes empresas brasileiras. Em 2003, o primeiro ano do Lula, já era acionista de 53 empresas, e em 2009 chegou a 90. Se a isto se soma a presença dos fundos Petros, Previ e Funcef, o Estado está presente em 119 empresas em 2009.

Uma das novidades da etapa neoliberal do capitalismo dependente brasileiro reside na participação da alta burocracia de centrais sindicais na gestão do capital financeiro. Antes, tais lideranças sindicais cooptadas eram presenteadas com concessões pontuais de benesses e mesmo direitos sociais para suas respectivas corporações, naquilo que Florestan Fernandes chamou de distribuição de migalhas aos de baixo. Agora, as migalhas cresceram, não para as bases, mas para a alta burocracia. Estas cúpulas da aristocracia operária, formadas majoritariamente por dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), cumprem hoje o papel de gestores de fundos de pensão multibilionários<sup>97</sup>, apoiando perdas de direitos trabalhistas e previdenciários e estimulando a superexploração da força de trabalho, medidas necessárias para garantir o retorno dos seus investimentos. Assim, o núcleo duro do capital financeiro no Brasil comporta o imperialismo, a burguesia brasileira, o Estado e a aristocracia operária. Estas são as forças políticas que compõem o bloco social dominante, permeado de choques e atritos, mas que não são capazes de abalar a supremacia burguesa, nem mesmo a hegemonia dos rentistas. A supremacia burguesa só se sentirá ameaçada pelo poder popular nas ruas.

O alto grau de concentração e centralização do capital financeiro, impulsionado nos últimos anos com os recursos do BNDES e dos fundos de pensão, estimulou a expansão internacional dos conglomerados brasileiros para América Latina e África (e alhures, alcançando até países centrais do imperialismo, como os Estados Unidos), naquilo que estudiosos chamam, sob inspiração da obra de Ruy Mauro Marini ([1969] 2012), do subimperialismo brasileiro<sup>98</sup>. (BUENO e SEABRA, 2012) Desde os anos 1960 o Brasil ganhou uma posição intermediária – e ainda sim subalterna – na divisão internacio-

---

97 O texto seminal sobre a nova etapa do desenvolvimento desigual e combinado brasileiro, que lançou a tese da fusão dos interesses do grande capital com a aristocracia operária, é o ensaio *O ornitorrinco*, de Francisco de Oliveira (2003).

98 O número 36 da revista *Crítica Marxista*, publicou a controvérsia sobre o subimperialismo brasileiro no dossiê “Imperialismo brasileiro? Uma polêmica teórica e política”, com artigos de Virgínia Fontes, Tatiana Berringer, Mathias Luce e Angelita Souza.

nal do trabalho, passando a produzir e exportar bens manufaturados e exercer uma liderança regional na América do Sul e África, fatos estes que se aprofundaram nos últimos dez anos, inclusive com a ocupação militar do país mais pobre do continente americano, o Haiti.

Principalmente a partir dos governos do PT, o Estado brasileiro apoiou com vastos recursos econômicos, políticos, diplomáticos e militares a expansão do capital financeiro nacional e internacional nas periferias do mercado mundial, sob o manto de uma suposta política progressista Sul-Sul. Capitais e mercadorias superacumulados e superproduzidos no mercado nacional foram direcionados ao exterior na tentativa de realizar a riqueza produzida internamente. Mesmo depois do fim do seu mandato, Luís Inácio Lula da Silva continuou a trabalhar como caixeiro-viajante do grande capital monopolista, com viagens pagas pelas empresas para promover, em comitivas com a alta burguesia, *roadshows* de investimentos capitalistas nas Américas e na África. Como diz Raul Zibechi (2013, p.1),

A atuação de Lula não é ilegal. Pelo contrário, sua atitude está em sintonia com o que costumam fazer os presidentes e ex-presidentes de todo o mundo: trabalhar para favorecer as grandes empresas de seus países. No entanto, não tem nada a ver com uma atitude de esquerda, solidária com os trabalhadores e governos progressistas.

Associado ao subimperialismo, percebe-se a conformação de um novo padrão exportador de especialização produtiva no Brasil (OSORIO, 2012), com destaque para mercadorias do setor primário (agrícolas, minerais e pecuários), juntamente com a produção de manufaturados de baixa intensidade tecnológica, com exceção da indústria aeronáutica. A política estatal de exportação privilegia os gigantescos conglomerados do agronegócio, com suas mercadorias produzidas por cadeias produtivas que conjugam o que há de mais moderno e mais arcaico no país. Todo este processo se dá sob a marca da violência sanguinária da acumulação primitiva-contemporânea do capital: grandes latifúndios protegidos por capangas e pistoleiros e financiados pelo crédito público, a expropriação, saque e pilhagem dos territórios ocupados por indígenas, camponeses, quilombolas,

ribeirinhos, seringueiros, e a superexploração da força de trabalho, muitas vezes infantil e/ou em situação análoga da escravidão. De acordo com Jaime Osorio (2012, p.104),

Em diversas análises e na maioria dos discursos oficiais, a elevação da capacidade exportadora é apresentada como um símbolo de fortaleza econômica, quando não de desenvolvimento. Só é possível sustentar essa perspectiva isolando as cifras do comércio exterior – particularmente das exportações de bens e serviços – do comportamento do resto da economia e, em particular, da deterioração das condições laborais e de vida dos assalariados e da maior parte da população, bem como da estreita relação dessa deterioração com o incremento da capacidade exportadora.

A força estatal, mais uma vez, coloca-se a serviço do grande capital avançando sobre territórios, modos de vida e direitos sociais dos subalternos brasileiros, que resistem bravamente à expansão das novas fronteiras de acumulação do capitalismo dependente, com organizações de massa como a Via Campesina, por exemplo, que sofrem o extermínio de suas bases e lideranças.

Por fim, diante das novas configurações da base produtiva, o Estado brasileiro deu outra configuração para as privatizações do patrimônio público nacional. Ao invés da venda direta dos ativos, como ocorreu massivamente nos governos FHC, concessões e parcerias público-privadas foram promovidas nos últimos anos nos setores de energia, transporte, telecomunicações e políticas sociais (saúde, educação, cultura e esportes, por exemplo). O principal objetivo é construir uma infraestrutura adequada aos grandes projetos de desenvolvimento capitalista, em particular nas fronteiras da acumulação do agronegócio, com altas taxas de rentabilidade garantidas pelo Estado, naquilo que Eike Batista chamou de “kit felicidade” dos empresários. Conforme declara Ana Garcia (2009, p.15)

Os grandes projetos, especialmente nos marcos da lirsa, têm sido conduzidos prioritariamente para exploração de recursos naturais e para o aprofundamento do modelo exportador. Assim, a integração da infraestrutura tem

levado, em muitos casos, à desintegração de territórios dos povos originais, populações locais e do meio ambiente.

### **Considerações Finais**

Diante da crise externa de 2008, o novo-desenvolvimentismo atuou como bombeiro no socorro do grande capital monopolista que apresentou sintomas de crise. A política econômica social-liberal, com pitadas de novo desenvolvimentismo, está a serviço da economia vulgar do capital financeiro internacional e nacional em todas as suas frações – finanças, indústrias, comércio, agroindústria, logística, etc. –, que, aliás, estão cada vez mais integradas com o processo de concentração e centralização do capital, algo típico em um momento de crise. Segundo Luis Fernando Novoa Garzon (2010, p.94),

A crise joga luz sobre as operações e construções políticas em curso que tratam de dar fôlego ao capitalismo neoliberal. Um modelo econômico e societal falido, nacional e mundialmente, que tem encontrado no Estado brasileiro, especificamente no BNDES, providenciais tábuas de salvação.

A questão é que o coquetel oferecido ao capital monopolista brasileiro, que mistura ecleticamente social-liberalismo e novo desenvolvimento, não o curou dos efeitos da crise. A recuperação ainda não ocorreu, vide o baixo crescimento econômico nos últimos dois anos. E as expectativas de crescimento têm sido revistas para baixo tanto pelos órgãos do Estado como do capital. O Brasil, portanto, parece retornar ao padrão tucano de crescimento econômico, o que dificulta as operações políticas do governo Dilma na soldagem do bloco social dominante.

Clássicos do pensamento social, como Caio Prado Jr., Carlos Nelson Coutinho, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, insistiam sobre a originalidade da nossa formação econômico-social: a combinação entre o arcaico e o moderno, que hoje se expressa num amálgama de métodos típicos da acumulação primitiva e do

novo imperialismo (HARVEY, 2004). De forma desigual e combinada desenvolvem-se até hoje a acumulação capitalista e a supremacia burguesia em Pindorama, com elementos de continuidade e, acima de tudo, rupturas (não definitivas) nos padrões de acumulação e dominação, atendendo aos interesses das classes proprietárias internas e externas. Reforça-se a dependência e o subdesenvolvimento, algo bem diferente daquilo que entoa o canto da sereia neodesenvolvimentista, hoje abafado pelos massivos protestos de rua.

Estariamos, afinal, com os recentes levantes populares das Jornadas de Junho/Julho, no início do fim do neoliberalismo?

### **Referências Bibliográficas**

ANDERSON, Perry. As ideias e a ação política na mudança histórica. In: BORON, Atilio et al (org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular, Buenos Aires: Clacso, 2007. p.365-377.

BEHRING, Elaine et.al. Política econômica e orçamento federal: uma análise da seguridade social brasileira entre 2008 e 2013. Mimeo, Rio de Janeiro, 2013.

BOSCHETTI, Ivanete. América Latina, política social e pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In: SALVADOR, Evilásio et al. (org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012. p.31-58.

BUENO, Fabio Marvulle; SEABRA, Raphael. A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea. In: GALVÃO, Andréia et al (org.). *Capitalismo: crises e resistências*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p.111-131.

CARCANHOLO, Marcelo; BARUCO, Grasiela. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradição. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, vol.21, n.11, p.9-23, 2011.

CASTELO, Rodrigo (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

\_\_\_\_\_. *O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)* São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

Da SILVA, Luís Inácio Lula. O necessário, o possível e o impossível (entrevista). In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013. p.9-29.

FILGUEIRAS, Luiz; OLIVEIRA, Elisabeth. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro. Trabalho apresentado no XVII Congresso da SEP (2012). Disponível em <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2148>. Acesso em 02 mar. de 2013.

FONSECA, Pedro et. al. O Brasil na era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? Rede Desenvolvimentista, texto para discussão, n.4. Disponível em [http://www.reded.net.br/index.php?option=com\\_jdownloads&Itemid=419&view=finish&cid=179&catid=14&lang=en](http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=419&view=finish&cid=179&catid=14&lang=en). Acesso em 01 mar. de 2013.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Editora da UFRJ, 2010.

GARCIA, Ana. Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. In: INSTITUTO ROSA LUXEMBURG STIFTUNG et. al. (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.11-25.

GARZON, Luis Fernando Novoa. Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: VÁRIOS AUTORES. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p.71-100.

GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IASI, Mauro. *As metaformoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LUCE, Mathias. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? *Trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p.146-166, jan./abr. 2013.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, [1972] 1982.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, [1969] 2012.

MOTA, Ana Elizabete (org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, Delfim. O Lula mudou o país de forma a salvar o capitalismo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 de set., 2009. Economia, p.28.

OLIVEIRA, Francisco de. O ornitorrinco. In: \_\_\_\_. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p.121-150.

ROCHA, Marco Antônio da. *Grupos econômicos e capital financeiro: uma história recente do grande capital brasileiro*. Campinas, Tese de doutorado, Instituto de Economia, Unicamp, 2013, mimeo.

SALVADOR, Evilásio. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: \_\_\_ et al (org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012. p.123-152.

TAUTZ, Carlos et. al. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: VÁRIOS AUTORES *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Vários autores. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p.249-286.

ZIBECHI, RAUL. *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

\_\_\_\_\_. Multinacionais com fortes laços com o Estado são o centro das “grandes” políticas governamentais. Disponível em [http://www.correiciudadania.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=8324](http://www.correiciudadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8324). Acesso em 10 mai. de 2013.

## 8.

### **Crise conjuntural e (re)militarização da “questão social” brasileira\***

E os pactos sem a espada não passam de palavras,  
sem força para dar qualquer segurança a ninguém  
(Thomas Hobbes, *O Leviatã*)

Desde meados dos anos 2000, divulga-se que o Brasil vivenciaria um novo ciclo de desenvolvimento, conjugando de forma inédita crescimento econômico, justiça social e ampliação da cidadania. Os intelectuais do neodesenvolvimentismo baseiam-se em aspectos políticos e econômicos para pintar um quadro ufanista da realidade nacional: alta popularidade dos últimos dois presidentes da República, crescimento econômico, queda da taxa de desemprego do IBGE, megaeventos...

Tudo parecia ir bem no país. A história, contudo, é implacável com aqueles que a analisam pelas suas aparências, ocultando as suas contradições essenciais e negando as possibilidades de transformações radicais. No fundo, as contradições do neoliberalismo, suavizadas pelo neodesenvolvimentismo até determinada conjuntura, chegaram no seu ponto de ebulição político e explodiram no ano passado. Parafraseando Hegel, o auge comporta os germens da decadência.

A ideologia hegemônica no país, que combina aspectos dos projetos social-liberal e neodesenvolvimentista, com hegemonia da primeira ideologia, sustentou-se por pouco tempo

---

\* Artigo publicado originalmente na revista *Margem esquerda*: ensaios marxistas, São Paulo, n.23, p.46-51, outubro de 2014. O texto fez parte do dossiê Brasil, que desenvolvimento?, que também contou com contribuições de Luiz Carlos Bresser-Pereira, Luiz Filgueiras e Marcio Pochmann.

e desmoronou a partir do levante popular<sup>99</sup> iniciado em junho de 2013. Assim, o bloco social dominante esgotou suas possibilidades de dirigir o país majoritariamente pela via do consenso. As lutas de classes acirraram-se no Brasil e a polarização política ficou visível: não era mais possível sustentar o discurso da harmonia social.

Uma crise conjuntural instalou-se no país. Do ponto de vista econômico, as taxas de crescimento do PIB nacional estacionaram, nos últimos 4 anos, num patamar inferior ao registrado ao longo da era Fernando Henrique Cardoso, embora os lucros dos grandes conglomerados transnacionais mantenham-se em alta. A despeito das nossas reservas cambiais acumuladas ao longo dos últimos anos, o *déficit* na conta corrente do balanço de pagamentos é crescente, hoje na marca dos US\$ 70 bilhões e a dependência financeira, comercial e tecnológica ainda é um traço estrutural da nossa sociedade. A inflação ensaia sair da meta e o governo reedita sucessivas altas dos juros básicos da economia, a maior taxa do mundo. E as taxas de desemprego estagnaram na sua queda, o que demonstra a incapacidade do mercado de trabalho formal absorver um exército industrial de reserva formado por cerca de 50% da classe trabalhadora, que sobrevive na informalidade com relações precárias de trabalho e sem garantias de direitos sociais básicos.

Além disso, no reino oculto da produção, para além das aparências do mercado de trabalho, a superexploração, a alienação e a subsunção (formal e real) agravam-se, como atestam os números crescentes de acidentes e mortes no trabalho, das doenças laborais físicas e mentais, da terceirização das empresas e a maior taxa de rotatividade do emprego do mundo, sem falarmos na persistência do trabalho infantil e de situações análogas ao escravismo em diversos ramos econômicos em zonas rurais e nos grandes centros urbanos. Diante do aumento da intensidade da marolinha, ainda longe de se transformar no *tsunami* que varreu os centros imperialistas, o

---

99 Sobre os levantes populares de 2013, cf. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013) e *Jornadas de Junho: a revolta popular em debate* (São Paulo: Instituto Caio Prado Júnior, 2014).

governo aciona políticas ortodoxas do receituário neoliberal, execrado retoricamente, mas ainda aplicado com vigor.

Do ponto de vista político, setores da alta burguesia – que continuam sendo os principais beneficiários das políticas estatais – aumentam o tom das suas críticas à política econômica através dos seus oligopólios midiáticos. A coalização presidencial que dá sustentabilidade ao Palácio do Planalto diminui a sua base, com perdas de aliados históricos como o PSB, e partidos conservadores, como o PTB e o Solidariedade. O PMDB, mais uma vez, vende caro o seu apoio e, em alguns estados da federação, desembarca no colo da oposição. A governabilidade balança, mas não cai.

No andar de baixo, setores expressivos da classe trabalhadora saíram do torpor alimentado pelo transformismo de dirigentes do PT e da CUT. Dados do Dieese indicam que, desde 2008, o número de greves aumentou. E alguns movimentos paredistas foram radicalizados, passando por cima de direções burocratizadas e utilizando-se de táticas de ação direta. Basta recordamos Jirau, Belo Monte, Suape, Abreu e Lima, Comperj, as obras dos estádios da Copa, garis e rodoviários cariocas e etc. Uma outra novidade deste novo ciclo de lutas sindicais são as greves de militares que, por vezes, atraem o apoio popular, como ocorreu em 2011 na cidade do Rio de Janeiro, colorida de vermelho pela sua população em solidariedade aos bombeiros. Nestes casos, o Exército é convocado a ocupar as ruas dos estados. Os movimentos sociais do campo e da cidade também se tornaram mais atuantes, e protagonizaram lutas de resistência que muitas vezes tiveram desfechos trágicos, como a ocupação de Pinheirinho.

A resposta das classes proprietárias diante do esgotamento político e social do seu bloco social foi imediata. Com a ebulição dos levantes populares, o Estado operou um conjunto de medidas consensuais e coercitivas. No plano do consenso, o governo federal propôs um pacto social com cinco pontos. O primeiro deles, não por acaso, é a manutenção da disciplina fiscal. Esta política ortodoxa, presente no topo da lista do Consenso de Washington, drena 45% do orçamento público para o pagamento da dívida interna e resulta, afinal, em poucos investimentos nas políticas públicas garantidoras de direitos

sociais, como educação, saúde, habitação, transporte e lazer, justamente aqueles direitos clamados pelos manifestantes. Como expandir e melhorar serviços públicos com o saque promovido pelos rentistas ao orçamento? A equação não fechava e a manobra foi desmascarada. As ruas continuaram ocupadas.

Em compasso com a violência da espoliação das finanças públicas, seguiu-se a intensificação do uso da coerção estatal contra militantes organizados e manifestantes em geral. A natureza autocrática do Estado brasileiro, construída historicamente em períodos ditatoriais como o Estado Novo e o golpe empresarial-militar de 1964, nunca foi de fato demolida. Na transição da ditadura para a Nova República, presenciamos mais uma vez acordos pelo alto – típicos de uma revolução passiva, ou da via prussiano-colonial – serem firmados entre antigas e novas classes dominantes e tecnocratas do Estado, minimizando, de fato, a capacidade popular de interferir na grande política, como foram os casos da derrota da emenda Dante de Oliveira na campanha das Diretas Já e o Centrão na Assembleia Constituinte.

Mantidas velhas estruturas coercitivas, o Estado pode retomá-las no atual momento como uma das formas de manter a ordem diante da crise conjuntural. Colocou-se em marcha os aparatos repressivos, reatualizando antigos métodos e erigindo novas estruturas. *Passamos a viver, então, a (re)militarização da questão social, etapa superior da criminalização das lutas políticas e das desigualdades sociais.*

São inúmeros fatos que corroboram tal tese. Lembremos de alguns significativos. Em julho de 2013, a grande mídia noticiou que o Exército monitorou as redes sociais, utilizando-se de técnicas similares às da Agência Nacional dos Estados Unidos (NSA). Os dados foram repassados às Polícias Federal, civis e militares e usados para investigar e prender manifestantes. Dois meses depois, a Polícia Civil de São Paulo prendeu militantes com base na Lei de Segurança Nacional; neste mesmo período, a Polícia Civil do Rio de Janeiro utilizou a Lei de Organizações Criminosas para encarcerar manifestantes.

No final de outubro, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo propôs a federalização das investigações contra as manifestações populares. Os primeiros estados a aderirem ao

projeto foram os de São Paulo e do Rio de Janeiro, de onde surgiram novos protocolos de ação contra as manifestações, como o cerco via “policciamento desproporcional”, o ataque policial preventivo e as detenções por falsos flagrantes preventivos<sup>100</sup>. Dias depois, o ministro Cardozo anunciou a criação de forças-tarefa para julgamentos sumários nas áreas de conflitos políticos. E, em 19 de dezembro de 2013, Celso Amorim, ministro da Defesa, assinou uma portaria para regulamentar o uso das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, nas palavras oficiais. “Por este ato”, diz Mauro Iasi, “o governo Dilma Rousseff nos ajuda a esclarecer o real caráter de classe deste governo e seus compromissos com a ordem burguesa e a sociedade do capital”<sup>101</sup>.

A (re)militarização da “questão social” continuou se agravando em 2014, ano da Copa. O governo não poupou esforços para garantir a segurança dos investimentos privados no megaevento e seus retornos bilionários. Segundo documento da Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo, foram gastos R\$ 1,9 bilhão na segurança do megaevento. Tais recursos foram destinados à modernização das forças militares com equipamentos bélicos de última geração. Cursos de treinamento fornecidos pelo FBI e outras agências de segurança estadunidenses foram ministrados aos agentes brasileiros, com o objetivo de aperfeiçoar técnicas de controle de “distúrbio civil”. A vigilância eletrônica, desenvolvida pela Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), intensificou-se e acordos de cooperação internacional foram assinados para apertar o cerco sobre os militantes.

O Complexo da Maré foi ocupado militarmente, a partir de 5 de abril, por uma força de 2.750 soldados do Exército, Marinha e polícias, reeditando o que já havia acontecido no

---

100 Cf. Eduardo Tomazine, “Não vai ter protesto: evolução tática da repressão durante a Copa”. Disponível em <http://blogdaboitempo.com.br/2014/07/04/nao-vai-ter-protesto-evolucao-tatica-da-repressao-durante-a-copa/>. Acesso em 18 de jul. 2014.

101 Mauro Iasi, “Dilma se rende à Lei e Ordem: a ditadura da burguesia mostra a sua cara”. Disponível em [http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7004:dilma-se-rende-a-lei-e-ordem-a-ditadura-da-burguesia-mostra-a-sua-cara&catid=65:lulismo](http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=7004:dilma-se-rende-a-lei-e-ordem-a-ditadura-da-burguesia-mostra-a-sua-cara&catid=65:lulismo). Acesso em 23 de jan. 2014.

Complexo do Alemão no processo de “pacificação” das comunidades locais. Vale mencionar que as tropas militares utilizadas nesta operação foram previamente treinadas na missão de ocupação do Haiti<sup>102</sup>. Por fim, o governo federal enviou 27 mil soldados da Força Nacional às cidades-sede dos jogos da Copa. O efetivo total dos militares mobilizados ultrapassou a marca de 180 mil soldados, um recorde em todos eventos promovidos pela Fifa, e o sistema integrado de segurança e seus respectivos comandos montados estão ativos, de acordo com declarações oficiais do Ministério da Justiça. A política de segurança pública, desta forma, constitui-se como um dos maiores – e piores – legados da Copa do Mundo de futebol, o que talvez só se equipare com as remoções arbitrárias de famílias e o uso dos recursos públicos para fins da acumulação das grandes empreiteiras e patrocinadores ligados à Fifa.

No final de julho deste ano, o Alto Comando do Exército brasileiro iniciou a reformulação do seu Centro de Informações, que passará, inclusive, a ter papel de intervenção em campos de operação. Segundo informações veiculadas no jornal paulista Estadão, o objetivo é “captar informações e monitorar movimentos sociais com potencial para prejudicar o deslocamento e atuação de tropas federais convocadas para conter distúrbios e que atuam na vigilância de áreas pacificadas”. Na mesma matéria, uma reprodução de *clipping* da assessoria de imprensa do Exército, sem nenhuma mediação ou contraponto crítico, a repórter escreve que “os métodos de atuação de vários desses movimentos usam táticas similares a guerrilhas urbanas e rurais e há suspeitas de que alguns deles tenham ligação com organizações criminosas das grandes capitais”<sup>103</sup>. Nesta linha de leitura, que aproxima organicamente o Exército e a mídia

---

102 Marsílea Gombata, “Haiti serviu como laboratório para a política de UPPs”. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/internacional/haiti-serviu-como-laboratorio-para-a-politica-de-upps-7604.html>. Acesso em 14 de ago.2014.

103 Tânia Monteiro, “Exército brasileiro cria órgão para monitorar manifestações”. Disponível em <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,exercito-brasileiro-cria-orgao-para-monitorar-manifestacoes,1536422>. Acesso em 06 de ago. 2014.

oligopolizada, evoca-se a figura das classes perigosas e suas organizações subversivas, agora em suposto conluio com o banditismo, buscando legitimar, pelo consentimento, as soluções apresentadas pelo Estado de militarização da “questão social”.

Por fim, sem esgotar o assunto, a presidente Dilma sancionou em agosto o projeto de lei, relatado pela senadora Gleisi Hoffman (PT), que concede poder de polícia para as guardas municipais já existentes no país. Fecha-se mais um circuito do Estado dentro do projeto militar de preservação da lei e da ordem, no qual a violência se institucionaliza no país.

Conjuntamente a todos os fatos elencados acima, temos a repressão aos rolezinhos, proibição de vestimentas (bonés e máscaras) em ambientes públicos e privados, o endurecimento do código penal, corte de ponto, demissão e prisão de grevistas e dirigentes sindicais, a morte de lideranças dos movimentos sociais do campo (sem terras, quilombolas, indígenas, etc.), o encarceramento e o extermínio dos jovens, negros e moradores das periferias, favelas e comunidades.

O que está se desenrolando hoje no Brasil não é, portanto, um raio em céu de brigadeiro. Nem mesmo um desvio de conduta do Estado democrático de direito. É uma longa construção das classes dominantes em produzir a “paz social” pelo uso intensificado dos meios militares contra as lutas sociais dos setores mais combativos da classe trabalhadora, sempre associado aos métodos de consenso e hegemonia. Uma das novidades históricas é que tal (re)militarização é pensada, articulada e executada por antigos setores da esquerda brasileira, hoje aliados aos setores mais retrógrados da nossa sociedade (e mundial) empenhados na manutenção do *status quo* e da acumulação do capital dos 1% mais ricos.



## 9.

### **Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica \***

As frações rentistas da burguesia não são um produto da contemporaneidade do modo de produção capitalista. A sua história é antiga e remete aos tempos que antecedem ao capitalismo. Nos termos de Karl Marx, elas são antediluvianas, assim como os comerciantes, mas desempenharam papéis econômicos e políticos relevantes no século 19. No seu livro *As lutas de classe na França*, Marx aponta que a Revolução de Julho de 1830 alçou a aristocracia financeira ao poder central do Estado. “Ela ocupou o trono, ditou as leis nas câmaras, distribuiu os cargos públicos desde o ministério até a agência de tabaco.” (MARX, [1850] 2012, p. 37) A mudança de hegemonia dentro do bloco social dominante viria somente com a revolução de 1848 e o golpe do 18 Brumário em 1851. Tempos depois, no meio da Primeira Grande Guerra, Lenin analisou no livro *Imperialismo* (1917) como os *rentiers* tornaram-se, desde o final do século 19, a força hegemônica nas fusões entre grandes capitais industriais e bancários que geraram o capital financeiro. Keynes, sob um ponto de vista liberal-burguês, destacou, com uma certa melancolia, no último capítulo da sua *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936), a força do *rentier* no capitalismo no entreguerras e prescreveu, com otimismo, ações estatais que poderiam levar à eutanásia destes “investidores sem função”.

Apesar de toda a esperança cãndida da social-democracia e do desenvolvimentismo com a Era de Ouro do capitalismo, as configurações adquiridas pelo capitalismo com a revolução passiva neoliberal tornaram possível, mais uma vez, a

---

\* Artigo publicado originalmente na revista *Universidade e Sociedade*, Brasília, ano XXVII, n.60, p.58-71, julho de 2017.

supremacia rentista. A eutanásia keynesiana falhou. É nesta época da supremacia burguesa – com a hegemonia das frações rentistas no bloco social dominante – que vivemos no presente, tanto nos centros imperialistas como nas periferias e semiperiferias do capitalismo dependente.

No Brasil, com as nossas particularidades históricas dentro da universalidade do modo de produção capitalista, não é diferente. A hipótese de trabalho do capítulo é que, pela primeira vez na nossa história, presenciamos a hegemonia rentista na composição dos interesses das classes dominantes, embora banqueiros e outros *rentiers* tenham tido peso considerável no bloco social dominante desde o Império. No primeiro padrão de reprodução do capital, intitulado por Jaime Osorio (2012) de padrão agromineiro exportador, a hegemonia foi dos latifundiários; no segundo, chamado de padrão industrial, a hegemonia foi dos industriais na primeira fase e, depois de JK, foi das multinacionais do capital financeiro internacional; somente agora, no terceiro – padrão exportador de especialização produtiva –, temos a dominação financeira entre as distintas frações do capital. E mais: tal hegemonia contou com a participação ativa de setores majoritários da aristocracia operária, fração de classe defensora do neodesenvolvimentismo.

É sobre a hegemonia rentista burguesa em tempos neoliberais e o uso crescente da coerção econômica estatal na atual fase do capitalismo dependente no Brasil que o nono capítulo do livro versa.

### **Estado e acumulação capitalista na formação econômico-social brasileira: a violência como potência econômica**

Estado e capital andaram juntos na alvorada mundial do modo de produção capitalista, e nunca mais se separaram, embora conservem entre si uma autonomia relativa, gerando uma tensão conflituosa das frações da classe burguesa com a burocracia estatal ao longo de todo este tempo. Esta constatação figura em clássicos do pensamento social crítico. Há 150 anos atrás, quando colocou um ponto final no livro 1 de *O capital*, Karl Marx ([1867] 1985, p. 285-6, nossos grifos) anotou no penúltimo capítulo que

os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se então, mais ou menos em ordem cronológica, a saber pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizam o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade [...]. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. *Ela mesma é uma potência econômica.*

No século 20, Fernand Braudel escreveu três tomos sobre a formação do mundo mediterrâneo e suas consequências para a criação do capitalismo. No livro *A dinâmica do capitalismo*, que resume a sua obra principal, Braudel (1987, p. 55) afirmou que “[...] o Estado moderno, que não fez o capitalismo, mas o herdou, ora o favorece, ora o desfavorece; ora deixa-o estender-se, ora lhe quebra as molas. O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado”.

No processo de colonização da América, mediante a expropriação massiva dos meios de produção e reprodução das civilizações indígenas, Pindorama se tornou Brasil para atender aos interesses das classes dominantes externas. O Estado nacional, na forma da metrópole portuguesa, foi determinante na pilhagem dos recursos naturais, na exploração dos povos originários e africanos e africanos tornados escravos e na constituição de uma sociedade patriarcal, machista e racista que oprimiu (e ainda oprime) milhões de mulheres e negros (SAFFIOTI, [1969] 2013; MOURA, 1988). O objetivo era alimentar os circuitos da acumulação primitiva do capital que então se desenvolviam em alguns países da Europa Ocidental, e se expandiam para os territórios do sul do planeta.

Após a Independência de 1822, o Estado brasileiro atuou vivamente na manutenção de condições gerais para o enriquecimento das classes proprietárias nacionais e internacionais, seja com intervenções na economia seja no uso da

coerção contra as distintas revoltas indígenas, quilombolas e populares ao longo do Império. E assim foi em outros períodos históricos: (1) na Primeira República com o tratamento da questão social como “questão de polícia” e as intervenções cambiais, monetárias e fiscais para garantir o lucro dos latifundiários; (2) na Era Vargas com a perseguição a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e aos comunistas e o apoio à industrialização centrada na burguesia paulista; (3) na ditadura empresarial-militar de 1964-85 com prisões, torturas, exílio e morte dos seus opositores e a mudança do padrão de acumulação concorrencial para o monopolista, com hegemonia do capital financeiro internacional.

Octavio Ianni, retomando a chave de leitura fornecida por Marx a respeito da violência como potência econômica<sup>104</sup>, reconstrói teoricamente os vínculos orgânicos entre Estado e alta burguesia na acumulação capitalista e nas lutas de classes na consolidação do estágio monopolista do capitalismo dependente brasileiro. De acordo com Ianni (1981, p. 44),

Além da violência política, mais visível, que aparece na prisão, processo, ameaça, sequestro, desaparecimento ou assassinato de membros e líderes de sindicatos operários, ligas camponesas, igrejas e partidos, a violência política, policial e militar, aparece também nos locais de trabalho – fábrica, fazenda, latifúndio, empresa, escritório. No âmbito das relações de produção, a violência estatal passa a ser uma potência econômica, ou força produtiva. A violência do poder estatal, como violência concentrada e organizada

---

104 A categoria *violência como potência econômica* não foi objeto de muitas elaborações dentro da tradição marxista. Até o presente momento dos nossos estudos, nos deparamos com somente três obras relevantes (mas devem existir outras): *História e consciência de classe*, de György Lukács ([1922] 2003, p. 413-463), *A ditadura do grande capital*, de Octavio Ianni (1981) e *Marx en su (tercer) mundo*, de Néstor Kohan (2003, p. 199-220). Vale destacar que tanto Lukács como Kohan utilizam a categoria no entendimento das transições entre modos de produção (do feudalismo para o capitalismo, e do capitalismo para o socialismo), tal qual Marx o fez no estudo da transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental, e no sentido de combater o reformismo nas fileiras dos movimentos dos trabalhadores. Já na obra de Ianni, a categoria é utilizada com outro propósito, a saber, o de entender as formas como o aparelho estatal e suas políticas econômicas, na fase monopolista do capitalismo dependente brasileiro, impulsionam a acumulação capitalista.

da sociedade burguesa, passa a atuar no sentido de garantir e reforçar a subordinação econômica e política da classe operária e do campesinato. [...] Assim, a combinação do sistema federal de planejamento com o sistema federal de violência passa a operar de forma decisiva na dinâmica da transformação do que poderia ser uma taxa potencial de mais-valia em mais-valia efetiva. [...] Tudo passa a ser largamente submetido às razões de “segurança e desenvolvimento” do Estado ditatorial, do capital, da alta finança, da grande burguesia financeira, do imperialismo.

A transição democrática em toda a América Latina foi contraditória. De um lado, mobilizações populares apressaram a queda das ditaduras militares, desgastadas do ponto de vista político e econômico; de outro, as movimentações de gabinetes do grande capital nacional e internacional e seus representantes governamentais e burocráticos para reestabelecer, sob novas bases, a supremacia das classes dominantes. Destes embates, as ditaduras caíram e, ao mesmo tempo, os regimes instaurados pouco avançaram numa efetiva democratização da sociedade, em especial no tocante à redução das brutais desigualdades sociais. Em outras palavras, houve uma superação do antigo bloco histórico da ditadura empresarial-militar, mas muitos elementos foram conservados (PINHEIRO, 2014), impedindo uma radicalização dos processos democráticos políticos e socioeconômicos.

Na transição da ditadura para a Nova República, foi preciso contemplar, pela via do consenso, algumas demandas históricas da classe trabalhadora brasileira, conquistadas no seu processo de reorganização político-cultural a partir do final dos anos 1970. Direitos civis, políticos e sociais foram consagrados na Constituição Federal de 1988, um contrato social que contemplava, ao mesmo tempo, vitórias das classes dominantes com a atuação do Centrão e conquistas dos trabalhadores mobilizados no parlamento, nas ruas e nas fábricas. Neste choque entre as classes, a Constituição foi chamada de cidadã para celebrar os parciais – porém significativos – êxitos das classes subalternas, mas nela também estavam contidos antigos privilégios das classes dominantes,

acrescidos de novos. Florestan Fernandes (1989, p. 286), deputado federal em 1988, dá o seu testemunho, de forma lapidar, sobre a dialética dos avanços e recuos das lutas de classes na Constituição Federal.

[...] os processos legislativos adotados na ANC [Assembleia Nacional Constituinte], combinados à esmagadora maioria de constituintes pertencentes aos estratos conservadores das classes dominantes, reduziram o fogo criativo da ebulição. O centro moveu-se no sentido de apoio seletivo, em questões candentes apenas de forma moderada. A extrema-direita e a direita compuseram uma muralha da China. Só cederam quando a alternativa era perder os anéis e os dedos, a derrota pura e simples. [...] A esquerda só logrou vitória ou conquistas relativas com o apoio do centro, aceitando castrações ou arranjos que põem a Constituição de 1988 à frente de 1946 e na órbita do constitucionalismo moderno, contudo não responde ao essencial: às exigências prementes da nossa situação histórica.

E mesmo com direitos inscritos na lei máxima do país, diversos deles nunca saíram do papel ou, quando foram efetivados em políticas sociais – com destaque para a seguridade social (saúde, previdência e assistência social) –, foram limitados pela coerção da política econômica neoliberal dos anos 1990 em diante. Resumidamente, ao final do processo de abertura, os subalternos conseguiram avanços na ordem estabelecida, mas a resultante foi a vitória dos dominantes, implementado o seu projeto de classe: o neoliberalismo. Por isso, diz Atilio Boron (2011, p. 41-2),

não causa surpresa que o efeito desse novo ciclo de democratização pós-ditaduras tenha sido um dramático enfraquecimento do impulso democrático. Longe de ter ajudado a consolidar as incipientes “democracias latino-americanas”, as políticas neoliberais na verdade contribuíram para debilitá-las, e as consequências dessa funesta ação se percebem facilmente agora. A democracia entre nós se tornou esta “concha vazia” de que tanto falava Nelson Mandela, onde um número cada vez maior de políticos corruptos e irresponsáveis administra os países

com a única preocupação de agradar e satisfazer as forças de mercado, com total indiferença pelo bem comum. Por isso, [...] os sistemas políticos dominantes na região não podem ser chamados de “democracias”; mais vale utilizar o conceito de “regimes pós-ditatoriais”, forma talvez menos ofensiva que a denominação que na verdade lhes corresponde: plutocracias ou oligarquias.

No Brasil, o neoliberalismo foi instaurado no governo Collor, consolidado na era FHC e aprofundado nos governos Lula e Dilma, com diferenças entre si que merecem as devidas mediações teóricas e políticas. Ao longo de todo este processo histórico na Nova República, o Estado nacional continuou a serviço dos interesses das classes dominantes, hegemonizado pelas frações rentistas da burguesia. As teses do Estado mínimo não se concretizaram e podem ser vistas como um elemento retórico que nos desvia do essencial: não houve uma diminuição do Estado, mas, em termos gramscianos, a ampliação do Estado com a refuncionalização de antigas estruturas e criação de novas com o objetivo de reverter a crise orgânica dos anos 1980 no país.

Como reação à crise orgânica mundial dos longos anos 1970, o neoliberalismo inaugurou uma nova etapa do capitalismo a partir da ofensiva das classes dominantes contra os trabalhadores. Dentro da estratégia das classes proprietárias, o Estado cumpriu um papel de destaque na retomada das taxas de lucros então decrescentes e na recomposição do bloco social dominante. Por isto, não ocorreu o desmanche do Estado, mas sim a sua tomada de assalto por diversas vias, desde golpes militares (Pinochet) até eleições em pleitos formalmente democráticos (Reagan, Thatcher, Menem, Fujimori etc.).

No âmbito da sociedade política, uma das resultantes dos embates pelo controle dos seus aparatos foi o fortalecimento do Poder Executivo frente ao Legislativo. Um dos exemplos emblemáticos é a “blindagem” da economia e a autonomia relativa dos Bancos Centrais e de Desenvolvimento Nacional, Tesouros Nacionais e demais instituições de política econômica frente às demandas públicas por melhores condições de vida. Em síntese, a violência como potência econômica ganhou força material com as novas configurações do Estado ampliado no

neoliberalismo, e isto ocorreu antes mesmo da grande crise de 2008. Como dizem Gérard Duménil e Dominique Lévy (2014, p. 241),

apesar da crença profundamente enraizada na economia de livre mercado e na chamada disciplina dos mercados, a crise deu início a uma cadeia de intervenções por parte das instituições centrais. Não há nada de surpreendente nessa reversão súbita dos princípios básicos do credo neoliberal. O neoliberalismo não se trata de princípios ou ideologia, é uma ordem social que busca o poder e a renda das classes mais altas. Ideologia é um instrumento político. Considerado desse ângulo, não houve mudança de objetivos. No neoliberalismo, o Estado (tomado aqui no sentido mais amplo que inclui o banco central) sempre trabalhou a favor das classes altas. O tratamento da crise não é exceção, só diferem as circunstâncias e, conseqüentemente, os instrumentos.

Essa blindagem não significa a separação entre política e economia: antes de tudo, é a vitória da grande política das classes dominantes em estabelecer um novo bloco histórico no âmbito global. Somente no plano da aparência, política e economia podem ser separadas: Estado e capital estão imbricados sob a hegemonia de diferentes frações das classes dominantes ao longo do tempo. Por certo, formas de governo e instituições estatais mudam historicamente no exercício da supremacia burguesa e a partir das resistências dos trabalhadores, que por vezes têm determinados interesses atendidos, mas o conteúdo de classe do Estado permanece. Mesmo no Estado de bem-estar social, quando a organização dos trabalhadores, a presença do socialismo real e os rescaldos da Segunda Guerra Mundial tensionaram o cenário político, a aliança histórica entre capital e Estado não se desfez: o conteúdo classista do Estado reafirmou-se tanto na manutenção de altas taxas de lucro do capital financeiro como no combate militarizado às frações revolucionárias do movimento operário nos países centrais, em que pese ganhos substantivos da classe trabalhadora em termos de renda e direitos sociais. No campo geopolítico, na Europa e no Extremo Oriente, o Estado do bem-

estar social funcionou como uma barreira de contenção aos processos revolucionários vitoriosos no pós-Segunda Guerra no Leste Europeu, China e Sudeste Asiático.

No Estado ampliado neoliberal, as políticas econômicas, sociais, geopolíticas e de segurança operam conjuntamente, dentro de uma lógica totalizante, a favor do aumento da extração do mais-valor produzido pela força de trabalho, no atendimento minimalista de necessidades humanas, no apassivamento das lutas populares e na criminalização – e até mesmo militarização – da “questão social” e das organizações mais radicais de esquerda. Além disso, os Estados imperialistas continuam a cumprir com zelo o seu papel de dominação e extração da riqueza dos países dependentes, sejam eles semiperiféricos ou periféricos, reeditando, sob nova roupagem, métodos da acumulação primitiva do capital (BRANDÃO, 2010). Desta maneira, defende-se a tese da ampliação e do fortalecimento do Estado na era neoliberal, que cumpre papel fundamental na ofensiva do capital financeiro financeirizado ao trabalho e do imperialismo nos países dependentes. Segundo Elaine Behring (2014, p. 5),

o neoliberalismo não minimizou a intervenção do Estado, conforme seus anúncios de primeira hora, pois este permaneceu com forte presença econômica e social, e intensa capacidade extrativa, já que não diminuiu a carga tributária na maior parte dos países. Contudo, o Estado redireciona a alocação do fundo público, sendo elemento constitutivo dessa lógica destrutiva.

Na prática, a acumulação capitalista no Brasil, a despeito da retórica neoliberal do Estado mínimo, contou decisivamente com a atuação direta e indireta do Estado ampliado ao longo da década de 1990 (e além), garantindo a hegemonia rentista dentro do bloco social dominante com diversas ações e gerando frutos econômicos e políticos para as outras frações: a privatização dos ativos públicos com farto financiamento estatal, a política monetária de juros altos, a liberalização das contas internacionais, a expropriação tributária dos salários e aposentadorias, a política fiscal direcionadora do fundo público para os fundos privados dos donos da dívida

pública, isenções fiscais bilionárias, programas sociais que capitalizam empreendimentos privados<sup>105</sup>, a retirada de direitos sociais, intervenções nos sindicatos, expropriações dos meios de produção e de subsistência dos povos originários, ocupações militares de comunidades populares e etc.

Mais ou menos explícita, a violência é marca fundante dos processos de acumulação capitalista no Brasil, desde a colonização até o neoliberalismo, seja pela força do Estado seja pela atuação dos capitalistas e latifundiários nos processos de alienação, subsunção (formal e real) e exploração da força de trabalho de mulheres, homens e crianças no reino oculto da produção. A violência é, assim, uma potência econômica utilizada sistematicamente pelas classes dominantes nas suas lutas contra os subalternos tanto nos centros imperialistas como no capitalismo dependente, com maior intensidade neste último, por conta das transferências de valor e da superexploração.

### **A supremacia rentista na nova etapa do neoliberalismo no Brasil**

No Brasil neoliberal, constata-se a supremacia do rentismo burguês dentro das políticas econômicas operadas a partir de um Estado ampliado e fortalecido, em especial dos seus aparelhos coercitivos de expropriação e exploração. O tripé

---

105 No caso particular da educação superior brasileira, o Estado impulsionou a expansão provisória do sistema público com uma precarização permanente (o Reuni) enquanto direcionou bilhões de reais na forma de isenções fiscais (Prouni) e de créditos educacionais (Fies) para o setor privado, ocasionando a manutenção de 75% das matrículas no ensino privado e a gigantesca concentração e centralização de capitais, muitos deles transacionados nas bolsas de valores e com presença acentuada de empresas estrangeiras. É o aprofundamento de mais uma frente de acumulação para o capital em crise, proporcionando a consolidação da lógica rentista do capital financeiro na educação superior brasileira em detrimento de uma educação emancipatória (BRETTAS, 2019). Como bem resume Juliana Fiuza Cislighi (2012, p. 282), “[...] as universidades públicas, mais do que nunca, se mercantilizam no mesmo processo pelo qual passam as demais políticas sociais, geridas e financiadas num mix público-privado. Ao mesmo tempo, o governo injeta cada vez mais recursos públicos em universidades privadas para favorecer as classes proprietárias”.

macroeconômico – superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante –, típico do receituário do Consenso de Washington, mantém-se desde 1999 até os dias de hoje, com ou sem a assinatura de acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Recentemente, apesar das bravatas neodesenvolvimentistas<sup>106</sup>, o tripé foi sucessivamente reafirmado antes do golpe de 2016. Vale recordarmos dois episódios: durante as Jornadas de Junho (2013), a presidenta Dilma Rousseff lançou um pacto nacional e o primeiro ponto era o da disciplina fiscal para pagamento dos juros. Não restava dúvida das suas prioridades. E, logo após a vitória eleitoral em 2014, a mesma presidenta anunciou a nomeação de Joaquim Levy, representante direto do sistema financeiro nacional para o cargo de Ministro da Fazenda, nomeação aplaudida pelo Fórum de Davos e a oposição tucana. Nem mesmo após intensas mobilizações populares nas ruas e nas urnas, o tripé sofreu abalo. Será preciso uma mobilização ainda maior e mais organizada para derrubá-lo.

Todavia, devemos voltar no tempo e resgatar algumas condições superestruturais para a conformação da supremacia rentista no Brasil. De 1993 para cá, um conjunto de leis foi escrito pelas classes dominantes no parlamento nacional para construir a base jurídica do novo padrão de reprodução do capital: (1) a Desvinculação de Receitas da União (criada como Fundo Social de Emergência, depois Fundo de Estabilização Fiscal), que recentemente aumentou de 20 para 30%, (2) a Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) e (3) a nova Lei de Falências (2005). Com esta legislação, o Estado definiu como prioridade máxima o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, garantindo altas taxas de rentabilidade para os setores rentistas das classes dominantes. Tatiana Brettas (2012, p. 109), analisando as alterações sofridas pelo capitalismo dependente nesse período, chega à conclusão que

a configuração do Estado também se altera, mudando significativamente a condução das políticas econômicas e sociais, fato que tem implicações no perfil do gasto

---

106 Para uma crítica consistente ao neodesenvolvimentismo, ver Macário et. al. (org.), 2016.

público. A intervenção direta do Estado na produção, ainda que não desapareça, perde espaço para uma postura que favorece a rentabilidade financeira, tendo a dívida pública um papel de destaque. Essas mudanças na forma como os recursos públicos são gastos tornam fundamental uma análise mais detalhada acerca da dinâmica do fundo público. Trata-se da necessidade de entender não apenas a sua composição, mas também de identificar o destino desses recursos e o seu significado para a luta de classes.

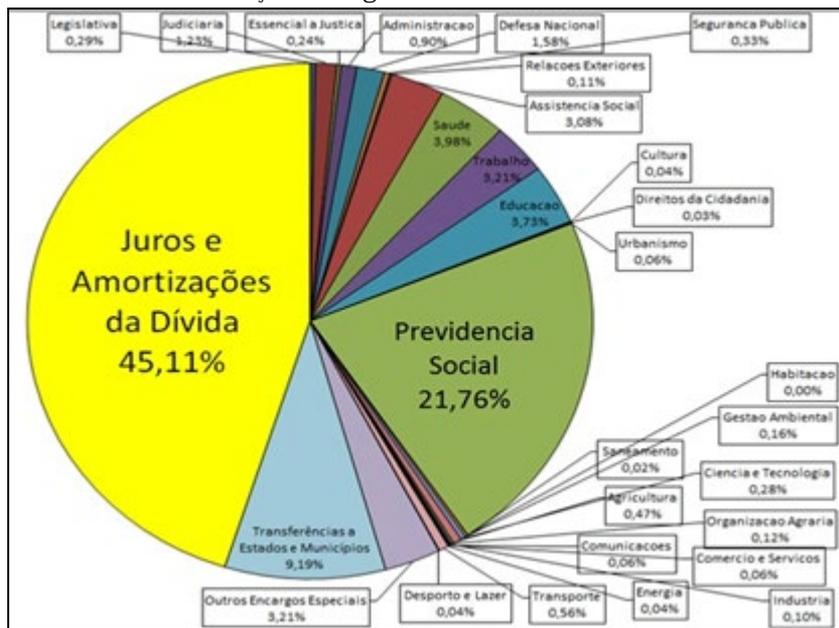
Vamos seguir tais pistas metodológicas para uma breve exposição sobre o papel do fundo público na reprodução capitalista. Em primeiro lugar, analisemos a sua composição. A carga tributária cresceu nos últimos anos. Em 1995, era de 27% do PIB; em 2015, passou para 32,71%. Deste total, a União fica com 21,54%, os estados da federação com 8,84% e os municípios com 2,33% (BECK et. al., 2016, p. 21). Ou seja, além de uma crescente apropriação da riqueza nacional por parte do Estado brasileiro desde o início do Plano Real, há uma crescente centralização destes recursos no Tesouro Nacional.

O mais importante, do ponto de vista analítico, é desagregar os tributos de acordo com as classes sociais. Segundo Evilásio Salvador (2016), a arrecadação tributária em 2014 foi de R\$ 1,8 trilhão, divididos da seguinte forma (em ordem decrescente): 1. tributos sobre bens e serviços, 51,02% do total; 2. tributos sobre a folha de salários, 25,18%; 3. tributos sobre a renda, 18,02%; 4. tributos sobre a propriedade, 4,17%; 5. tributos sobre transações financeiras, 1,61%. A principal fonte de arrecadação são os tributos sobre bens e serviços, impostos que têm alíquotas iguais para todos os consumidores, sem diferenciação de renda e riqueza. As duas menores fontes – propriedade e transações financeiras – são justamente as que incidem com maior peso nas classes proprietárias, e correspondem somente a 5,78% do total da tributação. O sistema tributário brasileiro é, portanto, baseado em impostos e contribuições regressivos e indiretos, que têm maior peso sobre a renda dos trabalhadores, ao invés de tributar os mais ricos, aprofundando as desigualdades. Como bem sintetiza Salvador (2016, p. 62-3),

Mais da metade da arrecadação provém de tributos que incidem sobre bens e serviços, com baixa tributação sobre renda e patrimônio. Nos países mais desenvolvidos, a tributação sobre o patrimônio e a renda corresponde a cerca de 2/3 da arrecadação, conforme dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A eficácia redistributiva da política tributária brasileira é baixa, pois ela não tributa o patrimônio e os rendimentos mais elevados, não originários do trabalho – aluguéis, aplicações financeiras, lucros e dividendos.

Em segundo lugar, devemos ver os gastos públicos federais. Segundo os estudos da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, o orçamento geral da União executado em 2014 foi de R\$ 2,168 trilhões. Deste total, 45,11% foram destinados ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública: em termos monetários, o valor é de R\$ 978 bilhões (por dia foram gastos R\$ 2,679 bilhões com a dívida); em segundo lugar, a previdência social com 21,76%; em terceiro, saúde, com 3,98%; em quarto, educação, com 3,73%; e, depois, outros encargos especiais (3,21%), trabalho (3,21%), assistência social (3,08%), defesa nacional (1,58%), judiciário (1,23%) e os demais com menos de 1% (vide gráfico 1).

**Gráfico 1.** Orçamento geral da União executado em 2014



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida Pública

Tanto na composição quanto nos gastos do fundo público evidencia-se o caráter classista do Estado brasileiro e a hegemonia rentista no bloco social dominante. Entretanto, as demais frações das classes dominantes lucram com a atuação estatal, embora com pesos diferentes na disputa pela apropriação da riqueza nacional produzida pela superexploração da classe trabalhadora. O fundo público ganha, com esta nova configuração ampliada do Estado, um peso crescente no novo padrão de reprodução do capital, funcionando como um dos elementos centrais da acumulação capitalista, e não somente como uma das contratendências em tempos de crise.

A aliança entre os atuais dirigentes do Estado brasileiro e o rentismo burguês é mais profunda do que uma análise da política econômica pode revelar à primeira vista. Em 2003, Francisco de Oliveira lançou o texto *Ornitórrinco*, no qual advogava a tese de formação de uma nova classe social no Brasil, uma fusão da aristocracia operária de dirigentes do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) com setores do mercado financeiro na atuação dentro dos fundos de pensão,

com forte participação de intelectuais relacionados a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP). Escreve Chico de Oliveira (2003, p. 148):

A nova classe social tem unidade de objetivos, formou-se no consenso ideológico sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semiestatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro. Aqui não se trata de condenação moral, mas de encontrar as razões para o que, para muitos, parece uma convergência de contrários despropositada e atentatória contra os princípios do Partido dos Trabalhadores.

Em que pese não estarmos diante de uma nova classe social, mas de um grupo ligado organicamente às classes dominantes com capacidade política de aumentar a extração do mais-valor da força de trabalho, a expropriação de direitos sociais e o apassivamento de setores maciços da classe trabalhadora, a tese de Chico de Oliveira é acertada. E podemos ir além, pois não se trata da repetição de antigas fases da longa revolução passiva brasileira: no neoliberalismo, opera-se uma nova síntese, que altera a forma da supremacia burguesa e as bases do padrão de reprodução do capital no Brasil contemporâneo.

Estamos diante de uma novidade histórica. Antes, os grupos cooptados das classes subalternas aceitavam participar do bloco de poder dominante em nome de concessões pontuais; de 2003 em diante temos no Brasil o transformismo de antigas lideranças social-democratas em agentes ativos do novo padrão de reprodução do capital. Essencialmente, a aristocracia operária brasileira – em larga medida entrincheirada na burocracia sindical da CUT – se tornou sócia do rentismo burguês na composição acionária e na direção e gerenciamento de gigantescos fundos de pensão<sup>107</sup> e dos conglomerados do

---

107 De acordo com Bruno de Conti (2016), os fundos de pensão detinham, em 2014, R\$ 672 bilhões nas suas carteiras de investimento, em grande parte ancoradas em títulos da dívida pública. Nesta estratégia conservadora de alocação dos seus recursos, os fundos de pensão – controlados majoritariamente pelas aristocracias operárias e intelectuais orgânicos do rentismo burguês – passaram a ser os principais donos da dívida pública brasileira, conforme afirma matéria veiculada no jornal Valor Econômico:

capital financeiro financeirizado. Para constatarmos esta situação, devemos estudar as carteiras de investimento dos fundos de pensão e os seus assentos ocupados nas diretorias e Conselhos de Administração das multinacionais públicas e privadas que operam o subimperialismo brasileiro.

O golpe de 2016 no Brasil é um dos capítulos mais dramáticos do neoliberalismo, o que não apaga a gravidade dos processos iniciais de implantação e posterior consolidação do projeto das classes dominantes. Inscrito numa conjuntura internacional de crise orgânica do capitalismo desde 2008, que alia crise econômica e crise de hegemonia – com aumento da coerção estatal e de grupos paraestatais exercida contra a classe trabalhadora, ganhando ares neofascistas –, o golpe legislativo-midiático-judiciário leva o vice-presidente Michel Temer ao posto máximo do Executivo. A sua função histórica é retomar, a qualquer custo, as taxas de lucro declinantes no país e de silenciar coercitivamente os crescentes rompantes de rebeldia popular (greves operárias e de servidores públicos, ocupações estudantis, urbanas e rurais, levantes indígenas, as lutas dos movimentos feminista, negro, LGBT, ambientalista, dentre tantos outros).

Como visto acima, a hegemonia das frações rentistas no bloco social dominante não é uma singularidade do governo de Temer. Esta foi a tônica em todos os governos desde FHC, como atestam os balanços patrimoniais dos grandes conglomerados capitalistas internacionais e nacionais (com destaque para os bancos), as medidas da política econômica nos últimos vinte anos e os ocupantes dos principais cargos do executivo e seus aparelhos coercitivos de expropriação e exploração. Estamos, portanto, não diante de uma restauração neoliberal com o golpe, pois o neoliberalismo não deixou de ser hegemônico desde FHC, mas sim de uma nova etapa do neoliberalismo, a mais radical no sentido de atacar direitos sociais que nem mesmo os governos anteriores (PSDB e PT) conseguiram levar a cabo ou colocaram em pauta.

---

“Entre os detentores, as instituições de previdência ficaram à frente dos bancos pelo segundo mês, com 24,64% do total (24,26% em setembro). Os bancos ficam com 23,14% da dívida interna (24,14% no mês anterior)”. (CAMPOS e BONFANTI, 2016)

Para isto, Temer reabilita figuras típicas do rentismo burguês, como Henrique Meirelles, que exerceu o mandato de presidente do Banco Central nos dois governos Lula, inclusive com *status* de ministro, e monta uma camarilha financeira para gerenciar as diretrizes centrais da política econômica. A articulação política do governo Temer é sistematicamente desmontada por conta de denúncias de corrupção e tráfico de influência, o que provoca a queda de ministros e auxiliares próximos ao presidente. Os representantes do grande capital financeiro financeirizado, todavia, permanecem intactos nos postos-chave dos aparelhos coercitivos estatais de expropriação e exploração (Banco Central, Receita Federal, Tesouro Nacional, Ministérios da Fazenda e do Planejamento, empresas e bancos estatais). Sólidas, tais estruturas econômicas coercitivas não se desmancham no ar da crise orgânica capitalista no Brasil.

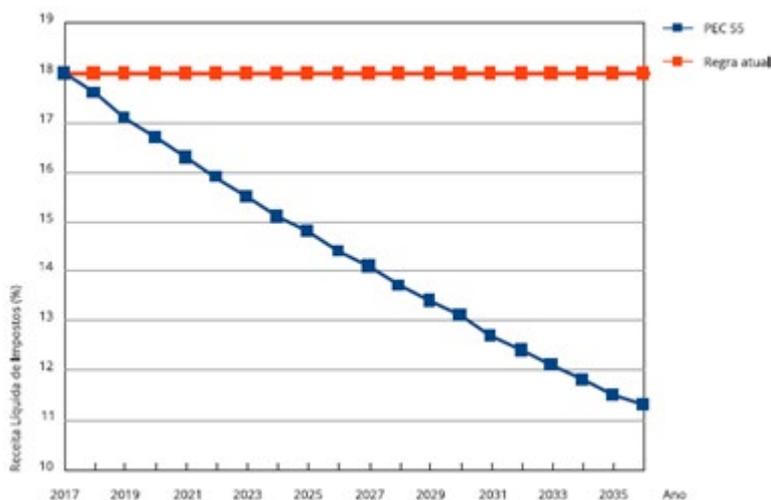
Esta alta tecnocracia estatal proporciona novas rodadas de privatizações e concessões públicas, em especial na área de infraestrutura, e a retirada de direitos sociais conquistados ao longo de todo o século 20, tendo como alvos prioritários a Constituição Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Um conjunto de medidas – aumento da jornada de trabalho, terceirização, retirada de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários (PEC 287/16) – é apresentado pelo Executivo ao Legislativo sem apoio popular, mas com respaldo dos oligopólios de comunicação, das altas esferas do Judiciário e dos setores mais reacionários da classe média, com o objetivo de garantir os interesses das classes proprietárias, aprofundando ainda mais a dependência e a superexploração.

Outras medidas foram implementadas anteriormente no sentido referido logo acima, mas não na velocidade e intensidade das apresentadas no governo golpista. Temos mudanças quantitativas e qualitativas que trazem uma nova fase no projeto neoliberal. A Emenda à Constituição n.95/2016 (EC 95), criadora de um novo regime fiscal, surge como a medida mais marcante da violência como potência econômica nos últimos tempos.

O novo regime fiscal dismantela os mecanismos constitucionais de alocação de recursos para as políticas sociais até então vigentes. Antes havia margens (restritas) na disputa

pelo fundo público, pois havia a possibilidade de crescimento dos gastos com políticas sociais e anticíclicas, mesmo que limitada pela legislação neoliberal, a sujeição dos sucessivos governos ao projeto das classes dominantes e o enfraquecimento da classe trabalhadora derivado da reestruturação produtiva, das derrotas mundiais do socialismo e da burocratização e apassivamento ativo das suas organizações políticas mais numerosas. Hoje, com a promulgação da EC 95, a margem de disputa pelos recursos do fundo público em favor do trabalho tende a ser nula. Os gastos com as políticas sociais ficarão congelados pelos próximos vinte anos, e só serão reajustados nominalmente de acordo com o índice inflacionário (IPCA) do ano anterior, desconsiderando as taxas demográficas e de crescimento do PIB e do próprio orçamento. Isto significa que, em termos reais, haverá uma vertiginosa queda nas verbas para as políticas sociais (vide gráfico 2).

**Gráfico 2.** Mínimo para gastos com educação com as antigas regras da Constituição e a EC 95 (ex-PEC 55)



Fonte: Rossi e Dweck (2016, p.3). Elaboração dos autores.

Antes da EC 95, tínhamos pisos mínimos garantidos pela Constituição (na educação, 18% da receita líquida de impostos; na saúde, a EC 86 determinava que, em 2017, o piso seria de 13,7% da receita corrente líquida, chegando a 15% em 2020),

mas que em determinadas circunstâncias foram gastos valores acima do piso; agora, temos um teto que não pode ser ultrapassado, com pena dos governantes serem processados por descumprirem a lei máxima do país. Parafraseando Vinícius de Moraes, pode-se imaginar alguém cantarolando nostalgicamente em 2036: era uma Constituição muito engraçada, tinha teto, não tinha piso...

Para termos uma estimativa dos impactos da EC 95, caso ela estivesse em vigor no período de 2002 a 2015, vale recorreremos a uma nota técnica elaborada pelo Dieese (2016). De acordo com o texto do Departamento, “no caso da educação, com a nova regra, a redução seria de 47%, no período. Já em relação às despesas com saúde, a redução seria de 27%. Em relação ao montante de recursos, a perda na saúde, entre 2002 e 2015, teria sido de R\$ 295,9 bilhões e, na educação, de R\$ 377,7 bilhões”. No total, estamos falando de R\$ 673,6 bilhões expropriados das políticas sociais e apropriados pelos donos da dívida pública interna. A expropriação do fundo público em favor dos grandes conglomerados do capital financeiro financeirizado chegará, desta forma, a um patamar nunca experimentado no país, reforçando ainda mais a hegemonia rentista no bloco social dominante.

A disciplina draconiana do novo regime fiscal já começa a dar seus primeiros sinais. Os acordos de ajuda financeira aos estados da federação com dificuldades de caixa, como o Rio de Janeiro, só são firmados após a assinatura de um termo de compromisso no qual o estado se compromete a cumprir uma série de exigências da União, como privatização de empresas de energia e saneamento e bancos, congelamento de salários, planos de carreira e concursos públicos, aumento da expropriação previdenciária, cortes nos gastos de custeio, etc. É o procedimento típico adotado pelos organismos multilaterais de desenvolvimento (FMI e Banco Mundial) com os países dependentes. O impacto nas políticas sociais já é visível: o dramático caso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) é um balão de ensaio, para todo o país, de como a pilhagem dos recursos estatais via o novo regime fiscal destruirá os serviços sociais de qualidade.

Com a promulgação da EC 95, ocorrida em dezembro de 2016, após um dos episódios mais grotescos da repressão a manifestantes em frente ao Congresso Nacional, a mudança de padrão do gasto público em favor dos rentistas está garantida constitucionalmente, numa espécie de transformismo do constitucionalismo do *socialismo del siglo XXI*. Recentemente, Venezuela, Bolívia e Equador, a partir de lutas contra a dependência externa e interna, conseguiram incorporar direitos sociais às políticas de Estado por meio de reformas constitucionais e uma série de referendos populares. No Brasil, estamos na contramão, na qual as classes dominantes alteram a Constituição para destruir direitos sociais e consagrar a plutocracia burguesa, tornando os espaços democráticos meros simulacros da política.

O fundo público e os aparelhos estatais de política econômica – aqui intitulados de aparelhos coercitivos de expropriação e exploração – são, assim, blindados de acordo com a hegemonia rentista dentro do bloco social dominante. Os limitados espaços de decisão democrática no Legislativo, por exemplo, são tornados irrelevantes sem serem destruídos. Mantém-se a aparência de legalidade e democracia das decisões governamentais quando, no fundo, o poder está concentrado nos grandes proprietários e fora do alcance político das classes subalternas. Segundo Felipe Demier (2016),

[...] as tais democracias blindadas têm seus núcleos políticos decisórios (ministérios, secretarias, parlamentos, tribunais etc.) praticamente impermeáveis às demandas populares. Ademais, guardando uma autonomia quase absoluta em relação aos processos eleitorais e, portanto, livres de qualquer tipo (ainda que mínimo) de controle popular, certos organismos do Estado responsáveis pelas questões consideradas estratégicas (como os bancos centrais, agências reguladoras etc.) tornaram-se monopólios inquestionáveis dos representantes políticos e prepostos comerciais da classe dominante.

Nos Três Poderes, o Executivo se tornou um *bunker* tecnocrático respaldado na Constituição, via EC 95, para operar métodos intensificados de superexploração da classe trabalha-

dora e expropriação dos seus salários (via tributação), direitos sociais e meios de produção ainda disponíveis na forma pública (terras, água, florestas, subsolo, etc.), naquilo que Virginia Fontes (2010) chama de expropriações secundárias. Os esforços dos rentistas foram direcionados para a garantia dos seus rendimentos financeiros advindos dos pagamentos da dívida pública. Medidas econômicas, políticas e ideológicas foram tomadas para isolar a política econômica e seus tecnocratas dos fóruns públicos de debate e tomadas de decisão coletivas. O que foi feito sistematicamente desde o Plano Real foi a aristocratização dos aparelhos coercitivos estatais de expropriação e exploração, o que significou a intocabilidade da supremacia rentista. Conforme escreve Denise Gentil (s/d, p. 12),

toda espécie de segurança possível deve ser dada para garantir que o sistema financeiro continuará sempre a receber a maior parte do orçamento público e que seus créditos no Estado estarão resguardados. A política econômica deve ser dura o suficiente para funcionar como um seguro contra as imprevisibilidades da democracia, que podem exigir mudanças indesejáveis de curso.

O Estado brasileiro ampliou os seus aparatos coercitivos policiais, legislativos e econômicos e maximizou a sua violência como potência econômica na captura da riqueza nacional para benefício de muito poucos, e a lei tendencial de concentração e centralização de capital nas mãos dos grandes conglomerados econômicos se reafirma na atualidade do capitalismo dependente brasileiro.

A resistência popular está, contudo, atuante. Com o avanço da ofensiva conservadora e reacionária das classes dominantes, taticamente, no curto prazo, será fundamental para trabalhadoras e trabalhadores a unidade na defesa contra os ataques mais imediatos aos seus direitos para soldarmos um novo bloco de lutas anticapitalistas. Os subalternos devem ousar construir o poder popular, com ocupações, mobilizações, paralisações e greves gerais. Somente desta maneira poderemos sair da defensiva e pautar um projeto autônomo de classe, que lute não somente contra os ataques mais agudos do neolib-

ralismo, mas também contra o imperialismo e o capitalismo dependente na sua atual fase, a favor de uma sociedade sem exploração e opressões.

### **Referências Bibliográficas**

BECK, M. et. al. Carga mais pesada de impostos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 abr. 2016. Economia, p.21.

BEHRING, Elaine. Estado e capitalismo no Brasil “neodesenvolvimentista”. In: XIV Encontro Nacional de Pesquisadoras do Serviço Social, 2014, Natal. Anais, Brasília: Abepss, 2014. p.1-12.

BORON, Atilio. *Aristóteles em Macondo: reflexões sobre poder, democracia e revolução na América Latina*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2011.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: VÁRIOS AUTORES. *Capitalismo globalizado e recursos naturais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p.39-69.

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: SALVADOR, Evilásio et al. (org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012. p.93-120.

\_\_\_\_\_. As bolsas, o crédito e os fundos: a financeirização do ensino superior no capitalismo dependente brasileiro. *Germinal*, Salvador, v.11, n.3, p.7-18, 2019.

CAMPOS, Francisco e BONFANTI, Cristiane. Estrangeiro ‘embolsa lucro’ e reduz fatia na dívida pública. *Valor Econômico*, 24 de nov. 2016.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Financiamento do ensino superior no Brasil: novos e antigos mecanismos de privatização do fundo público. In: SALVADOR, Evilásio et al. (org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012. p.261-284.

De CONTI, Bruno. Previ, Petros e Funcef: uma análise da alocação das carteiras das três maiores entidades brasileiras de previdência complementar (2003-2013). Texto de discussão 2216, IPEA, agosto de 2016. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=28282&Itemid=406](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28282&Itemid=406)>. Acesso em: 7 mar. 2017.

DEMIER, Felipe. *A democracia blindada*. 2016. Disponível em:<[http://blogjunho.com.br/a-democracia-blindada/#\\_ftn10](http://blogjunho.com.br/a-democracia-blindada/#_ftn10)>.

Acesso em: 6 mar. 2017.

DIEESE. PEC 241 nº 241/2016: o novo regime fiscal e seus possíveis impactos. Nota técnica n.161, setembro de 2016. Disponível em:

<<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec161novoRegimeFiscal.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2016.

DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, Editora da UFRJ, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A Constituição inacabada: vias históricas e significado político*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

GENTIL, Denise. *A falsa crise do sistema de seguridade social no Brasil*. Disponível em:

<[http://www.sindifisconacional.org.br/images/justica\\_fiscal/RGPS/textos\\_artigos/a\\_falsa\\_crise.pdf](http://www.sindifisconacional.org.br/images/justica_fiscal/RGPS/textos_artigos/a_falsa_crise.pdf)>. Acesso em: 7 mar. 2017.

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MACÁRIO, Epitácio et. al. (org.). *Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, [1850] 2012.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política, livro 1*. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1985.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 4 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. O ornitorrinco. In:\_\_\_\_. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. p.121-150.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla Ferreira et al. (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p.37-86.

PINHEIRO, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROSSI, Pedro e DWECK, Esther. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. *Cadernos de saúde pública*, Rio de Janeiro, vol.32, n.12, dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v32n12/1678-4464-csp-32-12-e00194316.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

SAFFIOTI, Heleith. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, [1969] 2013.

SALVADOR, Evilásio. O injusto sistema tributário brasileiro. *Politika*, Brasília, n.3, p.58-69, março de 2016.

## 10.

### **Brasil em chamas: crise orgânica, supremacia rentista e abalos no bloco histórico neoliberal\***

A temperatura política no Brasil subiu muito desde o início da crise orgânica em 2013 e atingiu níveis alarmantes no final de 2020. Tudo indica, entretanto, que há espaço para aumentar e isto deve acontecer. O Brasil arde em chamas. Na Amazônia e no Pantanal, esta afirmação é literal. Na economia e na política, funciona como uma metáfora sobre o aumento da superexploração da força de trabalho, das opressões de gênero, raça, etnia e sexualidade e do número de mortos na pandemia, a queda nos padrões de vida, a fascitização da política e outras expressões da “questão social”.

Os efeitos da crise orgânica são vividos e sentidos cotidianamente pelo andar de baixo. Já o andar de cima está a salvo das labaredas, mas o cheiro da fumaça e a fuligem começam a incomodar. O aviso de incêndio na pradaria soou no quartel-general do grande capital e seus intelectuais orgânicos começam a se movimentar e formular propostas alternativas para a superação da crise. Em termos mais concretos, defendemos nesse capítulo a tese de que a crise orgânica capitalista inaugura um tempo de transição entre blocos históricos, no qual a supremacia rentista ainda se faz forte e

---

\* Este capítulo recolhe três artigos publicados anteriormente em conjunturas muito distintas e faz uma síntese inteiramente nova, que vai além de uma revisão como feita em outros capítulos do livro. Os artigos são os seguintes: (1) Gramsci e o conceito de crise orgânica. *Margem Esquerda*, São Paulo, n.19, p.69-83, outubro de 2012; (2) Crise orgânica, recessão econômica e luta de classes no Brasil em tempos de pandemia. *Boletim IGS Brasil*, n.5, p.1-6, abril de 2020; (3) Cortar ou não cortar, eis a questão. Crise orgânica, tensões no bloco social dominante e ajustes na austeridade

presente, mas apresenta fissuras internas. Daí constatarmos o surgimento de propostas de ajustes pontuais em algumas das suas táticas, com o objetivo de preservar o essencial da estratégia de dominação.

Além desta pequena introdução, o capítulo tem outras duas seções: a primeira apresenta um panorama histórico do entreguerras capitalista (1918-1939), contexto no qual a categoria de crise orgânica foi elaborada por Gramsci nas notas dos *Cadernos do cárcere*. O objetivo consiste em fazer uma curta exegese da obra do revolucionário italiano em torno da referida categoria, buscando as suas principais determinações lógico-históricas para auxiliar no entendimento, com as devidas mediações conjunturais, da atual crise orgânica capitalista no mundo e, em especial, no Brasil. A segunda seção é justamente onde desenvolvemos uma análise de conjuntura sobre a crise orgânica no capitalismo dependente no nosso país, com destaque para o debate da supremacia rentista, conforme já visto no capítulo anterior do presente livro.

Neste capítulo de encerramento, a atenção volta-se para o aprofundamento da crise econômica, fruto de anos de recessão, e a forma vacilante da resposta dada pelo governo Bolsonaro a essa crise, gerando atritos internos crescentes nas suas fileiras e entre a classe dirigente e o governo de plantão. São tensões emanadas de dentro do Estado e do bloco social dominante que expressam algo mais profundo, a saber, o esgotamento e o abalo do neoliberalismo e a abertura de um período de transição para um novo bloco histórico ainda envolto em muitas indefinições.

### **O contexto histórico da crise orgânica**

A quebra da Bolsa de Valores de Nova York é tida como um dos marcos da crise capitalista do final dos anos 1920. As imagens de executivos de *Wall Street* jogando-se do alto dos prédios comerciais impactaram a opinião pública de tal forma que o início da Grande Depressão seria posteriormente identificado com a quinta-feira de 24 de outubro de 1929, e o

---

fiscal. In: LOLE, Ana et al. (org.). *Para além da quarentena: reflexões sobre*

aspecto financeiro da crise se sobressairia em relação a todos os outros. A Grande Depressão, todavia, deita raízes profundas que remontam ao passado e cujas causas têm uma explicação multidimensional.

O fim dos conflitos militares da Primeira Guerra Mundial iniciou profundas transformações no capitalismo. Eventos históricos marcantes datam dessa época, constituindo um quadro rico de referências para o entendimento da Grande Depressão. Em primeiro lugar, houve a decadência da hegemonia do Império britânico. Com seu declínio, nenhum país assumiu imediatamente o papel de líder mundial e nesse período, os Estados Unidos não promoveram uma política externa ativa, configurando-se um quadro de vácuo político internacional. Intimamente ligado à decadência da hegemonia britânica está o fim do padrão ouro-libra. Ao longo de toda a década de 1930, os principais países capitalistas da América do Norte e da Europa abandonaram esse padrão e as taxas de câmbio tornaram-se voláteis, o que impactava negativamente as trocas internacionais de mercadorias e serviços.

Em segundo lugar, o liberalismo clássico, enquanto expressão ideológica dos interesses das classes dominantes, desmoronou como um castelo de cartas. No plano político, os antigos valores e práticas liberais, como o mito do Estado mínimo, os governos constitucionais respaldados por eleições livres e os direitos civis elementares, saíram da cena principal para dar lugar a governos autocráticos em boa parte do mundo. Mas não antes de lideranças liberais emprestarem seu prestígio e apoiarem o fascismo em ascensão. No plano da economia, as primeiras medidas tomadas pelos governos durante a crise iam na direção contrária do liberalismo clássico. A estagnação dos fluxos econômicos e financeiros internacionais obrigou-os a romper com o livre-cambismo e a adotar medidas protecionistas para seus mercados internos, estimulando a produção das indústrias nacionais em detrimento da importação de produtos estrangeiros.

No último quarto do século 19, a concorrência intercapitalista levou aos conflitos imperialistas. A expansão

econômica da Alemanha impulsionou a nação para a corrida colonial, com o objetivo de conquistar mercados consumidores externos e fontes confiáveis de matérias-primas estratégicas. Inglaterra, França, Bélgica e outros países europeus já tinham posições colonialistas estabelecidas, e a Alemanha encontrou barreiras para consolidar seu projeto imperialista. A Primeira Guerra Mundial foi o ápice do desmoronamento das principais instituições capitalistas do século 19, obrigando as classes dominantes a reinventarem-nas. Essa tentativa, contudo, não se deu automaticamente, pois os principais sujeitos históricos demoraram cerca de uma década para perceber que o mundo tal qual eles conheceram antes da guerra não mais existia, e a simples reconstrução do mercado autorregulável, do sistema de equilíbrio de poder, do Estado liberal e do padrão monetário mundial baseado no ouro e na libra esterlina nada mais era do que uma relíquia do passado.

Segundo Karl Polanyi ([1944] 2000), a década de 1920 foi marcada pelo signo do conservadorismo e da restauração. Diante das revoluções socialistas, os blocos sociais dominantes reagiram com uma tentativa desesperada pelo retorno ao século 19. As classes dominantes ainda estavam presas aos fantasmas do passado: livre mercado, o Estado guarda-noturno, o padrão ouro-libra e o Concerto da Europa. De uma forma ou de outra, a agenda da Europa capitalista baseou-se na restauração dessas quatro instituições, mas o centro gravitacional da política girou em torno do restabelecimento do padrão monetário internacional. A causa principal da crise no entreguerras em geral e da Grande Depressão em particular reside, na opinião de Polanyi, no colapso do sistema monetário mundial baseado na *City* londrina. Com a impossibilidade da sua restauração, bem como das lutas sociais contra os moinhos satânicos do capitalismo, a utopia do mercado autorregulável ruiu e, com ela, toda a sua superestrutura política nacional e internacional.

Diante da crise, as mudanças na economia não se limitaram às políticas econômicas estatais. Elas atingiram a própria base material de produção, algo substancial que passa ao largo da escrita de Polanyi. Nos Estados Unidos, surgiam novos processos de trabalho na indústria automobilística, que mais tarde seriam sugestivamente chamados de taylorismo e

fordismo. Frederick Taylor e Henry Ford implementaram processos de produção que intensificavam o ritmo da jornada de trabalho dos operários a partir da parcialização e do controle das tarefas, além da instalação de linhas de produção com esteiras mecânicas.

Nessa mesma época, a crença no livre mercado foi destruída diante da recessão mundial e do desemprego estrutural involuntário, e das suas ruínas surgiu o planejamento econômico, então em voga nos planos quinquenais da ex-União Soviética. O Estado burguês passaria a ter uma função ainda mais ativa na acumulação capitalista, com preocupações sociais de manutenção da ordem política não mais somente pela via da repressão à “questão social”, mas pela promoção de políticas de pleno emprego e viabilização de sistemas básicos de proteção social, como previdência, saúde e assistência social, que viriam a ser, no pós-Segunda Guerra, o tripé da seguridade social do Estado de bem-estar social.

Em linhas gerais, dois novos padrões de intervenção estatal na “questão social” surgiram. Nos Estados Unidos, Franklin Roosevelt capitanearia um novo contrato social, o chamado *New Deal*. A situação socioeconômica dos Estados Unidos na década de 1930, sob qualquer ângulo, demonstrava uma contínua degradação: queda de 35% na produção industrial e de 25% da força de trabalho desempregada (na época, mais de 12 milhões de trabalhadores). Diante de tal quadro de tragédia social, a presidência do país tomou medidas no sentido de conter a crise: cartelização das indústrias para segurar os preços, controle dos preços agrícolas, programas públicos para geração de empregos e pensões para idosos e desempregados. O fato é que a economia estadunidense só reativou com a expansão da atividade industrial decorrente dos esforços de guerra (TEIXEIRA, 1999, p.178), mas as medidas do *New Deal* foram importantes para conter a trajetória de queda econômica, impedindo que a situação sociopolítica do país se desdobrasse numa crise de hegemonia – que, para Gramsci, não ocorreu.

Na Alemanha, após a queda da República de Weimar e as humilhações derivadas do Tratado de Versalhes, que só fizeram exacerbar o nacionalismo teutônico, surgiu o regime fascista,

liderado pelo partido nazista. Segundo Ernest Mandel (1976), o núcleo da atuação política do regime nazifascista pode ser resumido em cinco pontos fundamentais: (1) regime político autocrático, que recorre ao uso irrestrito da força e da coerção para reversão da crise estrutural e cujo alvo principal são as lideranças e as bases do movimento operário; (2) caráter classista do Estado e a defesa dos interesses da alta burguesia e dos grandes capitais monopolistas via uma política econômica que instaura uma economia de guerra com planejamento centralizado, concentração do capital, retomada dos lucros e congelamento dos salários; (3) mesmo operando a efetivação dos interesses dos grandes capitais monopolistas, há uma mediação relevante na gestão das ditaduras fascistas: seus dirigentes máximos são, em geral, quadros provenientes da pequena burguesia, excluindo a alta burguesia do comando imediato do poder estatal, embora esta classe permaneça na direção do projeto burguês; (4) criação de um movimento de massas – os partidos fascistas – para atomizar e desmobilizar as organizações da classe trabalhadora; (5) a base social do movimento de massa fascista é a pequena burguesia, pauperizada pela crise estrutural e sem perspectivas futuras de ascensão social, encampa ideias como o nacionalismo xenófobo, o antissemitismo e a retórica demagógica anticapitalista.

Surgem, assim, novas configurações do bloco histórico capitalista. As medidas tomadas pelas classes dominantes defendiam mudanças diante da crise capitalista instaurada pós-Primeira Guerra Mundial e a Revolução Bolchevique. Tais medidas operavam transformações tanto na estrutura econômica como na superestrutura por meio das revoluções passivas do americanismo-fordismo nos Estados Unidos e do fascismo na Europa Ocidental. É nesse contexto histórico que Gramsci teoriza sobre a crise orgânica.

A crise de 1929 e a Grande Depressão da década de 1930 formaram um terreno fértil para as interpretações marxistas. Desde os escritos de Marx, as crises econômicas são vistas como fenômenos intrínsecos ao modo de produção capitalista e não como uma deformação do seu funcionamento. Em *O capital*, Marx aponta diversos elementos para as crises capitalistas: a anarquia social da produção, os movimentos do

valor, a contradição das forças produtivas *versus* as relações sociais de produção, o subconsumo, a superprodução e a tendência da queda da taxa de lucro. (MANDEL, 1990, cap. XXV) Mas, sobretudo, a análise marxiana sobre as crises engloba outros aspectos da realidade para além das variáveis econômicas, como as políticas e sociais. (MELLO, 2012)

Segundo Elmar Altvater (1987, p.81), surgem, em meados da década de 1920, duas interpretações marxistas sobre a crise: “o de uma estabilidade substancial do desenvolvimento capitalista com base na organização da economia e na progressiva estatização da sociedade, e o da desestabilização da economia e da sociedade na fase da ‘crise geral do capitalismo’.” Ambos tinham nítidas imbricações com as práticas de cada grupamento político.

A figura central da primeira interpretação é o austríaco Rudolf Hilferding, que sustentou a tese de que a racionalização empresarial da produção, o intervencionismo do Estado na economia e o estreitamento dos vínculos estatais com a burguesia apontavam para o capitalismo organizado e, por isso, os efeitos das crises seriam amenizados e não levariam à queda final do sistema. O fim do modo de produção capitalista não seria resultado, portanto, de uma crise terminal espetacular, mas sim de uma estratégia reformista do proletariado organizado em torno de partidos social-democratas. A transição para o socialismo seria pacífica, lenta e gradual, sem a necessidade de uma ruptura violenta como a Revolução Bolchevique.

Já a segunda interpretação marxista foi defendida pela Internacional Comunista (IC) sob hegemonia estalinista. A linha política da IC, traçada a partir do seu VI Congresso, tinha como pressuposto a ideia de que o capitalismo viveria uma fase moribunda e seu fim seria iminente. Uma grande crise econômica seria a antessala da revolução mundial comunista. O abalo dos alicerces econômicos proporcionaria as condições objetivas imediatas para um ataque frontal e armado do proletariado ao poder constituído, conquistando o Estado burguês e, em uma rápida transição, destruindo-o para dar lugar a formas comunistas de auto-organização social.

Gramsci, em certa medida, recolheu da primeira linha interpretativa a ideia central de que a ordem burguesa havia desenvolvido novos mecanismos econômicos e políticos de manutenção do capitalismo, ao mesmo tempo em que repudiou a estratégia reformista e gradualista. De forma geral, Gramsci colocou-se contrário àquelas interpretações marxistas da crise mundial no entreguerras e da Grande Depressão, como também fizeram, a seu modo, Rosa Luxemburgo e Leon Trotsky. Daí a originalidade das suas reflexões sobre os abalos do modo de produção capitalista e a criação da categoria de crise orgânica, a qual passaremos a analisar logo abaixo.

### **A categoria de crise orgânica nos *Cadernos do cárcere***

A categoria de crise orgânica encontra-se espalhada ao longo de diversos cadernos. Para entendê-la na sua complexidade, é necessário um paciente exercício de catalogação das notas esparsas, contextualizando-a dentro do tempo histórico mencionado anteriormente e do arcabouço teórico-político do líder do Partido Comunista Italiano. A categoria aparece pontualmente na miscelânea de cadernos temáticos sobre os intelectuais. Na nota §1 do Caderno 12, é citada explicitamente no debate sobre os diferentes tipos de escola (escola técnica e escola humanística/unitária). (GRAMSCI, 2004, p.33 – C12 [1932], §1) Já na nota §126 do Caderno 5, a categoria surge indiretamente, sem ser citada nominalmente. Gramsci (2004, p.134-5 – C5 [1930-32], §126) relembra a crise orgânica na França aberta pela Revolução em 1789 e finalizada na década de 70 do século 19 e discute a desagregação do Estado francês e a construção de uma nova unidade nacional no início do século 20, questionando qual papel cabia à Georges Clemenceau neste contexto histórico. No seu balanço, a desagregação do Estado nacional francês ocorreu, mas foi posterior ao mandato de Clemenceau e a emergência de regimes autoritários (aqui o comunista sardo se refere ao fascismo) é fruto, inclusive, da crise orgânica. Nas suas palavras, “o fenômeno de desagregação nacional ocorreu na França, ou seja, iniciou seu processo de desenvolvimento, mas depois de 1919, muito depois, muito mais tarde do que nos países de regime autoritário, que são, eles

próprios, um produto de tal desagregação”. (GRAMSCI, 2004, p.135 – C5 [1930-32], §126)

Um escrito importante sobre a crise orgânica está na nota §216 do Caderno 8, na qual Gramsci entra em polêmicas com Ugo Spirito e Luigi Einaudi. Com o primeiro, Gramsci debate sobre o caráter historicista da economia política clássica, rebatendo a “acusação sem fundamento” de que a ciência econômica no tempo de Smith, Ricardo e cia. teria se perdido num cipoal metafísico e matemático de fórmulas abstratas. Para o comunista sardo, a economia política clássica tinha como um dos seus pilares o mercado determinado<sup>108</sup>, que se propunha estudar a “estrutura fundamental da sociedade”. A partir destes elementos estruturais, “relativamente constantes”, os mercados seriam determinados. Enquanto a esfera do trabalho é tida como os elementos constantes do modo de produção capitalista, a esfera das trocas é percebida como a dos “elementos variáveis e em desenvolvimento”. Daí Gramsci concluir que a crise orgânica deriva substancialmente de fortes abalos no reino oculto da produção e a crise conjuntural de oscilações abruptas nos mercados. Como escreve Gramsci (1999, p.446-7 – C8 [1931-32], §216),

Mas o que é o “mercado determinado” e pelo que, precisamente, ele é determinado? Será determinado pela estrutura fundamental da sociedade em questão e, então, será preciso analisar esta estrutura e identificar-lhe os elementos que, relativamente constantes, determinam o mercado, etc., e os outros elementos “variáveis e em desenvolvimento”, que determinam as crises conjunturais, até o momento em que também os elementos “relativamente constantes” sejam por estes modificados, ocorrendo assim a crise orgânica.

Em seguida, a pena de Gramsci pesa nas críticas a Einaudi, qualificando seus artigos sobre a crise mundial capitalista de tolices, pueris e até mesmo cômicos. Mas o essencial da divergência está no anacronismo das análises de Einaudi que não captaram as transformações operadas tanto na

produção como nos mercados e nos padrões de vida de estratos populacionais na passagem da fase concorrencial do modo de produção capitalista para a monopolista, o que modificou radicalmente o caráter das crises capitalistas. Nesse ponto, Gramsci apresenta a diferença substancial entre crise orgânica e crise conjuntural. De acordo com as suas anotações, a principal diferença entre as duas categorias é posta na maior amplitude e profundidade da primeira em relação à segunda. O debate não gira unicamente em torno da duração de uma crise, mas também no impacto da crise no abalo das estruturas e superestruturas de um bloco histórico, abrindo-se a possibilidade do surgimento de novas formas de organização social. Vale a transcrição completa do trecho:

Mas Einaudi não leva em conta que, cada vez mais, a vida econômica se concentrou em uma série de produções em grande escala e que estas estão em crise: controlar esta crise é impossível, precisamente pela sua amplitude e profundidade, que atingiram tal ponto que a quantidade torna-se qualidade, isto é, trata-se de crise *orgânica* e não mais de *conjuntura*. (GRAMSCI, 1999, p.447 – C8 [1931-32], §216)

Apesar de certas notações universais, Gramsci encaminhou em larga medida sua abordagem sobre as crises orgânicas em termos histórico-concretos, analisando dois grandes momentos do modo de produção capitalista: o processo italiano de unificação estatal, o chamado *Risorgimento*, submetido a uma comparação histórica com a Revolução Francesa, e a crise orgânica dos anos 1910-1930, com a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa, o fascismo e o americanismo-fordismo. No decorrer dos *Cadernos*, ele demonstra uma aversão ao esquematismo sociológico que desconsidera elementos históricos e ideológicos de uma formulação teórica. Suas críticas metodológicas posicionam-se tanto contra a tradição idealista, que concebe a realidade como produto das ideias, como de uma tradição do marxismo avessa

---

108 Sobre a categoria de mercado determinado na obra de Gramsci, conferir Castelo (2020).

às análises concretas de situações concretas, que insiste em enquadrar a rica, complexa e contraditória realidade nas citações clássicas de Marx, Engels e Lenin.

Seu ponto de partida é o concreto, isto é, experiências históricas de transição do feudalismo para o capitalismo ou de recomposição dos blocos históricos capitalistas. Em um segundo momento, Gramsci recorre à abstração de elementos perturbadores da análise – o que chamaria de “eventos conjunturais”, da “política miúda” – restringindo-se, nessa etapa da pesquisa, aos fatos orgânicos e estruturais. Por fim, recolhendo os fatos conjunturais e orgânico-estruturais, se reconstruiria idealmente a realidade, a partir de uma síntese teórica na perspectiva da totalidade. Dessa forma, pode-se dizer que a categoria de crise orgânica possui determinações concretas e abstratas, particularistas e universalistas.

Preciosas anotações de caráter mais abstrato sobre crises econômicas e políticas (de hegemonia, de autoridade) aparecem no volume reunido em torno dos temas Maquiavel e Estado. A nota §17 do Caderno 13 discute, sob influência do prefácio à *Contribuição da crítica da economia política*, de Marx ([1859] 2008, p.45-50), uma metodologia para o estudo das grandes transformações históricas. Para Gramsci, as categorias de estrutura e superestrutura são essenciais nesse estudo. As crises orgânicas ocorreriam no momento em que as “contradições insanáveis na estrutura” – derivadas do descompasso entre o avanço revolucionário das forças produtivas e a conservação de antigas relações sociais de produção – não seriam mais contidas dentro de limites impostos pela superestrutura. Os laços entre estrutura e superestrutura se afrouxariam e o bloco histórico ameaçaria se desagregar, iniciando uma época de convulsões políticas, econômicas e sociais.

Tais períodos de transformação derivam de três tipos básicos de situações: processo regressivo ou crise aguda, processo progressista ou de prosperidade e estagnação das forças produtivas. O surgimento dessa janela histórica proporcionada pela crise orgânica é uma das oportunidades que os movimentos revolucionários da classe trabalhadora têm para acumular força e contestar o sistema vigente, abrindo efetivo

espaço para a revolução social. Não se deve esquecer, todavia, que tal conjuntura também abre espaço para as reações das classes dominantes, muitas vezes operadas por meio de golpes e ditaduras, como recorda Gramsci (2002, p.60 – C13 [1932-34], §23): “quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos.” São períodos de agitação espontânea, de “subversivismo esporádico, elementar e não orgânico” das classes subalternas, e também de relativo fortalecimento das forças repressivas e de setores das classes dominantes, como a Igreja e as altas finanças.

Mais adiante discutirei as opções históricas confrontadas pelas classes dominantes e subalternas diante da crise orgânica. Agora interessa o seguinte: havendo mais de uma saída para a crise orgânica, como, então, prever os rumos futuros? Segundo Gramsci, deve-se analisar as correlações de forças existentes na sociedade. Tal análise opera-se em três níveis: (1) nas relações de forças sociais ligadas à estrutura, isto é, análise das condições objetivas, que muitas vezes operam independentes da vontade humana; (2) nas relações das forças políticas, isto é, das condições subjetivas, do nível de consciência<sup>109</sup> de cada uma das classes sociais fundamentais e subordinadas, bem como das forças internacionais que atuam nos distintos espaços nacionais; (3) nas relações das forças militares, que se desdobram em forças técnico-militares (estritamente militar) e forças político-militares (uma grande variedade de combinações entre elementos de hegemonia e ditadura, consenso e coerção). (GRAMSCI, 2002, p. 40-4 – C13 [1932-34], §17)

A arena da luta de classes é ocupada por múltiplos sujeitos históricos e, em tempos de grandes crises, surgem novos vetores que tornam o quadro ainda mais complexo. Por isso, é necessária a análise das relações de força entre os diversos grupos sociais em disputa pela supremacia, pois somente através dela somos capazes de determinar quais serão

---

109 Na nota §17 do citado Caderno 13, Gramsci fala em três níveis de consciência: econômico-corporativo, solidário-econômico e ético-político, na qual se estabelece efetivamente a disputa da hegemonia entre os principais grupos sociais.

as saídas operadas para uma crise orgânica. O grupo social que tiver maior êxito na análise da “conjuntura estratégica” conseguirá uma melhor preparação do teatro das lutas políticas, conquistando maior capacidade ideológica de disputar a direção intelectual-moral da sociedade.

O conceito de crise orgânica deve ser entendido a partir de uma perspectiva de totalidade, pois engloba uma dupla dimensão: a econômica e a política. As crises econômicas – a despeito do novo aparato institucional e ideológico do Estado ampliado – são indissociáveis do capitalismo, posto que resultam das contradições intrínsecas desse sistema social. Elas sempre surgem. O revolucionário sardo, todavia, desenvolve uma nova visão sobre os efeitos dessas crises sobre o proletariado e a potencialidade das revoluções em períodos de turbulência no capitalismo.

Gramsci aponta para a existência de questões econômicas no desenvolvimento das crises orgânicas, mas não as vê como determinantes. Ele atribui à economia um peso secundário, que não é capaz, numa sociedade ocidentalizada, de romper mecanicamente os vínculos de ligação da estrutura e da superestrutura de um bloco histórico e levar a futuros arranjos societários. Isto só pode ocorrer mediante a presença de sujeitos históricos conscientes de suas concepções de mundo e organizações coletivas para a revolução.

Gramsci retira, portanto, parte do peso que alguns marxistas atribuíam às crises econômicas, colocando-as como um evento catastrófico capaz de levar o capitalismo ao colapso final. Nesse sentido, na nota §24 do Caderno 13, ele dirige duras críticas à Rosa Luxemburgo, que teria defendido a tese de que uma grande crise econômica do capitalismo levaria a uma ascensão espontânea das lutas populares e à revolução socialista. Segundo o autor sardo, a análise da dirigente espartaquista sobre a Revolução Russa de 1905 restringe-se ao exame das condições econômicas e da reação espontânea das massas populares aos efeitos socioeconômicos da crise, negligenciando, dessa maneira, os fatores subjetivos na deflagração dos acontecimentos. Na linha luxemburguista, tida

como um “férreo determinismo economicista”<sup>110</sup>, as crises econômicas são entendidas como uma espécie de artilharia de campo de batalha capaz de abrir passagem para o avanço das forças adversárias ao capitalismo. O proletariado não teria a necessidade de preparação prévia de quadros dirigentes capazes de liderar e organizar a revolução socialista em comunhão com as massas. Esta viria como uma decorrência mecânica da grande crise econômica capitalista.

A virulência de suas críticas (nem sempre justas) à revolucionária polonesa não deixam margem para dúvida: Gramsci não via uma ligação direta e automática entre crise econômica e revolução socialista. O empobrecimento das massas não se traduziria mecanicamente em revolta popular, muito menos em ato político organizado e consciente capaz de abalar as estruturas do sistema social vigente. Tais teses poderiam ter um grão de verdade no período em que vigorou o capitalismo concorrencial, mas as novas determinações históricas da acumulação monopolista e do Estado ampliado no início do século XX amorteceriam o potencial revolucionário da pauperização das massas e das crises econômicas<sup>111</sup>: “Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal.” (GRAMSCI, 2002, p.44 – C13 [1932-34], §17)

É importante notar que, ao criticar as teses economicistas da IC, Gramsci evita uma unilateralidade oposta, qual seja, a de eliminar o momento econômico-corporativo das

---

110 “Era uma forma de férreo determinismo economicista, com a agravante de que os efeitos eram concebidos como rapidíssimos no tempo e no espaço; por isso, tratava-se de um verdadeiro misticismo histórico, da expectativa de uma espécie de fulguração milagrosa.” (GRAMSCI, 2002, p.71 – C13 [1932-34], §23)

111 “Como toda crise significa uma queda do padrão de vida popular, é evidente que se faz necessária a preexistência de uma área de segurança suficiente para que a resistência ‘biológica’ e, portanto, psicológica do povo não desmonte ao primeiro choque com a nova realidade. Portanto, o grau de poder real de um Estado deve ser medido segundo este elemento, que naturalmente está coordenado aos outros elementos de juízo sobre a solidez estrutural de um país.” (GRAMSCI, 2002, p.234 – C6 [1930-32], §75)

crises orgânicas. Queda das atividades econômicas, recessões, falências, desemprego fazem parte de suas reflexões e não devem ser negligenciadas: a depender das relações de força entre as classes fundamentais (burguesia e proletariado), a questão econômica será mais ou menos decisiva. “A questão particular do mal-estar ou do bem-estar econômicos como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial da questão das relações de força em seus vários graus.” (GRAMSCI, 2002, p.45 – C13 [1932-34], §17) Gramsci, embora reconheça a centralidade dos fatores estruturais na explicação das crises, limita-se a pouquíssimas palavras sobre as causas centrais postuladas pelo pensamento marxiano (e marxista) – superprodução, subconsumo, tendências e contratendências a queda da taxa de lucro – e, na maior parte de suas reflexões sobre o tema, escreve sobre os efeitos das crises sobre as distintas classes sociais.

Os aspectos econômicos podem ser favoráveis a uma movimentação espontânea das massas diante dos efeitos deletérios da crise. Mas o aprofundamento da crise econômica e a sua transmutação em crise orgânica dependerá das relações de força políticas e militares estabelecidas em determinado momento histórico de uma formação econômico-social. Somente a conjugação desses três elementos – econômicos, políticos e militares – configurará uma crise orgânica. Como escreve Gramsci no caderno 13, nota 17,

Pode-se dizer, portanto, que todos estes elementos são a manifestação concreta das flutuações de conjuntura do conjunto das relações sociais de força, em cujo terreno verifica-se a transformação destas relações em relações políticas de força, para culminar na relação militar decisiva. (GRAMSCI, 2002, p.45 – C13 [1932-34], §17)

Gramsci sinaliza que não se pode deduzir, de forma a-histórica, um modelo determinista dos efeitos de uma crise econômica levando à derrocada capitalista e ao início do socialismo. Pelo contrário, a hipótese levantada é a de que as crises econômicas também podem favorecer golpes de Estado por parte das classes dominantes. Ou seja, uma crise econômica pode fortalecer ainda mais a dominação burguesa frente ao

proletariado, embora evidências factuais tenham levado diversas lideranças marxistas a pensarem o contrário. E aqui, mais uma vez, Gramsci não se furta a criticar a concepção espontaneísta vigente dentro do marxismo:

Ocorre quase sempre que um movimento “espontâneo” das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa, e, por outro, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do governo para tentar golpes de Estado. Entre as causas eficientes destes golpes de Estado deve-se pôr a renúncia dos grupos responsáveis a dar uma direção consciente aos movimentos espontâneos e, portanto, a torná-los um fator político positivo.” (GRAMSCI, 2002, p.197 – C3 [1930], §48)

Um segundo aspecto da crise orgânica é a sua dimensão política, que, segundo Gramsci, é a principal característica da crise em uma sociedade ocidental, isto é, o seu conteúdo. A crise orgânica manifesta-se no plano superestrutural (ideológico e político) como uma “crise de autoridade”, ou como uma “crise de hegemonia”, quando algumas classes sociais descontentes – em especial a camponesa e a pequena burguesia – se descolam da hegemonia vigente e abrem espaço para alianças políticas com o proletariado, única classe capaz de elaborar e implementar uma nova direção intelectual-moral para o conjunto da sociedade. Senão, vejamos:

O processo [da crise] é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e

apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto. (GRAMSCI, 2002, p.60 – C13 [1932-34], §23)

Na crise de hegemonia, as ideologias dominantes ficam desbotadas e os laços existentes entre governantes e governados se enfraquecem. Os aparelhos privados de hegemonia, operados pelos intelectuais orgânicos e tradicionais das classes dominantes, não conseguem mais soldar o bloco histórico em torno da concepção de mundo burguesa, esgarçando as ligações entre a superestrutura e a estrutura. Neste momento, a classe trabalhadora e seus possíveis aliados não se sentem mais representados pelos interesses das classes dominantes. O consenso se dissolve paulatinamente e a agitação das classes subalternas cresce na medida exata desta dissolução, bem como ocorre o aumento do uso da força por parte dos aparelhos estatais de coerção a mando das classes dominantes. Na crise de hegemonia, as classes subalternas deixam de acreditar na capacidade dirigente dos governantes, que se mostram incapazes de solucionar os aspectos mais deletérios da crise sobre a sociedade como um todo<sup>112</sup>. Conforme escreve Antonio Gramsci, numa célebre passagem dos *Cadernos*,

O aspecto da crise moderna que se lamenta como “onda de materialismo” está ligado ao que se chama de “crise de

---

112 A dimensão política da crise orgânica na obra de Gramsci, tratada a partir do conceito de crise de hegemonia ou de autoridade, assemelha-se muito à categoria de *situação revolucionária* expressa nos textos de Lenin, em particular na passagem da seção IX do livro *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*: “A lei fundamental da revolução, confirmada por todas as revoluções, e particularmente pelas três revoluções russas do século XX, consiste no seguinte: para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de continuar vivendo como vivem e exijam transformações; para a revolução é necessário que os exploradores não possam continuar vivendo e governando como vivem e governam. Só quando os ‘de baixo’ não querem e os ‘de cima’ não podem continuar à moda antiga, somente então é que a revolução pode triunfar. Em outras palavras, esta verdade se exprime do seguinte modo: a revolução é impossível sem uma crise nacional geral (que afete explorados e exploradores).” (LENIN, [1920] 2014, p.130-1, grifos originais)

autoridade”. Se a classe dominante perde o consenso – ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: nesse interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados. (GRAMSCI, 2002, p.184 – C3 [1930], §34)

Na nota §5 do Caderno 15, intitulada “*Passado e presente: a crise*”, Gramsci aponta três pontos fundamentais para o entendimento das crises orgânicas no modo de produção capitalista. Primeiramente, destaca que elas são um fenômeno de natureza complexa, com múltiplos efeitos e causas, de difícil definição por parte de análises deterministas e unilaterais. “Trata-se”, portanto, “de um processo que tem muitas manifestações e no qual causas e efeitos se interligam e se sobrepõem. Simplificar significa desnaturar e falsear.” (GRAMSCI, 2007, p.316 – C15 [1933], §5) Elementos monetários, financeiros, comerciais e políticos concorrem para a sua emergência, mas há uma centralidade dos fatores da esfera produtiva (GRAMSCI, 2007, p.318 – C15 [1933], §5), algo que o nosso autor defende desde 1931-32 conforme visto na análise da nota §216 do Caderno 8.

Em segundo lugar, a crise orgânica deve ser entendida como um processo de longa gestação, que não se inicia com seus aspectos fenomênicos mais evidentes, como a quebra da Bolsa de Valores estadunidense em 1929. Para o intelectual italiano, “todo o pós-guerra é crise, com tentativas de remediá-la que às vezes têm sucesso neste ou naquele país, e nada mais.” (GRAMSCI, 2007, p.317 – C15 [1933], §5) E, em terceiro lugar, as crises são intrínsecas ao modo de produção capitalista, derivadas das contradições próprias de uma sociedade mercantilizada como a burguesa, o que leva a uma instabilidade inerente a esse modo de produção. Conforme o próprio autor resume,

Estes três pontos – 1) que a crise é um processo complexo; 2) que se inicia pelo menos com a guerra, ainda que não seja sua primeira manifestação; 3) que a crise tem origens internas, nos modos de produção e, portanto, de troca, e não em fatos políticos e jurídicos – parecem ser os três primeiros a ser esclarecidos com exatidão. (GRAMSCI, 2007, p.317 – C15 [1933], §5)

Em pelo menos duas ocasiões Gramsci escreve, nos *Cadernos do cárcere*, que as causas das crises orgânicas não estão fundadas nos planos moral, jurídico ou mesmo político, mas sim no econômico-social<sup>113</sup>, o que reforça a importância dos fatores estruturais no entendimento das crises orgânicas capitalistas e que estas não se resumem a crises de hegemonia, afirmação comumente encontrada na literatura de diversos comentadores gramscianos<sup>114</sup>.

Diante dos fenômenos patológicos da crise orgânica, surgem inúmeras saídas que, como anunciado anteriormente, são determinadas pela correlação de forças entre os blocos sociais em disputa pela supremacia. Na grande crise do início do século 20, o movimento comunista foi derrotado nas principais sociedades ocidentais, e as saídas foram eminentemente determinadas pelos interesses das classes dominantes através das revoluções passivas do fascismo e do americanismo-fordismo. Outros desfechos para uma crise orgânica são apontados, tais como a contrarrevolução, o bonapartismo (ou cesarismo), a paz dos cemitérios e, claro, a revolução socialista. Estes são, em linhas gerais, os desdobramentos possíveis de uma crise orgânica, que nem sempre pende para o lado da

---

113 Ver as notas §123 no Caderno 6 [1930-32] (GRAMSCI, 2007, p.305) e §5 do Caderno 15 [1933] (GRAMSCI, 2007, p.317).

114 Um exemplo ilustrativo do esmaecimento da dimensão econômica da categoria crise orgânica pode ser encontrado no verbete da referida categoria escrito por Lelio La Porta para o *Dicionário gramsciano (1926-1937)* (LIGUORI; VOZA, 2017, p.162-4). O tema da economia surge muito pontualmente e fica praticamente apagado da discussão sobre a crise orgânica. Isto fica evidente tanto no corpo do texto como nas indicações de outros verbetes, nas quais predominam, em larga escala, sugestões de leitura de temas políticos e relacionados à hegemonia-consenso. A relação dialética entre política e economia nas crises orgânicas é melhor explorada no verbete 'crise', escrito por Fabio Frosini no mesmo dicionário. (LIGUORI; VOZA, 2017, p.158-61)

classe trabalhadora; pelo contrário, até o presente momento, grande parte das saídas se deu pela via de reconstrução e consolidação da supremacia burguesa, o que não significa um padrão histórico a se repetir eternamente.

Em suma, a crise orgânica, segundo Gramsci, configura-se como um evento histórico complexo, que envolve fenômenos econômicos, políticos e culturais e traz sérios abalos ao bloco histórico vigente e, a depender da correlação de forças, do próprio modo de produção capitalista. A crise orgânica é, portanto, uma conjunção de fatores estruturais e superestruturais, com destaque para as ações da grande política, na qual projetos societários forjados pelas classes fundamentais concorrem pela direção intelectual-moral: luta-se pela conservação do bloco histórico ou, então, pela construção de um novo modo de sociabilidade, livre da exploração, da dominação e da opressão vigentes nas sociedades classistas.

No próximo item, veremos alguns desdobramentos da crise orgânica instaurada no Brasil desde 2013, buscando trazer elementos para a análise da conjuntura da supremacia rentista e da abertura de esgotamento do bloco histórico neoliberal.

### **Supremacia rentista e crise orgânica no Brasil neoliberal**

A hegemonia conquistada pelas frações rentistas do bloco social da supremacia burguesa, desde os anos 1980 até hoje, é um momento ímpar na história do modo de produção capitalista e alcançou, a partir de um desenvolvimento desigual e combinado, praticamente todas as formações econômico-sociais no mercado mundial. Uma das expressões concretas dessa hegemonia na materialidade do poder estatal é a austeridade fiscal. Não à toa, a política de austeridade é o primeiro item dos 10 pontos do Consenso de Washington e se tornou uma espécie de catequese fundamentalista do *mainstream* burguês.

O alcance e os impactos da hegemonia rentista e da austeridade fiscal são impressionantes, pois distintos grupos das lutas de classes aderiram ao círculo de ferro do neoliberalismo nas últimas quatro décadas. No centro imperialista, partidos social-democratas, após serem massiva-

mente cooptados pelas forças dominantes, foram executores diligentes do projeto neoliberal, abrindo espaço para a difusão do social-liberalismo em todo o mundo. Nas semiperiferias e periferias dependentes, os cânones neoliberais, mediados pela dominação imperialista, ganharam ares de receituário e foram aplicados com afincamento por governos conservadores e democrático-populares, inclusive na vulgata neodesenvolvimentista. Por fim, um dos últimos bastiões foi conquistado com a cooptação da extrema-direita fascista que, no seu passado, rejeitou ideias motrizes do liberalismo clássico e defendeu modelos de forte intervenção estatal na acumulação capitalista mas, no presente, aderiu sem vacilação à ortodoxia econômica. Resta, ainda, uma pequena e brava resistência nas fileiras comunistas e socialistas.

Com o início da crise orgânica em 2008, o cenário mudou. Diante dos efeitos da crise, Estados nacionais imperialistas e dependentes adotaram tímidas políticas anticíclicas de estímulo à reativação da acumulação capitalista e de alívio às expressões mais agudas da “questão social”. Em determinadas situações extremas, medidas estatizantes foram tomadas para salvar grandes empresas capitalistas. Naquele momento, vivenciamos a primeira rodada de ajustes pontuais na austeridade fiscal durante a nova crise orgânica do capitalismo. Buscava-se evitar o pior, pois, em algumas nações, como Grécia, Portugal, Espanha e Islândia, países que podem ser considerados semiperiféricos ou mesmo periféricos dentro da Europa, houve tentativas de ruptura com a política de austeridade fiscal imposta pela Troika (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia), o que gerou apreensão na alta burguesia rentista.

Alguns projetos de ruptura capitularam, como o grego, e outros prosperaram em maior ou menor medida, como Portugal e Islândia, mas o saldo global foi a permanência da austeridade fiscal com ligeiras modificações no alvorecer da crise. O balanço desta primeira rodada de ajustes marginais na austeridade fiscal não deve ser visto, portanto, como uma guinada keynesiana nas políticas econômicas, mas sim como medida tática de resposta conservadora aos efeitos socioeconômicos da

crise, que podem desaguar em revoltas nacional-populares. Passado o pior, os ajustes fiscais draconianos voltaram à cena.

Com a pandemia decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2020, podemos constatar o agravamento da crise orgânica e novos abalos na hegemonia rentista, algo impensável nos últimos anos, e o surgimento de uma segunda rodada de ajustes marginais nas políticas de austeridade fiscal. Demandas por redução das taxas de juros, perdão de dívidas de consumidores e pequenas empresas, recuo na política recessiva de corte de gastos e aumento da intervenção estatal surgem de todos os lados, inclusive de setores da alta burguesia como veremos a seguir.

A partir dessas mudanças na conjuntura, a tese defendida neste capítulo é a seguinte: as críticas às políticas de austeridade fiscal expressam tensões e atritos no bloco social burguês, o que aumentará as contestações à hegemonia rentista. Essa nova conjuntura da crise orgânica não significa, contudo, o fim imediato desta hegemonia, ou mesmo num período próximo, mas abre possibilidades históricas de uma atuação mais decisiva e contundente da classe trabalhadora na luta contra o poder rentista e a supremacia burguesa. E tais tensões e atritos expressam igualmente algo mais profundo: abalos e fissuras no bloco histórico neoliberal. São distintas camadas da realidade que, analisadas em uma unidade contraditória, moldam o quadro da crise orgânica.

Em 2013, com as Jornadas de Junho, abriu-se no Brasil um período histórico de crise orgânica. Este período começou como uma crise de hegemonia no bloco social dominante organizado em torno do governo de conciliação de classes do Partido dos Trabalhadores (PT). A mobilização de massas iniciou-se com protestos populares em torno de pautas sociais e, no seu desenrolar, camadas médias e da burguesia trouxeram pautas conservadoras de combate à corrupção, posteriormente hegemonizando os protestos de rua. Os acordos costurados por organizações democrático-populares e grupos sociais dominantes foram rompidos e surgiram novas propostas de dominação burguesa no país, muitas delas ainda embrionárias.

A partir do biênio 2014-15, tivemos a confluência das crises de hegemonia, econômica e social no Brasil com (1) a

fragilidade política da presidenta eleita por estreita margem de voto e o punitivismo da Lava-Jato, (2) a queda das taxas de crescimento econômico e das taxas de lucro, o aumento da superexploração e das expropriações dos meios de subsistência da classe trabalhadora e (3) a intensificação de expressões da “questão social”. Essa confluência de diferentes dimensões de crise configura, dentre outros fatores, tempos de crise orgânica. Além disso, surgiram fenômenos patológicos diversos, dos quais o recrudescimento de forças reacionárias foi um dos mais marcantes, culminando no golpe de 2016 e na vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. E a pandemia veio se somar no ano de 2020, aprofundando a crise orgânica no mundo e no Brasil.

No último ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff, a crise capitalista era uma realidade no nosso país. A marolinha tinha virado um *tsunami*. A reversão do ciclo da reprodução capitalista tornou-se uma realidade, provando, mais uma vez, que as políticas macroeconômicas ortodoxas ou heterodoxas são capazes de acelerar ou arrefecer a expansão e queda do capital, nunca controlá-las.

No plano externo, a baixa nos preços internacionais de *commodities* exportadas pelo Brasil impactou fortemente a nossa balança comercial. A aposta no ciclo de alta dos preços das mercadorias do agronegócio mostrou-se novamente uma forma de aprofundamento da dependência do Brasil à divisão internacional do trabalho. No plano interno, o produto interno bruto (PIB) cresceu míseros 0,5% em 2014 e, no ano seguinte, a recessão mostrou suas garras com a queda do PIB em 3,5%, seguida de mais uma queda de 3,3% em 2016. O fortalecimento da política econômica neoliberal, comandada por Joaquim Levy, gestor político das frações burguesas rentistas no Estado, foi decisivo para o aprofundamento da crise. A guinada ainda mais à direita da política econômica e anos de apassivamento das organizações de massa da classe trabalhadora pagaram um alto preço, minando o lastro social de uma resistência do governo do PT capaz de barrar o golpe em andamento.

Depois de dois anos de retração, as taxas de crescimento do PIB voltaram a um patamar positivo, mas nunca recuperaram o fôlego, permanecendo estacionadas na faixa de 1%

(1,3% em 2017 e 2018 e 1,1% em 2019). Foram dois anos de forte recessão e três de pibinhos, totalizando cinco anos de uma brutal estagnação econômica. Por trás das taxas do PIB, temos o desenrolar do conflito distributivo pela riqueza entre lucros e salários. As taxas de lucro seguiram a tendência de queda do PIB no triênio 2014-16, mas logo voltaram a se recuperar em 2017. Para isto, concorreram o aumento da superexploração da força de trabalho e a edição de políticas econômicas ortodoxas pelos governos federais que se acentuaram com o golpismo de Michel Temer, como a privatização de bens públicos, a promulgação da Emenda Constitucional 95 e das contrarreformas trabalhistas. O balanço global foi a retomada das taxas de lucro e a queda dos rendimentos da classe trabalhadora, concentrando ainda mais a renda e a riqueza nacionais nas mãos das classes dominantes.

A despeito da instabilidade advinda do processo golpista de *impeachment* e da prisão política de Lula, a hegemonia da fração rentista do grande capital continuou inabalada. As disputas inter e intra classes se acirraram desde 2013. O bloco social dominante no Estado mudou de gerência três vezes nos últimos anos – sendo o governo Temer o de maior impopularidade da história da República – e, ainda assim, a supremacia rentista foi capaz de reafirmar a sua direção intelectual-moral. Primariamente, esta supremacia é reorganizada no mundo da produção com a introdução de novos maquinários e da inteligência artificial da indústria 4.0, o aumento da superexploração e da precarização da força de trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos, permitindo uma retomada da alta das taxas de lucro dos conglomerados do capital financeiro financeirizado. Em segundo, os postos-chave dos aparelhos coercitivos de exploração e expropriação do Estado (Ministério da Economia, Banco Central, Tesouro Nacional, Receita Federal, bancos e fundos estatais) continuam ocupados por gerentes do grande capital monopolista, garantindo a linha neoliberal de *superávit* primário, câmbio flutuante, metas de inflação, tributação regressiva e benefícios fiscais e creditícios aos seus patrões. O ponto alto da supremacia rentista foi a constitucionalização da austeridade fiscal com a Emenda Constitucional 95 – escudada por

trincheiras jurídicas bem guarnecidas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU) –, que operam o saque do fundo público em favor das rendas dos detentores dos títulos da dívida pública. Desde a consolidação do neoliberalismo nos governos do PSDB, impôs-se uma quarentena permanente nos gastos sociais, impedindo-os de romper limites determinados pela política macroeconômica.

A vitória de Jair Bolsonaro e seus acordos com a alta burguesia, com destaque para uma submissão servil aos interesses estadunidenses, fortaleceram a supremacia rentista. De todo modo, a forte queda no crescimento econômico tem aumentado as tensões e atritos dentro do bloco social dominante, e o indicativo é que esta tendência continuará no seu governo protofascista. Por um lado, Bolsonaro abandonou suas antigas crenças no maior controle estatal na economia e passou a louvar o livre mercado, com o objetivo de atrair grupos da alta burguesia para as suas bases eleitorais e sociais. O fiador do acordo entre o novo convertido e as elites econômicas é Paulo Guedes, economista formatado no credo da Escola monetarista de Chicago e lumpenrentista de frações menores do grande capital. Fiel à cartilha neoliberal, Guedes mostra serviço desde os primeiros dias da sua nomeação com corte de gastos, anúncio de privatizações, parcerias público-privadas, ofensas ao funcionalismo público e etc. Assim, Bolsonaro e seu ministro da Economia reafirmam cotidianamente os compromissos firmados com o grande capital monopolista e recebem de volta apoios e aplausos – diga-se a verdade, cada vez mais tímidos e silenciosos, mas decisivos para a manutenção de ambos no Planalto Central.

De outro lado, a nova conjuntura da crise orgânica aberta pela pandemia coloca em xeque a política econômica de Guedes, que trouxe uma radicalização do ultraneoliberalismo herdado de Michel Temer. Logo no primeiro ano como ministro, quis mostrar serviço ao grande capital e anunciou medidas fiscais restritivas, aprofundando cortes nos gastos de investimento e custeio e retraindo a demanda estatal. O resultado foi o crescimento de 1,1% do PIB no primeiro ano do governo Bolsonaro, menor do que a média no governo Temer, que já tinha sido pífilo. Em 2019, estava acessa a luz amarela.

No ano seguinte, a conjuntura mundial alterou-se radicalmente com a pandemia do novo coronavírus, sendo ainda difícil prever os desdobramentos da crise orgânica. Mas algumas tendências começam a se delinear, em especial no cenário econômico. De acordo com previsões do FMI e Banco Mundial, a recessão mundial é certa. O FMI prevê uma retração na economia brasileira de 9,1%. O Banco Mundial, por sua vez, estima uma queda menor, de 8%, mas ainda assim altíssima. Já o Banco Central brasileiro consultou mais de 100 instituições financeiras nacionais e divulgou, no relatório Focus do dia 6 de julho de 2020, a sua estimativa do PIB. A queda esperada é de 6% no ano corrente<sup>115</sup>. Em qualquer um desses cenários, todos traçados por organismos ligados diretamente à hegemonia rentista, a economia brasileira sofrerá um dos maiores tombos da sua história.

Nesse cenário macroeconômico, a pressão por mudanças na política econômica parte de várias frentes, inclusive, de grupos internos do bloco social dominante. A questão que se impõe, portanto, é: estarão os rentistas dispostos a cortar na carne para salvar a própria pele? Ou em termos mais precisos: a alta burguesia sacrificará parte da acumulação de riqueza, numa formação econômico-social semiperiférica como a brasileira, em nome de uma supremacia baseada no consenso?

Em diversos países dos centros imperialistas, os liberais anunciam ações mais contundentes de estímulo às atividades econômicas. Nos EUA, Donald Trump sancionou em março de 2020 um acordo parlamentar que injeta US\$ 2 trilhões na economia estadunidense<sup>116</sup>, considerada a maior intervenção econômica da história daquele país. Grande parte dos recursos estatais será destinada a salvar empresas, enquanto uma fração menor irá para trabalhadores desempregados e gastos com a

---

115 LIMA, Bianca. Mercado melhora projeção para o PIB e vê queda de 6,5% em 2020. *G1*, 06 jul. 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/06/mercado-melhora-projecao-para-o-pib-e-ve-queda-de-65percent-em-2020.ghtml>> Acesso em: 07 jul. 2020.

116 G1. Trump promulga pacote de US\$ trilhões para avaliar impactos do coronavírus na economia. *G1*, 27 mar. 2020. Disponível em

saúde. Até mesmo medidas estatizantes foram implementadas por ordem de Trump, o testa de ferro mundial do ultraneoliberalismo, como a produção compulsória de ventiladores pulmonares por parte de empresas automobilísticas estadunidenses. Na Europa, medidas de alívio aos efeitos da crise partiram do governo inglês de Boris Johnson, parceiro de primeira hora de Trump, fazendo um aporte vultoso de £30 bilhões, quantia que não era aplicada desde a Segunda Guerra Mundial<sup>117</sup>. No final de julho, o Conselho Europeu, após uma tensa conferência de quatro dias que congregou as 27 lideranças dos países-membros da União Europeia, anunciou um pacote anticíclico e de reconstrução regional pós-pandemia no valor de € 1,8 trilhão<sup>118</sup>. E, no Japão, o governo federal, comandado por forças de extrema-direita, coloca em prática um pacote de intervenção econômica da ordem de €1 trilhão<sup>119</sup>. Os valores trilionários expressos em moedas estrangeiras podem encher os olhos dos incautos, mas são insuficientes para reverter o quadro de recessão econômica mundial, quiçá para amenizá-la. De todo modo, são mudanças táticas que demonstram a preocupação das burguesias da tríade imperialista, que farejam o tamanho dos efeitos sociais e políticos do agravamento da crise orgânica.

O espectro de Lord Keynes, que em vida recomendou a eutanásia dos rentistas, volta a atormentá-los. A sua força imaterial não é capaz, entretanto, de mudar substancialmente as políticas econômicas, que continuam a serem dirigidas pela ala neoclássica mais tradicional. A segunda geração dos ajustes

---

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/27/trump-promulga-pacote-de-us-2-trilhoes-para-aliviar-impactos-do-coronavirus-na-economia.ghtml>>. Acesso em: 19 maio 2020.

117 OSWALD, Vivian. Europa injeta €100 bi para proteger economia da nova pandemia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 mar. 2020. Economia, p.30.

118 PINTO, Ana Estela de Sousa. Em decisão inédita, UE aprova pacote trilionário para reconstrução pós-coronavírus. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 jul. 2020. Disponível em

<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/07/lideres-da-ue-chegam-a-acordo-sobre-pacote-de-recuperacao-pos-pandemia.shtml>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

119 CHARLES, Frédéric. Crise do coronavírus: o Japão também entra em recessão histórica. *UOL*, São Paulo, 18 mai. 2020. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/05/18/crise-do-coronavirus-o-japao-tambem-entra-em-recessao-historica.htm>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

pontuais nas políticas de austeridade fiscal surge, na verdade, com pacotes intervencionistas formulados e operados por forças conservadoras e até mesmo reacionárias. Somente quando o antigo espectro do comunismo rondar o mercado mundial, o keynesianismo será efetivamente evocado para ser uma alternativa à ortodoxia econômica; até lá, os herdeiros de Keynes se limitarão a cumprir o papel de consciência crítica acrítica da hegemonia rentista.

Para tornar a conjuntura mundial ainda mais complexa, a China é o primeiro país a apresentar portas de saída da crise sanitária, e junto com Cuba, começam a exportar profissionais da saúde, medicamentos, tratamentos e equipamentos para regiões mais afetadas, mostrando ao mundo a sua capacidade de contornar a grave crise. Com medidas de planificação estatal, a potência asiática se gabarita também a ser o primeiro país a retomar o crescimento econômico, que já era um dos mais pujantes antes da pandemia. Isto colocará os Estados Unidos nas cordas da arena de disputas pela supremacia no mercado mundial. Temos, assim, mais um elemento de aprofundamento da crise orgânica global. Nada será como antes: nem lá, nem cá.

Aferrado aos dogmas terraplanistas do ultraneoliberalismo, o governo brasileiro anunciou medidas tímidas para o combate aos efeitos socioeconômicos do coronavírus numa economia dependente, isto sem falarmos no genocídio sanitário contido nas ações do governo federal. Entretanto, num contexto de profunda estagnação econômica, de instabilidade política no andar de cima da pirâmide social e de avanço da pandemia, o aumento dos gastos sociais tornou-se uma necessidade imperativa e o governo cedeu – a contragosto – na pauta da austeridade fiscal. No dia 18 de março de 2020, a presidência da República encaminhou pedido ao Congresso Nacional para decretar o estado de calamidade pública, com o objetivo de afrouxar as regras fiscais e elevar os gastos sociais. O pedido foi aprovado no Senado, a toque de caixa, dois dias depois do seu envio.

Feito isso, o Ministério da Economia reviu a previsão de *déficit* nas contas públicas de R\$ 124 bilhões para R\$ 429 bilhões, o maior valor da série histórica. Paulo Guedes, todavia, não perdeu a oportunidade de declarar, na fatídica reunião

ministerial do dia 22 de abril, que a direção intelectual-moral continua apontando para a hegemonia rentista e os cofres públicos abastecerão as grandes empresas. Nas suas palavras, “na conversa com os ministros da Fazenda lá de fora eu disse que nós estamos com um déficit extraordinariamente alto esse ano. É da mesma forma que eles, tá todo mundo na mesma direção, só que nós caímos no chão, tá uma confusão. Tiro, porrada e bomba, mas nós não perdemos a bússola. A gente cai, levanta e sabe para onde nós temos que ir”<sup>120</sup>.

Com a decretação do estado de calamidade pública, o orçamento federal deixou momentaneamente de ter um limite determinado pelas férreas regras fiscais e o Executivo assegurou que o aumento dos gastos sociais não significará, necessariamente, uma queda nas remunerações dos proprietários dos títulos das dívidas públicas. Esta medida garante, por sua vez, a parcela polpuda do orçamento federal apropriada pelas frações rentistas da burguesia. Contraditoriamente, a hegemonia rentista está salvaguardada pelas mais recentes ações de afrouxamento da austeridade fiscal, tida como um dos seus pilares estruturais. Os lucros rentistas estão garantidos até mesmo num estado de calamidade pública.

Uma segunda contradição a ser percebida é que o afrouxamento das regras fiscais draconianas garantiu, ao mesmo tempo, a apropriação de valores trilionários do fundo público pelos rentistas e o aumento dos gastos sociais. Vale destacar que, neste caso, não há uma reedição da política de conciliação de classes, pois se trata de um ambiente econômico altamente recessivo e de novos arranjos dentro do bloco social dominante que excluem qualquer participação de organizações democrático-populares. E, uma terceira contradição desse quadro complexo da conjuntura brasileira é que o aumento dos gastos sociais é uma resposta focalizada e emergencial ao agravamento das expressões da “questão social” (desemprego, queda das rendas do trabalho, miséria, fome), não se

---

120 MAZIEIRO, Guilherme. Guedes: vamos usar recurso público com grandes empresas e ganhar dinheiro. *UOL*, São Paulo, 22 mai. 2020. Disponível em

constituindo, portanto, em uma mudança qualitativa do padrão de proteção social instituído no país; ao contrário, a elevação (momentânea) dos gastos sociais se dá num quadro efetivo de desmonte das políticas de seguridade social, educação, cultura, esportes, meio ambiente, etc.

Apesar da salvaguarda da austeridade fiscal, militares do núcleo duro do governo federal e aclamados intelectuais orgânicos do Estado-maior do bloco social dominante fizeram pronunciamentos públicos sobre a necessidade de novos aumentos dos gastos públicos para amenizar os efeitos mais dramáticos da crise orgânica. Vejamos quatro exemplos significativos.

As tensões e choques derivados da condução ultraliberal da austeridade fiscal surgem no próprio Executivo. No dia 22 de abril de 2020, o general Braga Netto, ministro da Casa Civil, articulado com as pastas do Desenvolvimento Regional e da Infraestrutura, anunciou um tímido pacote de R\$ 30 bilhões chamado de Plano Pró-Brasil, voltado para investimentos públicos em obras de grande porte, em especial na área de infraestrutura. A justificativa oficial é a retomada do crescimento econômico, da geração de empregos e a modernização da infraestrutura brasileira.

O plano estatal, todavia, apresenta resistências da equipe econômica liderada por Guedes, que não enviou representação para o anúncio oficial. Enquanto o Pró-Brasil defende a necessidade de investimentos públicos, a equipe econômica insiste na predominância da iniciativa privada. Os embates entre Guedes e a Casa Civil militarizada foram tão intensos que, dias depois do anúncio, Bolsonaro foi obrigado a colocar panos quentes na desordem das suas fileiras e declarar que Paulo Guedes era o “homem que decide a economia (...). Ele nos dá o norte, nos dá recomendações e o que nós realmente devemos seguir.”<sup>121</sup>

---

<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/22/guedes-vamos-usar-recurso-publico-com-grandes-empresas-e-ganhar-dinheiro.htm>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

121 MAZUI, Guilherme; MARTELLO, Alexandre. Homem que decide a economia no Brasil é um só: Paulo Guedes, diz Bolsonaro. **G1**, 27 abr. 2020. Disponível em

A declaração do presidente não foi suficiente para pacificar a tropa pois, em menos de três meses, Guedes voltou ao ataque e declarou, em conferência virtual com empresários industriais, que o Estado brasileiro está quebrado e não tem capacidade de investimento. Por isso, a agenda de retomada do crescimento deve estar assentada nos investimentos privados. Além disso, comparou o Plano Pró-Brasil ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) realizado nos governos petistas, o que eleva ainda mais a tensão no Palácio do Planalto. Nas palavras usualmente comedidas do ministro da Economia, “vamos quebrar o Estado de novo. O Estado já está quebrado e ainda teve o coronavírus para coroar. Só falta agora um PAC novo para a gente empacotar de uma vez. Quer empacotar o Brasil, faz um PAC novo.”<sup>122</sup>

No final de outubro de 2020, os conflitos internos no governo continuaram a se agravar e respingou até mesmo na todo-poderosa Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Na sua briga com o titular da pasta do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Infraestrutura, Paulo Guedes declarou que a Febraban financiou estudo do Pnud/ONU para fortalecer a ala do governo que defende o aumento de gastos. Mais uma vez, cito as próprias palavras do ministro:

A Febraban é o cartório institucionalizado dos bancos, é paga para isso. Ela financia até programa de estudo de ministro gastador, para enfraquecer ministro que quer acabar com privilégios. A Febraban faz lobby para enfraquecer ministro que está segurando a barra. É uma casa de lobby, e isso é justo, mas tem que estar escrito na testa: lobby bancário. A Febraban financia estudos que não tem nada a ver com operações bancárias, financia

---

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/27/homem-que-decide-a-economia-no-brasil-e-um-so-paulo-guedes-diz-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

122 BARBOSA, Marina. "Só falta um PAC novo para a gente empacotar de vez o Brasil", diz Guedes. Correio Brasiliense, 03 jul. 2020. Disponível em <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/03/internas\\_economia,869239/so-falta-um-pac-novo-para-a-gente-empacotar-de-vez-o-brasil-diz-gue.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/03/internas_economia,869239/so-falta-um-pac-novo-para-a-gente-empacotar-de-vez-o-brasil-diz-gue.shtml)>. Acesso em: 06 jul. 2020.

ministro gastador para ver se fura teto e derruba o outro lado.<sup>123</sup>

Nessa declaração, feita em tom de denúncia, as contradições do governo ficam ainda mais expostas e mudam de patamar, com Guedes atacando um dos principais aparelhos privados de hegemonia da fração rentista do grande capital. Assim, o que fica exposta é a tensão entre a direção classista do rentismo, central na manutenção de Bolsonaro e seus asseclas no Palácio do Planalto, e seus representantes no governo.

Outros sinais de crise no andar de cima da sociedade brasileira surgem na grande mídia, porta-voz de intelectuais orgânicos da burguesia. Antonio Delfim Netto, ex-ministro da ditadura empresarial-militar, signatário do AI-5 e histórico consultor do grande capital, avalia que a atual crise é alarmante e sugere um plano nacional de recuperação econômica, abolindo temporariamente os limites orçamentários. Ainda segundo ele, o combate à pobreza e à redução das desigualdades sociais devem ter um peso maior na política econômica<sup>124</sup>.

Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central e administrador de fundos financeiros bilionários, defende, em programas televisivos e artigos de opinião veiculados em jornais de grande circulação, que o Brasil abandone a austeridade fiscal durante a pandemia e a crise econômica e, no seu lugar, adote uma economia de guerra, aumentando gastos na saúde pública e na assistência social e criando um programa de renda mínima para 100 milhões de brasileiras e brasileiros. Conjugado a esses rompantes humanitários, Fraga, em artigo escrito em coautoria com Vinicius Carrasco e José Alexandre Scheinkman<sup>125</sup>, afaga o

---

123 Guedes critica Febraban: "casa de lobby que financia ministro gastador". *iG*, 29 out. 2020. Disponível em <<https://economia.ig.com.br/2020-10-29/guedes-critica-febraban-casa-de-lobby-que-financia-ministro-gastador.html>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

124 UOL. Delfim Netto: Coronavírus colocou pobre no foco e mudará política econômica. *UOL*, São Paulo, 13 abr. 2020. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/13/delfim-netto-recuperacao-economia.htm>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

125 FRAGA NETO, Armínio; CARRASCO, Vinicius; SCHEINKMAN, José Alexandre. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 mar. 2020. Veja proposta com 9 itens que garante crédito para empresas suportarem choque do coronavírus. Disponível em

capital com a defesa de oferta de uma linha de créditos estatais da ordem de R\$120 bilhões para empresas nacionais.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), ao analisar a conjuntura brasileira em junho de 2020, fez duras críticas à política econômica de Guedes e declarou que o ministro deveria ser demitido do cargo por não ter “noção do Brasil” e não conhecer os trâmites do Congresso Nacional. “Tem ideias fixas, que não combinam com o momento atual. É um momento que vamos gastar muito para ajudar. Ele próprio daqui a pouco, se tiver consciência, vai 'pedir o boné’.”<sup>126</sup> Além disso, FHC acrescentou que a pandemia acentua as desigualdades sociais no país e que o governo Bolsonaro deveria propor políticas para atacar o problema. Este é mais um caso de tucano acometido pelo vírus do socialismo burguês, criticando a política econômica e indicando a necessidade de ações para conter as expressões mais agudas da “questão social”.

Essas declarações e disputas internas no governo Bolsonaro expressam atritos no bloco social dominante. Os últimos três exemplos indicam como intelectuais relacionados ao grande capital monopolista, travestidos de uma súbita consciência filantrópica, passam a defender alterações emergenciais e momentâneas na política econômica de austeridade fiscal, conjugando-as com medidas social-liberais de alívio da pobreza com o objetivo de preservar a supremacia burguesa em tempos de crise orgânica. O tom é de penhorar os anéis para retomá-los depois, mesmo pagando uma pequena taxa para isto.

A crítica aberta daqueles intelectuais orgânicos da alta burguesia denotam o desencantamento de setores das classes dominantes com a mitologia bolsonarista, antevendo o tamanho da crise. O “Posto Ipiranga” segue no cargo, equilibrando-se na corda bamba e com o prestígio seriamente abalado. E a Banca já

---

<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/veja-9-propostas-que-garantem-credito-para-empresas-suportarem-choque-do-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

126 UOL. Para FHC, pandemia ofuscou Guedes: "Se tiver consciência, vai pedir o boné". *UOL*, São Paulo, 08 jun. 2020. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/08/fhc-cre-que-guedes-deve-sair-e-admite-deus-me-livre-estar-no-governo.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

sabe o que os seus subordinados no governo não querem ver e, por conta desta miopia, se apresentarão despreparados para a nova e brutal recessão que se avizinha na esquina da história.

Com o obscurantismo negacionista de Bolsonaro, a sua popularidade começa a se esvaír junto com a sua capacidade de gerenciar a direção intelectual-moral da supremacia rentista. As suas franjas sociais na classe média dos grandes centros urbanos se dissolvem a passos largos, com painelaços em bairros elitizados de grandes centros urbanos que votaram em massa no candidato da extrema-direita. Os representantes políticos desses setores médios desembarcam da base de apoio do governo, que encontra enormes dificuldades para aprovar projetos no Parlamento e enfrenta resistências também nos distintos escalões do Judiciário, da primeira instância ao Supremo Tribunal Federal. A derrota de Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, a vitória da esquerda na Argentina e na Bolívia e o plebiscito constitucional no Chile aprofundam o isolamento de Bolsonaro na diplomacia externa, limitando ainda mais o seu raio de ação interno.

Mesmo com perda de base social, o bolsonarismo solda um núcleo duro de apoio, como atestam as carreatas da morte e o ativismo cibernético das suas milícias digitais. Congregações evangélicas conservadoras e forças de segurança oficiais e paramilitares, assim como estratos médios em cidades pequenas e médias do Sul e Sudeste e do empresariado nacional cerram fileiras com o governo. O bolsonarismo ainda tem cartas na manga até mesmo para uma possível saída golpista. Nesse cenário nebuloso, os militares, numa operação cesarista, podem ser uma força decisiva na radicalização da tirania burguesa, com ou sem Bolsonaro.

### **Considerações Finais**

No atual estágio da crise orgânica no Brasil, os de cima não conseguem mais governar como antes e buscam garantir a supremacia pelo aumento da coerção, sem abrir mão de doses mínimas de consenso. Daqui para frente, a violência estatal (e paraestatal) se intensificará sob diversas maneiras. Dentre elas, o Estado, como força organizada das classes dominantes e

operador da *violência como potência econômica*<sup>127</sup>, manejará seus instrumentos fiscais de forma crescentemente coercitiva, embora medidas táticas de concessões míseras e pontuais aos subalternos serão percebidas ao longo do processo, visando atenuar os efeitos socioeconômicos crônicos do capitalismo dependente. Essa forma de gestão da supremacia burguesia, contudo, acirrará as contradições sociais.

E, junto a isto, temos uma tímida movimentação da oposição de setores democráticos, progressistas e de esquerda, sem aglutinar uma base social mais coesa na classe trabalhadora, que ainda se encontra desorganizada no atual cenário. As palavras de ordem de interdição, renúncia, *impeachment* e/ou Fora Bolsonaro e Mourão ganham eco na sociedade, inclusive em grupos conservadores que até ontem estavam na base de apoio do governo federal. Bolsonaro é um perigo real e imediato à vida humana e precisa ser banido a qualquer custo. Este é um passo fundamental a ser dado, mas devemos ir além do Fora Bolsonaro, retomando um projeto estratégico e autônomo de poder popular calcado na reorganização da classe trabalhadora, sempre atentas e atentos às táticas conjunturais.

Na crise orgânica, junto aos antigos pesadelos, temos a gestação de sonhos contemporâneos. Com o aumento nas tensões internas ao bloco social dominante, abrem-se possibilidades concretas – embora ainda muito remotas e distantes – de superação do bloco histórico neoliberal. Mas possibilidades não se transformam automaticamente em tendências políticas. Como adverte Gramsci, numa crise orgânica, existem múltiplas saídas históricas: estas podem vir tanto pela revolução socialista como pelas alternativas reacionárias, o que significará o aprofundamento do capitalismo e suas mazelas sociais.

O que mudará a correlação de forças, determinando os vetores resultantes das lutas de classes, serão a capacidade de organização e a consciência das classes sociais. Cabe à classe trabalhadora brasileira e suas organizações forjarem uma unidade classista e se colocarem política e ideologicamente de

---

127 Sobre a categoria marxiana da *violência como potência econômica*, ver o

forma autônoma nas lutas sociais, rompendo ilusões desenvolvimentistas, reformistas e de conciliação de classes e apontando para um horizonte de superação da hegemonia rentista, do neoliberalismo e do capitalismo dependente. É preciso, em suma, retomarmos o projeto estratégico e as pautas da revolução brasileira, atualizando-as para os novos tempos.

### **Referências Bibliográficas**

ALTVATER, Elmar. A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise. In: HOBSBAWM, Eric (org.). *História do marxismo*, v. 8. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.79-133.

CASTELO, Rodrigo. Gramsci e a crítica da economia política: estudos sobre o *mercado determinado*. *Katálysis*, Florianópolis, v.23, n.1, p.122-131, jan./abr. 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, v.1 (Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*, v.2 (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*, v.3 (Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*, v.4 (Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo). 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LENIN, Vladimir Illitch. *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*. São Paulo: Expressão Popular, [1920] 2014.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MANDEL, Ernest. *Sobre o fascismo*. Lisboa: Antídoto, 1976.

\_\_\_\_\_. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, [1859] 2008.

MELLO, Demian Bezerra. Marx, as crises e a revolução. *Outubro*, São Paulo, n. 20, p. 123-47, 2012.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 9.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, [1944] 2000.

TEIXEIRA, Aloísio. Estados Unidos: a 'curta marcha' para a hegemonia. In: FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.155-190.



# Epílogo

## É noite, mas não é tarde

Com nossos olhos adormecidos, o coelho grita: é tarde, é tarde!  
E sai de cena tão rápido como entrou.  
O seu recado ecoa.  
Do sonho ao pesadelo, algo em nós despertou

As manhãs estão curtas.  
A cama puxa de volta, mas já é hora de levantar.  
A noite se avizinha, anunciada pela escuridão que chega antes  
do final da tarde.

Os minutos andam dolorosamente devagar,  
e as horas passam vagorosamente doloridas.  
Os dias agitam-se como tsunami.  
Os meses correm para o final do ano e a estação anunciada em  
Outubro será outra.  
Depois da primavera, um longo inverno.

O tempo acelera de volta para um passado esquecido.  
É tempo de retrocesso a um futuro transvestido de inferno.  
Há tempos não víamos nada de novo no ar.

O coelho volta e anuncia:  
"Ei, lembra.  
Nunca é tarde!  
É dia de labuta,  
é dia de luta."

Não é sonho, nem pesadelo.  
É a vida, surrealmente viva,  
a lutar pelo direito de morrer lutando.

Outubro de 2018

## **A chegada**

Há poucas horas, o ontem era passado.  
O presente, com o passar do tempo,  
chegou com gosto de anteontem  
vendido como futuro

Chegou vagorosamente rápido  
como um hóspede indesejado,  
sem anunciar sua presença

Mas era uma volta esperada.  
Quando partiu, não houve despedida  
Não foi repellido, expurgado como merece a escória.  
Era uma ferida aberta, a expelir pus, sangue, lágrimas  
E ali permaneceu, nos cantos mais sombrios da história.

Esquecemos sua existência  
Rimos seus mitos folclóricos  
Ignoramos os ecos dos porões da nossa velha casa  
E poucos falaram nas suas tristes memórias.

Tudo isto parecia não ter mais valor  
e, hoje, pagamos um alto preço

O ontem chegou de verdade,  
com muitas mentiras.

É verdade,  
mas parece mentira

Julho de 2019

## Ai de ti, Brasil

A C.L.R. James  
e ao povo haitiano

Um espectro ronda os capitães do mato: o espectro de Toussaint L'Ouverture.

Numa ilha santa do Caribe, eclodiu a revolta e  
escravos pagãos produziram a rebelião.

Desta revolução nasceu Toussaint.

Sem pompas e glória, seus olhos,  
confinados na prisão, não viram o desfecho da história:  
derrota de Napoleão,

    fim da escravidão,  
        independência da colonização  
            a era da dependência...

O preço da rebeldia foi pago a peso de ouro:

A ilha foi

    Dividida,  
        Embargada,  
            Atacada,  
                Devastada.  
                    DE-VAS-TA-DA...

O eco da revolução precisava ser  
sufocado,

    silenciado,  
        torturado,  
            encarcerado...

Os de cima, lá do norte, nunca esqueceram.

Nas ondas sucessivas de contrarrevolução, participaram

    boinas verdes,  
        capacetes azuis,  
            camisas canarinhas.

Não deu. O comandante dos jacobinos negros sobreviveu.  
Séculos após sua morte,

num gradil do Planalto Central,  
sua voz, calma e serena, lacrou em bom brasileiro:  
- “Acabou. Você não é presidente mais”.  
Rodeado pela sua corte, o capitão se fez de bobo,  
mas o recado estava dado.  
No dia seguinte, painéis e janelas viralizaram as palavras de  
Toussaint.

E os velhos baianos tinham razão:  
“O Haiti é aqui!”  
É de lá que vem, com esperança, o fim do mito  
É daqui que sai, com força, o grito:  
FORA BOLSONARO!

Março de 2020

### **O homem da máscara de pano**

Confinado nos esgotos da história, amordaçado e vendado com  
trapos de pano,  
ele passou anos adulando um porão abjeto.  
Alimentando-se de gritos, urros e dejetos,  
cultuou o ódio, a dor, a insensatez.  
No vazio da sua existência,  
floresceu a ignorância e a estupidez.

Expulso da caserna,  
caiu de paraquedas nos salões dos reis.  
Na casa das leis,  
agiu como um homem das cavernas.  
Defendendo ideologia extremista e apologia do estupro,  
provou sua patologia.

A estrela cadente foi o prenúncio da sua coroação.  
Seu nome foi ungido por templários, inquisidores e príncipes

e virou mito nos vaticínios do astrólogo.

A turba, sem classe e fazendo média, urrava o seu nome nas praças e arenas.

A golpes de tacape,

montou milícias, congregou o baixo clero, forjou notícias.

À luz do dia, ganhou a faixa do Conde das Trevas

e partiu para as terras planas sonhando com o seu reinado de glória.

Cercado de feiticeiros e generais,

queimou bruxas, fechou Academias, ofendeu poetas, banuiu a ciência.

Durou pouco, muito pouco.

A ira divina foi implacável! Sem explicações, os titãs se

enfureceram e as deusas da fortuna não mais lhe sorriram.

Voltando do exterior, trouxe a peste junto com sua comitiva.

Todos ficaram de quarentena; ele, não.

A fome assolou a plebe rude.

Uma legião urbana bateu nas panelas vazias como uma banda ensandecida.

Os tesouros do reino, guardados em bolsas de parcos valores, foram usurpados pelo Império do Norte.

A economia quebrou e a magia se desencantou. O mito virou o coiso.

Hoje é uma lenda antiga, caída no esquecimento.

Uns dizem que foi capitão da guarda; outros juram que era o bobo da corte.

Mas um velho trovador, de boa memória, recorda:

após o seu banimento, passou seus últimos dias onde mais gostou de viver.

Nos esgotos da história, jaz o homem da máscara de pano.

Março de 2020

## **Tique-taque, Tik Tok**

Tique-taque, tique-taque  
O sistema não pode parar  
Ontem, parafusos apertados por operários entortados  
Hoje, o retorno da servidão com servidores no ar

Tique-taque, tique-taque  
O sistema não vai parar  
Clique e faça o download  
Classroom, Zoom, Meet, Tik Tok  
Vamos todos dançar!

Tique-taque, tique-taque  
O sistema continua a avançar  
Touch screen  
Pensamentos são hackeados,  
presos nas nuvens,  
sem chuvas de ideias.

Tique-taque, tique-taque  
O sistema começa a travar  
Upload de gigabytes de angústia,  
Está em tela o esvaziamento

do tempo  
da vida  
do toque

T i q... t a q...  
Failure system  
Matrix fora do ar.  
O sistema vai cair.  
De dentro das engrenagens,  
Carlitos acena a bandeira vermelha  
E nos devolve o sorrir

Novembro de 2020

## **Sobre vivências**

Fome de doer os nervos  
Fome de moer a alma  
Fome de roer os ossos

Cantigas de ninar espantam medos,  
canções de protesto evocam coragem  
Os antigos titãs questionaram os humanos:  
- Vocês têm fome do quê?  
E o Chico da ciência clamava pelo esquecido Josué  
para espantar urubus que rondam carniças vivas

Semear a cultura da luta,  
cultivar a arte da revolta:  
necessidades da fantasia para  
sanarmos as agruras do estômago

Outubro de 2021



## **Sobre o Autor**

Rodrigo Castelo é professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e membro do Grupo de trabalho sobre teoria marxista da dependência da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). Desde 2021 integra a equipe do comitê editorial da revista *Germinal: marxismo e educação em debate*. É autor do livro *O social-liberalismo* (Expressão Popular, 2013) e organizador dos livros *Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos de José Ricardo Tauile (1981-2005)* (Editora da UFRJ, 2009), junto com Marcelo Paixão, e *Encruzilhadas da América Latina no século XXI* (Pão e Rosas, 2010).